

07

07

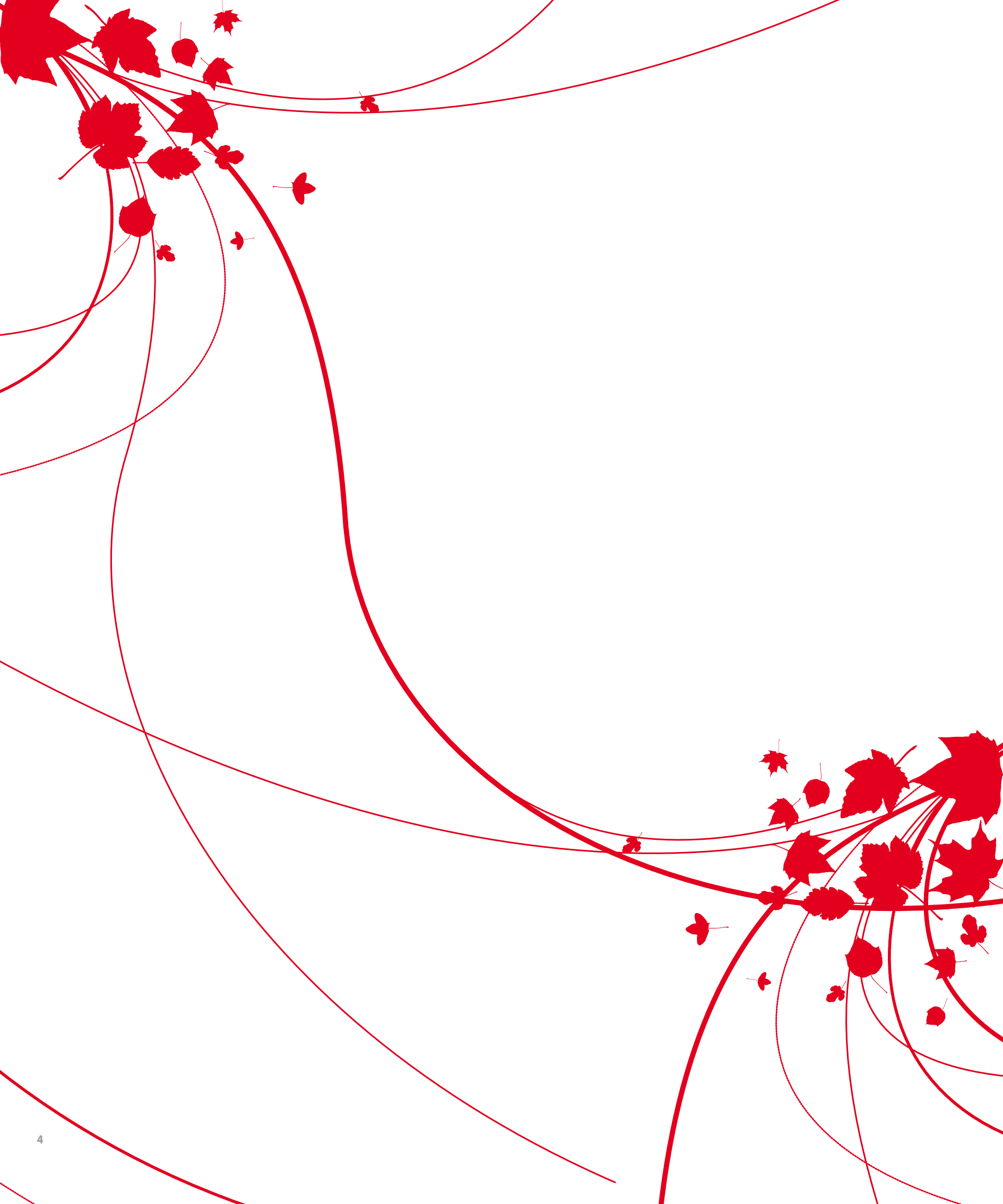
# A força da natureza

# é a nossa energia.

Este relatório foi impresso nos papéis Curious Particles Snow e Moonlight, que, além de apresentarem uma qualidade estética singular, graças a suas fibras aparentes e a seus inéditos flocos que simulam metais como ouro e prata, contêm um alto percentual de fibras recicladas - 30% pré-consumo e 40% pós-consumo.

Usar papel reciclado, que consome menor quantidade de energia e matéria-prima na sua confecção, é um compromisso com a preservação da natureza, com uma melhor qualidade de vida e com o desenvolvimento sustentável.

Esta iniciativa, portanto, encaixa-se perfeitamente na busca constante pela sustentabilidade, compromisso que pauta todas as ações do Grupo Energias do Brasil - do manejo dos seus reservatórios até a escolha do tipo de papel a ser usado em suas publicações.



# Índice

|   |     |
|---|-----|
| Perfil                                    | 6   |
| Destaques de 2007                         | 7   |
| Informações sobre o Relatório             | 8   |
| Visão de Sustentabilidade                 | 10  |
| Indicadores de Desempenho                 | 12  |
| Mensagem do Conselho de Administração     | 15  |
| Mensagem da Diretoria                     | 16  |
| Engajamento das Partes Interessadas       | 18  |
| Compromissos                              | 21  |
| Governança Corporativa                    | 22  |
| Estratégia Empresarial                    | 28  |
| Desempenho Econômico                      | 30  |
| Desempenho Social                         | 58  |
| Desempenho Ambiental                      | 76  |
| Premiações/Reconhecimentos do Mercado     | 92  |
| Informações Corporativas                  | 93  |
| Balanço Social                            | 94  |
| Norma Brasileira de Contabilidade NBCT-15 | 95  |
| Sumário GRI e Correlação com Pacto Global | 96  |
| Mensagem dos Auditores Independentes      | 102 |
| Demonstrações Financeiras Padronizadas    | 104 |

## Perfil

07

GRI

2.1; 2.2; 2.3;  
2.4; 2.5; 2.6;  
2.7; 2.8; 2.9

A Energias do Brasil é a *holding* de um grupo de empresas de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, com atuação em quatro Estados brasileiros: São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Tocantins. No final de 2007, empregava 2.920 pessoas.

Empresa de capital aberto, sediada em São Paulo, tem suas ações negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), segmento que reúne empresas com as melhores práticas de governança corporativa. O controle acionário (62,4% do capital total) é detido pela EDP – Energias de Portugal, uma das maiores operadoras europeias do setor elétrico.

Em **distribuição**, controla integralmente três empresas - Bandeirante, que atua no Estado de São Paulo; Escelsa, no Espírito Santo; e Enersul, no Mato Grosso do Sul. Em conjunto, atendem mais de 3,2 milhões de clientes residenciais, industriais e do setor de serviços, e distribuíram 25.029 GWh em 2007, 4,5% acima do ano anterior.

GRI

EU1

Em **geração**, participa de empreendimentos que somavam 1.043 MW de capacidade instalada no final de 2007: EDP Lajeado Energia S.A.

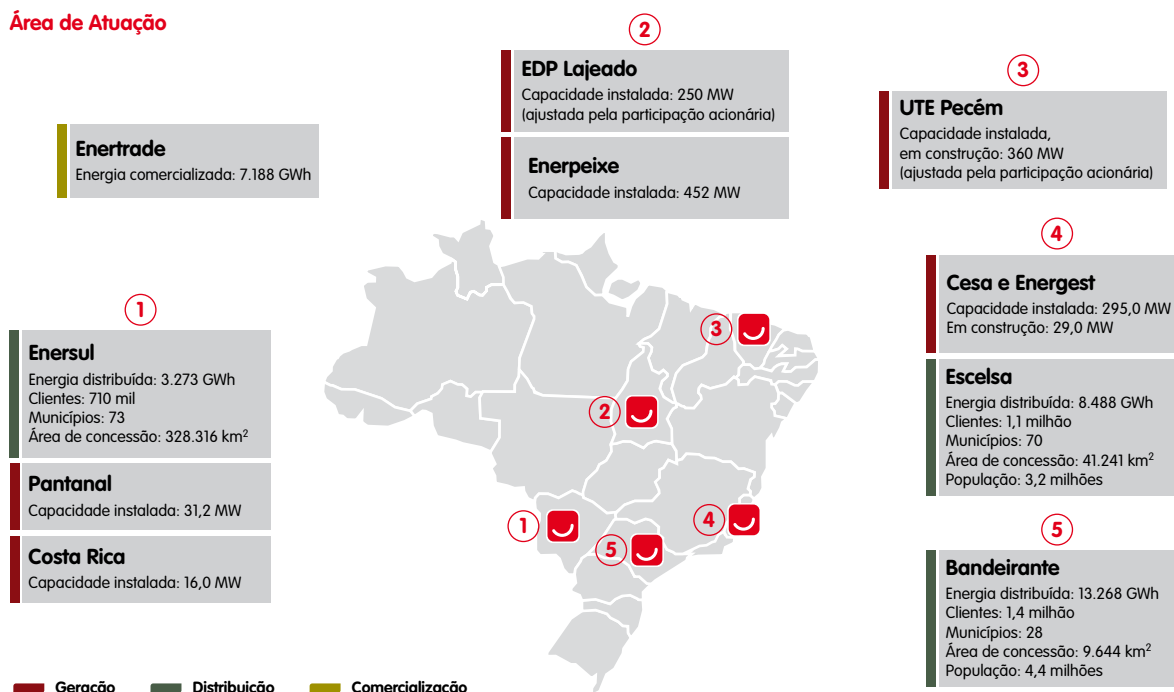
(Usina Luís Eduardo Magalhães, no Tocantins), Enerpeixe S.A. (Usina Peixe Angical, no Tocantins), e Energest S.A., *subholding* da Energias do Brasil, que controla direta e indiretamente 14 usinas com potência total instalada de 342,18 MW. Em 2007, a capacidade foi ampliada em 25 MW, com a entrada da operação da PCH São João, no Espírito Santo.

Em **comercialização**, controla integralmente a Enertrade Comercializadora de Energia S.A., que atua no mercado livre de energia e comercializou 7.188,1 GWh em 2007.

A receita líquida evoluiu 13,3% em 2007 na comparação com o ano anterior, totalizando R\$ 4,5 bilhões. O EBITDA (resultado antes de juros, impostos, depreciação, amortização e resultado não-operacional) somou R\$ 1,1 bilhão, evolução de 4,6%, e o lucro líquido atingiu R\$ 439,8 milhões (R\$ 394,1 milhões em 2006).

Com a sustentabilidade integrada à sua visão estratégica, criou em 2007 o Instituto Energias do Brasil, com o principal objetivo de promover o diálogo aberto e transparente com todas as partes interessadas, de modo a harmonizar suas atividades socioambientais, educativas, culturais, de assistência social, desenvolvimento local e voluntário.

### Área de Atuação



## Destaques de 2007

- Venda da energia da Usina Termelétrica Pecém no leilão A-5 em 16/10/2007 em parceria com a MPX Mineração. A UTE Pecém possui capacidade instalada de 720MW e alinha-se com a estratégia da Energias do Brasil de crescer no segmento de geração.
- Assinatura do contrato EPC (*Engineering, Procurement & Construction*) com a Maire Engineering para construção da UTE Pecém.
- Início da operação comercial da PCH São João (25 MW), em 27/04/2007.
- Início da construção das obras da PCH Santa Fé (29 MW), em outubro de 2007.
- Início das repotenciações das UHEs Mascarenhas e Suíça, que adicionarão um total de 20 MW em 2009.
- Emissão de R\$ 250 milhões em debêntures pela Escelsa, com a finalidade de alongar o perfil do endividamento e reduzir o custo médio dos compromissos.
- Revisão tarifária das distribuidoras Escelsa, em agosto, e Bandeirante, em outubro.
- Decisão da Aneel de redução da Base de Remuneração Regulatória (BRR) da Enersul referente à revisão tarifária de 2003.
- Criação do Instituto Energias do Brasil, responsável por centralizar e harmonizar as atividades socioambientais, educativas e culturais, de assistência social, desenvolvimento local de voluntariado da Energias do Brasil e de suas empresas controladas.
- Criação do Canal da Sustentabilidade, um espaço criado na web da Energias do Brasil para encaminhamento de dúvidas, críticas e sugestões sobre a atuação das empresas da *holding* nas áreas ambiental, social, saúde ocupacional, segurança do trabalho, condução de veículos, economia de energia, eficiência energética, etc.
- Confirmação da permanência da Energias do Brasil, pelo segundo ano consecutivo, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa.
- Aprovação pelo Conselho de Administração de pagamento de Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 119,9 milhões, ou R\$ 0,730546 por ação, relativos ao exercício de 2007.
- Aprovação, em 18/12/2007, pelo Conselho de Administração, de programa para recompra de até 6.211.426 de ações ordinárias. Até 18/02/2008, a Companhia comprou 4.861.500 de ações.
- Conquista do terceiro lugar no Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual em 2007.
- Conquista do segundo lugar na categoria Informes Anuais, Relatórios de Negócios e Memórias, do 16º Concurso Latino-Americano de Produtos Gráficos Theobaldo De Nigris, ligado à Confederação Latino-Americana da Indústria Gráfica (Conlatingraf), que reuniu mais de 1.300 trabalhos oriundos de 11 países.
- Reformulação da Diretoria Executiva.

## Informações sobre o Relatório

07

Este é o segundo Relatório Anual de Sustentabilidade da Energias do Brasil baseado nas diretrizes G3 da *Global Reporting Initiative* (GRI), dando seqüência ao documento publicado em abril de 2006.

**GRI**  
3.1; 3.2; 3.3;  
3.4; 3.5; 3.6;  
3.7; 3.8; 3.9;  
3.10; 3.11; 3.13

As informações deste Relatório cobrem o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007 e foram selecionadas a partir de consulta realizada a grupos de *stakeholders* da Companhia, abrangendo clientes, fornecedores, representantes de órgãos governamentais e colaboradores (diretores e empregados de nível técnico e administrativo). Os resultados basearam-se em levantamentos periódicos de indicadores de desempenho relativos a todas as subsidiárias do Grupo e consolidam a participação proporcional nas empresas de geração Enerpeixe e Lajeado.

Seguindo as orientações da GRI, a Energias do Brasil aplicou o processo de engajamento com os públicos de interesse e a realização de testes de materialidade. Para isso, contou com a participação de consultoria externa, autorizada pela GRI, que realizou um processo estruturado de mapeamento e consulta de públicos estratégicos da Empresa, composto por seleção de *stakeholders*, capacitação, orientação e execução de oficinas internas e consolidação dos resultados das entrevistas e questionários.

Foram envolvidas nesse processo cinco unidades do Grupo Energias do Brasil: Bandeirante (São Paulo e Mogi das Cruzes - SP), Enersul (Campo Grande - MS), Escelsa (Vitória - ES), Enertrade (São Paulo) e Energest (São Paulo), somando ao todo 69 colaboradores, principais lideranças e representantes de grupos de *stakeholders* definidos pela Empresa com o apoio da consultoria externa.

Na matriz de materialidade, os assuntos são classificados de acordo com a sua importância para a gestão da Energias do Brasil (visão lideranças) e sua relevância na percepção dos *stakeholders* (externos e colaboradores). Os dados são tratados e apresentados de forma corporativa, levando em conta o escopo e a abrangência do Relatório de Sustentabilidade da Empresa. O resultado da matriz da materialidade, com a indicação dos temas prioritários e daqueles que foram considerados menos relevantes, está disponível na página 19 deste Relatório.

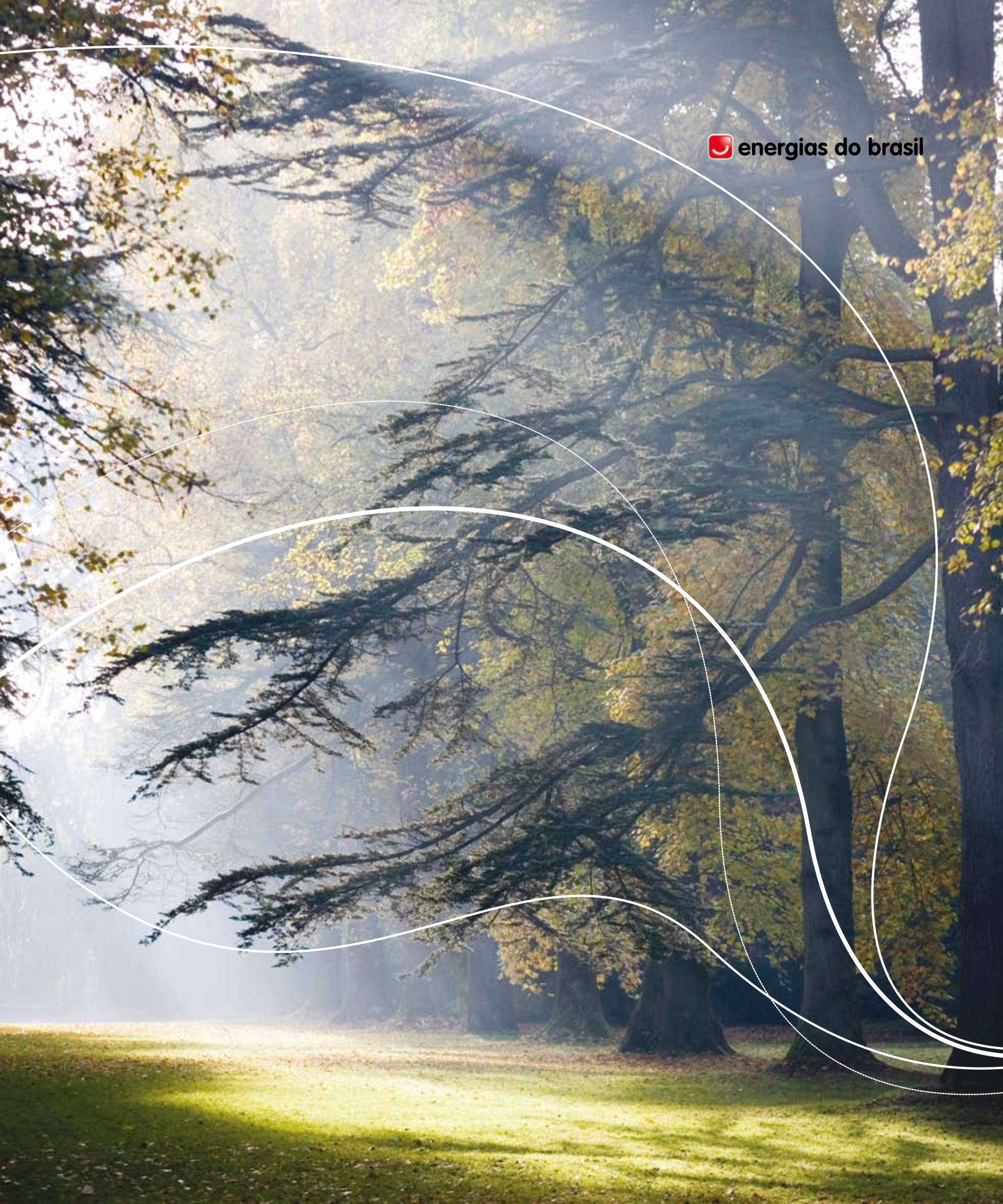
Com a aplicação da materialidade dos temas, a Energias do Brasil compartilha, de forma transparente e consistente, as informações relevantes sobre seus impactos e desempenhos social, ambiental e econômico nas regiões onde atua, assim como de iniciativas que visam ao desenvolvimento sustentável do Grupo e do País.

Este documento representa o envolvimento de um grande número de pessoas, que se dedicaram à apuração das informações necessárias e vivenciaram a experiência de analisar a Empresa de forma integrada em seus aspectos econômicos, ambientais e sociais. Traz também reformulações de informações publicadas no relatório anterior, distribuídas e explicadas ao longo da publicação.

Os indicadores econômico-financeiros deste Relatório são baseados no padrão brasileiro de contabilidade e foram auditados pela empresa KPMG. Os indicadores de natureza social e ambiental contemplados pelo GRI foram verificados externamente pela PricewaterhouseCoopers, PwC.

Dúvidas relativas a este Relatório e ao seu conteúdo podem ser esclarecidas por intermédio dos seguintes sites: [www.energiasdobrasil.com.br](http://www.energiasdobrasil.com.br), [www.bandeirante.com.br](http://www.bandeirante.com.br), [www.escelsa.com.br](http://www.escelsa.com.br), [www.enersul.com.br](http://www.enersul.com.br) e [www.enertrade.com.br](http://www.enertrade.com.br).





## Visão de Sustentabilidade

07

GRI  
4.8

Em 2007, foi aprovada a Política de Sustentabilidade do Grupo, baseada nos princípios de desenvolvimento sustentável, e nas ações de responsabilidade social, ambiental e econômica, conceitos do *triple bottom line* (TBL) associados a uma forte governança corporativa.

A sustentabilidade é um conceito que exprime a necessidade de uso mais responsável de recursos ambientais, entendido também como manutenção de utilidade do uso de recursos ao longo de gerações, estruturada de forma harmoniosa nas três dimensões: social, econômica e ambiental.

O conceito de sustentabilidade empresarial representa uma abordagem inovadora de se fazer negócios e que, simultaneamente, promove inclusão social, com respeito à diversidade cultural e aos interesses de todos os públicos, direta e indiretamente envolvidos no negócio, e reduz ou otimiza o uso de recursos naturais e o impacto sobre o meio ambiente, preservando a integridade do planeta para as futuras gerações, sem desprezar a rentabilidade econômico-financeira. Essa abordagem, ao lado das melhores práticas de governança corporativa, cria valor ao acionista e proporciona maior probabilidade de continuidade do negócio no longo prazo, contribuindo ao mesmo tempo para o desenvolvimento sustentável de toda a sociedade.

Essa política corporativa da sustentabilidade abrange todas as empresas controladas pela Energias do Brasil e norteia as decisões estratégicas e de gestão das empresas do Grupo, sendo complementar ao Código de Ética e aos dez princípios do *Global Compact* (Pacto Global).

A política de sustentabilidade está fundamentada na Visão, Missão e nos Valores do Grupo.

### Visão

Ser uma das empresas líderes do setor energético brasileiro, com foco na criação de valor e na sustentabilidade.

### Missão

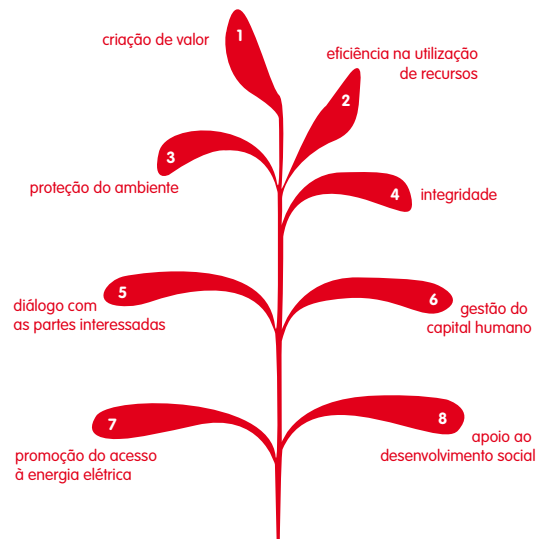
Atuar no setor energético brasileiro com padrões de excelência no serviço aos clientes, proporcionando retorno aos acionistas, valorizando os colaboradores e exercendo a responsabilidade social corporativa.

### Valores

- **Respeito** - Aos clientes, fornecedores, colaboradores, acionistas, comunidades e meio ambiente;
- **Eficiência** - Aportar valor aos clientes, colaboradores e acionistas, gerando e implementando soluções inovadoras e de qualidade;
- **Transparência** - Tornar a transparência um valor integrado à cultura das empresas do Grupo, na relação com clientes, colaboradores, acionistas e entidade reguladora, autoridades e comunidade em geral;
- **Rigor** - Adotar o rigor como regra geral de atuação e base de decisão;
- **Ética** - Cumprir os mais altos padrões de ética em todas as ações.

### Princípios de Desenvolvimento Sustentável

Como parte dos princípios de desenvolvimento sustentável, a Energias do Brasil assume os seguintes compromissos:



### 1. Criação de valor

- Criar valor para os acionistas;
- Aumentar a produtividade e a eficiência e reduzir a exposição a riscos decorrentes dos impactos econômicos, ambientais e sociais das atividades;
- Assumir um compromisso de orientação para o cliente, garantindo níveis elevados de qualidade de serviço;
- Integrar os aspectos ambientais e sociais nos processos de planejamento e de tomada de decisão.

### 2. Eficiência na utilização de recursos

- Promover o desenvolvimento de tecnologias energéticas mais limpas e eficientes;
- Desenvolver formas de produção baseadas em energias renováveis;
- Promover a melhoria da eficiência energética e o uso racional e seguro da energia;
- Promover a inovação em produtos, serviços e tecnologias sustentáveis, e transferência dos conhecimentos para a sociedade.

### 3. Proteção do meio ambiente

- Minimizar o impacto ambiental de todas as atividades que desenvolve;
- Participar em iniciativas que contribuam para a preservação do meio ambiente e promoção da biodiversidade;

- Expandir a utilização de critérios ambientais para toda a cadeia de valor.

### 4. Integridade

- Garantir o cumprimento de padrões éticos em todas as atividades;
- Respeitar os direitos humanos na sua esfera de influência;
- Elaborar códigos de conduta específicos.

### 5. Diálogo com as partes interessadas

- Garantir um relacionamento aberto, transparente e de confiança com as diferentes partes interessadas;
- Instituir canais de consulta e comunicação com as partes interessadas e integração das suas preocupações;
- Reportar de forma confiável e objetiva o desempenho, nas suas vertentes econômica, ambiental e social.

### 6. Gestão do capital humano

- Possuir políticas e sistemas de gestão que garantam a saúde, segurança e bem-estar dos colaboradores;
- Promover o desenvolvimento das capacidades individuais para todos os colaboradores e premiar a excelência e o mérito;
- Abolir práticas abusivas e discriminatórias, estimular a diversidade e promover a inclusão em todas as operações e na cadeia de valor.

### 7. Promoção do acesso à energia elétrica

- Promover o acesso confiável e generalizado à energia elétrica;
- Praticar uma política de preços transparente e socialmente justa;
- Desenvolver formas de produção de qualidade adequada e de menor custo.

### 8. Apoio ao desenvolvimento social

- Apoiar iniciativas de promoção social e cultural, com base em critérios transparentes de avaliação de relevância para a comunidade;
- Promover a cooperação tecnológica nos âmbitos nacional e internacional;
- Apoiar as ações de desenvolvimento local e comunitário.

## Indicadores de Desempenho

GRI  
2.8

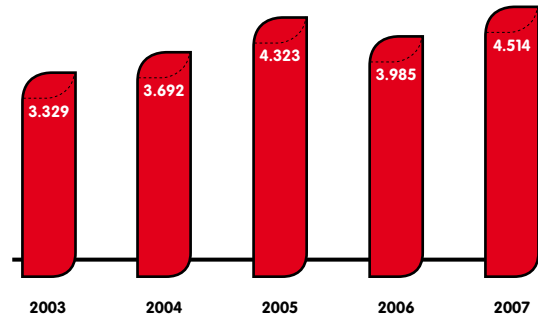
|   | 2004    | 2005    | 2006    | 2007    | Variação<br>% 07-06 |
|---|---------|---------|---------|---------|---------------------|
| <b>RESULTADOS (R\$ milhões)</b>   |         |         |         |         |                     |
| Receita bruta   | 5.107,6 | 5.862,7 | 6.222,0 | 6.894,3 | 10,8                |
| Receita líquida   | 3.692,1 | 4.323,2 | 3.984,8 | 4.513,5 | 13,3                |
| Gastos gerenciáveis e não-gerenciáveis                                      | 3.143,2 | 3.650,4 | 3.198,6 | 3.707,7 | 15,9                |
| Resultado do serviço (EBIT)   | 548,9   | 672,8   | 786,2   | 805,8   | 2,5                 |
| EBITDA <sup>(1)</sup>   | 775,2   | 912,6   | 1.073,6 | 1.123,0 | 4,6                 |
| Resultado financeiro  | (270,4) | (279,2) | (377,8) | (303,7) | (19,6)              |
| Lucro antes da participação minoritária                                     | 278,5   | 445,9   | 431,4   | 495,8   | 14,9                |
| Lucro líquido   | 106,9   | 439,4   | 394,1   | 439,8   | 11,6                |
| <b>MARGENS (%)</b>  |         |         |         |         |                     |
| Margem EBITDA (EBITDA/Receita líquida)                                      | 21,0    | 21,0    | 26,9    | 24,9    | (2,1 p.p.)          |
| Margem líquida (Lucro líquido/Receita líquida)                              | 2,9     | 10,2    | 9,9     | 9,7     | (0,1 p.p.)          |
| <b>FINANCEIROS</b>  |         |         |         |         |                     |
| Ativo total (R\$ milhões)   | 7.761,9 | 8.955,4 | 9.720,3 | 9.719,4 | 0,0                 |
| Patrimônio líquido (R\$ milhões)  | 1.368,8 | 3.509,8 | 3.705,6 | 3.955,3 | 6,7                 |
| Participação de minoritários (R\$ milhões)                                  | 844,2   | 609,1   | 662,3   | 694,7   | 4,9                 |
| Dívida líquida (R\$ milhões) <sup>(2)</sup>                                 | 2.344,7 | 1.701,7 | 1.879,4 | 1.957,1 | 4,1                 |
| Dívida líquida/Patrimônio líquido (vezes)                                   | 1,7     | 0,5     | 0,5     | 0,5     | 0,0                 |
| Dívida líquida/EBITDA (vezes)   | 3,0     | 1,9     | 1,8     | 1,7     | (0,1)               |
| Investimentos (R\$ milhões)   | 1.051,2 | 1.150,7 | 830,0   | 665,2   | (19,9)              |
| <b>AÇÕES</b>  |         |         |         |         |                     |
| Nº total de ações (mil)   |         | 165.017 | 165.017 | 165.017 |                     |
| Nº de ações em tesouraria (mil)   |         | -       | -       | 861,3   | -                   |
| Lucro líquido por ação (R\$)  | -       | 2,66    | 2,39    | 2,67    | 11,8                |
| Preço de fechamento da ação - ON (R\$)                                      | -       | 26,61   | 31,97   | 28,90   | (9,6)               |
| Valorização no ano (%)  | -       | 52,2    | 20,1    | (9,6)   | -                   |
| Capitalização de Mercado (R\$ milhões)                                      | -       | 4.519,8 | 5.275,6 | 4.769,0 | (9,6)               |
| <b>OPERACIONAIS</b>   |         |         |         |         |                     |
| <b>Distribuição</b>   |         |         |         |         |                     |
| Energia distribuída (GWh)   | 22.396  | 23.061  | 23.948  | 25.029  | 4,5                 |
| Energia vendida a clientes finais (GWh)                                     | 16.956  | 15.863  | 14.853  | 15.436  | 3,9                 |
| Residencial   | 4.387   | 4.553   | 4.837   | 5.074   | 4,9                 |
| Industrial  | 7.433   | 6.112   | 4.488   | 4.482   | (0,1)               |
| Comercial   | 2.595   | 2.758   | 2.957   | 3.154   | 6,7                 |
| Rural   | 739     | 757     | 834     | 921     | 10,4                |
| Outros  | 1.802   | 1.682   | 1.738   | 1.804   | 3,8                 |
| Suprimento convencional (GWh)   | 317     | 302     | 336     | 376     | 11,9                |
| Energia em trânsito (GWh)   | 5.104   | 6.874   | 8.738   | 9.197   | 5,3                 |
| Consumo próprio (GWh)   | 19      | 22      | 21      | 21      | (1,6)               |
| Preço médio da energia vendida aos clientes finais (R\$/MWh) <sup>(3)</sup> | 204,82  | 234,21  | 256,52  | 284,22  | 10,8                |
| Energia comprada (GWh)  | 19.554  | 20.371  | 20.038  | 20.572  | 2,7                 |
| Perdas técnicas e comerciais (GWh)  | 2.907   | 3.475   | 3.560   | 3.903   | 9,6                 |
| Perdas técnicas e comerciais (%)  | 11,5    | 13,1    | 12,9    | 13,5    | 0,6 p.p.            |
| Produtividade (MWh/colaborador)   | 6.724   | 7.162   | 8.581   | 9.192   | 7,1                 |
| Nº de clientes/colaborador  | 869     | 923     | 1.116   | 1.178   | 5,6                 |
| <b>Geração</b>  |         |         |         |         |                     |
| Energia gerada (GWh)  | 2.643   | 2.756   | 3.929   | 4.704   | 19,7                |
| Preço médio da energia vendida <sup>(4)</sup>                               | -       | 73,62   | 95,56   | 102,36  | 7,1                 |
| <b>Comercialização</b>  |         |         |         |         |                     |
| Venda de energia (GWh)  | 4.849   | 6.379   | 6.702   | 7.188   | 7,2                 |
| <b>DESEMPENHO E QUALIDADE</b>   |         |         |         |         |                     |
| Número de clientes (mil)  | 2.896   | 2.972   | 3.114   | 3.207   | 3,0                 |
| Energia distribuída por cliente (MWh)                                       | 7,7     | 7,8     | 7,7     | 7,8     | 1,5                 |
| Número de colaboradores   | 3.484   | 3.461   | 3.010   | 2.920   | (3,0)               |
| <b>AMBIENTAIS</b>   |         |         |         |         |                     |
| Investimentos em meio ambiente (R\$ milhões)                                | 20,6    | 138,1   | 43,9    | 31,2    | (29,1)              |
| <b>SOCIAIS</b>  |         |         |         |         |                     |
| Investimentos sociais (R\$ milhões)   | 3,3     | 6,4     | 9,0     | 8,1     | (10,0)              |

<sup>(1)</sup>EBITDA = Lucro antes de impostos, juros, depreciação, amortização e resultado não-operacional.<sup>(2)</sup>Dívida Líquida = dívida bruta - caixa e valores mobiliários - saldo líquido de ativos regulatórios.<sup>(3)</sup>Preço médio da energia vendida aos clientes finais = receita faturada dos clientes finais/volume de energia vendida aos clientes finais.<sup>(4)</sup>Preço médio da energia vendida = receita de suprimento de energia/volume de energia vendida da geração.

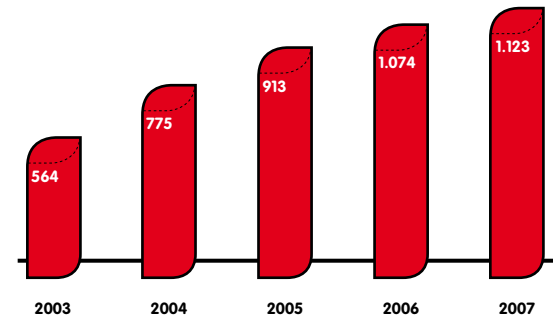
As informações aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da Legislação Societária Brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações operacionais não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Ano de 2006 reclassificado. De acordo com o Despacho Aneel nº 3.073 de 28/12/2006 as distribuidoras de energia passaram a contabilizar a partir de 2007 os encargos da CCC, CDE e P&D como "Deduções às Receitas Operacionais".

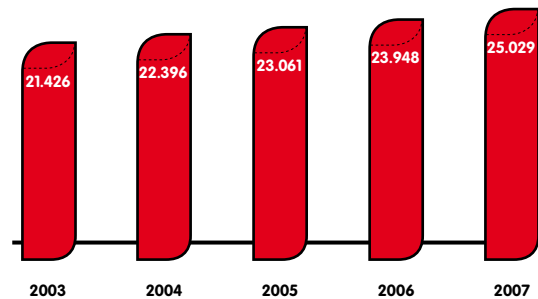
**Receita Líquida**  
(R\$ milhões)



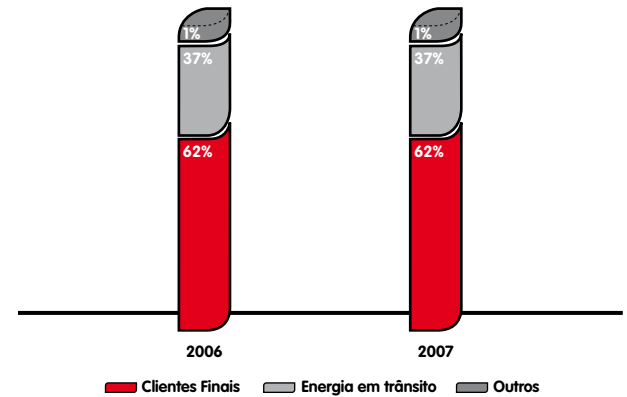
**EBITDA**  
(R\$ milhões)



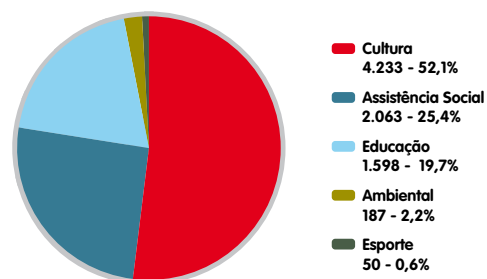
**Energia Distribuída**  
(GWh)



**Energia Distribuída**

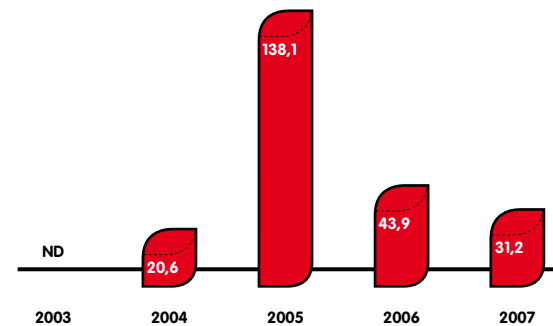


**Investimentos Sociais por Área**  
(R\$ mil)

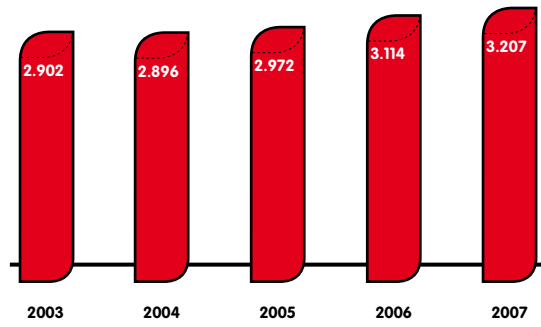


Total investido: R\$ 8,12 milhões (0,17% receita operacional líquida)

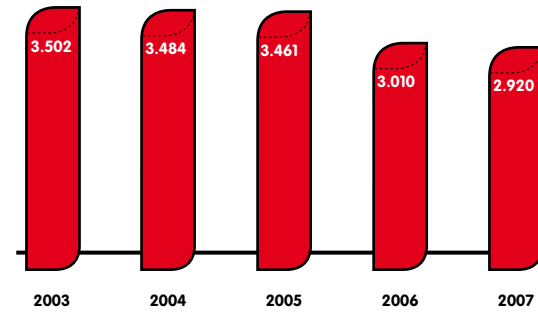
**Investimentos em Meio Ambiente**  
(R\$ milhões)



**Número de Clientes**  
(mil)

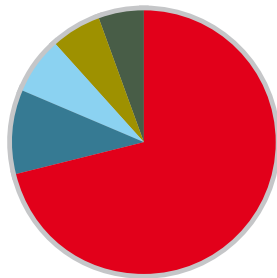


**Número de Colaboradores**



**Distribuição do Valor Adicionado**

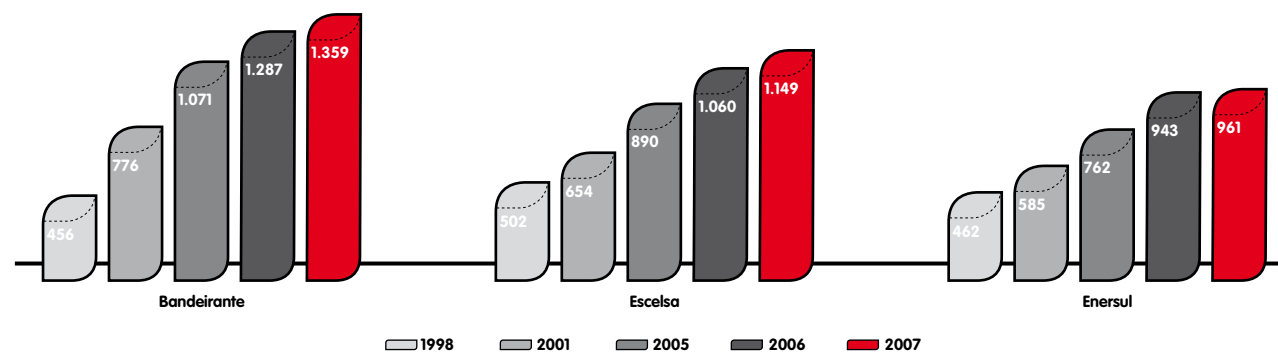
GRI  
EC1



- Governo e Sociedade - 70,8%
- Provedores de capital - 10,3%
- Empregados - 7,0%
- Lucros retidos - 6,2%
- Acionistas - 5,6%

**Produtividade**

(n° de clientes/colaborador)



## Mensagem do Conselho de Administração

GRI  
1.1

O ano de 2007 representou um avanço da Energias do Brasil no caminho do seu crescimento de forma sustentável. O desenvolvimento da companhia com base nos três eixos da estratégia de negócios do Grupo EDP - crescimento focado, risco controlado e eficiência superior - permitiram que continuemos a constituir uma referência em capacidade de criar valor para os nossos acionistas.

No Brasil, reforçamos a visão de crescimento focado com prioridade na área de geração, privilegiando as fontes renováveis, certos de que somos capazes de atuar com diferencial no momento em que todos buscam alternativas para o crescimento do parque gerador de energia elétrica no Brasil.

Estamos, neste momento, a estudar um conjunto muito significativo de locais para projetos de hídricas de média dimensão e também mini-hídricas. Para poder contribuir com uma resposta adequada ao aumento da procura nos próximos anos, anunciamos em 2007 o investimento na Usina Termelétrica Pecém, no Ceará, com capacidade instalada de 720 MW.

Desafiamos ainda toda a organização a melhorar o nível de eficiência, envolvendo a gestão de topo e transmitindo às equipes o espírito de exigência. O Vanguarda Opex, em curso em todas as empresas do Grupo, envolve centenas de colaboradores e, mais do que um projeto de economia de custos, busca consolidar a cultura de criação de valor.

O ano de 2007 foi também marcado por algumas alterações em termos regulatórios, cuja evolução, esperamos, possa vir a constituir uma base clara e sólida para o crescimento das distribuidoras da Energias do Brasil. A estabilidade das regras do jogo e uma visão de longo prazo, com incentivos ao investimento e à continuação dos elevados níveis de qualidade de serviço, são fundamentais.

Essa visão integrada da companhia e das suas práticas asseguraram a manutenção, pelo segundo ano consecutivo, das ações da Energias do Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo, que seleciona papéis de empresas reconhecidas pelo comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial.



Já havíamos reforçado esse compromisso em 2006 com a adesão ao Pacto Global, um desafio para empresas de todo o mundo no apoio e na execução de dez princípios de desenvolvimento sustentável nas áreas de direitos humanos, práticas trabalhistas e meio ambiente.

Ainda nessa direção, criamos o Instituto Energias do Brasil, que assume a responsabilidade por centralizar e harmonizar as atividades socioambientais, educativas e culturais da holding e de suas empresas controladas. Instituímos também o Canal da Sustentabilidade, espaço aberto na web para acolher sugestões, dúvidas e críticas de todos os públicos em relação ao trabalho que desenvolvemos.

As oportunidades de crescimento que vislumbramos no mercado brasileiro são acompanhadas dos desafios para cumprirmos nossa estratégia. Agradecemos o apoio que temos recebido de acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e comunidades das áreas de operação, certos de que permaneceremos alinhados em torno do mesmo objetivo de criação de valor.

**Antônio Mexia**  
**Presidente do Conselho de Administração**

## Mensagem da Diretoria

07

GRI  
1.1

No ano de 2007, a Energias do Brasil prosseguiu expandindo seus negócios e consolidando-se como referência no mercado energético brasileiro. Os nossos negócios cresceram, impulsionados pelo ambiente econômico favorável caracterizado por uma evolução superior a 5% do Produto Interno Bruto, pela estabilidade de preços, pela ampliação dos níveis de emprego e renda e do consumo de energia. Nossa capacidade de geração de energia foi ampliada em 25 MW, com a entrada em operação da PCH São João, ascendendo a 4.704 GWh (aumento de 19,7% em relação a 2006), a energia distribuída aos clientes do mercado regulado aumentou 4,5%, para 25.029 GWh, e a comercialização no mercado livre registrou acréscimo de 7,2%, para 7.188 GWh.

A receita líquida no ano totalizou R\$ 4.513 milhões, 13,3% acima de 2006. Nosso desempenho foi afetado pela revisão a Base de Remuneração Regulatória (BRR) da Enersul, que fora estabelecida em 2003 e homologada em 2006. A alteração representou um impacto de R\$ 183,1 milhões, integralmente reconhecido no quarto trimestre. O lucro líquido registrou acréscimo de 11,6%, quando comparado ao ano anterior, encerrando 2007 em R\$ 440 milhões.

Este ano, demos um passo importante no sentido de aumentar a nossa capacidade de geração, com a decisão de investir na construção da usina termelétrica Pecém, no Ceará, com capacidade instalada de 720 MW. Parte dessa energia - 615 MW - já foi vendida em leilão realizado em outubro, prevendo-se a entrada em operação do empreendimento para início de 2012.

Aperfeiçoamos controles internos e sistemas de gestão de riscos, com a construção de um Portal que centraliza todas as informações sobre fatores com potencial impacto sobre os resultados. É uma ferramenta que nos auxiliará a disseminar a cultura de gestão de riscos em todas as instâncias da Organização.

Na busca de eficiência superior, concluímos a interligação dos Centros de Operação do Sistema das três distribuidoras, que permite gerenciar remotamente o abastecimento de energia a nossos 10 milhões de consumidores. Ganhamos agilidade, flexibilidade, capturamos sinergias e reduzimos riscos operacionais. Também evoluímos com o Projeto Vanguarda, de otimização de custos em todos os níveis, que nos ajudará a cumprir a meta de sermos referência em eficiência e qualidade entre as empresas de energia do País.

Todos esses resultados são de responsabilidade da Equipe de Gestão anterior, em particular do Sr. diretor-presidente, Antônio Martins da Costa, que felicito pelo trabalho desenvolvido e pelos resultados obtidos à frente do Grupo Energias do Brasil desde o seu IPO.

Concluída a dispersão do capital em Bolsa e a respectiva reorganização societária, a Energias do Brasil vai iniciar um novo ciclo de desenvolvimento. Um ciclo que deverá estar marcado pela valorização da empresa e, internamente, pela motivação e mobilização de toda a organização em torno do primeiro objetivo.

São cinco os aspectos prioritários que vamos atender nesse novo ciclo, tal como já comunicamos a todos os nossos colaboradores:

### 1. Capital humano e cultura

A Energias do Brasil é composta por 2.920 colaboradores. Somos uma grande família. Vamos fortalecer a nossa cultura própria, uma cultura diferenciada que partilhe dos valores do Grupo EDP, mas que nos faça sobressair no mercado onde atuamos. Seremos uma empresa mais justa, aberta, ambiciosa, inovadora e excelente, com um forte espírito de equipe e colaboração, capaz de desenvolver os talentos que existem em cada um de nós e de nos motivar para excedermos sempre.



## **2. Crescimento e novas oportunidades**

O histórico recente demonstra que somos capazes de expandir os nossos negócios aproveitando oportunidades de aumentar nosso patrimônio. Queremos continuar a reforçar o valor das ações na Bolsa, que chega hoje a quase R\$ 4 bilhões, essencialmente por meio do crescimento no setor da geração tradicional - hídrica e termelétrica - e das novas energias. Neste campo, destacamos o papel central que desempenhará a energia da biomassa e a eólica. Elas farão parte da solução energética do Brasil do futuro. Tanta importância se refletirá na criação de uma área estratégica dedicada exclusivamente a esta atividade.

## **3. Cliente e inovação**

Temos hoje na Bandeirante, Escelsa e Enersul mais de 3 milhões de clientes finais. Comercializamos, por meio da Enertrade, 7,2 TWh/ano no mercado liberalizado. Ocupamos uma importante posição nos setores da distribuição e da comercialização brasileiros. Nessas áreas, privilegiaremos a excelência dos nossos serviços, a satisfação e a fidelização dos nossos clientes. A inovação será um traço dominante da cultura de serviço.

## **4. Custos e eficiência**

O Projeto Vanguarda, que visa a reduzir custos, já se traduziu, em 2007, numa redução de R\$ 41,6 milhões. Daremos continuidade ao processo de melhoria da eficiência operacional, em particular no setor da Distribuição. Poupança, eliminando desperdícios e aumentando a eficiência, estaremos gerando riqueza e agregando valor ao negócio.

## **5. Comunidade e responsabilidade social**

Hoje, a Energias do Brasil possui instalações em quatro Estados brasileiros e, por meio da Enertrade, faz negócios em todo o País. A nossa atividade é vital para a economia do País. Temos consciência da importância do serviço que prestamos e queremos continuar a ser agentes ativos no progresso das



comunidades onde estamos presentes. A nossa participação na responsabilidade social, na cultura, nas artes e no esporte será potencializada, cristalizando o reconhecimento coletivo de sermos uma empresa cidadã.

Nosso objetivo é criar valor para todos os acionistas e investidores, ajudar as comunidades nas quais estamos inseridos, satisfazer os clientes e fornecedores e sermos capazes de motivar o nosso capital humano, as pessoas. São desafios permanentes, que nos estimulam na busca da superação.

**Antônio Pita de Abreu**  
**Diretor-presidente**

## Engajamento das Partes Interessadas

07

GRI

4.14; 4.15;  
4.16; 4.17

De acordo com seus princípios de desenvolvimento sustentável, a Energias do Brasil estabelece políticas e processos que visam garantir o relacionamento transparente, proativo, de mão-dupla e ético com todos os seus públicos estratégicos.

A empresa mantém diferentes canais de comunicação para esses grupos e oferece informações periódicas sobre seus desempenhos econômico, social e ambiental. Também garante que as demandas, sugestões e críticas apresentadas sejam encaminhadas às áreas responsáveis e os solicitantes atendidos com agilidade e eficiência.

Em 2007, reforçou seu posicionamento com o lançamento de nove políticas que foram divulgadas a todos os colaboradores e publicadas na Internet e na Intranet da Energias do Brasil e das empresas do Grupo. As novas políticas são complementares ao Código de Ética e aos dez princípios do *Global Compact* (Pacto Global). São elas: Sustentabilidade; Contra Discriminação e Assédio; Contra Trabalho Infantil e Escravo; Combate à Corrupção, ao Suborno e à Propina; Meio Ambiente, Saúde e Segurança; Relações Sindicais; Valorização da Diversidade; Comunicação, e Ativos Intangíveis.

Outra iniciativa do ano foi a criação do Instituto Energias do Brasil, que tem como principal objetivo promover o diálogo com todas as partes interessadas, garantindo o equilíbrio entre as atividades socioambientais, educativas, culturais, assistência social, desenvolvimento local e voluntariado desenvolvidas pela Companhia nas localidades onde atua.

A criação do Canal de Sustentabilidade, um espaço na Intranet e Internet do Grupo, também dissemina a cultura de sustentabilidade entre todos os seus públicos estratégicos. A publicação anual do relatório de sustentabilidade é mais uma ferramenta de prestação de contas.

### Materialidade dos assuntos da sustentabilidade

A Energias do Brasil também realizou em 2007 um processo estruturado de mapeamento e consulta de públicos estratégicos da Empresa, composto pela seleção, identificação, priorização e diálogo com os *stakeholders*, envolvendo ações de capacitação, orientação e execução de oficinas internas e consolidação dos resultados das entrevistas e questionários.

As atividades realizadas seguiram as diretrizes e os princípios do GRI G3, no que se refere ao processo de engajamento dos *stakeholders*, objetivando a construção da matriz de materialidade e a definição dos assuntos relevantes a serem relatados no relatório anual.

Foram envolvidas nesse processo as empresas da Energias do Brasil, com a participação de 69 colaboradores, principais lideranças e representantes de grupos de *stakeholders* definidos pela empresa. Em todo este trabalho, a Empresa contou com o apoio da consultoria BSD Consulting.

Na matriz de materialidade, os assuntos foram classificados de acordo com a importância para a gestão da Energias do Brasil (visão das lideranças) e com a relevância na percepção dos *stakeholders* (externos e colaboradores). Os dados foram tratados e apresentados de forma corporativa, levando em conta o escopo e a abrangência do relatório de sustentabilidade da Empresa.

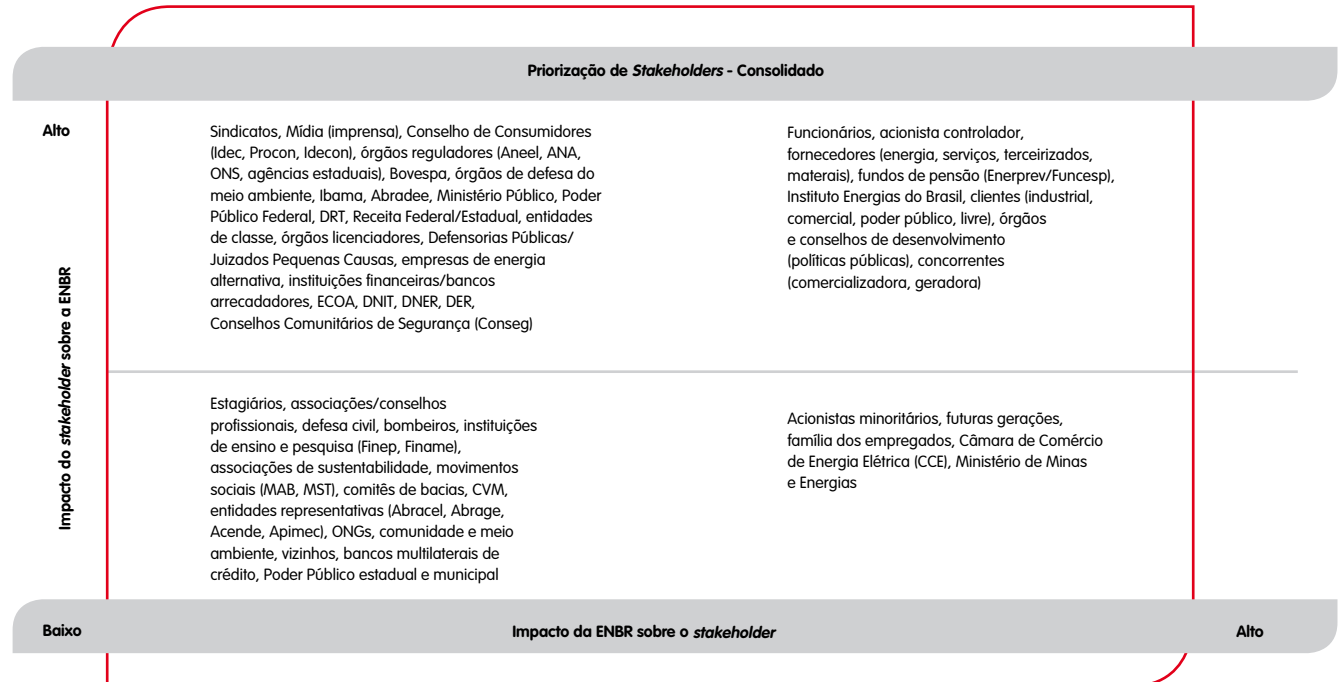
A iniciativa da ENBR em realizar tais atividades reflete a importância dada ao relatório de sustentabilidade na Companhia e certamente contribuiu para a qualidade do processo de elaboração e definição do conteúdo.

### Matriz de materialidade da Energias do Brasil

A matriz de materialidade da Energias do Brasil foi constituída procurando conciliar a perspectiva da Empresa sobre o impacto atual e futuro dos assuntos de sustentabilidade e a expectativa dos *stakeholders* nos assuntos de sustentabilidade da Companhia.

Foram utilizados quatro critérios na classificação dos assuntos quanto à sua relevância: muito alto, alto, médio e baixo. A atribuição de pontuação a esses critérios permitiu a sua consolidação, levando-se em conta a representatividade dos *stakeholders* estratégicos participantes e lideranças da Empresa.

Os resultados da materialidade dos assuntos de sustentabilidade são apresentados de acordo com o posicionamento dos temas na matriz; visão dos temas por quadrante; tabela de classificação dos assuntos; e comentários dos *stakeholders*.

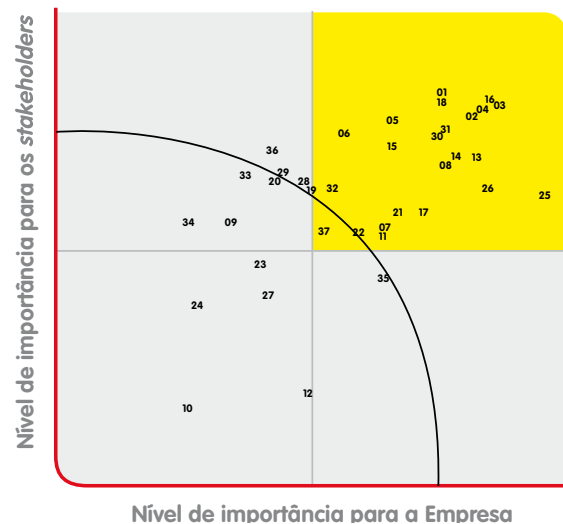


A apresentação nesses diferentes formatos providencia uma visão abrangente sobre a materialidade dos temas. A avaliação da materialidade não pode ser considerada como um critério que demonstra valor científico, mas um critério dinâmico e sujeito às visões subjetivas, permitindo à empresa focar melhor nas suas atividades de gestão e no relato da sustentabilidade.

Os assuntos são apresentados na matriz por meio de referência numérica, conforme tabela apresentada ao lado da figura.

Os assuntos posicionados no quadrante superior direito foram aqueles considerados com maior impacto na sustentabilidade da ENBR; os posicionados nos demais quadrantes acima da linha de referência representam também temas de grande importância para a Empresa e/ou stakeholders; os demais, colocados abaixo da linha de referência, mostraram-se de baixo significado.

**Matriz de Materialidade**



**ASSUNTOS**

**GOVERNANÇA CORPORATIVA**

- 01 - Suborno e corrupção
- 02 - Fraude
- 03 - Cumprimento legal

**MEIO AMBIENTE**

- 04 - Gestão ambiental
- 05 - Conservação
- 06 - Biodiversidade
- 07 - Mudanças climáticas

**RECURSOS HUMANOS**

- 08 - Treinamento e desenvolvimento
- 09 - Diversidade
- 10 - Horas extras
- 11 - Remuneração

**TERCEIRIZAÇÃO**

- 12 - Terceirização

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

- 13 - Fontes alternativas de energia
- 14 - Eficiência energética
- 15 - Consumo consciente

**RELACIONAMENTO COM CLIENTES**

- 16 - Satisfação de clientes
- 17 - Tarifas
- 18 - Atendimento a clientes

**MERCADO DA BASE DA PIRÂMIDE**

- 19 - Universalização do acesso à energia elétrica
- 20 - Tarifa social
- 21 - Regularização de ligações clandestinas

**RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE**

- 22 - Investimento social
- 23 - Patrocínio cultural
- 24 - Voluntariado

**REGULAÇÃO PÚBLICA**

- 25 - Cumprimento de contrato

**DIREITOS HUMANOS**

- 26 - Multas
- 27 - Direitos indígenas
- 28 - Trabalho infantil
- 29 - Trabalho forçado

**SAÚDE E SEGURANÇA**

- 30 - Taxa de acidentes / Segurança interna
- 31 - Segurança da rede pública
- 32 - Rede protegida

**EMISSÕES**

- 33 - CO<sub>2</sub>
- 34 - Demais emissões atmosféricas

**IMPACTO ECONÔMICO**

- 35 - Pagamento de tributos
- 36 - Geração de emprego
- 37 - Desenvolvimento de fornecedores

Com esse conjunto de ações, a Energias do Brasil busca engajar todos os seus públicos na promoção sustentável de suas atividades e estimula a adoção de práticas de responsabilidade social e cidadania.

Os principais mecanismos de comunicação e engajamento com cada grupo de *stakeholders* são:

| Público                | Subgrupos   | Ações   |
|------------------------|---|---|
| <b>Acionistas</b>      | Acionistas (controlador e minoritários)<br>Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa)  | Reuniões periódicas (mensais/trimestrais) com divulgação de informações relevantes ao negócio, resultados e posicionamento no mercado.<br>Para o acionista majoritário (Energias de Portugal), apresenta um relatório trimestral de sustentabilidade, com o acompanhamento dos indicadores econômicos, ambientais e sociais das empresas do Grupo no Brasil.  |
| <b>Público interno</b> | Colaboradores diretos e terceiros<br>Famíliares dos colaboradores<br>Sindicatos   | Promove ações de conscientização sobre responsabilidade social, cidadania e meio ambiente, garantindo o alinhamento dos princípios de sustentabilidade do Grupo no dia-a-dia das atividades. Realiza ainda pesquisa de clima, oferece o Canal de Sustentabilidade e canais de comunicação e de denúncia para ocorrência de não-cumprimento do código de ética.<br>Fornece informações claras e garante a ética no relacionamento com os sindicatos.                       |
| <b>Clientes</b>        | Clientes (industrial, comercial, poder público e livre)<br>Conselho de Consumidores<br>Concorrentes (comercializadora e geradora)<br>Câmara de Comércio de Energia Elétrica (CCEE)  | Conta com canais específicos para o atendimento dos clientes, respeitando características socioeconômicas, regionais e culturais. Mantém serviço de <i>call center</i> , agências de atendimento e área específica para o recebimento de sugestões e reclamações nos sites das empresas do Grupo. Realiza periodicamente pesquisas de satisfação sobre os serviços prestados.   |
| <b>Sociedade</b>       | Comunidades no entorno dos empreendimentos<br>ONGs e entidades sociais<br>Entidades representativas (Abracel, Abrage, Acende, Apimec)<br>Instituições de ensino e pesquisa<br>Instituições culturais<br>Mídia   | Promove o engajamento das comunidades por meio de programas sociais, culturais e ambientais. Realiza o monitoramento dos projetos sociais e estabelece canais específicos de comunicação para as comunidades atendidas.<br>Faz consultas públicas sobre os seus empreendimentos e desenvolve uma relação proativa e ética com os meios de comunicação e imprensa locais e de representatividade regional ou nacional.   |
| <b>Fornecedores</b>    | Fornecedores de energia, de serviços, de materiais e terceirizados  | Além das cláusulas com critérios socioambientais e de direitos humanos para a contratação de serviços e produtos, explicitadas nas políticas de sustentabilidade do Grupo, esses públicos são estimulados a expandir esses conceitos em seus negócios e apoiar ou desenvolver iniciativas de promoção da sustentabilidade.  |
| <b>Governo</b>         | Órgãos reguladores (Ministério das Minas e Energias; Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel; Agência Nacional da Água - ANA; Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee; agências estaduais)<br>Órgãos e conselhos de desenvolvimento (políticas públicas)<br>Órgãos de defesa do meio ambiente, Ministério do Meio Ambiente, Ibama<br>Ministério público, Receita Federal | A Companhia atende a todas as normas estabelecidas pelas agências governamentais referentes ao seu negócio e se coloca como parceira ativa no atendimento às demandas da sociedade. Apóia e/ou realiza projetos em parceria com governos municipais, estaduais e federal, que visam promover o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua e, de forma mais abrangente, a somar esforços na construção de um país mais próspero e com oportunidades para todos. |

## Compromissos

GRI  
4.12

A Energias do Brasil aderiu, em 2006, ao Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa dirigida à comunidade empresarial para tratar de valores fundamentais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Combate à Corrupção.

Com essa atitude, reforça a sua intenção de prosseguir no caminho da sustentabilidade e compromete-se a apoiar seus princípios, não apenas agindo de acordo com eles, mas também propagando a sua aplicação. Esse compromisso foi reafirmado em 2007 com a entrega, por parte da Empresa, do *Communication on Progress* (COP), documento que ratifica a adesão ao desafio.

No ano, o Grupo lançou nove políticas que reforçam esse posicionamento: Sustentabilidade; Contra Discriminação e Assédio; Contra Trabalho Infantil e Escravo; Combate à Corrupção, ao Suborno e à Propina; Meio Ambiente, Saúde e Segurança; Relações Sindicais; Valorização da Diversidade; Comunicação; e Ativos Intangíveis. Esses documentos foram distribuídos a todos os colaboradores e estão disponíveis na Internet e na Intranet da Companhia.

Também aderiu, em 2007, ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção. Ele é uma iniciativa do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Uniethos, Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime (UNODC), Fórum Econômico Mundial e Comitê Brasileiro do Pacto Global, com o apoio da Agência Brasileira das Agências de Publicidade (Abap) e da Fundação Ford. Representa um compromisso voluntário das empresas, em favor da ética nos negócios.

Em janeiro de 2007, o Grupo aderiu ao Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS),

e, em maio, firmou parceria com o Instituto Akatu, organização não-governamental que tem o objetivo de conscientizar e mobilizar o cidadão brasileiro pelo consumo consciente. O CEBDS faz parte da rede do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council for Sustainable Development - WBCSD*), uma coligação de altos executivos de 200 empresas líderes mundiais, voltadas para a excelência ambiental e princípios do desenvolvimento sustentável.

### Os 10 Princípios do Pacto Global

#### Princípios de Direitos Humanos

1. Respeitar e proteger os direitos humanos.
2. Impedir violações de direitos humanos.

#### Princípios de Direitos do Trabalho

3. Apoiar a liberdade de associação no trabalho.
4. Abolir o trabalho forçado.
5. Abolir o trabalho infantil.
6. Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho.

#### Princípios de Proteção Ambiental

7. Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.
8. Promover a responsabilidade ambiental.
9. Encorajar tecnologias que não agridem o meio ambiente.

#### Princípio contra a Corrupção

10. Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

## Governança Corporativa

07

O compromisso com as melhores práticas no relacionamento com seus públicos leva a Energias do Brasil a adotar uma governança corporativa caracterizada pela transparência, total respeito pelos direitos dos acionistas, prestação de contas e ampla divulgação de informações. Como reforço a esse modelo, a *holding* mantém apenas ações ordinárias (com direito a voto) listadas, desde julho de 2005, no Novo Mercado da Bovespa - segmento das empresas que assumem compromissos de governança adicionais às determinações de legislação das sociedades por ações.

Por seu desempenho, foi incluída entre as únicas 11 empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa da Bovespa que prestam informações organizadas aos acionistas antes da realização das assembleias. A pesquisa, feita pela Previ (caixa de previdência dos funcionários do Banco do Brasil), analisou as cerca de 150 companhias listadas nesses segmentos.

Entre as melhores práticas figuram:

- Extensão a todos os acionistas do direito de *tag along* de 100% (inclusão em oferta pública de aquisição de ações em decorrência da alienação de controle, por idêntico preço pago por ação do bloco de controle);
- Distribuição de dividendos de, no mínimo, 40% do lucro ajustado (ante 25% determinados pela legislação);
- Divulgação mais ampla de informações trimestrais, incluindo fluxo de caixa;
- Independência e qualificação dos membros do Conselho de Administração;
- Resolução dos conflitos entre os acionistas por meio de uma Câmara de Arbitragem, o que representa a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada.
- Código de Ética subscrito por todos os colaboradores ativos;
- Políticas de Negociação de Ações e de Divulgação de Informações.

GRI  
4.6

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por nove membros, incluindo dois diretores executivos e quatro conselheiros independentes, sendo dois deles indicados por acionistas minoritários. São eleitos pela Assembleia Geral para mandato de um ano, com possibilidade de reeleição. O órgão é responsável por estabelecer as políticas e diretrizes gerais dos negócios, incluindo a estratégia de longo prazo; eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar seu funcionamento, além das atividades definidas em lei e no Estatuto Social da Companhia.

A atuação é regida por um regulamento específico, que estabelece a política de avaliação do Conselho de Administração e de seus integrantes. As reuniões ordinárias acontecem a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. Em 2007, foram realizadas quatro reuniões ordinárias e seis extraordinárias.

A remuneração global dos conselheiros é aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, de forma separada à proposta de remuneração da Diretoria, e totalizou R\$ 1 milhão para o período de abril/2007 a março/2008. Não são mantidos processos estruturados para qualificação dos membros do Conselho nem para a auto-avaliação do desempenho.

A condição dos conselheiros independentes segue a definição do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC): não ter qualquer vínculo com a sociedade, exceto eventual participação de capital; não ser acionista controlador, membro do grupo de controle, cônjuge ou parente até segundo grau deles, ou ser vinculado a organizações relacionadas ao acionista controlador; não ter sido empregado ou diretor da sociedade ou de alguma de suas subsidiárias; não estar fornecendo ou comprando, direta ou indiretamente, serviços e/ou produtos à sociedade; não ser funcionário ou diretor de entidade que esteja oferecendo serviços e/ou produtos à sociedade, não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum diretor ou gerente da sociedade; e não receber outra remuneração da sociedade além dos honorários de conselheiro (dividendos oriundos de eventual participação no capital estão excluídos dessa restrição).

GRI  
4.1GRI  
4.7;  
4.9GRI  
4.3

### Diretoria Executiva

GRI  
4.5

A Diretoria Executiva é composta por seis membros eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos. É encarregada de administrar os negócios e adotar os atos necessários ou convenientes, bem como executar as deliberações do Conselho de Administração. A remuneração da Diretoria considera o alcance de metas econômicas, ambientais e sociais e é proposta pelo Conselho de Administração à Assembléia Geral Ordinária, que aprovou em 2007 o valor global de R\$ 4.500.000,00 para o período de abril/2007 a março/2008.

A partir de janeiro de 2008, a Diretoria passou a ter uma nova composição, decorrente da nomeação de Antônio Martins da Costa, diretor-presidente desde 2003, para o cargo de *chairman* e CEO da Horizon Wind Energy, empresa recentemente adquirida pela EDP nos Estados Unidos. Também passam a exercer outras funções no Grupo EDP, em Portugal, Custódio Alexandre Rouxinol Miguens e Antônio Eduardo da Silva Oliva, respectivamente vice-presidentes de Geração e Meio Ambiente e de Distribuição e Serviços Técnicos.

### Nova composição da Diretoria Executiva

**Diretor-presidente:** Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu;

**Diretor vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores:** Antonio José Sellare;

**Diretor vice-presidente de Geração:** Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro;

**Diretor vice-presidente de Distribuição:** João José Gomes de Aguiar;

**Diretor vice-presidente de Comercialização:** Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas;

**Diretor vice-presidente de Controle de Gestão:** Miguel Dias Amaro.

### Comitês de Assessoramento

No início de 2008, o Conselho de Administração decidiu pela extinção do Comitê de Supervisão, mantendo os outros três, que são: Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa. São responsáveis por assessorar o Conselho de Administração nas deliberações sobre as matérias apresentadas. Todos são integrados exclusivamente por três conselheiros, que podem solicitar informações e sugestões de integrantes da Diretoria-Executiva ou de membros do corpo gerencial da Companhia.

**Comitê de Auditoria** - É responsável por acompanhar e avaliar as atividades de auditorias externa e interna, monitorar os riscos de negócios e acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações. De caráter permanente, estabelece ainda procedimentos para recebimento, retenção e tratamento das queixas dos assuntos recebidos pelo Canal de Comunicação e Denúncia da Energias do Brasil. É composto por três membros, sendo um deles conselheiro independente (Francisco Gros, que ocupa o cargo de presidente do Comitê), um indicado pelo acionista controlador (Nuno Alves) e um nomeado pelos acionistas minoritários (Francisco Pitella).

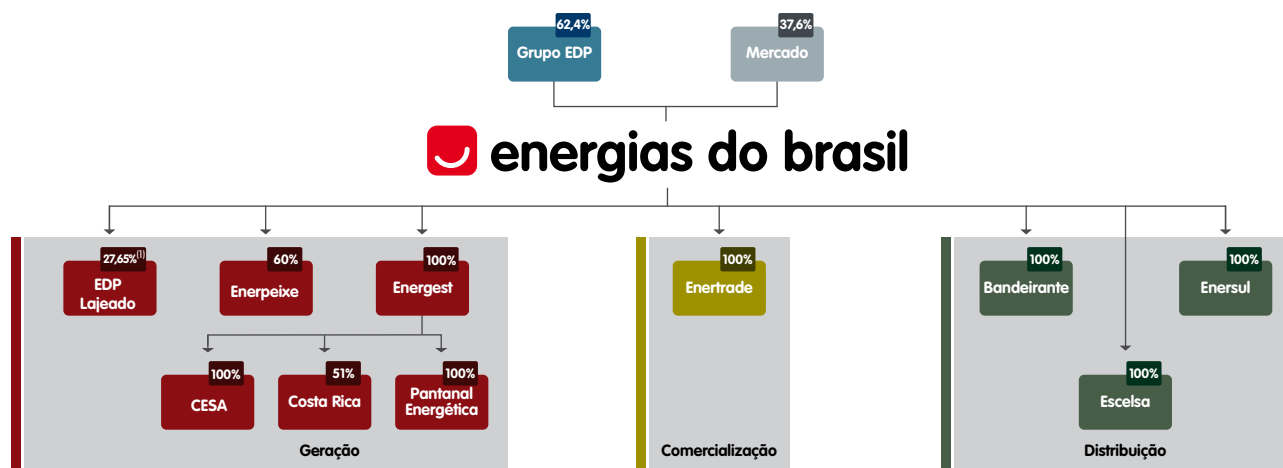
### Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa -

De caráter permanente, é encarregado de zelar pela perenidade da Organização, com uma visão de longo prazo e sustentabilidade, incorporando considerações de ordens social e ambiental na definição de negócios e operações. Deve também assegurar a adoção das melhores práticas de governança corporativa e dos mais elevados princípios éticos, visando aumentar o valor da sociedade, facilitar o acesso ao capital a custos mais baixos e contribuir, de modo igual, para a sua perenidade. Entre suas atribuições destaca-se a proposição do regime de avaliação do Conselho de Administração e de seus membros, além da análise e do acompanhamento de negócios entre partes relacionadas. O presidente do Comitê é conselheiro independente (Pedro Malan), sendo os dois outros membros Ana Maria Fernandes, representante do acionista controlador, e Modesto Carvalhosa, indicado pelos acionistas minoritários.

**Comitê de Remuneração** - Comitê consultivo de deliberação colegiada, de caráter não-permanente, tem a função de assessorar o Conselho de Administração nas deliberações relativas às políticas de remuneração da Energias do Brasil e de suas controladas. Dois de seus integrantes são indicados pelo acionista controlador (Antônio Mexia, que preside o Comitê, e Nuno Alves) e um é conselheiro independente (Pedro Malan).

GRI  
4.9

Estrutura Acionária



GRI 2.4

**Legenda**  
% do capital total

<sup>(1)</sup>Capital votante da Investco e representa o percentual que a Energias do Brasil detém da energia produzida. A Energias do Brasil possui 23,05% do capital total.

**Código de Ética**

O Código de Ética orienta as ações de relacionamento da Energias do Brasil S.A. e de suas controladas com seus públicos interno e externo. Estabelece uma conduta de transparência, honestidade e integridade, com o cumprimento de legislação, respeito aos direitos humanos, não-discriminação, igualdade de oportunidades e proibição de práticas de suborno e corrupção.

Na página da Companhia na Internet ([www.energiasdobrasil.com.br](http://www.energiasdobrasil.com.br)), no *link* Fale Conosco, há um canal de comunicação e denúncia pelo qual acionistas, colaboradores, clientes e fornecedores, bem como outros interessados, podem apontar condutas que julguem inadequadas aos princípios do Código de Ética do Grupo. Não é necessário identificar-se, com a garantia de anonimato para quem quiser preservá-lo. Os procedimentos para receber, reter e tratar as queixas recebidas por esse canal são definidos pelo Comitê de Auditoria.

GRI 4.2

Esse canal, assim como os integrantes dos comitês de assessoria ao Conselho e a área de Relações com Investidores, é uma instância para qualquer pessoa encaminhar recomendações ao Conselho de Administração.

**Políticas Corporativas**

Para o relacionamento com o mercado de capitais, são mantidas duas políticas que se alinham às melhores práticas de governança - a Política de Divulgação de Informações e Manutenção de Sigilo e a Política de Negociação com Valores Mobiliários. Ambas foram ajustadas em 2007, para se adequar à Instrução CVM 449, de 15 de março de 2007, alinhando a legislação às práticas de mercado.

A Política de Divulgação se aplica a todas as pessoas que possam deter informação relevante, estabelecendo regras de sigilo e confidencialidade e atribuindo responsabilidade direta e subsidiária pela divulgação de fato relevante ao diretor de Relações com Investidores e aos destinatários que tenham conhecimento pessoal de fato relevante, respectivamente.

A Política de Negociação fixa parâmetros e limites para a negociação com papéis da Companhia, de forma a evitar o uso de informações relativas a fatos relevantes para obter vantagem no mercado acionário.

GRI 4.6



Durante o ano, também foram editadas outras políticas corporativas, com o objetivo de aprimorar os padrões de governança e sustentabilidade. Essas políticas abordam: Sustentabilidade; Comunicação; Meio Ambiente, Saúde Ocupacional e Segurança; Relações Sindicais; Combate à Corrupção, Suborno e Propina; Contra o Trabalho Infantil e Escravo; Contra a Discriminação e o Assédio Sexual e Moral; Valorização da Diversidade; e Ativos Intangíveis.

#### **Auditoria Independente**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas entidades auditadas de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam de auditoria externa, a Companhia informa que os serviços prestados, no exercício de 2007, pelos auditores independentes foram aqueles relacionados à prestação de serviços de auditoria independente de demonstrações financeiras.

#### **Relações com Investidores**

A Diretoria de Relações com Investidores administra o relacionamento com o mercado de capitais. Durante o ano, foram realizadas diversas reuniões com profissionais e analistas do mercado de capitais e quatro teleconferências para a divulgação dos resultados trimestrais, iniciativas reconhecidas com o Selo Apimec, da Associação dos Analistas e Profissionais de Mercado de Capitais, que atesta a assiduidade do Grupo em seus encontros com o mercado. Na Internet, é mantida uma página de Relações com Investidores, com informações atualizadas sobre os negócios e o desempenho econômico-financeiro.

#### **Integrantes do Conselho de Administração**

GRI  
4.1

**Antônio Luis Guerra Nunes Mexia** - Presidente do Conselho de Administração da Energias do Brasil desde março de 2006, é também presidente do Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal. No Brasil, preside ainda o Comitê de Remuneração da companhia. Com relevantes passagens pelo setor energético português - foi presidente da Associação Portuguesa de Energia por dez anos, de 1992 a 2002, além de alto executivo de empresas como Galp Energia e Transgás -, destaca-se ainda por ter ocupado, de julho de 2004 a março de 2005, o Ministério das Obras Públicas, Transportes

e Comunicações do governo português. Na área acadêmica, destacou-se como professor no curso de pós-graduação em Estudos Europeus na Universidade Católica, de 1985 a 1989, e como assistente no Departamento de Economia da Universidade de Genève, entre 1979 e 1991.

**Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu** - Conselheiro e diretor-presidente a partir de 8 de janeiro de 2008. É engenheiro formado pela Universidade Técnica de Lisboa e atua no setor elétrico desde 1977. É também administrador-executivo da EDP, SA e administrador da Hidrocontábrico Energia. Além disso, é presidente da ELECPOR - Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico, vice-presidente da Associação Portuguesa de Energia e membro do Conselho de Administração da Union of the European Electricity Industry (Eurelectric). Anteriormente desempenhou diversos cargos de Diretoria em empresas do Setor Eléctrico. Foi, nomeadamente, Presidente da REN, Rede Eléctrica Nacional de Portugal, da EDP Geração, Vice-presidente da EDP Distribuição e da EDP Comercial. Como Administrador executivo da EDP tinha sob sua responsabilidade a Regulação, os Recursos Humanos e a Distribuição de Energia.

**Ana Maria Machado Fernandes** - Conselheira desde março de 2006 e integrante do Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa. Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto, em 1986, foi diretora de Planejamento Estratégico e M&A da Gás de Portugal, reportando-se diretamente ao CEO da empresa, administradora da Transgás S.A. e da Galp Energia, SGPS, SA, e presidente e CEO da Galp Power, SGPS, SA. Sem abdicar de uma sólida formação acadêmica, concluiu MBA pela Universidade do Porto, em 1989, e, no mesmo ano, pós-graduação em Finanças, pela Faculdade de Economia do Porto, onde foi ainda assistente nas cadeiras de Contabilidade Analítica e Análise Financeiras, de 1989 a 1991.

**Antonio José Sellare** - Conselheiro desde setembro de 2005, diretor vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores, além de membro efetivo do Conselho de Administração das empresas Bandeirante, Escelsa, Enersul, Energest, Enerpeixe, EDP Lajeado e Enertrade e membro suplente da empresa Investco S.A. Formado em Administração de Empresas pela PUC de São Paulo, acumulou experiência em instituições financeiras, com passagem pelas áreas administrativas e contábeis, administração de fundos de investimento, operações em bolsas de valores e com derivativos, gestão de risco, gestão de tesouraria e modelagem de produtos financeiros.

**Francisco Carlos Coutinho Pitella** - Conselheiro desde abril de 2007.

É Diretor de Relações com Investidores da GTD Participações S.A., empresa com investimentos na EDP - Energias do Brasil S.A. Presidente do Comitê de Investimento do Energia PCH Fundo de Investimento em Participações. Presidente do Conselho de Administração e Diretor Geral da Juruena Participações e Investimentos S.A., Empresa com Investimentos em PCHS no Estado do Mato Grosso. Representa as "Tradings" Marc Rich Investment Ag, Stratton Metals Ltd e Trafigura AG na Importação e Exportação de Minérios e Metais. Foi membro dos Conselhos de Administração e Fiscal da Escelsa e da Enersul. Foi Diretor da Vale do Rio Doce Alumínio S.A., membro dos Conselhos de Administração das empresas Valesul Alumínio S.A. e Mineração Rio do Norte S.A. e dos Conselhos Consultivos da Albras - Alumínio Brasileiro S.A. e Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A. Foi diretor geral para a América do Sul das "Tradings" Aioc Corporation e Marc Rich Investment AG. Engenheiro Civil, formado pela Escola Nacional de Engenharia da UFRJ.

**Francisco Roberto André Gros** - Conselheiro independente desde setembro de 2005 e presidente do Comitê de Auditoria. Preside ainda o Conselho de Administração da Wilson Sons, e é vice-presidente do Conselho de Administração da Globex Utilidades S.A. É membro dos Conselhos de Administração da OGX Petróleo e Gás, das Lojas Renner, Fosfêtil, Wellstream, AGCO e da The Nature Conservancy (Brasil). É ainda membro do Conselho Consultivo das seguintes companhias: Scania Latin America Ltda. e Banco Financia S.A. Formado em Economia pela Universidade de Princeton (EUA), foi presidente da Aracruz Celulose, do Banco Central do Brasil (por duas vezes), da Petrobras e do BNDES. Foi ainda membro titular da Câmara de Gestão da Crise de Energia e responsável pelo Comitê de Revitalização do Setor Elétrico.

**Modesto Souza Barros Carvalhosa** - Conselheiro desde setembro de 2005 e integrante do Comitê de Sustentabilidade e Governança. É também membro do Conselho Curador da Universidade Federal de São Carlos e da Fundação Padre Anchieta, do Conselho de Administração da Companhia Melhoramentos de São Paulo e da Câmara de Arbitragem da Bolsa de Valores de São Paulo. Formado em Direito pela Universidade de São Paulo e doutor de Direito Comercial e Econômico pela USP, foi professor de Direito Comercial da USP, consultor jurídico da Bolsa de Valores de São Paulo, presidente do Tribunal de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Seção São Paulo e membro da Comissão Constitucional da OAB.

**Nuno Maria Pestana de Almeida Alves** - Conselheiro desde março de 2006 e integrante dos Comitês de Auditoria e de Remuneração. Apesar de licenciado em Engenharia e Construção Naval pela Universidade de Michigan, em 1980, foi pela área administrativo-financeira que Nuno Alves construiu a sua carreira. Na mesma universidade onde alcançou o título de engenheiro, tornou-se mestre em Gestão de Empresas, em 1985. Três anos depois, deu início à sua trajetória profissional, como técnico na direção de estudos e planejamento do Banco Comercial Português. Fez carreira na instituição, onde passou por diversos cargos até assumir, em 1999, a presidência do Conselho de Administração da CISF Dealer (braço de investimentos do Banco Comercial Português), e, em 2000, o cargo de Administrador com os Pelouros de Tesouraria e Mercado, do agora denominado Millennium BCP Investimento (anterior Banco CISF).

**Pedro Sampaio Malan** - Conselheiro desde setembro de 2005. Atualmente exerce o cargo de presidente do Conselho de Administração do Unibanco, presidente do Conselho de Administração da empresa Globex-Ponto Frio, membro do Conselho Consultivo da Alcoa Alumínio S.A. É professor do Departamento de Economia da Universidade Católica do Rio de Janeiro e autor de dezenas de trabalhos sobre economia brasileira e internacional, publicados no Brasil e no exterior. Foi ministro da Fazenda durante oito anos, de 1995 até 2002, e presidente do Banco Central do Brasil, no período de 1993 a 1994. Foi consultor especial e negociador-chefe para Assuntos da Dívida Externa, do Ministério da Fazenda, no período de 1991 a 1993; diretor-executivo do Banco Mundial, de 1986 a 1990 e de 1992 a 1993; diretor-executivo no Banco Interamericano de Desenvolvimento, de 1990 a 1992; diretor do Centro de Empresas Transnacionais da ONU, em Nova York, de 1983 a 1984; diretor do Departamento de Economia Internacional e Assuntos Sociais da ONU, em Nova York, de 1985 a 1986. Formado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da PUC do Rio de Janeiro em 1965, Pedro Malan é Ph.D. em Economia pela Universidade de Berkeley, Califórnia.

#### **Integrantes da Diretoria-executiva**

**Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu** - Diretor-presidente a partir de 8 de janeiro de 2008. Biografia já apresentada em Conselho de Administração.



**Antonio Sellare** - Diretor vice-presidente de Finanças e de Relações com Investidores, **Carlos Loureiro** - Diretor vice-presidente de Geração, **Miguel Amaro** - Diretor vice-presidente de Controle de Gestão, **António Pita de Abreu** - Diretor-presidente, **Miguel Setas** - Diretor vice-presidente de Comercialização, **João Aguiar** - Diretor vice-presidente de Distribuição

**Antonio José Sellare** - Diretor vice-presidente de Finanças e de Relações com Investidores desde 1º de setembro de 2000. Biografia já apresentada em Conselho de Administração.

**Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro** - Diretor vice-presidente de Geração a partir de 8 de janeiro de 2008, após ocupar a vice-presidência de Comercialização desde janeiro de 2003. É presidente suplente do Conselho de Administração da Enerpeixe e membro do Conselho de Administração da Coelce. Foi diretor comercial da Bandeirante Energia e diretor de Gestão e Sistemas Comerciais da EDP - Distribuição. Estudou Engenharia Eletrotécnica na Universidade do Porto, e Direção de Empresas (Pade) na Escola de Direção e Negócios (Aese). Desempenhou diversas funções na Ordem dos Engenheiros de Portugal e na Associação Europeia das Associações de Engenheiros Electrotécnicos (Eurel), a qual presidiu. Em Portugal, teve intensa atividade pública. Foi vereador da Câmara Municipal de Coimbra, vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, governador civil do Distrito de Coimbra, secretário de Estado da Construção e Vias Terrestres (Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações), presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro e secretário de Estado da Administração Interna (1991 a 1995), entre outras funções.

**João José Gomes de Aguiar** - Diretor-presidente da Bandeirante Energia e Vice-Presidente da Energias do Brasil desde março de 2005. Com longa carreira no Grupo EDP, onde trabalha desde 1979, acumula passagens pela diretoria de diversas empresas da *holding*, entre elas a CPPE (Companhia Portuguesa de

Produção de Electricidade) e a EDP Distribuição, na qual chegou à vice-presidência. Engenheiro Eletricista e com pós-graduação em Economia da Energia, foi professor convidado da Universidade Técnica de Lisboa e vice-presidente da Associação Portuguesa de Energia.

**Miguel Dias Amaro** - Diretor vice-presidente de Controle de Gestão a partir de 8 de janeiro de 2008. Engenheiro mecânico formado pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (IseL), foi anteriormente diretor de Auditoria Interna Corporativa da Portugal Telecom (PT), entre outubro de 2003 e dezembro de 2007. Antes da PT, onde foi também assessor do presidente executivo Miguel Horta e Costa, em 2003, trabalhou como analista financeiro do setor de telecomunicações, no Espírito Santo B&M, em Madrid, de 2000 a 2002, e como adjunto da Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças, do Ministério das Finanças do governo de Portugal, entre novembro de 1999 e setembro de 2000.

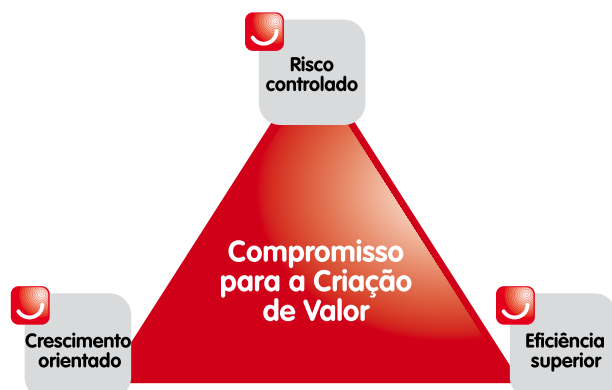
**Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas** - Diretor vice-presidente de Comercialização. Iniciou a sua carreira como consultor na McKinsey & Co e está ligado ao setor da energia desde 1998. Ingressou no Grupo EDP em 2006. Foi Administrador da EDP Comercial, da EDP Inovação, da Portgás e da Fundação EDP. Formou-se em Engenharia Física e fez o Mestrado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores no Instituto Superior Técnico, em Lisboa. Em 1996, fez MBA na Universidade Nova de Lisboa. No Grupo Galp Energia foi Diretor de Marketing Estratégico e Administrador da Lisboagás. Foi ainda Administrador da CP - Comboios de Portugal e presidente da CP Lisboa.

## Estratégia Empresarial

07

GRI  
1.2

Para atingir o objetivo de consolidar-se como uma empresa referência no mercado brasileiro, comprometida em criar valor com sustentabilidade, a Energias do Brasil orienta sua atuação com base em três pilares: crescimento orientado, risco controlado e eficiência superior.



Na execução de sua estratégia, tem o apoio da ferramenta de gestão Balanced Scorecard (BSC), que traduz a estratégia em planos de ação desenvolvidos em quatro perspectivas: financeira; do cliente; interna; e de aprendizado e crescimento. Todo esse processo é baseado em três fatores: buscar inovação com foco na cadeia de valor, integrar a sustentabilidade ao negócio e garantir a melhoria contínua na qualidade da gestão.

### Crescimento orientado

Na perspectiva de mercado, pretende tornar-se um dos operadores mais fortes e equilibrados no Brasil. Para isso, a Organização busca o crescimento do portfólio de negócios, prioritariamente em geração, assim como ampliar as vendas de energia e serviços de comercialização e atender o crescimento de mercado em distribuição. No aspecto de aprendizado e crescimento, dirige o investimento em capital humano focado no valor.

### Risco controlado

Para assegurar a criação de valor para os acionistas, procura sustentar elevado padrão em governança corporativa e sustentabilidade, o que envolve manter sob controle os riscos de mercado, financeiros e regulatórios. Para isso, conta com o apoio de sistemas de gestão alinhados à estratégia e processos de comunicação interna e externa potencializados.

### Eficiência superior

Com o objetivo de aumentar a qualidade e a eficiência das operações, seus programas seguem forte disciplina de investimentos e procuram maximizar a eficiência operacional e garantir a melhoria contínua na qualidade de gestão. O cumprimento desse pilar envolve também o fortalecimento da marca das empresas e do Grupo e a promoção de uma cultura orientada para o valor.

### Prioridades

Cinco aspectos são considerados prioritários na execução da estratégia:

- 1. Capital humano e cultura** - Fortalecer a cultura do Grupo, compartilhando os valores da EDP, de forma a sobressair no mercado de atuação. Ser uma empresa mais justa, aberta, ambiciosa, inovadora, com um forte espírito de equipe e colaboração, capaz de desenvolver os talentos e motivar seus profissionais.
- 2. Crescimento e novas oportunidades** - Reforçar o valor das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, por meio do fortalecimento dos negócios de distribuição e comercialização e da contínua expansão na geração, tanto de energias convencionais (hídrica e termelétrica) como renováveis.

**3. Cliente e inovação** - Privilegiar a excelência dos serviços e a fidelidade dos clientes, sendo a inovação um traço dominante na cultura de serviço.

**4. Custos e eficiência** - Dar continuidade ao processo de melhoria operacional, especialmente na área de distribuição. As iniciativas para poupar, eliminar desperdícios e aumentar a eficiência significam produção de riqueza e agregação de valor ao negócio.

**5. Comunidade e responsabilidade social** - Consciente da importância da atividade para a economia brasileira, a Energias do Brasil quer continuar a ser um dos agentes fundamentais no progresso das comunidades onde está presente. Para isso, vai potencializar sua participação na responsabilidade social, na cultura, nas artes e no esporte, cristalizando o reconhecimento coletivo de ser uma empresa-cidadã.

#### Projeto Vanguarda

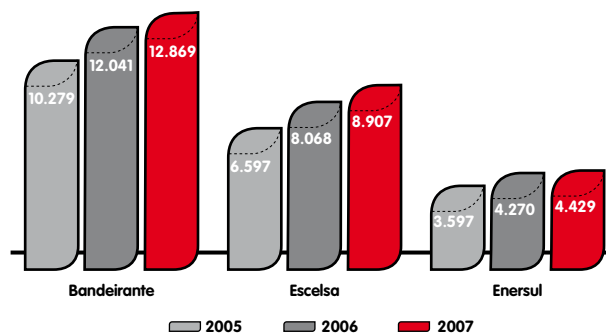
O foco na eficiência inspira o Projeto Vanguarda, que engloba uma série de medidas destinadas a criar valor para Energias do Brasil, promover o alinhamento ao seu modelo de negócios e criar a cultura de otimização de custos.

Ele é uma continuidade do Programa Eficiência, iniciado em 2004, que buscou economias por meio de sinergias entre as empresas do Grupo, como parte do processo de criação da Energias do Brasil. Uma segunda etapa foi o Vanguarda Organizacional, baseado em economias com a reestruturação organizacional. Uma terceira iniciativa é o Vanguarda Opex, iniciado em 2007 e integrado por medidas de otimização dos gastos em todos os níveis.

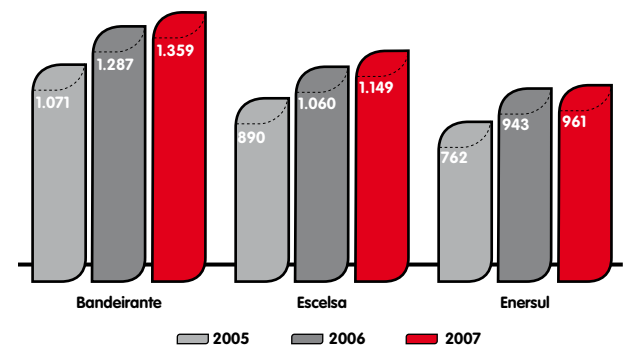
No encerramento de 2007, o quadro de colaboradores da Energias do Brasil era de 2.920 funcionários. O Programa Vanguarda, concluído no final do ano, resultou no desligamento líquido de 573 empregados. Em 2007, as economias de pessoal resultantes do Vanguarda foram de R\$ 41,6 milhões. Considerando que diversos desligamentos ocorreram ao longo de 2007, o impacto integral do PDV, estimado em R\$ 61,5 milhões, ocorrerá a partir de 2008.

O Programa Vanguarda foi direcionado principalmente às distribuidoras e resultou em economias de R\$ 35,6 milhões nesse segmento, na comparação entre 2007 e 2006. A redução do quadro de pessoal resultou em melhoria dos indicadores de produtividade na distribuição, como pode ser visto nos gráficos abaixo:

**Produtividade**  
(MWh/colaboradores)



**Nº de Clientes/Colaboradores**



# Índice

07

## Desempenho Econômico

|  |    |
|--|----|
| Cenário Macroeconômico e do Setor de Energia | 32 |
| Ambiente Regulatório                         | 33 |
| O Negócio da Energias do Brasil              | 36 |
| Distribuição                                 | 36 |
| Geração                                      | 40 |
| Comercialização                              | 43 |
| Análise do Desempenho Econômico-Financeiro   | 44 |
| Geração e distribuição de riqueza            | 44 |
| Receita consolidada                          | 44 |
| Gastos operacionais                          | 46 |
| Resultado do serviço - EBIT                  | 48 |
| EBITDA e margem EBITDA                       | 48 |
| Resultado financeiro                         | 48 |
| Lucro líquido                                | 48 |
| Endividamento                                | 48 |
| Mercado de Capitais                          | 50 |
| Ativos Intangíveis                           | 53 |
| Gestão de Riscos                             | 54 |
| Investimentos e Perspectivas                 | 55 |
| Metas Econômicas                             | 56 |



## Desempenho Econômico

### Cenário Macroeconômico e o Setor de Energia Elétrica

O cenário de 2007 foi marcado pelo bom desempenho da atividade econômica, com uma taxa de crescimento do PIB superior a 5%, impulsionada pelo nível mais baixo das taxas de juros reais e pelo acelerado crescimento da oferta de crédito, que evoluiu 27,3% no ano, de acordo com indicadores do Banco Central. Com as perspectivas de continuidade de um ambiente favorável, o fluxo de entrada de dólares manteve-se abundante, levando a uma valorização de 17% do real em comparação ao dólar.

A recuperação mundial das cotações dos alimentos pressionou os índices de preços no final do ano, levando o IPCA a encerrar 2007 muito próximo da meta de 4,5% e o Banco Central a interromper o ciclo de flexibilização da política monetária, após reduzir a taxa Selic de 13,25% para 11,25%. Para 2008, as perspectivas para a economia brasileira seguem positivas, ainda que cercadas de maior cautela por conta das incertezas que rondam o cenário internacional.

#### Consumo de Energia Elétrica

Nesse cenário, o consumo de energia no País cresceu 4,8% no ano, segundo balanço divulgado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) no final de dezembro, percentual abaixo

da variação do PIB, mas superior aos 3,5% registrados no ano anterior. Esse descolamento, segundo a entidade, pode indicar uma maior participação de segmentos não intensivos em energia na economia brasileira e o aumento da autoprodução de energia por grandes consumidores.

O balanço do ONS aponta que a carga de energia no País - que inclui consumo e perdas de eletricidade no sistema - atingiu 49.734 MW médios em 2007, em comparação a 47.473 MW médios em 2006. A maior alta de consumo (5%) ocorreu nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, subsistema que representa 62% da carga de energia do País. Na Região Nordeste, o crescimento foi de 4,8%, impulsionado pelo desenvolvimento econômico regional provocado pelos programas sociais do governo. No Sul, o crescimento na carga de energia foi de 4%, com forte influência da retomada da produção agrícola. Já no Norte, o aumento foi de 3,7%.

No decorrer de 2007, a agenda do setor elétrico voltou a incluir o debate sobre os riscos de desabastecimento de energia, especialmente para o período 2009-2011. Essa preocupação decorre de atrasos em licenciamento e obras de centrais hidrelétricas, problemas de fornecimento de gás natural da Bolívia, que abastece centrais termelétricas, e redução dos níveis de reservatórios hídricos, em decorrência de menores volumes de chuvas no período do verão.





## Ambiente Regulatório

Em 2007, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deu início ao segundo ciclo de revisões tarifárias, com o objetivo de assegurar um processo com maior clareza e dotado dos atributos essenciais de reprodutibilidade e previsibilidade. Para tanto, o órgão regulador emitiu normativos com ajustes metodológicos, em sua maioria consagrando aspectos já adotados informalmente. Alguns dos temas ainda demandam aprimoramentos, estudos e a formatação de uma nova abordagem, como é o caso de tratamento de perdas e de inadimplência, enquanto outros requerem atualização ou revisão dos parâmetros de cálculo, dentre os quais custos com pessoal e despesas e investimentos em tecnologia de informação.

Tanto os aspectos submetidos a novos estudos quanto aqueles que demandam revisão de parâmetros estão sendo submetidos à audiência pública. Depois dessa fase, irão para validação final e subsequente publicação dos instrumentos necessários para a sua aplicação. Destaca-se a formação do Banco de Preços para apuração da Base de Remuneração Regulatória (BRR), em que o aprimoramento inicialmente normatizado pela Resolução Aneel 234/2006 demandará outros estudos, trazendo como consequência a necessidade de a Agência incluir seu reposicionamento normativo para apreciação da audiência pública.

Essa audiência ocorrerá em abril de 2008 e estima-se para o final do primeiro semestre a definição do conjunto de normas e parâmetros regulatórios do presente ciclo de revisão tarifária. Exceto com relação ao Banco de Preços, os demais itens ainda alcançarão as revisões tarifárias desse ciclo.

### BRR da Enersul

A Aneel alterou, em dezembro, as tarifas da Enersul que haviam sido aprovadas na Revisão Tarifária de abril de 2003, determinando uma redução de 6,66% na tarifa média.

A redução é decorrente da notificação do órgão regulador, feita à Enersul em agosto e tornada definitiva em dezembro, de diminuir a Base de Remuneração Regulatória (BRR) líquida da empresa em R\$ 126 milhões e a BRR bruta em R\$ 265 milhões. A BRR é composta dos ativos necessários para prestar o serviço de distribuição de acordo com as condições do contrato de concessão. Esses ativos são avaliados a preços de mercado e ajustados por meio de índices de aproveitamento definidos pela Aneel. O valor da BRR líquida anteriormente homologado, de R\$ 782 milhões, fora apurado em 2003 por uma empresa independente, na época credenciada pelo órgão regulador.



Além da redução de 6,66% da tarifa média ocorrida em dezembro de 2007, haverá ainda a consideração dos valores retroativos a 2003, da ordem de R\$ 183,1 milhões (impacto econômico, sem efeito de impostos, reconhecido pela Empresa no resultado do quarto trimestre de 2007). Deduzida a última parcela do diferimento tarifário de 2003 não recebido pela Enersul, a redução da BRR implicará uma devolução líquida estimada de R\$ 141,6 milhões, a serem pagos mediante redução tarifária em condições e prazos a serem definidos pela Aneel na revisão de abril de 2008.

A Enersul questionou a decisão do órgão regulador por meio de recurso administrativo. A revisão consiste em decisão incomum no setor elétrico brasileiro, pois se refere à reabertura de um laudo de avaliação fiscalizado diversas vezes pela Aneel, afetando a BRR da Enersul, considerada definitiva em 2005 e blindada em 2006, conforme Resolução Aneel nº 234/2006. Em abril de 2008, data da revisão periódica estabelecida no contrato de concessão, será aferido o valor a ser restituído, bem como definido o prazo para efetivar-se a devolução.

#### Revisões Tarifárias

| Concessionária | Periodicidade      | Data da próxima revisão |
|----------------|--------------------|-------------------------|
| Bandeirante    | A cada quatro anos | Outubro de 2011         |
| Enersul        | A cada cinco anos  | Abril de 2008           |
| Escelsa        | A cada três anos   | Agosto de 2010          |

#### Revisões Tarifárias de 2007

Periodicamente, a Aneel revisa as tarifas de energia elétrica autorizadas para as concessionárias de distribuição. Em 2007, foram revisadas as tarifas da Escelsa e da Bandeirante, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural etc.). A revisão tarifária da Enersul será realizada em abril de 2008.

Essa revisão tem o objetivo de reavaliar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar aos consumidores os ganhos de produtividade da concessionária. Para esse processo, são considerados dados projetados para os próximos 12 meses e verificados todos os itens dos custos gerenciáveis (Parcela B), para definição dos custos eficientes, tendo como parâmetro uma empresa de referência definida pelo órgão regulador.

**Escelsa** - As tarifas da Escelsa foram revisadas em -6,92% para o período a partir de agosto de 2007. Considerando-se ajustes financeiros já incluídos na tarifas, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, o reajuste médio efetivo nas faturas de energia elétrica foi de -9,62%. A Aneel estabeleceu também, de forma preliminar, o Fator Xe de 1,45%, a ser utilizado a partir do reajuste tarifário de 2008.

**Bandeirante** - O reposicionamento médio das tarifas da Bandeirante Energia, de -8,80% entrou em vigor a partir de 23 de outubro de 2007, mediante resultado, ainda provisório, do segundo ciclo de Revisão Tarifária, englobando todas as classes de consumidores (residencial, industrial, comercial, rural e demais). Considerando-se os ajustes financeiros associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, a percepção média para o consumidor foi de -12,47% devido ao efeito combinado dos ajustes financeiros de 2006 e 2007.

A Bandeirante impetrou Recurso Administrativo na Aneel a propósito do resultado do Relatório da Fiscalização que deu origem à aprovação provisória da BRR da empresa.

O recurso abrange os itens (i) precificação de Ativos da Base Incremental, que foram adquiridos anteriormente a 2003, mas utilizados apenas após o primeiro ciclo de revisão tarifária, e (iii) os percentuais dos Componentes Menores de redes de distribuição.

A Aneel estabeleceu, também como preliminar, o Fator Xe de 0,74%, que deve incidir sobre o reajuste tarifário de 2008.

#### Revisão Tarifária 2007 (R\$ Mil)

|                                   | Escelsa          | Bandeirante      |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
| <b>Receita Verificada</b>         | <b>1.356.583</b> | <b>2.146.463</b> |
| <b>Parcela A</b>                  | <b>814.707</b>   | <b>1.402.476</b> |
| <b>Parcela B</b>                  | <b>452.202</b>   | <b>567.473</b>   |
| Empresa de referência             | 221.263          | 262.867          |
| Inadimplência                     | 8.852            | 12.667           |
| Remuneração bruta de capital      | 143.590          | 184.119          |
| Quota de depreciação              | 78.497           | 107.820          |
| <b>Total da receita requerida</b> | <b>1.266.908</b> | <b>1.969.950</b> |
| (-) Outras receitas               | 4.177            | 12.443           |
| Receita requerida líquida         | 1.262.730        | 1.957.506        |
| Reposicionamento tarifário        | - 6,92%          | - 8,80%          |
| Ajuste financeiro 2007            | 4,76%            | - 0,52%          |
| Ajuste financeiro 2006            | 7,46%            | 3,15%            |
| <b>Reposicionamento total</b>     | <b>- 9,62%</b>   | <b>- 12,47%</b>  |
| BRR Bruta                         | 1.842.657        | 2.354.144        |
| BRR Líquida                       | 952.457          | 1.221.292        |

A provisoriedade dos resultados do reposicionamento tarifário da Escelsa e da Bandeirante se justifica, uma vez que o órgão regulador iniciou Audiência Pública para a revisão de conceitos gerais, metodologias e tratamento regulatório objeto da Resolução Normativa Aneel 234/2006, cuja definição ainda alcançará a revisão tarifária de 2007/2008.

### **Mercado Livre**

Em 2007, o mercado livre de energia elétrica teve sua atenção focada em três temas: venda de energia de fontes incentivadas (pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, eólica e solar); participação das comercializadoras em leilões de compra de energia; e formação de preço no mercado de curto prazo.

A venda de energia de fontes incentivadas a consumidores especiais teve sua regulamentação aprovada pela Aneel em novembro de 2007, com vigência a partir de janeiro de 2008, esclarecendo aspectos pendentes no final do ano anterior. As novas regras envolvem a contabilização e liquidação da energia proveniente de fontes incentivadas e também tratam de mecanismos de cálculo do desconto nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão - TUSD e TUST, respectivamente - para cada agente envolvido no processo.

Além disso, a Aneel alterou as fórmulas algébricas e aperfeiçoou o texto nas regras. A medida favorece a realização de investimentos, por parte das comercializadoras, em projetos de geração de pequeno porte, ampliando a capacidade de expansão dessas fontes.

Os dois outros temas ainda estão em discussão. A abertura para a participação de comercializadoras em leilões é entendida pela Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel) como medida complementar capaz de equacionar a demanda total do setor energético, e não apenas dos consumidores cativos. O debate também continua na questão da formação de preços para o mercado de curto prazo como maneira de administrar as fortes oscilações que podem afetar a saúde do setor.

A oscilação dos preços de energia é dada basicamente pela variação dos volumes de água que chegam aos reservatórios (vazões afluentes), que se intensifica conforme o equilíbrio entre a oferta e demanda por energia. Como a oferta de energia hidráulica é decorrente do estoque nos reservatórios e da energia afluente, o desequilíbrio do balanço amplia a dependência da energia afluente já que o estoque é insuficiente para o atendimento ao mercado. Dessa forma, a volatilidade das afluições é transmitida quase que integralmente para os preços.



## Distribuição

As atividades de distribuição são desenvolvidas por três concessionárias, que atendem cerca de 3,2 milhões de clientes, em regiões com população total de aproximadamente 10 milhões de pessoas:

**Bandeirante** - Fornece energia para 1,4 milhão de clientes, em 28 municípios nas regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo, onde residem aproximadamente 4,4 milhões de pessoas. A região concentra empresas de setores econômicos importantes, tais como aviação e fabricação de papel e celulose.

**Enersul** - Maior distribuidora de energia do Mato Grosso do Sul, presta serviços para 710 mil clientes em 73 dos 78 municípios do Estado, cuja população soma 2,1 milhões de habitantes. As principais atividades econômicas da região são agricultura e pecuária.

**Escelsa** - Atende uma população de 3,2 milhões de habitantes em 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, com o fornecimento de energia para 1,1 milhão de clientes. As principais atividades econômicas do Estado são siderurgia, mineração de ferro, produção de papel, petróleo e gás.

As três empresas distribuíram 25.029 GWh em 2007, volume 4,5% acima do ano anterior. A receita líquida totalizou R\$ 3.915,9 milhões, crescimento de 9,6% em comparação a 2006. O EBITDA, de R\$ 679,3 milhões, registrou queda de 18,1%.

Os resultados operacionais refletem o crescimento do consumo de energia durante o ano, especialmente nas classes comercial, residencial e rural. O desempenho financeiro foi influenciado pela revisão tarifária das empresas Escelsa e Bandeirante, que significou redução de 9,62% e 12,47% respectivamente. O maior impacto, entretanto, é proveniente da alteração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) da Enersul referente a 2003.

### Perfil das Concessões

|   | Bandeirante | Escelsa        | Enersul            |
|---|-------------|----------------|--------------------|
| Estado                                  | São Paulo   | Espírito Santo | Mato Grosso do Sul |
| Municípios atendidos                    | 28          | 70             | 73                 |
| Habitantes (milhões)                    | 4,4         | 3,2            | 2,1                |
| Clientes (mil)                          | 1.401       | 1.095          | 710                |
| Área de concessão (km <sup>2</sup> )    | 9.644       | 41.241         | 328.316            |
| Energia distribuída (GWh)               | 13.268      | 8.488          | 3.273              |
| Energia vendida a clientes finais (GWh) | 8.045       | 4.565          | 2.825              |
| Nº de colaboradores                     | 1.031       | 953            | 739                |
| Produtividade (clientes/colaborador)    | 1.359       | 1.149          | 961                |

### Caracterização do Sistema Elétrico

|   | Bandeirante | Escelsa | Enersul |
|---|-------------|---------|---------|
| Nº de subestações   | 58          | 72      | 91      |
| Potência instalada (MVA)                                    | 3.153       | 2.931   | 1.646   |
| Rede de alta tensão (km) - maior ou igual a 69 kV           | 866         | 2.659   | 3.754   |
| Rede de média e baixa tensão - menor que 69 kV              | 25.328      | 50.873  | 63.563  |
| Nº de transformadores de distribuição (própria e terceiros) | 53.010      | 106.290 | 64.022  |
| Potência instalada (MVA) - Própria                          | 2.671       | 1.934   | 1.060   |
| Potência instalada (MVA) - Terceiros                        | -           | 1.624   | 1.271   |

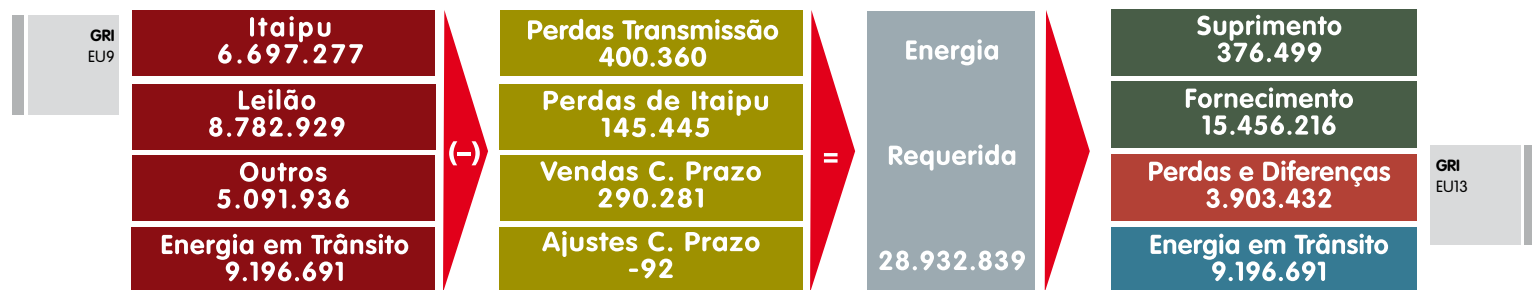
GRI  
EU3

### Balço Energético

O volume de energia requerida pelo sistema de distribuição composto pelas concessionárias da Energias do Brasil totalizou 28.933 GWh em 2007. Desse total, 51,4% foram para a Bandeirante, 34,0% para a Escelsa e 14,6% para a Enersul.

O fornecimento para clientes finais, consumo próprio e suprimento absorveu 15.833 GWh e a energia em trânsito, distribuída a clientes livres, 9.197 GWh, alterando a configuração do balanço energético em relação aos anos anteriores em decorrência da migração dos clientes cativos para a condição de livres.

### Balço Energético - 12M07 (MWh)



### Desempenho Operacional

O volume total de energia distribuída em 2007 cresceu 4,5% em relação a 2006, principalmente como reflexo do crescimento de volume nas classes residencial, comercial, rural e clientes livres.

O volume de energia vendida aos clientes finais apresentou crescimento de 3,9% em 2007 comparativamente a 2006, influenciado principalmente pelo maior consumo das classes residencial, comercial e rural.

Na comparação entre períodos, a participação tanto das classes de consumidores finais quanto dos clientes livres no total da energia distribuída ficou estável em 62% e 37%, respectivamente.

O crescimento do volume distribuído na classe residencial deveu-se ao aumento do número de clientes e do consumo per capita nas áreas de concessão.

Na classe comercial, a ampliação reflete principalmente o crescimento do setor de serviços nas regiões da Bandeirante, Escelsa e Enersul.

A classe rural também apresentou expressivo incremento nas regiões da Escelsa e Enersul pelo aumento da irrigação devido à falta de chuvas e às altas temperaturas verificadas no ano.

O volume de energia em trânsito foi impulsionado pelo acréscimo do número de clientes livres. Se ajustado o volume do segmento industrial pela migração de clientes finais para o mercado livre, verifica-se um aumento do volume distribuído de 6,8% em 2007 na comparação com 2006.

### Desenvolvimento de soluções

"A preocupação com o desenvolvimento de novas soluções que acautelem o risco e assegurem a sustentabilidade do negócio e do meio ambiente é premissa básica para nossos projetos de automação de subestações da rede de distribuição e de telecomunicações. Como resultado, temos em vista o comprometimento, a seriedade e a regularidade no atendimento aos nossos clientes e à sociedade."

Francisco Manuel Pires Neto - gerente de Automação e Telecomunicações do Grupo Energias do Brasil

**Evolução das Operações**

|            |   | 2006             |                   |                                | 2007             |                   |                                |
|------------|---|------------------|-------------------|--------------------------------|------------------|-------------------|--------------------------------|
|            |   | Cientes (Nº)     | Volume (MWh)      | Receita R\$ mil <sup>(1)</sup> | Cientes (Nº)     | Volume (MWh)      | Receita R\$ mil <sup>(1)</sup> |
| GRI<br>EU2 | <b>Consolidado</b>  |                  |                   |                                |                  |                   |                                |
|            | Residencial   | 2.638.467        | 4.836.662         | 1.531.776                      | 2.714.456        | 5.073.602         | 1.706.370                      |
|            | Industrial  | 23.240           | 4.488.404         | 893.312                        | 23.500           | 4.482.490         | 1.060.270                      |
|            | Comercial   | 231.753          | 2.956.541         | 835.238                        | 240.033          | 3.154.374         | 987.408                        |
|            | Rural   | 193.105          | 834.252           | 169.860                        | 200.585          | 920.865           | 192.577                        |
|            | Outros <sup>(2)</sup>   | 26.560           | 1.737.553         | 380.070                        | 27.972           | 1.804.356         | 440.571                        |
|            | (-) Transferência para TUSD - clientes cativos <sup>(3)</sup> | -                | -                 | (2.395.022)                    | -                | -                 | (2.571.211)                    |
|            | <b>Energia vendida a clientes finais</b>                      | <b>3.113.125</b> | <b>14.853.412</b> | <b>1.415.234</b>               | <b>3.206.546</b> | <b>15.435.687</b> | <b>1.815.985</b>               |
|            | Suprimento convencional                                       | 2                | 336.378           | 36.690                         | 1                | 376.499           | 47.454                         |
|            | Energia em trânsito   | 112              | 8.737.522         | 562.623                        | 124              | 9.196.691         | 617.033                        |
|            | (+) Transferido dos clientes cativos <sup>(3)</sup>           | -                | -                 | 2.395.022                      | -                | -                 | 2.571.211                      |
|            | Consumo próprio   | 365              | 20.868            | -                              | 353              | 20.529            | (2.058)                        |
|            | <b>Total energia distribuída</b>                              | <b>3.113.604</b> | <b>23.948.180</b> | <b>4.409.569</b>               | <b>3.207.024</b> | <b>25.029.406</b> | <b>5.049.625</b>               |

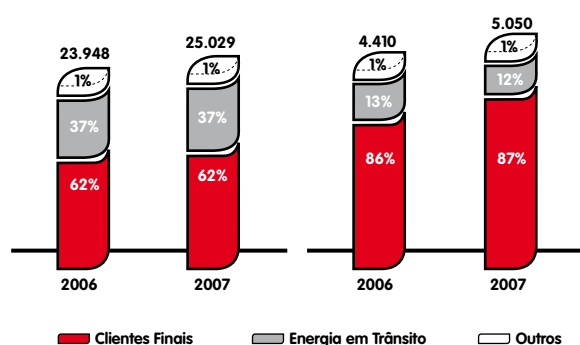
<sup>(1)</sup> Dados em R\$ referem-se à receita sem ICMS, sem RTE, sem consumo próprio, sem ECE/EAEED e com baixa renda.

<sup>(2)</sup> Outros: Poder público, mais iluminação pública e serviço público.

<sup>(3)</sup> Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Clientes cativos, líquido de ICMS.

**Energia Distribuída (GWh)**

**Receita Operacional (R\$ milhões)**



A integração permite gerenciar remotamente, on-line e em tempo real, o abastecimento de energia de 3,2 milhões de clientes, localizados em 171 municípios das três áreas de atuação. A solução confere mais agilidade, flexibilidade e redução de custos, além de reduzir os riscos operacionais.

Com a integração dos centros de controle, as empresas estão preparadas para resolver com a máxima rapidez qualquer situação de emergência, como blecautes provocados por raios ou tempestades, e ganham agilidade para melhorar continuamente a qualidade do atendimento aos clientes.

**Integração Técnica - Sistema Opera**

A Energias do Brasil desenvolveu em 2007 o Projeto Opera Energias, empreendimento pioneiro no setor elétrico que interliga em uma única plataforma os centros de operações das distribuidoras Bandeirante, Escelsa e Enersul.

O projeto começou a ser desenhado em agosto de 2005 e absorveu investimentos de cerca de R\$ 20 milhões, destinados à construção de centros operacionais para a Enersul e a Escelsa, à remodelagem do centro da Bandeirante e à padronização de todos os sistemas. Foram instaladas plataformas idênticas de hardware, software e protocolos de comunicação nas três distribuidoras, permitindo que cada instalação espelhe as outras duas. Assim, se ocorrer algum problema no centro de uma distribuidora, as operações são instantaneamente assumidas por outro centro.

**Indicadores de Qualidade**

|                      | 2006        |             |            |                      | 2007        |             |            |                      |
|----------------------|-------------|-------------|------------|----------------------|-------------|-------------|------------|----------------------|
|                      | DEC (horas) | FEC (vezes) | TMA (min.) | Ref. Aneel (DEC/FEC) | DEC (horas) | FEC (vezes) | TMA (min.) | Ref. Aneel (DEC/FEC) |
| <b>Distribuidora</b> |             |             |            |                      |             |             |            |                      |
| Bandeirante          | 8,8         | 5,5         | 172        | 12,6 / 9,7           | 9,6         | 5,9         | 164        | 12,6 / 9,7           |
| Escelsa              | 8,3         | 6,3         | 119        | 13,2 / 10,7          | 11,5        | 7,7         | 156        | 12,8 / 10,6          |
| Enersul              | 13,6        | 10,5        | 112        | 17,0 / 14,8          | 13,1        | 9,3         | 141        | 16,2 / 14,4          |

DEC: Duração Equivalente de Interrupção por Cliente; FEC: Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente; TMA: Tempo Médio de Atendimento.

Além de possibilitar o comando a distância das redes de alta tensão (usinas e subestações) e das redes de média tensão (distribuição), a padronização dos sistemas permite que qualquer solução criada por uma distribuidora seja aplicada também nas outras duas, proporcionando um sistema continuado de melhorias.

**Processos Comerciais**

As três distribuidoras deram seqüência à uniformização dos processos comerciais, conectados ao sistema de gestão SAP/R3. Na Bandeirante, foi concluída a atualização do sistema CCS, de gestão comercial, e introduzida a plataforma CRM (*Consumer Relationship Management*), de gerenciamento de relacionamento com o cliente. Na Escelsa e na Enersul esses projetos estarão concluídos em 2008.

A tecnologia permitirá que cada cliente tenha um atendimento diferenciado, especialmente na solicitação de serviço. Com a finalização do processo na distribuidora paulista, os clientes já receberam no final do ano uma fatura de energia elétrica mais simplificada, permitindo melhor interpretação das informações.

**Qualidade**

Os indicadores de qualidade da prestação de serviços mantiveram-se dentro dos padrões estabelecidos pelo órgão regulador, refletindo os investimentos em expansão e modernização de redes, a integração e automação dos centros operacionais.

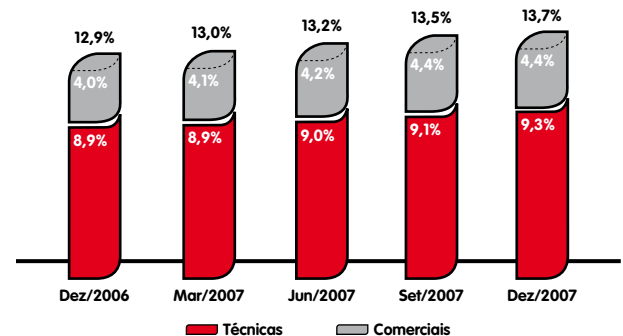
Durante o ano, os processos de coleta de dados e de apuração dos indicadores estabelecidos pela Aneel foram certificados com a norma ISO 9001:2000. A certificação atesta a qualidade de processos, garantindo a confiabilidade dos indicadores e a transparência perante os órgãos reguladores e clientes.

**Perdas**

As perdas e diferenças na distribuição de energia elétrica - expressas como um percentual médio do total da energia requerida no período - permaneceram estáveis em relação aos níveis verificados em setembro de 2007, com destaque para a pequena redução das perdas comerciais, que ficaram em 4,4%. As perdas totais permaneceram em 13,5%.

**Perdas e Diferenças**

(com base na média dos últimos 12 meses findos no mês)



Em 2007, as distribuidoras da Energias do Brasil desembolsaram um total de R\$ 79,6 milhões em programas de combate às perdas, direcionados à instalação de telemedição e de redes protegidas, substituição de medidores danificados ou obsoletos, inspeções de unidades de consumo, custeio das operações de detecção de fraudes e regularização de ligações ilegais, além de realização de campanhas na mídia para conscientização do perigo das ligações clandestinas.

No ano, as concessionárias realizaram aproximadamente 745 mil inspeções que resultaram na retirada de mais de 300 mil ligações clandestinas e recuperação de cerca de R\$ 32,5 milhões. Do total de recursos direcionados a esses programas, R\$ 50,5 milhões foram para investimentos operacionais e R\$ 29,1 milhões para despesas gerenciáveis.

## Geração

Principal vetor estratégico para o crescimento dos negócios da Energias do Brasil, a área de geração manteve no final de 2007 capacidade de 1.043,7 MW. As operações são desenvolvidas por meio de três empresas:

**Enerpeixe** - Participa com 60% do capital na usina hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins, construída em parceria com Furnas Centrais Elétricas. A capacidade instalada é de 452 MW.

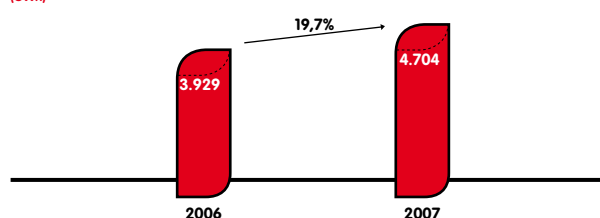
**Energest** - Controla direta e indiretamente os ativos de geração de energia elétrica da Energias do Brasil detendo 14 usinas em operação, com potência total de 342,2 MW. As usinas estão localizadas nos Estados do Espírito Santo (274,0 MW de capacidade instalada) e Mato Grosso do Sul (68,2 MW de capacidade instalada). A Energest também é responsável pelo gerenciamento das hidrelétricas Mascarenhas e Suíça e das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) pertencentes às empresas Cesa, Costa Rica e Pantanal Energia.

**EDP Lajeado** - Participa com 27,65% no capital votante da Investco, que opera e mantém a hidrelétrica de Lajeado, localizada no Rio Tocantins, no Estado do Tocantins, com potência total de 902,5 MW. Esse percentual de participação corresponde a uma capacidade instalada de 249,5 MW.

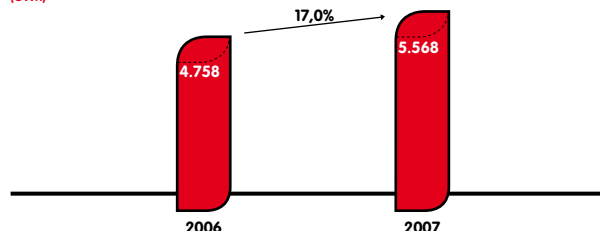
No ano, o volume de energia gerada pelas usinas do Grupo alcançou 4.703,7 GWh, 19,7% acima do ano anterior, em decorrência do início das operações de três projetos de expansão, desenvolvidos a partir de meados de 2006: Peixe Angical (junho de 2006), quarta máquina de Mascarenhas (agosto de 2006) e PCH São João (abril de 2007). A energia vendida totalizou 5.568,4 GWh, crescimento de 17,0% em relação a 2006.

Os investimentos em geração somaram R\$ 105,9 milhões em 2007 (R\$ 292,9 no ano anterior, principalmente devido às obras de Peixe Angical), o correspondente a 15,9% dos recursos aplicados pela Energias do Brasil no ano. A receita líquida do negócio de geração totalizou R\$ 582,8 milhões, crescimento de 28,3% em comparação a 2006. O EBITDA, de R\$ 442,0 milhões, registrou evolução de 62,1%.

### Evolução da Energia Gerada (GWh)



### Evolução da Energia Vendida (GWh)



### Capacidade

| Usinas                     | Capacidade Instalada (MW) | Energia Assegurada (MW médios) |
|----------------------------|---------------------------|--------------------------------|
| <b>Enerpeixe</b>           |                           |                                |
| UHE Peixe Angical          | 452,0                     | 271,0                          |
| <b>EDP Lajeado</b>         |                           |                                |
| UHE Lajeado                | 249,5 (*)                 | 145,6 (*)                      |
| <b>Energest</b>            |                           |                                |
| UHE Mascarenhas            | 180,5                     | 127,0                          |
| UHE Suíça                  | 31,6                      | 18,9                           |
| <b>Energest/Cesa</b>       |                           |                                |
| PCH Fruteiras              | 8,7                       | 5,6                            |
| PCH Alegre                 | 2,1                       | 1,3                            |
| PCH Jucu                   | 4,8                       | 2,9                            |
| PCH Paraíso                | 21,0                      | 13,3                           |
| PCH Rio Bonito             | 16,8                      | 8,0                            |
| PCH São João               | 25,0                      | 14,4                           |
| PCH Viçosa                 | 4,5                       | 2,8                            |
| <b>Energest/Pantanal</b>   |                           |                                |
| CGH Coxim                  | 0,4                       | 0,3                            |
| CGH São João I             | 0,7                       | 0,6                            |
| CGH São João II            | 0,6                       | 0,5                            |
| UHE Mimoso                 | 29,5                      | 20,9                           |
| <b>Energest/Costa Rica</b> |                           |                                |
| PCH Costa Rica             | 16,0                      | 12,3                           |
| <b>Total</b>               | <b>1.043,7</b>            | <b>645,3</b>                   |

GRI  
EU1  
EU12

(\*) Parcela correspondente à participação da Energias do Brasil.



**Evolução da Capacidade Instalada (MW)**

|                   |                            | 2004         | 2005         | 2006 <sup>(1)</sup> | 2007            |
|-------------------|----------------------------|--------------|--------------|---------------------|-----------------|
| <b>GRI</b><br>EU1 | EDP Lajeado <sup>(2)</sup> | 249,5        | 249,5        | 249,5               | 249,5           |
|                   | Energest                   | 161,1        | 161,1        | 210,6               | 212,1           |
|                   | Cesa                       | 58,5         | 58,5         | 58,5                | 82,9            |
|                   | Costa Rica                 | 16,5         | 16,5         | 16,5                | 16,0            |
|                   | Energul (Porto Murtinho)   | 4,5          | 4,5          | -                   | -               |
|                   | Pantanal Energética        | 40,8         | 40,8         | 31,2                | 31,2            |
|                   | Enerpeixe                  | -            | -            | 452,0               | 452,0           |
|                   | <b>Total</b>               | <b>530,9</b> | <b>530,9</b> | <b>1.018,3</b>      | <b>1.043,7*</b> |

**Energia Assegurada (MW Médios)**

|                    |                                    | 2006         | 2007         |
|--------------------|------------------------------------|--------------|--------------|
| <b>GRI</b><br>EU12 | EDP Lajeado <sup>(2)</sup>         | 145,6        | 145,6        |
|                    | Energest                           | 145,9        | 145,9        |
|                    | Cesa                               | 33,8         | 48,2         |
|                    | Costa Rica                         | 12,0         | 12,3         |
|                    | Pantanal Energética <sup>(3)</sup> | 22,3         | 22,3         |
|                    | Enerpeixe                          | 271,0        | 271,0        |
|                    | <b>Total</b>                       | <b>630,6</b> | <b>645,3</b> |

(\*) Toda a energia gerada em 2007 foi de fontes hidrelétricas.

(1) Considera a desativação das térmicas Coxim, Corumbá e Porto Murtinho.

(2) Correspondente à participação no capital votante da Energias do Brasil.

(3) Não inclui a garantia física das térmicas Coxim e Corumbá (3,85 MW médios).

O cálculo de disponibilidade de geração de energia (percentual do tempo do ano em que a unidade gerou energia, incluindo paradas programadas e não programadas) (EU29) teve em conta a média ponderada das disponibilidades mensais de cada unidade geradora, entre 2005 e 2007, conforme tabela seguinte:

**Disponibilidade de Geração**

(% de tempo do ano)

|                    |             | 2005  | 2006  | 2007  |
|--------------------|-------------|-------|-------|-------|
| <b>GRI</b><br>EU29 | Energest    | 84,83 | 92,98 | 95,47 |
|                    | Enerpeixe   | -     | 89,4  | 91,06 |
|                    | EDP Lajeado | 87,63 | 85,86 | 82,38 |

Obs: A Energest consolida todos os ativos da Cesa, Pantanal Energética e Costa Rica.

**PCH São João**

Entrou em operação em abril de 2007 a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) São João, localizada no município de Castelo, no Estado do Espírito Santo. Com capacidade instalada de 25 MW, em duas unidades geradoras, e energia assegurada de 14,4 MW médios, o empreendimento absorveu investimentos de R\$ 90 milhões.

**Termelétrica Pecém**

A estratégia para ampliar a capacidade instalada da Energias do Brasil inclui também a construção da Usina Termelétrica Pecém, no Estado do Ceará, na qual detêm participação de 50% em parceria com a MPX Energia. A UTE Pecém utilizará carvão mineral importado e terá capacidade instalada de 720 MW, dos quais 615 MW foram vendidos pelo Grupo no leilão A-5 realizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em outubro de 2007. O investimento total do projeto será de US\$ 1,3 bilhão. O preço alcançado no leilão foi de R\$ 125,95/MWh, para um contrato com duração de 15 anos.

A estruturação do projeto, incluindo as condições do EPC (*Engineering, Procurement & Construction*) e do financiamento, assegurou a venda da energia em condições de retorno atrativas. O início da operação está previsto para 2012.

**PCH Santa Fé**

Ainda em 2007, a Energias do Brasil iniciou a construção da PCH Santa Fé, localizada no Estado do Espírito Santo. O empreendimento, que tem capacidade instalada de 29 MW e energia assegurada de 16 MW médios, receberá investimentos de R\$ 120 milhões. A Licença de Instalação para início da construção foi emitida em outubro e as obras deverão estar concluídas no primeiro semestre de 2009.

**Repotenciações**

A Aneel homologou em junho de 2007 a repotenciação de 17,5 MW da UHE Mascarenhas. A capacidade adicional deverá estar totalmente operacional em 2009. Adicionalmente, ainda em processo de homologação, estão a repotenciação da UHE Suíça, que deverá adicionar 2,3 MW à capacidade instalada, em 2009. A energia assegurada das repotenciações de Mascarenhas e Suíça (11,7 MW médios) foi contratada no mercado livre a R\$ 130,00/MWh.

### Avanços no relacionamento

“Observamos em 2007 um marco na relação Energest-lema. O processo de licenciamento da PCH Santa Fé é um ótimo exemplo dos avanços alcançados. Com a participação efetiva da empresa e envolvimento do lema no processo de planejamento reconhecemos avanços no entendimento e, como consequência, melhoria na qualidade técnica dos trabalhos. Os Termos de Referência dos novos empreendimentos pretendidos exemplificam bem essa melhoria na qualidade observada. A prevalência das tratativas técnicas em detrimento dos fatores político-econômicos foram essenciais para a melhoria no relacionamento institucional.”

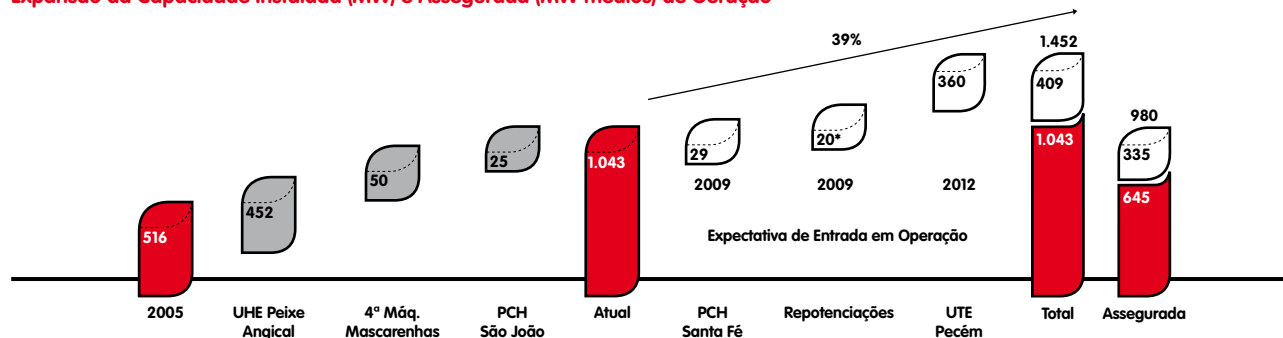
Fernando Aquinoga de Mello e Elen Cristin Trentini, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (lema)

### Expansão da Capacidade

Quando concluídos, os empreendimentos de Pecém, Santa Fé e as repotenciações resultarão em aumento de aproximadamente 39% na atual capacidade instalada.

GRI  
EU12

### Expansão da Capacidade Instalada (MW) e Assegurada (MW médios) de Geração



Legendas:  
 ■ Projetos Concluídos  
 □ Projetos em Andamento  
 \* Inclui 2,3 MW de repotenciação da UHE Suíça em fase de homologação pela Aneel.

### Carteira de Projetos

A área de geração montou uma carteira diversificada de projetos de expansão de capacidade, com cerca de 2 mil MW, que considera diferentes fontes de energia: hidráulica, térmicas a carvão e gás, biomassa, eólica e solar. Estão em análise vários projetos, que serão desenvolvidos a partir de estudos de viabilidade técnica e econômica.

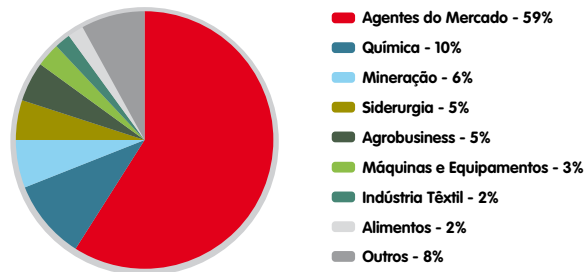


PCH São João (ES)

## Comercialização

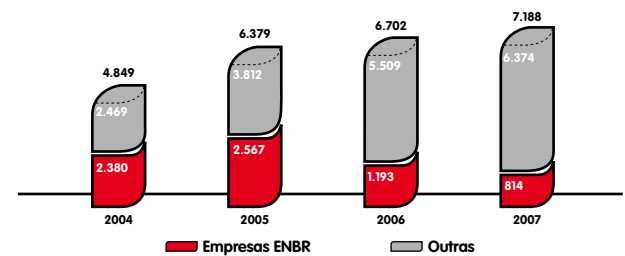
A Enertrade é responsável pelas atividades de comercialização de energia e prestação de serviços para o mercado livre, tanto dentro quanto fora das áreas de concessão das três distribuidoras da Energias do Brasil, que atuam no mercado regulado.

### Setor de Atividade dos Clientes

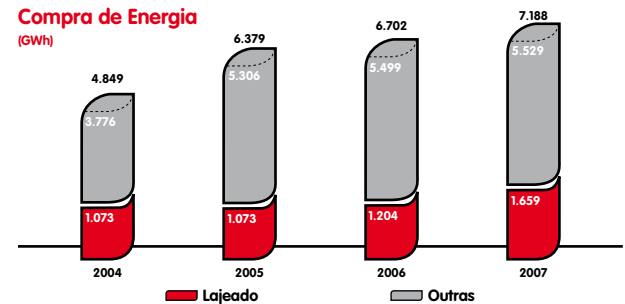


A Enertrade registrou recorde de vendas em 2007, com a comercialização de 7.188,1 GWh, volume 7,2% superior ao de 2006. A receita líquida totalizou R\$ 617,7 milhões, acréscimo de 24,9%, em decorrência do maior número de clientes e elevação do preço da energia, principalmente no mercado de curto prazo. O EBITDA foi de R\$ 46,8 milhões, R\$ 43,4 milhões acima do ano anterior.

### Venda de Energia (GWh)



### Compra de Energia (GWh)



### Serviços

Durante o ano, a Enertrade aperfeiçoou serviços prestados aos clientes, que englobam a análise de viabilidade de adesão de consumidores cativos ao mercado livre, contratação de energia, assessoria em análise e gestão de risco e representação na CCEE, entre outros. Outra medida foi a reformulação do site da Empresa, importante canal de relacionamento com o cliente.

### Prontidão e excelência

"O pronto e excelente atendimento por parte da Bandeirante nas etapas de projeto, construção, fiscalização, comissionamento e ligação da Subestação da empresa Apolo Tubulars, em Lorena (SP), foi fundamental para o sucesso operacional e econômico do empreendimento. Desenvolvemos nossos projetos desde 1993, sempre visando à qualidade, confiabilidade e segurança de nossos sistemas e colaboradores."

Luciano Santiago Meirelles Reis e Christian Matarazzo, Tag Plan Engenharia de Energia e Telecom

## Análise do Desempenho Econômico-Financeiro

### Geração e distribuição de riqueza

**GRI ECT** O valor adicionado de 2007 somou R\$ 3.732 milhões, distribuído entre governo e sociedade (70,8%), financiadores (10,3%), empregados (7,0%), acionistas (5,6%) e lucros retidos (6,2%).

O valor é resultante da receita bruta, de R\$ 6.801 milhões, menos os custos de R\$ 3.268 milhões relativos a insumos e serviços adquiridos de terceiros, depreciação e amortizações, materiais e equivalência patrimonial, e acrescido de receitas financeiras.

### Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

|   | 2006               | Consolidado | 2007               |
|---|--------------------|-------------|--------------------|
| <b>Geração do valor adicionado</b>                              | <b>6.125.516</b>   |             | <b>6.801.027</b>   |
| Receita operacional   | 6.221.997          |             | 6.894.349          |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas | (87.471)           |             | (101.060)          |
| Créditos fiscais diferidos                                      | 1.527              |             | 19.458             |
| Não-operacional   | (10.537)           |             | (11.720)           |
| <b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>                      | <b>(2.480.346)</b> |             | <b>(2.950.676)</b> |
| Custos da energia comprada                                      | (1.453.716)        |             | (1.882.598)        |
| Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição        | (557.829)          |             | (524.314)          |
| Materiais   | (36.598)           |             | (43.107)           |
| Serviços de terceiros   | (296.787)          |             | (353.949)          |
| Outros custos operacionais                                      | (135.416)          |             | (146.708)          |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                                   | <b>3.645.170</b>   |             | <b>3.850.351</b>   |
| Depreciações e amortizações                                     | (287.450)          |             | (317.280)          |
| <b>Valor adicionado líquido gerado</b>                          | <b>3.357.720</b>   |             | <b>3.533.071</b>   |
| Receitas financeiras  | 321.409            |             | 240.784            |
| Participação de minoritários                                    | (34.545)           |             | (52.460)           |
| Resultado da equivalência patrimonial                           | 1.007              |             | 10.237             |
| <b>Valor adicionado total a distribuir</b>                      | <b>3.645.591</b>   |             | <b>3.731.632</b>   |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>                         |                    |             |                    |
| Remuneração do trabalho   | 248.442            |             | 246.545            |
| Encargos sobre a folha de pagamento (exceto INSS)               | 44.703             |             | 15.827             |
| Impostos, taxas e contribuições                                 | 2.463.779          |             | 2.640.450          |
| Despesas financeiras  | 470.462            |             | 365.549            |
| Aluguéis  | 21.366             |             | 19.875             |
| Partes beneficiárias  | 2.719              |             | 3.595              |
| Dividendos  | 169.914            |             | 207.212            |
| Lucro do exercício após dividendos                              | 224.206            |             | 232.579            |
| <b>Total</b>  | <b>3.645.591</b>   |             | <b>3.731.632</b>   |

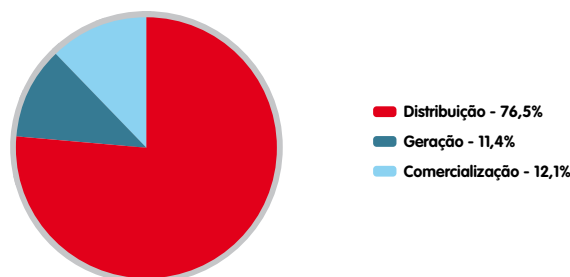
### Receita consolidada

Em 2007, a receita operacional líquida apresentou incremento de 13,3% sobre o mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 4.513,5 milhões. Os principais determinantes da evolução da receita líquida em 2007 foram:

#### Na geração:

- Crescimento do volume de energia vendida em consequência principalmente da plena operação da UHE Peixe Angical, da quarta máquina de Mascarenhas e da entrada em operação comercial da PCH São João;
- Aumento médio de 7% nas tarifas praticadas; e
- Aumento das vendas de energia secundária no curto prazo.

#### Distribuição de Receita Líquida



**Na distribuição:**

- Crescimento de 4,5% no volume de energia distribuída e os reajustes tarifários aplicados às três distribuidoras do grupo no período; e
- Impacto negativo de R\$ 183,1 milhões, contabilizado na rubrica "Fornecimento Não Faturado", referente à redução da BRR da Enersul determinada pela Aneel em dezembro de 2007.

**Na comercialização:**

- Crescimento de 7,2% no volume de energia comercializada, combinado com o maior preço médio de venda de energia.

A receita da taxa de uso do sistema de distribuição (TUSD - outros) atingiu R\$ 617,0 milhões, 9,7% acima do valor registrado em 2006, resultado do aumento do volume de energia em trânsito de 5,3% e de reajustes tarifários.

**Receita Operacional Líquida - R\$ mil**

|   | 12 Meses         |                  | Var.         |
|---|------------------|------------------|--------------|
|   | 2007             | 2006             |              |
| <b>Fornecimento</b>   |                  |                  |              |
| Residencial   | 1.706.370        | 1.531.776        | 11,4%        |
| Industrial  | 1.060.270        | 893.312          | 18,7%        |
| Comercial   | 987.408          | 835.238          | 18,2%        |
| Rural   | 192.577          | 169.860          | 13,4%        |
| Outros  | 438.513          | 380.070          | 15,4%        |
| (-) Transferência para TUSD - clientes cativos <sup>(1)</sup> | (2.571.211)      | (2.395.022)      | 7,4%         |
| Fornecimento não Faturado                                     | (185.508)        | 75.683           | n.d.         |
| <b>Total fornecimento</b>                                     | <b>1.628.419</b> | <b>1.490.917</b> | <b>9,2%</b>  |
| <b>Suprimento</b>   |                  |                  |              |
| Convencional  | 47.454           | 36.690           | 29,3%        |
| Energia de curto prazo  | 99.083           | 78.565           | 26,1%        |
| <b>Total suprimento</b>                                       | <b>146.537</b>   | <b>115.255</b>   | <b>27,1%</b> |
| <b>Fornecimento e suprimento</b>                              | <b>1.774.956</b> | <b>1.606.172</b> | <b>10,5%</b> |
| Disponibilização do Sistema de Distribuição (TUSD)            | 3.188.244        | 2.957.645        | 7,8%         |
| TUSD - outros   | 617.033          | 562.623          | 9,7%         |
| TUSD - clientes cativos <sup>(1)</sup>                        | 2.571.211        | 2.395.022        | 7,4%         |
| Comercialização (Supr. e Forn.)                               | 496.376          | 364.157          | 36,3%        |
| Geração   | 79.022           | 80.516           | -1,9%        |
| Outras receitas operacionais                                  | 51.721           | 54.009           | -4,2%        |
| <b>Subtotal</b>   | <b>5.590.319</b> | <b>5.062.499</b> | <b>10,4%</b> |
| (-) Deduções à receita operacional                            | (1.076.844)      | (1.077.735)      | -0,1%        |
| <b>Receita operacional líquida</b>                            | <b>4.513.475</b> | <b>3.984.764</b> | <b>13,3%</b> |

Obs: De acordo com o despacho Aneel 3073 de 28/12/2006, as distribuidoras de energia passam a contabilizar os encargos CCC, CDE e P&D como deduções da receita. As demonstrações financeiras de 2006 foram adequadas à nova estrutura de apresentação de resultados.

<sup>(1)</sup> Em atendimento às determinações da Aneel, por meio do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e instruções complementares contidas no Ofício Circular 2409, de 14/11/2007 e no Despacho nº 294, de 01/02/08, a Companhia está reclassificando, com efeitos retroativos a 2006, a parcela faturada aos clientes cativos correspondente à tarifa de uso do sistema de distribuição. Anteriormente apresentada integralmente em Fornecimento de energia elétrica, ela passou a ser apresentada em Disponibilização do sistema de distribuição, utilizando como base para segregação dos valores a proporção de uso do sistema de distribuição constante da tarifa média anual do respectivo período tarifário da Companhia.

**Gastos operacionais**

Os gastos operacionais totalizaram R\$ 3.707,7 milhões em 2007, o que representa crescimento de 15,9% sobre 2006.

Os gastos gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, apresentaram um crescimento de 8,8%. A análise detalhada das variações das subcontas de gastos gerenciáveis é apresentada a seguir.

A redução de R\$ 23,3 milhões na conta de gastos com pessoal resulta principalmente da combinação dos seguintes efeitos:

- (i) provisão para PDV (Programa de Demissão Voluntária), efetuada em 2006 (- R\$ 51,6 milhões);
- (ii) economias proporcionadas pelo PDV em 2007 (- R\$ 41,6 milhões);
- (iii) reajuste salarial médio de 7,0%, resultante basicamente do dissídio coletivo e da implementação do novo Plano de Cargos e Salários (+ R\$ 28,2 milhões);
- (iv) alteração de contabilização dos bônus por desempenho. Em 2007, o provisionamento dos bônus seguiu o regime contábil de competência (+R\$ 8,0 milhões);
- (v) aumento do quadro de funcionários da Energest em 23 colaboradores (+ R\$ 3,7 milhões);
- (vi) operação integral da UHE Peixe Angical. Até o início da operação da usina, no 3T06, as despesas de pessoal eram capitalizadas (+ R\$ 2,2 milhões).

Na conta materiais, a variação de R\$ 6,5 milhões deve-se principalmente aos gastos com conservação e manutenção do sistema (+ R\$ 4,3 milhões).

No item serviços de terceiros, a variação de R\$ 57, 2 milhões inclui os efeitos:

- (i) do aumento dos gastos com conservação e reparação das redes das distribuidoras (+ R\$ 9,9 milhões), principalmente na Enersul (+ R\$ 5,3 milhões), para cumprimento das exigências regulamentares do Ministério do Trabalho (NR-10);
- (ii) de programas de eficiência operacional e atividades de suporte que incluem despesas com serviços de informática, *call centers* e atendimento a clientes (+ R\$ 14,3 milhões);
- (iii) dos gastos com comunicação e publicidade (+ R\$ 7,0 milhões); e
- (iv) dos gastos referentes à cobrança, leitura, faturamento, corte e religa (+ R\$ 3,4 milhões).

Nos itens provisões e outros, o acréscimo de R\$ 36,2 milhões reflete, principalmente:

- (i) a provisões para devedores duvidosos (PDD) nas empresas controladas (+ R\$ 11,5 milhões);
- (ii) a contingências cíveis, tributárias e trabalhistas reconhecidas pelas distribuidoras (+ R\$ 23,9 milhões).

Os gastos não-gerenciáveis estão relacionados principalmente à compra de energia e encargos de uso da rede elétrica que, em conjunto, cresceram 19,8% em 2007 sobre os valores do mesmo período do ano anterior. A energia elétrica comprada para revenda absorveu R\$ 428,9 milhões, expansão de 29,5% entre os períodos comparados, refletindo o aumento do volume de energia e também o aumento da amortização de CVA.



**Gastos Operacionais - R\$ mil**

|  | 2007             | 12 Meses | 2006             | Var.         |
|--|------------------|----------|------------------|--------------|
| <b>Gastos gerenciáveis</b>               |                  |          |                  |              |
| Pessoal                                  | 315.796          |          | 339.078          | -6,9%        |
| Material                                 | 43.107           |          | 36.598           | 17,8%        |
| Serviços de Terceiros                    | 353.949          |          | 296.787          | 19,3%        |
| Provisões                                | 144.364          |          | 106.890          | 35,1%        |
| Outros                                   | 94.483           |          | 95.755           | -1,3%        |
|  | <b>951.699</b>   |          | <b>875.108</b>   | <b>8,8%</b>  |
| Depreciação e Amortização                | 317.280          |          | 287.450          | 10,4%        |
| <b>Total dos gastos gerenciáveis</b>     | <b>1.268.979</b> |          | <b>1.162.558</b> | <b>9,2%</b>  |
| <b>Gastos não-gerenciáveis</b>           |                  |          |                  |              |
| Energia Comprada para Revenda            | 1.882.598        |          | 1.453.716        | 29,5%        |
| Encargos de Uso da Rede Elétrica         | 524.314          |          | 557.829          | -6,0%        |
| Taxa de Fiscalização da Aneel            | 13.218           |          | 10.327           | 28,0%        |
| Compensação Financeira                   | 18.599           |          | 14.183           | 31,1%        |
| <b>Total dos gastos não-gerenciáveis</b> | <b>2.438.729</b> |          | <b>2.036.055</b> | <b>19,8%</b> |
| <b>Total dos gastos</b>                  | <b>3.707.708</b> |          | <b>3.198.613</b> | <b>15,9%</b> |

**Energia Comprada para Revenda - R\$ mil**

|                               | 2007             | 12 Meses | 2006             | Var.         |
|-------------------------------|------------------|----------|------------------|--------------|
| Contratos iniciais            | -                |          | -                | n.d.         |
| Itaipu                        | 586.031          |          | 539.388          | 8,6%         |
| Leilão                        | 598.309          |          | 566.178          | 5,7%         |
| PROINFA                       | 47.061           |          | 23.832           | 97,5%        |
| Energia de curto prazo - CCEE | 59.211           |          | 29.832           | 98,5%        |
| Outros Supridores             | 491.992          |          | 442.382          | 11,2%        |
| Efeito líquido da CVA         | 99.994           |          | (147.896)        | n.d.         |
| <b>Total geral</b>            | <b>1.882.598</b> |          | <b>1.453.716</b> | <b>29,5%</b> |

**Encargos de Uso da Rede Elétrica - R\$ mil**

|                                | 2007           | 12 Meses | 2006           | Var.         |
|--------------------------------|----------------|----------|----------------|--------------|
| Encargo de uso e conexão       | 500.137        |          | 506.128        | -1,2%        |
| Encargo de serviços do sistema | 2.764          |          | 11.044         | -74,7%       |
| Efeito líquido da CVA          | 21.383         |          | 40.657         | -47,4%       |
| <b>Total geral</b>             | <b>524.314</b> |          | <b>557.829</b> | <b>-6,0%</b> |

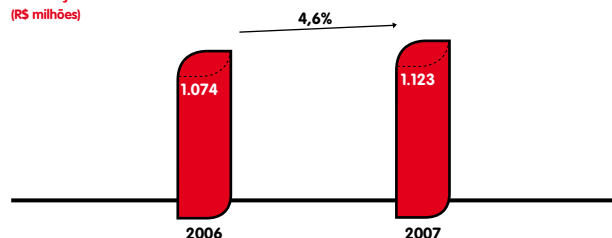
**Resultado do serviço - EBIT**

A combinação dos efeitos analisados conduziu a um resultado do serviço de R\$ 805,8 milhões em 2007, 2,5% maior que o resultado verificado no mesmo período do ano anterior. A margem EBIT alcançou 17,9% o que representou redução de 1,9 p.p. sobre 2006. A expansão de 10,4% nas despesas com depreciação e amortização reconhecidas no período reflete basicamente o início da operação de Peixe Angical e da quarta máquina de Mascarenhas.

**EBITDA e margem EBITDA**

Em 2007, o EBITDA consolidado totalizou R\$ 1.123,0 milhões, aumento de 4,6% em relação a 2006. A margem EBITDA (EBITDA/ Receita Líquida) ficou em 24,9%, 2,1 p.p. inferior à do mesmo período do ano anterior.

Essa variação reflete a contribuição positiva das áreas de geração e comercialização. Na geração, a operação integral da UHE Peixe Angical e da quarta máquina da UHE Mascarenhas e a entrada em operação da PCH São João resultaram em crescimento de 62% do EBITDA desse segmento. Outro destaque foi a elevação da margem EBITDA da geração de 15,7 p.p., atingindo 75,8%.

**Evolução do EBITDA**  
(R\$ milhões)**Resultado financeiro**

O resultado financeiro líquido consolidado em 2007 foi negativo em R\$ 303,7 milhões. No ano anterior, havia sido, também negativo, de R\$ 377,8 milhões. Contribuíram para esse resultado:

- (i) a redução do custo da dívida em razão da emissão de debêntures e pagamento das *Senior Notes* na Escelsa;
- (ii) a menor atualização monetária devido à redução do saldo de ativos regulatórios; e
- (iii) a menor despesa com juros sobre capital próprio.

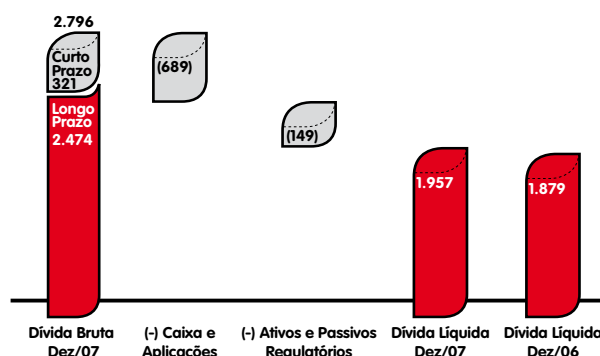
**Lucro líquido**

Em virtude dos efeitos analisados, o lucro líquido consolidado alcançou R\$ 439,8 milhões em 2007, 11,6% superior ao de 2006. O lucro antes da participação dos minoritários foi de R\$ 495,8 milhões; no ano anterior, havia sido de R\$ 431,4 milhões.

**Endividamento**

Em 31 de dezembro de 2007, a dívida bruta consolidada, incluindo encargos, totalizava R\$ 2.796 milhões, representando queda em relação ao saldo de R\$ 3.159 milhões registrado em dezembro de 2006. Já a dívida líquida ajustada pelos valores de caixa e aplicações e pelo saldo líquido de ativos regulatórios alcançou R\$ 1.957 milhões no encerramento de 2007, incremento de 4,1% na comparação com o período findo em dezembro de 2006. Esse desempenho reflete principalmente o menor saldo de ativo regulatório em decorrência da redução da BRR da Enersul determinada pela Aneel.

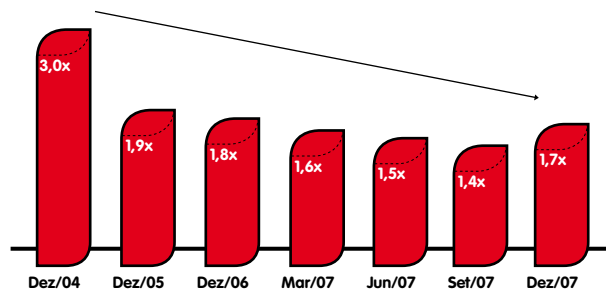
Do total da dívida bruta no final de dezembro de 2007, 4,6% estavam denominados em moeda estrangeira, 74,1% dos quais protegidos da variação cambial por meio de instrumentos de *hedge*, resultando em uma exposição líquida de 1,2%. A redução da dívida em moeda estrangeira deveu-se ao pagamento das *Senior Notes* da Escelsa.

**Evolução da Dívida Líquida**  
(R\$ milhões)

A relação dívida líquida/EBITDA encerrou o mês de dezembro em 1,7 vezes, mostrando uma posição confortável de alavancagem da Companhia. Esse indicador apresentou crescimento devido ao passivo regulatório mais alto em virtude da redução da BRR da Enersul, determinada pela Aneel em dezembro de 2007.



#### Dívida Líquida/EBITDA\*



\* EBITDA dos últimos 12 meses.

#### Debêntures

A Escelsa emitiu, em 2 de julho de 2007, 25 mil debêntures simples, subordinadas, não conversíveis em ações, totalizando R\$ 250 milhões. As debêntures são remuneradas à taxa de 105% do CDI e têm prazo total de sete anos, com cinco de carência e pagamento de juros semestrais e amortizações anuais. A emissão destinou-se ao pagamento das *Senior Notes* que venceram na primeira quinzena de julho, num valor total de R\$ 306,3 milhões.



## Mercado de Capitais

07

GRI  
2.8

As ações da Energias do Brasil (ENBR3) encerraram o ano cotadas a R\$ 28,90, desvalorização de 9,6% em comparação ao final de 2006. O valor de mercado da Companhia no fechamento de 2007 era de R\$ 4,8 bilhões.

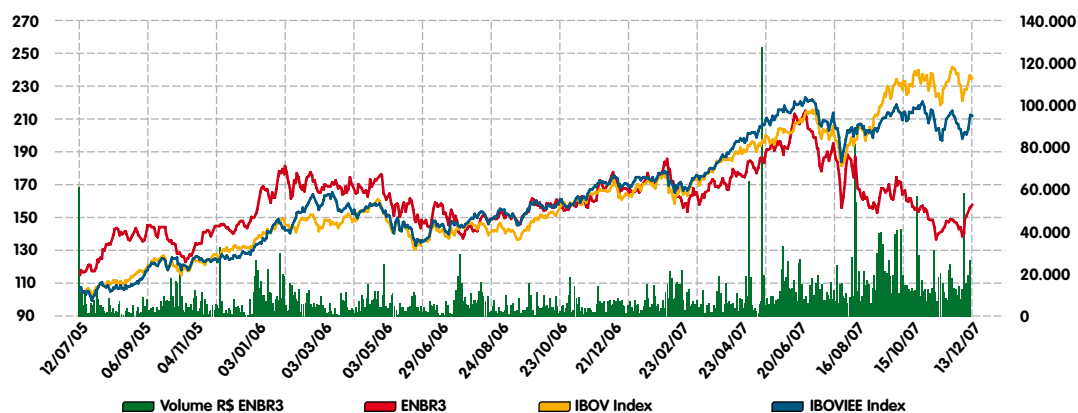
O recuo da cotação decorre em grande parte da percepção do mercado sobre o impacto da revisão da Base de Remuneração Regulatória (BRR) da Enersul sobre os resultados consolidados.

Desde sua listagem, em julho de 2005, os papéis acumulam valorização de 60,6%.

As ações registraram presença em 100% dos pregões, com volume negociado de 108,3 milhões e média diária de 441,9 mil títulos. O volume financeiro totalizou R\$ 3.379,7 milhões, representando média diária de R\$ 13,8 milhões, equivalente a um crescimento de 104% em relação à média diária de 2006.

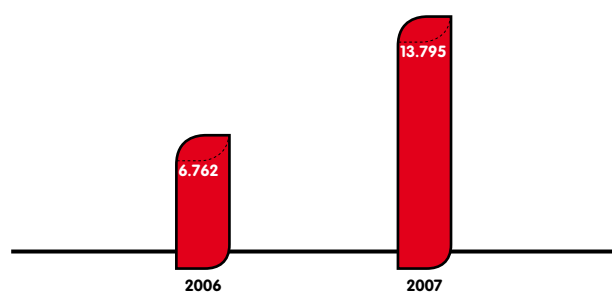
### Desempenho ENBR3 x Índices

Base 100: 12/07/2005

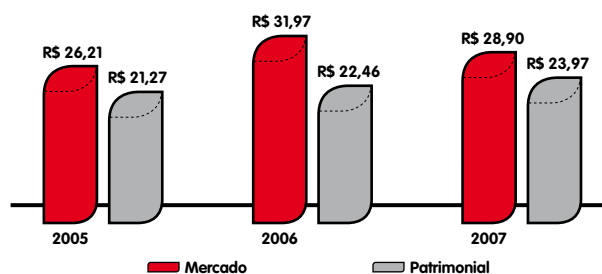


### Evolução da Liquidez

(Média diária - R\$ mil)



### Valor da Ação



**Composição Acionária**

Em 31 de dezembro de 2007

|                            | Quantidade de ações | Percentual de participação |
|----------------------------|---------------------|----------------------------|
| EDP - Energias de Portugal | 102.902.115         | 62,36%                     |
| Ações em circulação        | 61.253.167          | 37,12%                     |
| Ações em Tesouraria        | 861.322             | 0,52%                      |
| <b>Total</b>               | <b>165.016.604</b>  | <b>100%</b>                |

**Índices**

As ações da Energias do Brasil integram os principais índices do mercado de capitais. Na carteira para 2008, estão presentes no Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), no Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (Itag), IBrX-100 - Índice Brasil da Bovespa, no Índice de Energia Elétrica da Bovespa (IEE) e no IVBX-2 (Índice Valor Bovespa), que reúne empresas com liquidez ainda em desenvolvimento.

Em dezembro de 2007, foi também reconfirmada a participação pelo segundo ano consecutivo, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), ao lado de outras 31 companhias selecionadas a partir de um questionário que abrangeu seis dimensões:

Geral, Natureza do Produto, Governança Corporativa,

Econômico-Financeiro, Social e Ambiental. Criado pela Bovespa, o ISE é referência de empresas reconhecidamente comprometidas com a sustentabilidade e indutor de boas práticas no meio empresarial brasileiro. O processo de seleção foi conduzido de forma independente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

**Recompra de Ações**

Em dezembro, foi anunciada a aquisição de ações de emissão da própria Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento e/ou alienação, sem redução de seu capital social. A operação, que pode se estender pelo prazo de um ano, destina-se a aplicar recursos disponíveis em caixa, caso o mercado mostre-se favorável para esse investimento. O Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 6.211.426 (seis milhões, duzentas e onze mil, quatrocentas e vinte e seis) ações ordinárias. Somado a 22 ações mantidas em Tesouraria na data do anúncio, o volume equivale a 10% dos papéis em circulação no mercado, não excedendo, portanto, o limite legal previsto no artigo 3º da Instrução CVM nº 10/80. Até 31 de dezembro de 2007, a Energias do Brasil havia recomprado 861.300 ações de sua emissão. Em 18 de fevereiro de 2008, o volume de ações recompradas era de 4.861.500.



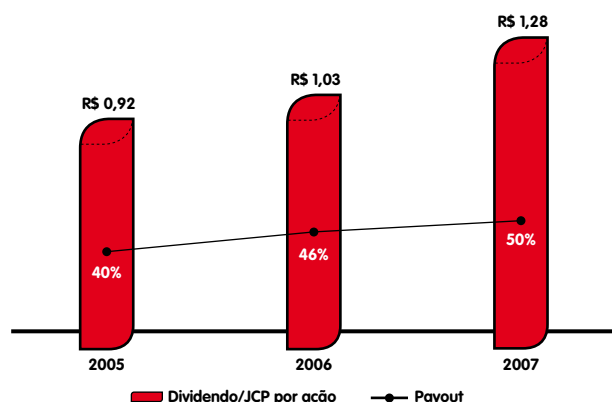
Reunião com investidores

**Remuneração de Acionistas**

A Energias do Brasil revisou a política de dividendos que estabelecia o pagamento de um valor mínimo equivalente a 40% (quarenta por cento) do lucro líquido ajustado da companhia, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis brasileiras e com as regras da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). O Conselho de Administração da Energias do Brasil, em reunião no dia 05/03/2008, aprovou o aumento do valor mínimo para 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado, o que corresponderia a uma distribuição de R\$ 207.212 mil entre juros sobre o capital próprio e dividendos.

O Conselho de Administração da Energias do Brasil já havia aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 119.923 mil, relativos ao exercício de 2007, correspondendo a R\$ 0,730546 por ação ordinária. Os JSCP serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos pela companhia relativos ao exercício social de 2007. O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 05/03/2008, o pagamento de um dividendo complementar de R\$ 87.289 mil, correspondente a R\$ 0,545028 por ação.

**Provento por Ação (R\$) e Payout**



**Formador de Mercado**

A Credit Suisse S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários foi contratada como formador de mercado no processo de promoção da liquidez das ações da Energias do Brasil. O contrato tem vigência de 12 meses, a partir de 11 de junho de 2007. O formador de mercado é um agente que se compromete a manter ofertas de compra e venda de forma regular e contínua a um *spread* máximo preestabelecido, com o objetivo de facilitar os negócios e evitar movimentos artificiais no preço da ação causados por falta de liquidez, sendo sua atuação regida pela instrução CVM nº 384, de 17 de março de 2003. A contratação do formador de mercado pela Energias do Brasil reforça seu compromisso com os investidores e com as melhores práticas de negociação no mercado.



## Ativos Intangíveis

No ciclo de elaboração do planejamento estratégico 2007-2010, a Energias do Brasil identificou quatro ativos intangíveis, definidos como o conhecimento existente na organização para criar vantagens competitivas no cumprimento da Visão, Missão e dos Valores e na concretização das estratégias empresariais. São eles:

- Capital Humano
- Capital da Informação
- Capital Organizacional
- Capital Mercadológico

Uma Política Corporativa de Ativos Intangíveis foi criada em 2007, com o objetivo de estabelecer diretrizes para identificar, avaliar, desenvolver e manter esses ativos alinhados à perspectiva de gestão estratégica do aprendizado e crescimento. No processo, definiu-se que a revalidação dos ativos intangíveis acontecerá anualmente, conforme o cronograma de planejamento empresarial.

### Capital Humano

Entendido como um dos principais ativos de uma empresa do setor de serviços, o capital humano envolve as competências e habilidades, o talento e conhecimento dos profissionais da Energias do Brasil. São aspectos desenvolvidos por meio de capacitação e treinamento, da formulação dos processos e elaboração de projetos de melhoria utilizando diversas metodologias e ferramentas, além da experiência adquirida nas operações diárias.

Para o desenvolvimento desse ativo, o objetivo estratégico mapeado pela metodologia *Balanced Scorecard* (BSC) é investir em capital humano focado no valor. Isso envolve manter pessoas permanentemente alinhadas à estratégia e ampliar seus conhecimentos de tecnologia de produção e de gestão, tanto pela produção interna desse saber como por meio de investimentos em P&D, parcerias tecnológicas com fornecedores, capacitação individual, convênios com universidades especializadas, contratos de transferência tecnológica, processos estruturados de *benchmarking* e uso de consultorias de gestão.

### Capital da Informação

É representado pela disponibilidade de sistemas de informação, de infra-estrutura e de aplicativos de gestão do conhecimento

necessários para dar suporte à estratégia. Em 2007, foram concluídas as novas versões dos sistemas de gestão da Energias do Brasil e de suas controladas, com a atualização do SAP/R3, para as áreas Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, e do BW, de informações gerenciais. Para a Bandeirante, houve também a atualização do CCS (gestão comercial) e a introdução do CRM (gestão do relacionamento com o cliente). A segunda etapa, com a extensão do sistema de gestão comercial para a Escelsa e Enersul, será concluída em 2008.

### Capital Organizacional

Refere-se à busca pela motivação, alinhamento dos esforços e comprometimento com as diretrizes organizacionais. Inclui aspectos como cultura - conscientização e internalização da Missão, Visão e dos Valores -, liderança qualificada, alinhamento das metas e incentivos com a estratégia em todos os níveis hierárquicos e trabalho em equipe.

### Capital Mercadológico

Engloba a marca e a reputação do Grupo.

A política da Energias do Brasil é proteger suas marcas (EDP, Energias do Brasil, Bandeirante, Enersul, Escelsa, Enertrade e Energest, entre outras). A logomarca, representada por um sorriso aplicado sobre fundo vermelho, reflete a personalidade, os valores e a estratégia baseada na sustentabilidade. Simboliza a proximidade com os clientes e o compromisso com a construção de uma sociedade mais inclusiva.

O aspecto reputação refere-se à percepção do público sobre a imagem da Empresa, a qualidade do serviço, o nível e tipo do atendimento às partes relacionadas (mercado, clientes, sociedade, imprensa, acionistas, fornecedores, governo etc.). Um indicador desse avanço é a pesquisa do Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQB), apurado pela Abradee, que apontou os seguintes resultados para as distribuidoras do Grupo em 2007: 74,8% para a Bandeirante (71,1% em 2006); 86,3% para a Escelsa (73,8% em 2006); e 74,2% para a Enersul (72,6% em 2006).

## Gestão de Riscos

07

GRI  
1.2;  
4.11

Como um dos pilares da execução da estratégia da Energias do Brasil, a gestão de riscos do Grupo passou por um profundo aperfeiçoamento em 2007, de forma alinhada a um projeto global da EDP. Foi criado um Portal de Riscos, na Intranet, em que apresenta as principais ameaças ao desempenho dos negócios são apresentadas, com permanente atualização sobre graduações de impacto financeiro, estimativa de probabilidade de ocorrência, nível de gerenciamento possível e ações de mitigação. O Portal também abriga todas as políticas de gerenciamento de risco e os planos de ação.

Os principais riscos identificados nas operações da Energias do Brasil são os seguintes:

GRI  
EU5

**Energético** - O cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões do País é avaliado pelo Subcomitê de Risco Energético, que considera um horizonte de cinco anos, além de analisar as variáveis macro e microeconômicas e as especificidades de cada mercado de atuação. Esse processo é realizado com o apoio de *softwares* e modelos estatísticos desenvolvidos pela Energias do Brasil. O modelo inclui a identificação, a parametrização, a avaliação e o controle do risco, com o objetivo de antecipar potenciais impactos sobre as áreas de distribuição, geração e comercialização, de forma a prepará-las para assegurar o fornecimento de energia, ampliar a receita e minimizar eventuais prejuízos.

**Regulatório** - Os negócios de distribuição e geração submetem-se a obrigações previstas nos contratos de concessão assinados com o Governo Federal e à estrutura regulatória do setor energético brasileiro. Essas atividades são reguladas e fiscalizadas pela Aneel, autarquia do Ministério de Minas e Energias. A Energias do Brasil mantém uma área de Assuntos Regulatórios, que coordena o relacionamento com a Aneel e acompanha permanentemente os aspectos que podem interferir no andamento dos negócios,

cumprindo com rigor as exigências estabelecidas nos contratos de concessão. A atividade de comercialização com consumidores do mercado livre depende de regulação apenas nas operações com partes relacionadas - como no caso de compra de energia de geradoras do Grupo -, que são previamente aprovadas pela Aneel.

**Financeiros** - A Política de Gestão de Riscos Financeiros estabelece as condições e os limites de exposição ao risco de crédito de contrapartes nas operações financeiras, ao risco de mercado de ativos e passivos financeiros, e ao risco de liquidez. Entre suas disposições, estabelece *ratings* mínimos a serem observados para as instituições financeiras nas quais são aplicados recursos de caixa e com as quais são realizadas operações de derivativos. Adicionalmente, a Política estabelece limites de concentração de aplicações em instituições financeiras, tanto em razão do montante total das aplicações do Grupo, quanto do patrimônio líquido das instituições financeiras, respeitados os níveis de *rating* mínimo. Na gestão do endividamento, são estabelecidos limites de concentração por credor, como participação no total da dívida. Na gestão da liquidez, a Política determina limites de concentração de vencimentos de parcelas da dívida total em um mesmo trimestre, que se configuram como metas a serem seguidas na contratação de novos financiamentos. Os passivos cambiais não cobertos por instrumentos de proteção têm pouco impacto sobre o endividamento da Companhia, representando apenas 1% dos compromissos no final de 2007.

**Mercado** - A evolução do consumo de energia é dependente do comportamento da economia e da renda do consumidor. O risco de mercado é mitigado pela atuação de distribuidoras em três regiões distintas do País, com atividades econômicas e características próprias - indústria aeronáutica, metalúrgica e um estruturado setor de serviços, em São Paulo; agronegócios, no Mato Grosso do Sul e siderurgia, mineração e comércio exterior, no Espírito Santo.

### Interesse na opinião

"Ao responder o questionário de consulta sobre o relatório, senti que a Energias do Brasil está interessada em conhecer a opinião dos colaboradores, que, com sua experiência, seja qual for a sua área de atuação, poderão contribuir para melhorias e, conseqüentemente, evitar danos futuros visando à empresa e a seus clientes."

Maria Antonia Aparecida S. Cunha - Ouvidoria

## Investimentos e Perspectivas

**Hidrologia** - A energia gerada pelas empresas do Grupo é proveniente de hidrelétricas, que têm sua plena operação dependente das condições hidrológicas. Além disso, a receita da venda não é vinculada à energia efetivamente gerada, mas sim à energia assegurada, em volume determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. Esse risco, no entanto, é mitigado pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas despachadas no sistema elétrico nacional.

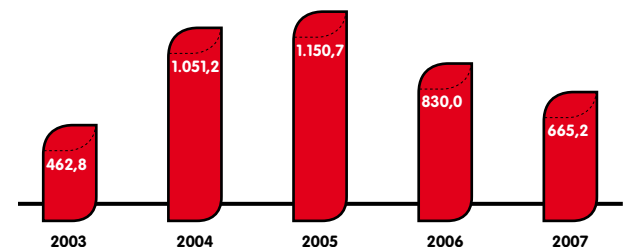
**Meio Ambiente** - O conceito de sustentabilidade está integrado à estratégia do Grupo, o que envolve o compromisso com a preservação ambiental, sendo a atuação orientada por uma Política de Sustentabilidade. Os empreendimentos e as atividades na área de geração e distribuição são executados sob parâmetros que assegurem a minimização de impactos ambientais. Exemplo foi a construção da UHE Peixe Angical, no Rio Tocantins, que atendeu a todas as exigências de órgãos ambientais.

**Operacional** - O risco de descontinuidade de fornecimento, em razão da perda de equipamentos, é gerido por intermédio de seguros (nos principais equipamentos) e estoques de equipamentos para reposição. Privilegia-se a gestão otimizada de estoques, buscando a padronização dos diferentes tipos de equipamentos, a identificação das famílias de materiais com defeitos prematuros e o investimento em atualizações tecnológicas.

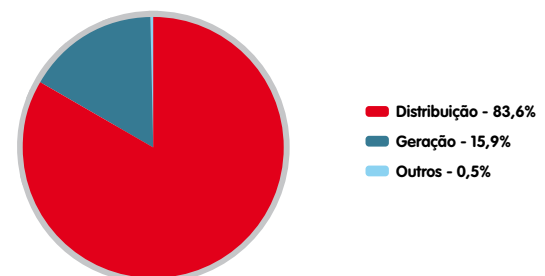
Os investimentos da Energias do Brasil totalizaram R\$ 665,2 milhões em 2007, 19,9% abaixo dos recursos destinados às áreas de negócios no ano anterior. A conclusão das obras da Usina Peixe Angical, em setembro de 2006, é o principal fator que justifica a redução.

O maior volume de recursos foi destinado às atividades de distribuição (83,6%), concentrando-se em projetos de expansão e melhoramento das redes das empresas Bandeirante, Escelsa e Enersul. Os recursos para programas de Universalização do Acesso à Energia Elétrica, que incluem o Programa Luz para Todos, somaram R\$ 80,8 milhões. A área de geração absorveu 15,9% dos recursos, especialmente com as obras da Pequena Central Hidrelétrica São João, no Estado do Espírito Santo.

**Investimentos**  
(R\$ milhões)



**Distribuição dos Investimentos**



## Investimentos\* (R\$ milhões)

|                                      | 2006         | 2007         | %            |
|--------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>Distribuição</b>                  | <b>536,5</b> | <b>556,2</b> | 3,7          |
| • Bandeirante                        | 149,6        | 173,5        | 16,0         |
| • Escelsa                            | 191,3        | 203,0        | 6,1          |
| • Enersul                            | 195,6        | 179,7        | -8,1         |
| <b>Geração</b>                       | <b>292,9</b> | <b>105,9</b> | <b>-63,8</b> |
| • Enerpeixe                          | 243,6        | 49,4         | -79,7        |
| • Energest                           | 46,2         | 51,9         | 12,2         |
| • EDP Lajeado                        | 3,1          | 4,6          | 50,7         |
| <b>Outros</b>                        | <b>0,6</b>   | <b>3,1</b>   | <b>415,3</b> |
| Total                                | <b>830,0</b> | <b>665,2</b> | <b>-19,9</b> |
| <b>Total sem juros capitalizados</b> | <b>751,9</b> | <b>663,4</b> | <b>-11,8</b> |

\* Inclui capitalização de juros.

Os investimentos em distribuição, ao longo de 2007, superaram em 3,7% o montante registrado no ano anterior, totalizando R\$ 556,2 milhões. Para expansão de redes foram destinados R\$ 196,1 milhões, equivalentes a 35,3% do total dos recursos investidos no ano e 30,5% acima do ano anterior. Foram investidos R\$ 141,4 milhões em melhorias nas redes, 14,8% mais do que em 2006. Na Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica, o volume diminuiu 49,1% e chegou a R\$ 80,8 milhões (14,5% do total aplicado no ano). Outros R\$ 137,9 milhões foram investidos em telecomunicações, informática e outras atividades.

## Investimentos em Distribuição (R\$ Mil)

|                                | Bandeirante    | Escelsa        | Enersul        | Total 2007     | Total 2006     |
|--------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Expansão da rede               | 77.567         | 58.497         | 60.049         | 196.113        | 150.229        |
| Melhoramento da rede           | 39.063         | 62.520         | 39.857         | 141.440        | 123.250        |
| Universalização (rural+urbano) | 11.838         | 36.693         | 32.266         | 80.797         | 158.657        |
| Telecom, informática e outros  | 45.030         | 45.292         | 47.541         | 137.863        | 104.387        |
| <b>Total</b>                   | <b>173.498</b> | <b>203.003</b> | <b>179.713</b> | <b>556.214</b> | <b>536.523</b> |

## Perspectivas

GRI  
1.2

Os investimentos projetados para 2008 totalizarão R\$ 1.180 milhões, tendo como prioridade a expansão em geração (R\$ 585 milhões) e a melhoria da rede e da prestação de serviços das distribuidoras (R\$ 438 milhões em distribuição e R\$ 157 milhões no Luz para Todos).

O Grupo mantém atenção constante a oportunidades de crescimento em geração, com análise de diferentes tecnologias para a geração de energia elétrica. Busca o crescimento tanto em geração tradicional (hidrelétrica e termelétrica) como em novas energias, com destaque para biomassa e eólica. Todos os investimentos são avaliados a partir de parâmetros de retorno do capital empregado, para garantir a criação de valor aos acionistas.

Os investimentos asseguram o crescimento do negócio e a qualidade na prestação de serviço. De acordo com projeções da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia no País crescerá 5,2% em 2008, mais uma vez impulsionado pelo setor comercial, que deve subir 7,5%. A estimativa inclui acréscimo de 6% no consumo residencial e de 4% no setor industrial. O menor ritmo da indústria é explicado pelo aumento de projetos de autoprodução.

A Aneel, em seu anuário *Análise de Energia*, traçou 77 cenários para o suprimento nos próximos anos e avalia que o Brasil estará praticamente livre da hipótese de racionamento caso as obras previstas pela agência sejam concluídas no prazo. O País só enfrentará risco se o PIB crescer em média 6% ao ano nos próximos cinco anos - percentual considerado atualmente de baixa probabilidade. Se as obras começarem a atrasar e a quantidade de energia injetada no sistema cair, o risco sobe significativamente. Dos 77 cenários, em 23 a demanda de energia poderá superar a oferta.

## Metas Econômicas

Em 2007, a Energias do Brasil assumiu algumas metas em relação ao desempenho econômico das empresas controladas. As propostas e as respectivas avaliações foram:

## Metas econômicas

Duplicar a capacidade de geração a partir de oportunidades adequadas

Distribuir aos acionistas o valor mínimo equivalente a 40% do lucro líquido ajustado como dividendos e/ou juros sobre capital próprio

Reduzir para 2,8% as perdas comerciais no médio prazo

## Avaliação

Em curso.


Superada. Serão distribuídos 50% do lucro líquido sob a forma de dividendos.

Em reanálise, tendo em conta a evolução do marco regulatório.

Para 2008, são estabelecidos os seguintes desafios no desempenho econômico:

- Criação de uma nova unidade de negócio focada no desenvolvimento de portfólio de energias renováveis (PCHs, eólicas e biomassa);
- Constituir um pipeline de projetos UHE e UTE (predominantemente gás);
- Alargar a atividade da área de comercialização de eletricidade;
- Otimizar a margem regulatória consolidando os padrões de qualidade de serviço.





energias do brasil



# Índice

## Desempenho Social

|  |    |
|--|----|
| Práticas Trabalhistas                    | 60 |
| Emprego                                  | 60 |
| Perfil                                   | 60 |
| Treinamento e educação                   | 61 |
| Gestão de desempenho                     | 61 |
| Previdência e benefícios                 | 62 |
| Segurança e saúde no trabalho            | 62 |
| Diversidade e igualdade de oportunidades | 63 |
| Direitos Humanos                         | 64 |
| Responsabilidade na cadeia de produção   | 64 |
| Sociedade                                | 65 |
| Comunidade                               | 65 |
| Instituto Energias do Brasil             | 66 |
| Projetos sociais                         | 66 |
| Projetos relacionados à atividade-fim    | 67 |
| Combate à corrupção                      | 68 |
| Políticas públicas                       | 69 |
| Concorrência desleal                     | 69 |
| Responsabilidade pelo Produto            | 70 |
| Saúde e segurança do cliente             | 70 |
| Comunicação e marketing                  | 72 |
| Privacidade dos consumidores             | 74 |
| Metas Sociais                            | 75 |



## Desempenho Social

### Práticas Trabalhistas

#### Emprego

A Energias do Brasil tem por objetivo ser uma empresa de referência no setor elétrico brasileiro. Nos últimos três anos, por meio do Projeto Vanguarda - que baliza todo o plano de transformações do Grupo -, promoveu diversas mudanças, incluindo ampla reestruturação na área de Recursos Humanos.

Em continuidade ao processo de realinhamento estratégico, um dos destaques de 2007 foi o lançamento do Vanguarda Gente, que, apoiado no *slogan* "Nossa energia tem a sua cara", visa à valorização dos colaboradores. A integração entre os departamentos de Recursos Humanos das empresas no Brasil e com a controladora Energias de Portugal (EDP) foi foco de ações para reforçar a cultura e a identidade corporativa do Grupo.

Com a EDP, participou dos projetos EneRHgia e Talento. O primeiro é o sistema de dados Cézanne, que reúne informações sobre todos os colaboradores e possibilita ações de integração e recrutamento interno para preenchimento de vagas nos países onde o Grupo atua. Além disso, oferece aos gestores informações sobre seu time, como o resultado da avaliação de desempenho e competências. Já o Talento visa a aplicar um plano estratégico de gestão de pessoas em suas várias vertentes: avaliação de potencial e desempenho, gestão de compensação, desenvolvimento de competências e formação e gestão de carreiras. Um desdobramento desse programa é o Jovens

de Elevado Potencial (JEPs), direcionado à identificação de jovens talentos e definição de programa de retenção e desenvolvimento, preparando-os como sucessores em áreas gerenciais.

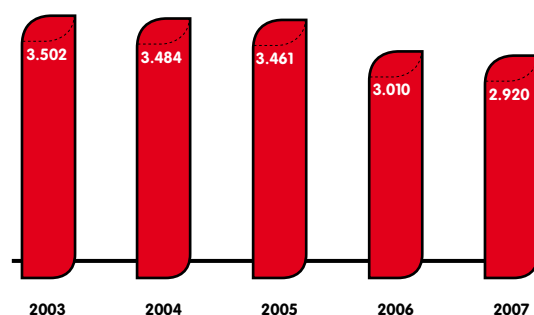
A partir de 2008, a pesquisa de clima organizacional do Grupo também será realizada com base em plataforma global, motivo pelo qual a Energias do Brasil adiou a realização do levantamento programada para acontecer em 2007.

#### Perfil

A Energias do Brasil encerrou o ano com 2.920 colaboradores, sendo 2.272 homens e 648 mulheres. O número de admissões foi de 238 e o de demissões 328. O *turnover* registrado no ano foi de 9,4%, devido principalmente à oxigenação no quadro de profissionais, decorrente do Programa de Demissão Voluntária (PDV). A folha de pagamento bruta que contempla remunerações, benefícios e encargos sociais somou no exercício de 2007 o montante de R\$ 368,9 milhões (fonte: balanço social IBASE).

GRI  
LA2

#### Número de Colaboradores



#### Quadro Funcional por Empresa

|                      | Escelsa    | Enersul    | Bandeirante  | Enertrade | Enerpeixe | Energest  | Energias do Brasil (holding) |
|----------------------|------------|------------|--------------|-----------|-----------|-----------|------------------------------|
| Diretores celetistas | -          | -          | 1            | -         | -         | 2         | 2                            |
| Alta gerência        | 7          | 8          | 19           | 3         | 2         | 6         | 8                            |
| Gerentes             | 25         | 21         | 35           | -         | 4         | 5         | 6                            |
| Profissionais        | 244        | 239        | 229          | 8         | 19        | 26        | 24                           |
| Técnicos             | 677        | 471        | 747          | 2         | 22        | 49        | 9                            |
| <b>Total</b>         | <b>953</b> | <b>739</b> | <b>1.031</b> | <b>13</b> | <b>47</b> | <b>88</b> | <b>49</b>                    |

GRI  
LA1

### Colaboradores por Contrato de Trabalho

|                    |             | 2007  |
|--------------------|-------------|-------|
| GRI<br>LA1<br>EU16 | Empregados  | 2.920 |
|                    | Estagiários | 180   |
|                    | Terceiros   | 6.141 |

### Funcionários por Região

| Região             | 2007  |
|--------------------|-------|
| São Paulo          | 1.172 |
| Mato Grosso do Sul | 742   |
| Espírito Santo     | 972   |
| Tocantins          | 34    |

### Treinamento e Educação

GRI  
EU15  
LA11  
LA8

Os projetos de atração e retenção de talentos, desenvolvimento e qualificação profissional e qualidade de vida dos colaboradores são conduzidos de forma a contribuir para o crescimento da Empresa e das pessoas.

Foram destinados R\$ 7,2 milhões para cursos e treinamentos, geridos pelo Programa de Formação e Desenvolvimento da Energias do Brasil. A iniciativa é dividida em três frentes: Programa de Treinamento Funcional (PTF), Programa de Incentivo à Educação Formal (PIE) e Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG).

Ao final de 2007, a Energias do Brasil adquiriu o Chronos®, um curso virtual de capacitação em desenvolvimento sustentável elaborado pela Universidade de Cambridge e o WBCSD (World Business Council for Sustainable Development). Tem o objetivo de integrar conceitos de responsabilidade social e ambiental, de fornecer informações e soluções práticas para as dificuldades surgidas no contexto da sustentabilidade corporativa, e de testar a capacidade do colaborador de identificar as iniciativas da empresa em prol do desenvolvimento sustentável. Aplicado na Energias do Brasil em forma de *e-learning*, o curso já atingiu 31% do quadro gerencial e em 2008 deve ser estendido a 80% dos colaboradores.

Já o Programa Gestores em Ação, direcionado ao desenvolvimento do corpo gerencial, somou 96 horas de cursos e atendeu 157 colaboradores. A Empresa não conta com programas específicos para gerenciamento do fim de carreira.

### Treinamento (homem/hora)

| Volume de formação por domínio | 186.118 | GRI<br>LA10 |
|--------------------------------|---------|-------------|
| Gestão                         | 17.540  |             |
| Técnica gerencial              | 70.930  |             |
| Técnica específica             | 40.057  |             |
| Comportamental                 | 34.961  |             |
| Organizacional                 | 22.630  |             |

### Horas de Treinamento

| Função  | Horas   |
|---|---------|
| Dirigentes  | 186.118 |
| Quadros superiores                                  | 2.688   |
| Quadros médios                                      | 27.305  |
| Quadros intermediários                              | 10.138  |
| Profissionais altamente qualificados e qualificados | 41.164  |
| Profissionais semiqualiificados                     | 76.282  |
| Praticantes/aprendizes                              | 19.575  |

### Participação em Sindicatos

| Sindicatos       | 2007   | GRI<br>LA4 |
|------------------|--------|------------|
| Nº de associados | 673    |            |
| % de associados  | 70,62% |            |
| Nº de sindicatos | 3      |            |

### Gestão de desempenho

A Energias do Brasil desenvolve ações que visam ao acompanhamento regular do desempenho de seus colaboradores. Em 2007, adotou o modelo de Gestão de Performance baseado em objetivos e competências. Os objetivos são desdobrados em todos os níveis da Organização e compostos por metas do Grupo, da unidade de negócio/empresa, das áreas e individuais.

### Parte de um mesmo grupo

"Fiquei muito contente em contribuir com a pesquisa dos *stakeholders*, pois participar da elaboração de um relatório como o do Grupo Energias do Brasil é muito importante. Por que é importante? Porque faço parte de outra empresa, a Vanguarda, prestadora de serviços e me considero parte de um mesmo grupo. Somos uma parceria de verdade. Trabalhamos juntos todos os dias, conjugando um mesmo objetivo, com muito respeito."

**Planos de Pensão (R\$ milhões)**

|   | 2006  | 2007  |
|---|-------|-------|
| Valor presente das obrigações atuariais, total ou parcialmente cobertas | (579) | (598) |
| Valor justo dos ativos  | 563   | 666   |
| Valor das perdas atuariais não reconhecidas (Déficit)/Superávit         | 16    | (42)  |
| Bandeirante   | (98)  | (96)  |
| Escelsa   | 59    | 71    |
| Enersul   | 40    | 51    |
| Energgest   | 0,2   | 0,1   |

GRI EC3

As competências são comportamentos e atitudes demonstradas pelo colaborador, com foco no presente e no futuro. Elas são estruturadas em três eixos: competências transversais (comum a todos os colaboradores), de gestão (exclusiva de gestores) e funcionais (segregadas por grupos funcionais).

A avaliação de gestores segue o modelo 270°, ou seja, eles fazem auto-avaliação e são avaliados pelo superior hierárquico e pelos pares. Os demais colaboradores são avaliados pelo modelo 180°, com auto-avaliação e avaliação do superior imediato. Em 2007, o processo de avaliação abrangeu 100% dos colaboradores ativos na data da avaliação.

Os novos gestores do Grupo, sejam eles contratados externamente ou por meio de promoções internas, passam por um *assessment* realizado por consultoria externa e imparcial.

**Previdência e benefícios**

GRI LA3 EC3

Em 2007, a Energias do Brasil consolidou a migração dos planos de saúde para uma única seguradora. A prospecção nas regiões onde estão as empresas do Grupo resultou em um aumento expressivo na rede de atendimentos e prestadores. Somente nas regiões do Vale do Paraíba e do Alto do Tietê (SP) - com grande concentração de colaboradores -, a rede de médicos e hospitais passou de 341 para 2.479, e o número de profissionais de odontologia saltou de 385 para 1.264.

Também entrou em vigor o novo seguro de vida aos colaboradores. O plano tem prêmio mensal 100% coberto pela Energias do Brasil, com capital segurado de 24 vezes o valor do salário, limitado ao máximo de R\$ 400 mil e mínimo de 30 mil.

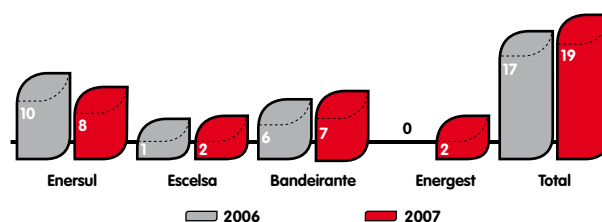
A EnerPrev, entidade de previdência complementar do Grupo Energias do Brasil foi criada para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar oferecidos pelas empresas do Grupo. Além disso, o Grupo Energias do Brasil com a parceria da Bradesco Vida e Previdência, contratou coberturas de Renda por Invalidez, Pensão por Morte e criou a Conta Estilo de Vida. Com ela, o participante terá uma reserva que lhe proporcionará a possibilidade de cobrir seus gastos com despesas para fins de saúde na fase pós-emprego. As contribuições são paritárias (um por um), sendo que o colaborador pode decidir por aportes periódicos mensais no valor de até 7% de seu salário e a Empresa participa com o mesmo valor. A Empresa cobre, ainda, 100% do custo para coberturas de Renda por Invalidez e Pensão por Morte. Em 2007, o aporte da Energias do Brasil somou R\$ 327.899 para EnerPrev e Bradesco, e o dos colaboradores R\$ 302.828.

**Segurança e saúde no trabalho**

No ano, o Grupo criou a política de Meio ambiente, Saúde e Segurança e lançou o Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade, que reúne os procedimentos nas áreas de meio ambiente, segurança no trabalho e saúde ocupacional.

Por meio do Programa de Segurança do Trabalho, foram desenvolvidas campanhas de conscientização, treinamentos, procedimentos e monitoramento, de forma a manter ambientes seguros e saudáveis para os colaboradores e visitantes em todas as operações.

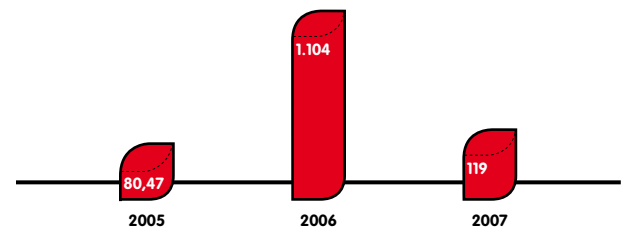
**Acidentes de Trabalho**



**Acidentes de Trabalho**

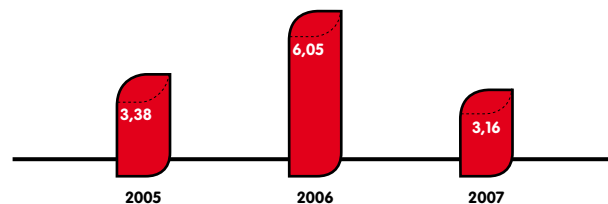
|                                      |                              | 2007      |
|--------------------------------------|------------------------------|-----------|
| <b>GRI</b><br>LA7                    | Nº médio de trabalhadores    | 3.057     |
|                                      | Horas trabalhadas            | 6.008.283 |
|                                      | <b>Acidentes de trabalho</b> |           |
|                                      | - Com afastamento            | 19        |
|                                      | - Óbitos                     | -         |
|                                      | - Dias perdidos              | 712       |
|                                      | <b>Acidentes de trajeto</b>  |           |
|                                      | - Não-mortais                | 18        |
|                                      | - Mortais                    | -         |
|                                      | - Dias perdidos              | 562       |
| <b>Acidentes de trabalho mortais</b> |                              |           |
| - Com trabalhadores ENBR             | -                            |           |
| - Com prestadores de serviços        | 2                            |           |
| Taxa de Freqüência de Acidentes      | 3,16                         |           |
| Taxa de Incidência (TI)              | 6                            |           |
| Taxa de Gravidade de Acidentes       | 119                          |           |

**Taxa de Gravidade de Acidentes**



Taxa elevada em 2006 em decorrência de óbito na Enersul.

**Taxa de Freqüência de Acidentes**



**Diversidade e igualdade de oportunidades**

A Energias do Brasil é comprometida com o respeito às diferenças e a oferta de oportunidades de desenvolvimento aos colaboradores. Esse posicionamento foi reforçado em 2007 com o lançamento das políticas de valorização da diversidade e contra discriminação e assédio.

No período, o Canal de Comunicação e Denúncias da Energias do Brasil recebeu oito relatos de assédio e discriminação, que não se confirmaram. As denúncias foram analisadas pelo Comitê de Ética e pela auditoria interna e a conclusão da Companhia é que não se caracterizaram como discriminação ou não procediam.

**Salários-Base por Gênero e Cargo (R\$)\***

|                    |                                    | Mulheres | Homens | Proporção (salários homens e mulheres) |
|--------------------|------------------------------------|----------|--------|--|
| <b>GRI</b><br>LA14 | Superintendente                    | 19.104   | 18.196 | 0,95                                   |
|                    | Gerente                            | 10.095   | 11.004 | 1,09                                   |
|                    | Supervisor                         | 5.614    | 5.611  | 1,00                                   |
|                    | Administrativo/técnico             | 1.802    | 1.716  | 0,95                                   |
|                    | Universitário/prof.                | 3.702    | 4.254  | 1,15                                   |
|                    | Operacional                        | 1.100    | 1.713  | 1,56                                   |
|                    | Técnico profissionalizante         | 2.491    | 2.613  | 1,05                                   |
|                    | Pessoas com Necessidades Especiais | 616      | 646    | 1,05                                   |

\* Média salarial de dezembro de 2007.

**Apoio e valorização**

"Acolhi com muito agrado a efetivação, pois ela corresponde à dedicação e ao esforço que tenho dado ao meu trabalho, e à valorização dos meus supervisores em relação a mim. Pretendo, pois, continuar trabalhando e crescer no conhecimento daquilo que faço, pois me identifico e gosto muito. Para mim, foi muito bom ser efetivada em uma empresa que apóia e valoriza o funcionário em todos os seus aspectos."

Marianne Cristina Sesti – auxiliar administrativo, ex-integrante do Programa Incluir, de inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais

**GRI**  
HR4

## Direitos Humanos

Signatária do Pacto Global e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ambas iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU), a Energias do Brasil busca promover os direitos humanos no dia-a-dia de suas atividades e valorizar essa prática entre todos os públicos com os quais se relaciona. (mais informações sobre os compromissos assumidos pela Empresa estão na página 21).

GRI  
HR5  
HR6  
HR7

A Energias do Brasil não mantém operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, forçado ou análogo à escravidão, nem com risco à liberdade de associação e não registrou denúncias envolvendo essas práticas em 2007.

### Responsabilidade na cadeia de produção

GRI  
HR2

Em 2007, a Energias do Brasil ampliou a disseminação de suas práticas de sustentabilidade entre fornecedores. Os critérios de seleção foram adaptados às novas políticas, e o desempenho socioambiental das Empresas foi incluído no processo de monitoramento contínuo da cadeia de produção, via inspeção fabril e avaliação industrial. No Brasil, os cerca de mil e quinhentos fornecedores foram comunicados, por meio de instrumento de contratação, e orientados sobre as novas regras de desempenho

socioambiental definidas pelo Grupo. Juntas, essas empresas forneceram R\$ 1 bilhão em produtos e serviços. Assim, 100% de seus fornecedores são submetidos a cláusulas que incluem, entre outros tópicos, os relacionados à proteção dos direitos humanos, tanto na seleção como no monitoramento desses contratos.

GRI  
EC6

Para conferir mais agilidade e segurança nas transações com fornecedores, e garantir custos menores, a Energias do Brasil desenvolveu dois grandes projetos. O primeiro, Vanguarda OPEX, tem por objetivo melhorar o nível de eficiência em todas as empresas do Grupo por meio da padronização e centralização dos processos de compras. Ele envolveu diretamente cerca de 200 colaboradores de diversas áreas durante a sua aplicação. Entre as ações já adotadas estão a redução do nível de estoques de materiais regulares e a padronização dos códigos de produtos e serviços contratados, que passaram a integrar uma rede eletrônica compartilhada, em tempo real.

Já o Sinergie é um programa da Grupo EDP direcionado a promover a unificação e padronização global das empresas do Grupo. Ele também é baseado em uma plataforma eletrônica, que reúne anualmente mais de 500 processos e proporciona cerca de 200 mil ordens de compra em um universo de 27 mil fornecedores.





## Sociedade

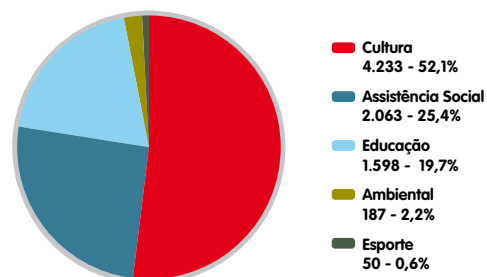
### Comunidade

O compromisso da Energias do Brasil com as comunidades de sua área de atuação é expressa pela promoção de iniciativas próprias ou de suporte a parceiros sociais dedicados à mobilização e transformação social. No ano de 2007, os investimentos sociais totalizaram R\$ 8,1 milhões. Com foco principal em educação, direciona investimentos também a iniciativas de assistência social, desenvolvimento local e cultura, de acordo com as diretrizes da Política de Investimentos Sociais Externos e da Política Cultural da Companhia.

Essas políticas foram oficialmente colocadas em prática em 2007, quando foram aprovados os primeiros projetos em seleção pública e iniciado o Sistema de Monitoramento e Avaliação. O investimento ultrapassou os R\$ 2,0 milhões em projetos sociais (doações e execução direta), sendo que 16 (R\$ 1,6 milhão) foram iniciativas contratadas por chamada pública. Além disso, destacam-se R\$ 1,6 milhão em projetos educacionais e cerca de R\$ 4,2 milhões em patrocínios culturais, sobretudo ao teatro, com peças que a Energias do Brasil faz questão de levar a localidades das áreas de concessão das empresas do Grupo. Em 2007, o público de cidades como Vitória, Campo Grande, São José dos Campos e Guaratinguetá pôde assistir espetáculos como *Ricardo III*, *O Homem a Besta e a Virtude*, *Enfim Nós*, *Por Uma Vida Menos Ordinária*, *Festival Parlapatões* e *Fica Comigo Esta Noite*.

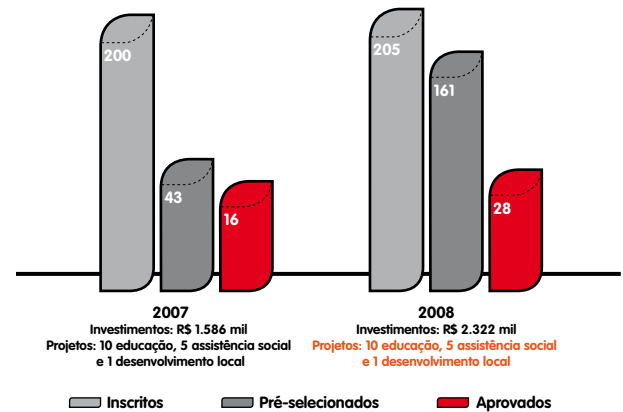
Nos projetos sociais e educacionais, o público-alvo é composto de crianças e adolescentes, alunos da rede pública de ensino, comunidade local, jovens e adultos, analfabetos, portadores de

### Investimentos Sociais por Área (R\$ mil)



Total investido: R\$ 8,12 milhões (0,17% receita operacional líquida)

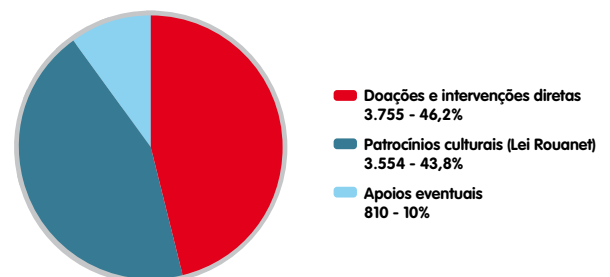
### Projetos Participantes do Edital Social



necessidades especiais, educadores e famílias. Uma equipe de 12 técnicos visitou o conjunto de projetos a cada dois meses. Foram realizadas 162 reuniões e entrevistas com coordenadores das iniciativas, dirigentes de organizações, técnicos e beneficiários, num total de 900 pessoas ouvidas durante o processo de monitoramento. Os resultados nos primeiros seis meses indicam que a grande maioria das intervenções se desenvolve de forma alinhada aos objetivos.

Para 2008, o investimento social deve somar cerca de R\$ 6,5 milhões. Desse total, R\$ 2,27 milhões serão dedicados aos 28 projetos vencedores entre os 205 inscritos na segunda edição do edital social da Energias do Brasil, realizado no segundo semestre de 2007.

### Investimento Social por Fonte de Recursos (R\$ mil)



### Instituto Energias do Brasil

Para coordenar os projetos sociais e ambientais e envolver e comunicar os colaboradores e demais públicos estratégicos, a Empresa criou no ano o Instituto Energias do Brasil. Cabe a ele o desenvolvimento e a coordenação das políticas de Investimentos Ambientais, Investimentos Sociais, Voluntariado e de Gestão Institucional. Promove ainda a consolidação da cultura de sustentabilidade da Companhia entre seus colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e demais públicos estratégicos.

No aspecto ambiental, a entidade é responsável pelo desenvolvimento de projetos que vão além das exigências legais. Exemplo foi o lançamento do Centro de Conhecimento em Biodiversidade Tropical (Ecotropical), em parceria com o Instituto Ecológica (ONG ambiental) e a Universidade de Aveiro de Portugal, que realizará estudos científicos sobre alguns dos principais biomas do Brasil, começando pelo cerrado, no Estado do Tocantins. (Mais informações sobre o Centro e outros projetos ambientais podem ser conferidas no capítulo Gestão Ambiental, na página 89).

A integração entre a gestão do Grupo e a atuação do Instituto é garantida pelo modelo de governança corporativa desenvolvido em alinhamento aos compromissos de sustentabilidade definidos pela Energias do Brasil.

O Instituto tem como membros fundadores a *holding* e as empresas que compõem o Grupo. Seu órgão máximo é a Assembléia Geral. A Diretoria é composta por três membros: diretor-presidente, diretor-executivo e diretor administrativo e financeiro. Para assessorar a Diretoria, foi criado o Conselho Consultivo. Com caráter permanente, ele é constituído de dez membros, sendo quatro representantes da sociedade civil.

O Instituto conta também com um Conselho Fiscal não-permanente, composto por três membros eleitos pela Assembléia Geral.

A entidade terá parte de sua receita associada à venda de créditos de carbonos, gerados a partir de projetos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) e VER (*Verified Emissions Reductions*), no âmbito do Protocolo de Quioto, e aplicados nos programas socioambientais. A expectativa é que até 2013 sejam comercializadas cerca de 900 mil toneladas de CO<sub>2</sub> resultantes dos projetos MDL das PCHs São João, Paraíso e Santa Fé e quarta máquina de Mascarenhas. (Saiba mais sobre os projetos de MDL da Energias do Brasil no capítulo Gestão Ambiental, na página 80).

### Projetos sociais

O principal projeto social da Energias do Brasil é o Letras de Luz. Lançado no final de 2006 em parceria com a Fundação Roberto Civita, tem por objetivo incentivar a leitura como instrumento de fomento da educação, cultura e cidadania. Com investimento de mais de R\$ 1,7 milhão, em 2007, o projeto beneficiou 60 municípios dos quatro Estados onde atuam as empresas controladas pela Energias do Brasil.

O projeto oferece estrutura para capacitar 1.700 agentes multiplicadores nas três vertentes do Letras de Luz dirigidas a estudantes da 1ª à 4ª séries do Ensino Fundamental: oficinas de fomento à leitura, capacitação e apresentações teatrais e doação de acervo de livros literários. Em 2007, o Letras de Luz realizou 270 oficinas de leitura e capacitou de 973 agentes multiplicadores. Outras 270 oficinas de teatro foram realizadas, atraindo um público de aproximadamente 43 mil pessoas. Além disso, o projeto foi responsável pela arrecadação de mais de 16 mil livros doados às bibliotecas das cidades beneficiadas.

Também direcionado à inclusão por meio da educação, o Programa Alfabetização Solidária para Jovens e Adultos (Alfasol), apoiado pela Enerpeixe, somou 25 turmas e atendeu 444 alunos nos municípios de influência direta da AHE Peixe Angical, no Tocantins.

Já o Programa Bandeirante Comunidade Educação, que foca o fortalecimento do Ensino Fundamental em escolas municipais, atendeu 54 instituições no ano, e beneficiou 16 mil alunos. O programa também recupera o ambiente escolar com mutirões de pintura, jardinagem, doação de móveis e equipamentos, reparos elétricos e melhoria da iluminação das salas de aula. Criação de bibliotecas, brinquedotecas e atividades lúdicas, como a Rádio Escola e apresentações teatrais, valorizam a integração do ambiente escolar e estimulam pais e alunos a refletir sobre a educação e a cultura para o desenvolvimento sustentável.

#### Projetos relacionados à atividade-fim

Entre os projetos sociais relacionados à sua atividade-fim, o Grupo desenvolve ações que visam à promoção do acesso à eletricidade, eficiência energética e conscientização sobre os riscos de acidentes envolvendo as redes de transmissão e o uso doméstico de energia elétrica.

No Programa Luz para Todos, a Energias do Brasil já beneficiou 55.764 famílias. A iniciativa é desenvolvida pelo Ministério de Minas e Energias e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para garantir a universalização da energia elétrica à população, especialmente nas comunidades rurais mais carentes. Em 2007, as distribuidoras efetuaram 9.193 ligações, com investimento total de R\$ 71,5 milhões. Desde 2004, os investimentos das empresas do Grupo no programa somaram R\$ 327,7 milhões.

#### Programa Luz para Todos

|                            | Bandeirante | Escelsa | Enersul | Total 2007 |
|----------------------------|-------------|---------|---------|------------|
| Conexões                   | 1.207       | 5.015   | 2.971   | 9.193      |
| Investimento (R\$ milhões) | 3,7         | 35,9    | 31,9    | 71,5       |

#### Reescrever a história

"A Alfabetização Solidária tem orgulho em ser parceira do Grupo Energias do Brasil, empresa que tem desenvolvido uma política de investimento social privado, agregando rede de parceiros por meio de chamada de projetos por edital, tornando-se uma referência no setor. Entendemos que, com o apoio da EnBr, estamos desenvolvendo programas de fortalecimento da educação de jovens e adultos nas comunidades onde atuamos, possibilitando real impacto nas políticas públicas. Juntos, esperamos reescrever a história de muitos brasileiros."

**Regina Célia Esteves de Siqueira - Superintendente-executiva da Alfabetização Solidária**

#### Hora de multiplicar

"O projeto Letras de Luz uniu duas vertentes muito importantes: teatro e literatura. E a valorização de obras nacionais é um grande diferencial para nós. No final da peça, as pessoas sempre comentavam que queriam saber mais sobre o autor. Isso mostra que tudo é uma questão de oportunidade. E eu agarrei essa oportunidade! Valeu muito a experiência. Agora é hora de multiplicar."

**Roseclair Leandra de Oliveira, Mogi das Cruzes (SP)**

Outra iniciativa é o Programa de Regularização de Clandestinos, realizado desde 2005 pela Bandeirante Energia. No ano, foram regularizadas 13 mil ligações. Para orientar a população sobre o uso correto e seguro da energia elétrica, a Companhia mantém canais de comunicação e material informativo, além de desenvolver ações específicas, como o Programa de Segurança na Comunidade (PSC), que atende clientes na área de concessão da Escelsa e da Enersul. As distribuidoras participaram ainda, entre outros programas da Eletrobras, do Natal de Luz, de valorização de monumentos históricos e igrejas de todo o País, que são iluminados no final do ano.

#### **Eficiência energética**

GRI  
EN6  
EU6

Com o objetivo de promover a maior eficiência e segurança no uso da energia elétrica, as distribuidoras desenvolvem programas regulares de estudos e projetos de eficiência energética em instalações de clientes industriais, comerciais, residenciais e serviços públicos, além de projetos específicos direcionados às comunidades de menor renda. No ano, foram distribuídas cerca de 300 mil lâmpadas eficientes em sua área de atuação.

Entre os projetos realizados pela Bandeirante destaca-se o Energia na Comunidade, que contemplou mais de 61 mil clientes residenciais de baixa renda com a instalação de 274 mil lâmpadas fluorescentes compactas, com selo Procel/Inmetro de desempenho, em substituição a lâmpadas de baixa eficiência e reforma de instalações elétricas.

Como resultado, houve redução da demanda no horário de ponta, otimização do sistema distribuidor e economia de energia por parte desses consumidores, conseqüentemente contribuindo para melhoria da capacidade de adimplência dessas famílias. Adicionalmente, foram regularizadas 12.680 instalações clandestinas, o que ampliou a segurança dessas instalações e a base de clientes da Empresa.

A Bandeirante também foi vencedora do Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia de 2007, concedido pelo Ministério das Minas e Energia, com o projeto de utilização de tecnologia LED (*Light Emitting Diode*, ou Diodo Emissor de Luz) em

todo o parque de semáforos do município de Guarulhos (SP). O projeto foi considerado inovador em toda a América do Sul pela grande abrangência, originalidade e soluções desenvolvidas.

Na Escelsa, foi relevante o projeto direcionado a unidades consumidoras de 76 bairros-alvo da Grande Vitória (ES). Em parceria com a comunidade, foram promovidas ações de cunho educativo para o uso eficiente e seguro da energia elétrica, instalação de 89.840 lâmpadas fluorescentes compactas, com selo Procel/Inmetro de desempenho, em substituição às incandescentes, e troca de 4.900 geladeiras ineficientes por outras com selo Procel de economia.

Na Enersul, destacam-se projetos realizados em hospitais públicos e entidades beneficentes, e também em comunidades de baixa renda, com instalação de lâmpadas fluorescentes compactas em substituição às de baixa eficiência, reforma de instalações e troca de 300 geladeiras ineficientes por outras com selo Procel.

Em 2007, teve início o processo de Certificação ISO 9001:2000 das atividades de eficiência energética das três distribuidoras, visando à padronização de processos, ao controle de indicadores, monitoramento da satisfação dos clientes e à melhoria contínua da qualidade, com previsão de obter a certificação no primeiro semestre de 2008.

#### **Combate à corrupção**

Comprometida com a transparência e a ética em todas as suas relações, a Energias do Brasil lançou em 2007 a Política de Combate à Corrupção, ao Suborno e à Propina. Aplicada em todas as empresas do Grupo, ela também baseia a contratação de fornecedores. No ano, a Empresa aderiu ainda ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, uma iniciativa liderada pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (mais informações no item Compromissos, na página 21).

No início de 2007, o Código de Ética foi atualizado e redistribuído a todos os colaboradores, que assinaram um termo de compromisso com suas determinações. O documento está disponível em murais, na Intranet e no site da Empresa. Sua aplicação e monitoramento ficam a cargo do Comitê de Ética, que se reúne mensalmente.

**GRI**  
503

Por meio do Canal de Comunicação e Denúncia, acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e o público em geral podem, anonimamente, encaminhar questionamentos e apontar conflitos no cumprimento desses princípios. Com essas iniciativas, a Energias do Brasil busca garantir que 100% de seu quadro funcional receba instruções sobre o Código de Ética e a política de combate à corrupção. Não houve registro de denúncias relacionadas à corrupção envolvendo as empresas do Grupo em 2007.

**GRI**  
505

#### Políticas públicas

A Energias do Brasil tem suas atividades reguladas pela Aneel, órgão do Ministério das Minas e Energias. Cumpre integralmente a legislação aplicada ao setor elétrico e participa de diversas iniciativas de apoio a políticas públicas. Além de programas federais como o Luz para Todos, de universalização de acesso à rede elétrica, e Procel, de eficiência energética, o Grupo também promove parcerias nas esferas municipais e estaduais.

Além dos projetos próprios e do apoio a parceiros sociais, as empresas do Grupo destinam anualmente 1% do Imposto de Renda devido para os Fundos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente. Os recursos são aplicados em programas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de riscos pessoal e social. No ano, foram destinados R\$ 479 mil a 14 projetos, que beneficiaram mais de 1.800 pessoas.

As ações desenvolvidas em benefício de crianças e adolescentes proporcionaram às três distribuidoras do Grupo (Bandeirante, Escelsa e Enersul) o título de Empresa Amiga da Criança, patrocinado pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

Exemplo é o termo de cooperação assinado pela Escelsa com o governo do Espírito Santo para dar apoio financeiro ao Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases). Os recursos, no valor de R\$ 182.973,00, serão aplicados pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Criad) para o desenvolvimento de atividades de educação, saúde e lazer para crianças e adolescentes carentes. O valor é proveniente da doação de 1% do Imposto de Renda devido pela Empresa para o Fundo para a Infância e Adolescência (FIA).

As empresas do Grupo participam ainda de associações e fóruns empresariais, entre eles o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), Instituto Ethos, Conselho Empresarial de Cidadania, da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fides) e Instituto Akatu. Também têm atuação direta e representação em entidades do setor elétrico, como a Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) e o Instituto Acende Brasil, entre outros.

Faz parte das diretrizes do Grupo não apoiar partidos políticos ou participar de campanhas políticas, não havendo registros de contribuições financeiras e em espécie nesse sentido em 2007.

#### Concorrência desleal

A Energias do Brasil adota com seus concorrentes uma conduta participativa no que se refere a questões de interesse público. Por meio de uma série de iniciativas que em 2007 incluíram a formalização da Política de Combate à Corrupção, Suborno e Propina, e a atualização e disseminação do Código de Ética, o Grupo busca assegurar que todos os seus relacionamentos sejam pautados pelo respeito e pela transparência. No ano, não houve registro de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste ou monopólio em suas operações.

#### Energia diferente

A oportunidade de participar do concurso Arte com Energia não parou mais de trazer alegria. Tudo começou com a construção de uma boneca com material reciclável: a Energilda. Eu e meus colegas fomos selecionados como um dos melhores trabalhos e ganhamos um kit escultura. O prêmio incentivou minha mãe e minha irmã a também produzirem peças de artesanato e fomos vendê-las. A venda das obras de arte se tornou uma fonte de renda para a minha família, que passava por dificuldades financeiras. A Bandeirante distribuiu uma energia diferente."

Bruna dos Santos Souza, 9 anos, de São José de Campos (SP)

**GRI**  
4.12**GRI**  
506**GRI**  
507

## Responsabilidade pelo Produto

A Energias do Brasil adota políticas e procedimentos que intensificam o diálogo com os clientes e visam à melhoria contínua de seus produtos e serviços.

A área de distribuição do Grupo é composta por três empresas - Bandeirante, Enersul e Escelsa - que juntas atenderam mais de 3,2 milhões de clientes em 2007, o que representa 9,7 milhões de pessoas em 171 municípios. O número de clientes sociais no período totalizou 571.914.

### Saúde e segurança do cliente

GRI  
PR1

No ano, o lançamento das políticas de Sustentabilidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança, Relações Sindicais e Comunicação reforçaram o compromisso da Energias do Brasil em garantir que 100% de seus produtos e serviços sejam avaliados em aspectos relacionados ao seu ciclo de vida e segurança.

GRI  
PR3

Todas as informações relativas aos cuidados necessários e ao uso adequado da rede elétrica são colocadas à disposição nos canais de comunicação das empresas do Grupo, incluindo sites, *call centers* e a própria conta de energia elétrica.

GRI  
PR2  
PR4

Não houve registros de não-conformidade em relação aos regulamentos e códigos voluntários que tratam de impactos causados sobre saúde e segurança no ciclo de vida ou de informações e rotulagem dos produtos e serviços da Companhia.

Além de cumprir integralmente as condições estabelecidas pela Aneel para a preservação da saúde e segurança dos consumidores, as distribuidoras do Grupo desenvolvem diversas ações, entre elas campanhas de conscientização nas comunidades onde atuam, como os seguintes.

### Bandeirante

GRI  
EU22

**Pipas com Segurança** - Projeto que promove oficina e revoada de pipas, pelo menos uma vez no ano, em todos os municípios da área de concessão. Cada participante recebe uma cartilha que ensina a brincar de forma segura e assiste a palestras sobre o uso correto e seguro da energia. Em 2007, foram realizados 69 eventos com a participação de 80 mil pessoas.

**Distribuição de folhetos** - Material sobre o uso correto e seguro da energia elétrica entregue em pontos estratégicos, como lojas, eventos e escolas. Ao participar da Feira Agropecuária de Jacareí (Fapija), além de disseminar valores da sustentabilidade corporativa, a Empresa apresentou conceitos sobre o uso seguro da energia elétrica por meio de um jogo da memória. O evento contou com a participação de grupos teatrais e de música.

### Dicas de economia e segurança no site da empresa -

Os internautas podem conhecer e obter dicas de como utilizar a energia elétrica de forma racional e segura.

**Energia na comunidade** - Em 2007, foram realizados mais de 30 eventos em comunidades que tiveram suas ligações regularizadas. O objetivo é, de forma lúdica, conscientizar os cidadãos sobre o uso correto de energia elétrica.

### Semana Nacional da Segurança com Energia Elétrica/

**Abradee** - Participação nos 28 municípios da área de concessão, com ações em *shoppings centers*, estações de trem, praças públicas, divulgação em rádios, palestras em escolas, revoadas de pipas etc.

**Mensagens da Conta de Energia Elétrica** - Inserção de mensagem na conta de energia elétrica sobre a segurança no uso da energia elétrica.

### Escelsa

**Semana Nacional de Prevenção de Acidentes com Energia Elétrica/Abradee** - A campanha envolveu a produção de 1.600 cartazes e 8.000 lâminas, distribuídos a clientes nas 46 agências de atendimento da Empresa e afixados em estabelecimentos comerciais, fóruns, prefeituras, escolas, agentes comerciais e de arrecadação, durante a primeira quinzena de novembro. A campanha reforça a mensagem de prevenção de acidentes, despertando o cliente para os perigos de empinar pipas perto de redes elétricas, de furtar energia, de construir ou reformar imóveis perto da rede elétrica e de instalar antenas perto da rede elétrica.



**Enersul**

**Ligado na segurança** - Campanha feita durante a divulgação do novo 0800 da companhia, que agregou, na mensagem, alerta sobre riscos e orientação para o uso seguro da energia elétrica. Mensagem foi potencializada e disseminada por meio de 700 mil imãs de geladeira, ganhando visibilidade para surtir o efeito necessário nas casas de todos os clientes.

**Segurança o tempo todo** - Campanha divulgada por meio de 50 mil calendários de bolso, distribuídos em eventos e nos pontos de atendimento ao cliente. O material representou a oportunidade de o cliente interagir com dicas sobre o uso seguro de energia, o tempo todo,

**Acidentes graves e fatais**

GRI  
EU24

O contato de pessoas com as instalações e redes de energia das empresas provocou 41 acidentes em 2007, ocorrendo cinco mortes na região da Escelsa.

**Escelsa** - Houve oito acidentes e cinco mortes que ocasionaram ajuizamento de oito ações contra a distribuidora.

**Bandeirante** - Existem cinco processos iniciados em 2007 com relação a acidente e óbitos originários de eletroplessão/ eletrocussão ocorridos em anos anteriores.

**Enersul** - Constam três ações, duas por eletroplessão, ação por danos morais e materiais, sendo que uma delas de um menor. A terceira ação refere-se à indenização por danos morais por morte de terceiro.

**Enerpeixe** - Não responde por qualquer ação de indenização decorrente de óbito, seja de funcionários, seja de terceiros. No único caso ocorrido - óbito de funcionário de empresa subcontratada -, a ação foi julgada improcedente, a decisão já transitou em julgado e os autos foram remetidos ao arquivo.

**Comunicação e marketing**

A estratégia de comunicação com os clientes é pautada pela Política de Comunicação e sustentada pelo Código de Ética do Grupo.

O respeito ao cliente é a base das iniciativas desenvolvidas pela Companhia para esse público. Elas incluem pesquisas de satisfação, realizadas em conformidade com as exigências do setor elétrico brasileiro ou de maneira espontânea, como é o caso da pesquisa feita pela Enersul em parceria com o Instituto Futura.

GRI  
PR6  
PR7

| Tipo de acidente   | Causa  | Frequência |
|--|--|------------|
| Acidente automobilístico                                 | Colisão de moto com viatura da Escelsa                         | 1          |
| Choque elétrico  | Auto-religação   | 1          |
|  | Cabo caído   | 4          |
|  | Contato indevido   | 3          |
|  | Tentativa de furto   | 2          |
|  | Ligação clandestina  | 5          |
|  | Contato acidental com a rede de alta tensão                    | 4          |
|  | Poda de árvore   | -          |
| Contato com objeto e substância a temperatura muito alta | Construção, reforma de telhados, calhas                        | 1          |
| Exposição à energia elétrica alta tensão                 | Intervenções indevidas na rede                                 | 2          |
|  | Montagem, desmontagem ou trabalhos em andaimes próximos à rede | 1          |
|  | Pintura, limpeza ou reforma de fachadas, telhados, calhas      | 8          |
|  | Recuperar pipa (papagaio) em torres ou linha de transmissão    | 1          |
|  | Atividades em laje, marquise ou obra de sustentação            | 3          |
|  | Subir ou podar árvore  | 1          |
|  | Instalação/reparo de antenas                                   | 1          |
|  | Outras causas  | 1          |
| Exposição à energia elétrica                             | Queda de objeto, poste, rede                                   | 1          |



Anualmente, as distribuidoras são avaliadas em duas pesquisas nacionais, da Aneel e da Abradee. Os resultados dos últimos cinco anos são:

#### Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP) - em %

|            |             | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|------------|-------------|------|------|------|------|------|
| GRI<br>PR5 | Bandeirante | 71,9 | 73,5 | 67,8 | 71,1 | 74,8 |
|            | Escelsa     | 74,2 | 74,3 | 73,4 | 73,8 | 86,3 |
|            | Enersul     | 70,2 | 72,7 | 73,8 | 72,6 | 74,2 |

GRI  
EC6

#### Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC) - em %

|             | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|-------------|------|------|------|------|
| Bandeirante | 68,8 | 56,6 | 60,0 | 62,3 |
| Escelsa     | 64,2 | 57,9 | 55,6 | 60,3 |
| Enersul     | 61,9 | 55,5 | 57,7 | 55,7 |

x<sup>1</sup> - Os resultados de 2007 ainda não foram divulgados.

#### Pesquisa de Grandes Clientes

| ISG* (2007) | Bandeirante | Escelsa | Enersul |
|-------------|-------------|---------|---------|
|             | 67          | 69      | 51      |

\* Índice de Satisfação Geral

Em 2007, foi ainda realizada pesquisa de satisfação para os clientes do Grupo A, atendidos em média e alta tensão, dentre eles os Consumidores Cativos, Livres, Especiais e Autoprodutores. Realizada pelo Instituto Ibope, pede a avaliação do cliente sobre diversos aspectos da prestação do serviço, como: qualidade da energia; continuidade do fornecimento da concessionária; o atendimento personalizado dos gestores de contas, entre outros.

Também foram realizadas pesquisas de satisfação no plano de comunicação (orientações sobre riscos/perigos com a energia elétrica), direitos e deveres (esclarecimento), locais para pagamento, aviso de interrupção programada (esclarecimento), canais de relacionamento/facilidade de contato (divulgação), entendimento das informações na conta (esclarecimento), datas de vencimento/opções (esclarecimento) e orientações sobre o uso adequado de energia elétrica para evitar o desperdício

(alterações nos serviços 0800). Os resultados dessas pesquisas ainda não foram apresentados.

Não houve casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing em 2007.

#### Canais de comunicação

Além dos *call centers*, disponíveis 24 horas, todos os dias da semana, as empresas do Grupo mantêm diversos canais para se relacionar com seus clientes. As informações sobre mudanças de tarifas, serviços de manutenção nas redes, indicadores de qualidade e desempenho, entre outras, também são apresentadas nos sites das empresas e da *holding* e nas contas de energia elétrica.

A Energias do Brasil promove ainda iniciativas de comunicação que visam tornar conhecidas as práticas de responsabilidade socioambiental adotadas em todas as suas atividades. As mais de 600 opções de atendimento do Grupo em 2007 representam outro importante espaço para a comunicação entre a Empresa e seus consumidores.

GRI  
PR7

#### Apoio à profissionalização

"As vendas do mexilhão, que cultivo na Praia da Cocanha, em Caraguatatuba (SP), melhoraram graças ao apoio que a Empresa passou a dar ao projeto Roteiro Turístico do Mexilhão. Não adianta produzir um marisco de qualidade se não conseguirmos pescar o peixe mais difícil: o turista. A proposta do projeto é incentivar o consumo da iguaria nos quiosques dessa praia do Litoral Norte e profissionalizar nosso serviço."

Tirso da Rocha Neves, pescador e maricultor do Estado de São Paulo

**Pontos de Atendimento**

|                   | Bandeirante | Escelsa | Enersul |
|-------------------|-------------|---------|---------|
| Lojas próprias    | 6           | 8       | 10      |
| Lojas terceiras   | 13          | 38      | 38      |
| Poupatempo        | 1           | -       | -       |
| Quiosque terceiro | 7           | -       | -       |
| Agente comercial  | -           | 119     | 399     |
| Total             | 27          | 165     | 447     |

As demandas dos clientes, identificadas por esses canais, são encaminhadas às áreas responsáveis para que sejam avaliadas e aplicadas as soluções cabíveis, com o objetivo de melhorar continuamente os produtos e serviços oferecidos.

**Canais de acesso - número de atendimentos em 2007**

| Total de atendimentos             | Bandeirante | Escelsa   | Enersul   |
|-----------------------------------|-------------|-----------|-----------|
| <i>Call center</i>                | 1.961.667   | 1.790.729 | 1.405.024 |
| Unidade de resposta audível (URA) | 885.291     | 581.794   | 107.381   |
| Lojas/agentes*                    | 974.516     | 1.726.375 | 1.099.165 |
| Internet (visitas)                | 844.234     | 985.525   | 591.041   |
| Total                             | 3.691.192   | 5.084.423 | 3.202.611 |

\* contempla lojas próprias e terceiras.

**Desempenho call center 2007**

|   | Bandeirante | Escelsa | Enersul |
|---|-------------|---------|---------|
| Meta                                    | 90%         | 85%     | 85%     |
| Índice de Nível de Serviço Básico (INB) | 91%         | 95,8%   | 95,1%   |
| Meta                                    | 7%          | 8%      | 8%      |
| Índice de Abandono (IAB)                | 1,6%        | 1,5%    | 1,3%    |

**Privacidade dos consumidores**

A privacidade das informações de 100% da base de clientes da Energias do Brasil é assegurada por meio de processos, procedimentos e ferramentas alinhados aos sistemas de segurança e tecnologia do Grupo, o que garante a total proteção dos dados. Em 2007, não houve registro de casos de violação de privacidade de clientes.

GRI  
PR8

## Metas Sociais

Em 2007, a Energias do Brasil assumiu algumas metas em relação ao desempenho social das empresas controladas. As propostas e respectivas avaliações estão expostas a seguir.

| Metas sociais 2007   | Avaliação   |
|--|---|
| Aplicação de 0,16% da receita operacional líquida em investimentos sociais externos                | Superada  |
| Atingir 75% no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida nos serviços das distribuidoras         | Parcialmente atendida   |
| Treinamento em sustentabilidade para 100% dos cargos gerenciais do Grupo                           | Parcialmente atendida (31%)   |
| Desenvolvimento do projeto Letras de Luz em 51 municípios, com a formação de 1.725 multiplicadores | Superada em relação aos municípios e parcialmente atendida (56%) em relação aos multiplicadores |
| Criar um prêmio de artes plásticas com selo Energias do Brasil                                     | Não atendida  |
| Conclusão da primeira lista de projetos sociais patrocinados pela Energias do Brasil               | Atendida  |

Para 2008, são estabelecidos os seguintes desafios no desempenho social:

- Criar um prêmio de artes plásticas com selo Energias do Brasil;
- Estruturar e operacionalizar o Instituto Energias do Brasil; e
- Ministrar treinamento em sustentabilidade para 80% dos colaboradores do Grupo.



Oficina do projeto Letras de Luz

# Índice

## Desempenho Ambiental

|  |    |
|--|----|
| Gestão Ambiental                                 | 78 |
| Emissões atmosféricas                            | 79 |
| Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)         | 80 |
| Carbono social                                   | 80 |
| Monitoramento                                    | 80 |
| Licenciamento ambiental                          | 81 |
| Água   | 82 |
| Energia  | 83 |
| Consumo de materiais                             | 84 |
| Gestão de resíduos                               | 84 |
| Incidentes ambientais                            | 86 |
| Produtos e serviços                              | 86 |
| Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica | 87 |
| Biodiversidade                                   | 87 |
| Treinamento e educação ambiental                 | 90 |
| Conformidade                                     | 90 |
| Metas Ambientais                                 | 91 |



## Desempenho Ambiental

### Gestão Ambiental

Em 2007, a Energias do Brasil consolidou seu posicionamento de promover a sustentabilidade em todos os aspectos de seu negócio. Entre as iniciativas de maior relevância destacam-se a criação do Instituto Energias do Brasil e a implementação do Sistema de Gestão Integrada de Sustentabilidade (SGIS) e da Política Integrada de Meio Ambiente, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho. Para promover o uso responsável dos recursos naturais, foram elaborados três programas: Redução do Consumo e Uso Racional da Água e Energia Elétrica; Gerenciamento de Emissões Atmosféricas; e Redução do Consumo de Combustíveis.

A Energias do Brasil também conseguiu aprovação para três projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) na Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Os gastos de natureza ambiental na Energias do Brasil em 2007 somaram R\$ 31,2 milhões, sendo que 59% desse valor foi capitalizado. Em relação a 2006, os gastos foram reduzidos em 30%, em decorrência da conclusão de UHE Peixe Angical.

### Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade

O Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade (SIGS) visa à padronização e melhoria do desempenho das empresas da Energias do Brasil em relação à gestão de meio ambiente, saúde ocupacional e segurança do trabalho.

Entre seus objetivos está o fornecimento de dados para o Sistema de Informações de Sustentabilidade (SIS), em fase de implantação, e a certificação de instalações nas normas ISO 14000 (*International Standardization Organization*) e OHSAS 18001 (*Occupational Health and Safety Assessment Series*).

### Energias do Brasil e as mudanças climáticas

Comprometida com os princípios de sustentabilidade que norteiam suas atividades, e em linha com movimento global pela busca de soluções eficientes para as mudanças climáticas, a Energias do Brasil desenvolve ações especialmente em duas frentes. A primeira se refere aos programas de redução das emissões de gases de efeito estufa decorrentes das suas atividades. A outra agrega as iniciativas de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permite a venda de créditos de carbono num mercado surgido no âmbito do Protocolo de Quioto.

GRI  
EC2

#### Total de investimentos e gastos em proteção ambiental por empresa (R\$ milhões)

|              | 2006         | 2007         |
|--------------|--------------|--------------|
| Energest     | 0,72         | 3,65         |
| Cesa         | -            | 1,08         |
| Pantanal     | -            | 0,26         |
| Enerpeixe    | 29,74        | 12,04        |
| EDP Lajeado  | 1,79         | 3,15         |
| Bandeirante  | 0,54         | 2,77         |
| Escelsa      | 6,91         | 4,36         |
| Enersul      | 4,23         | 3,86         |
| <b>Total</b> | <b>43,93</b> | <b>31,17</b> |

#### Total de gastos em proteção ambiental por tipo (R\$ milhões)

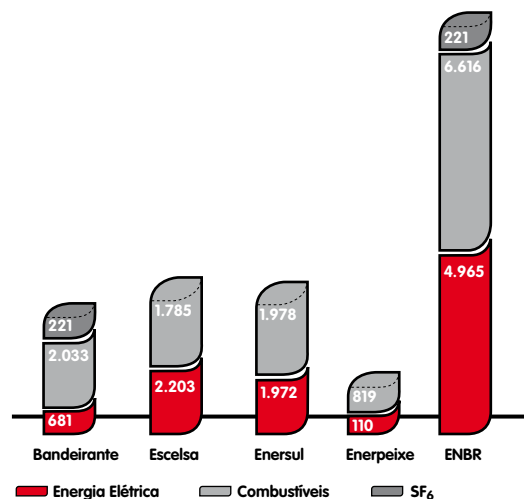
|  | 2006        | 2007        |
|--|-------------|-------------|
| Gestão de águas residuais  | 0,00        | 0,28        |
| Gestão de resíduos   | 0,42        | 0,24        |
| Proteção e recuperação de solos, águas subterrâneas e superficiais | 0,28        | 0,55        |
| Proteção da biodiversidade e da paisagem                           | 0,21        | 0,57        |
| Outras iniciativas de gestão e proteção do ambiente                | 3,13        | 5,64        |
| <b>Total</b>   | <b>4,04</b> | <b>7,28</b> |

GRI  
EN30

**GRI EN16**  
**Emissões Atmosféricas**

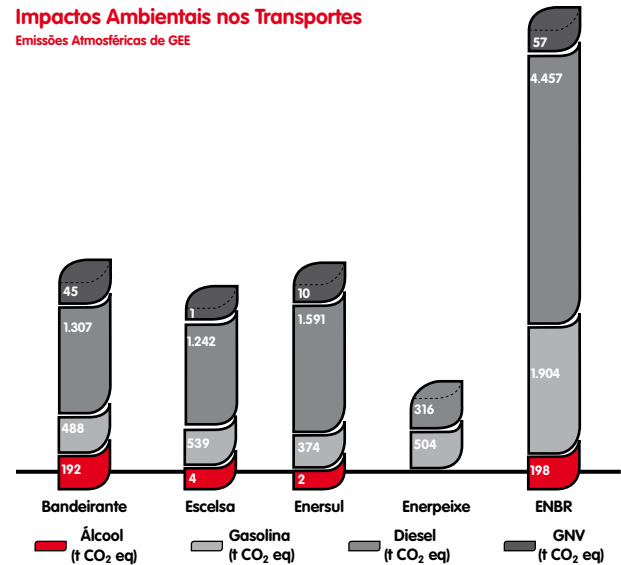
Em suas atividades de geração e distribuição de energia elétrica, a Energias do Brasil adota práticas e mecanismos de monitoramento que promovem o controle e a redução dos gases causadores do efeito estufa (GEE). Em 2007, as emissões atmosféricas indiretas de GEE referentes ao consumo de energia elétrica nos edifícios administrativos, nos combustíveis na sua frota veicular e nas emissões de SF<sub>6</sub> totalizaram o equivalente a 11.407 toneladas de CO<sub>2</sub>.

**GRI EN17**  
**Outras Emissões Indiretas Relevantes de GEE**



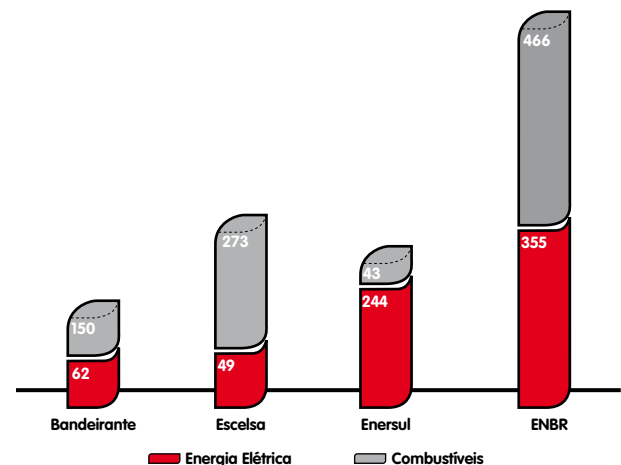
O Programa de Gerenciamento de Emissões Atmosféricas da frota veicular foi introduzido em todas as empresas em 2007. Desenvolvido de forma complementar ao Programa de Redução do Consumo de Combustíveis e ao Sistema de Direção Inteligente, teve como meta inicial reduzir as emissões da frota veicular em 5% em relação às emissões médias anuais registradas no período de 2004 a 2006. Na Bandeirante, por exemplo, embora o volume absoluto de combustíveis tenha aumentado em relação ao ano anterior, a redução no consumo energético por quilômetro superou os 5% previstos. No ano, foram consumidos 4,17 MJ/km; em 2006, o volume havia chegado a 4,41 MJ/km.

**Impactos Ambientais nos Transportes**  
**Emissões Atmosféricas de GEE**



Entre as ações realizadas especialmente pelas distribuidoras - Bandeirante, Escelsa e Enersul - destacam-se a instalação de kits que permitem a utilização de Gás Natural Veicular (GNV) em veículos a gasolina, em 2006, e a opção pela compra de veículos híbridos (gasolina + álcool), em 2007. Já o Sistema de Direção Inteligente permitiu o monitoramento de cada veículo por meio de um computador de bordo. Com esse sistema, parâmetros como velocidade, intensidade de freadas, ociosidade do motor, entre outros, são analisados para melhoria na eficiência da utilização dos veículos e, conseqüentemente, dos combustíveis.

**Redução de Emissões de GEE**  
**Emissões GEE (t CO<sub>2</sub> eq)**



Como as atividades de geração da Energias do Brasil são hidrelétricas, não existem emissões atmosféricas diretas significativas de NO<sub>x</sub> e SO<sub>x</sub>.

GRI EN29

GRI EN18

GRI EN20

### Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

GRI  
EC2  
EU4

A estratégia da Energias do Brasil em relação ao comércio de emissões é a de identificar, nas operações e nos ativos existentes nas empresas de geração e de distribuição, projetos passíveis de gerarem créditos de carbono. Esses projetos são então submetidos à apreciação e aprovação da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC) e registrados no Comitê Executivo da ONU. Após essa etapa, obtêm as denominadas Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), necessárias para a sua comercialização.

Ao final de 2007, o Grupo contabilizava três projetos de MDL aprovados pelo CIMGC: PCH São João (25 MW) e quarta máquina da UHE Mascarenhas (50 MW), ambas localizadas no Estado do Espírito Santo, e PCH Paraíso (21,6 MW), no Estado do Mato Grosso do Sul. Também deu continuidade ao projeto da Linha de Transmissão de Porto Murtinho - Jardim, no Estado do Mato Grosso do Sul. Primeiro projeto de MDL no mundo no escopo de distribuição de eletricidade, ele já foi validado e se encontra em apreciação na Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima. Um quinto projeto, o PDD (*Project Design Document*) da PCH Santa Fé (29 MW), no Estado do Espírito Santo, foi concluído e deverá ser submetido à CIMGC durante o primeiro trimestre de 2008.

Juntos, os cinco projetos poderão gerar cerca de 900 mil toneladas de CO<sub>2</sub> evitado durante o primeiro período de cumprimento do Protocolo de Quioto (2008-2012) e cerca de 1,4 milhão de toneladas de CO<sub>2</sub> durante sua vida útil.

O Grupo iniciou ainda a elaboração de PDDs dos seguintes projetos de repotencialização no Estado do Espírito Santo: três primeiras máquinas da UHE Mascarenhas (acréscimo de 17,50 MW), UHE Suíça (acréscimo de 2,31 MW) e PCH Rio Bonito (acréscimo de 5,22 MW).

A Energias do Brasil também estreou a sua participação no mercado voluntário de créditos de carbono, tendo gerado cerca de 130 mil toneladas de *Verified Emissions Reduction* (VERs) no ano. Parte desses VERs foi resgatada na neutralização de eventos do Grupo, tendo o restante sido comercializado.

### Carbono Social

A Energias do Brasil foi a primeira empresa do setor elétrico no Brasil a adotar a metodologia do Carbono Social, alinhando a esse tema questões de sustentabilidade ambiental, condições de trabalho, criação de emprego, distribuição de renda, capacitação e desenvolvimento tecnológico, bem como integração e articulação nas regiões mapeadas em seus projetos.

O conceito de Carbono Social é aplicado a projetos que aliam a redução ou eliminação das emissões de gases de efeito estufa a iniciativas que permitam mensurar os benefícios para as comunidades envolvidas. São projetos que valorizam os costumes e sistemas de produção locais, de forma a equilibrar o desenvolvimento de aspectos sociais e econômicos, permitindo maior retorno no longo prazo.

O projeto desenvolvido na UHE Mascarenhas, no Espírito Santo, avalia as condições de vida das comunidades do entorno, considerando suas perspectivas, recursos, estratégias, fatores de ameaça, oportunidades, organizações políticas e relações sociais. Com a adoção do Carbono Social, parte dos recursos obtidos com a venda de créditos de carbono (projetos MDL) retorna para as comunidades.

### Monitoramento

A Energias do Brasil iniciou em 2007 o processo de certificação ambiental e de saúde e segurança de suas instalações. Após o levantamento de aspectos e impactos ambientais, de riscos e perigos à saúde e segurança, foram elaborados mais de 40 procedimentos operacionais. Também adotou um sistema informatizado para o controle, a atualização da legislação e a avaliação da conformidade legal, que ficará disponível a todas as empresas do Grupo. Para 2008 estão previstas as primeiras certificações nas áreas estratégicas de distribuição e de geração.

Entre os destaques do período está o programa para monitoramento e controle de ruídos. Iniciado em 2004 na Bandeirante Energia, como parte do diagnóstico ambiental das subestações, identificou, na ocasião, 30 subestações com pontos de medição acima dos limites apresentados na norma ABNT

GRI  
4.11



NBR 10.151. Na segunda etapa do programa, em 2006, foram adquiridos equipamentos de medição da pressão sonora e feitas 12 medições nas subestações. Em 2007, em continuidade ao processo, o Grupo fez 32 medições e identificou a necessidade de adequação de nove instalações para atendimento aos requisitos da norma. Entre as adequações possíveis estão a manutenção e/ou substituição de ventiladores dos transformadores de potência, a construção de barreiras anti-ruído e o remanejamento de cargas entre subestações.

Com o programa de prevenção e gerenciamento de áreas contaminadas, o Grupo visa à identificação e remediação de eventuais passivos ambientais identificados nas empresas.

Iniciado na Bandeirante em 2004, ele foi dividido em quatro fases: Avaliação Preliminar, Investigação Confirmatória, Investigação Detalhada e Análise do Risco, e Monitoramento e Recuperação Ambiental. No ano, foram concluídos os processos em 19 instalações da Bandeirante, sendo que em 18 delas não foram identificados riscos ao meio ambiente. Na Escelsa, teve início o programa para a investigação de eventuais passivos ambientais na área que abrigava a oficina eletromecânica, já desativada.

Já por meio do Programa de Monitoramento da Qualidade de Vida da População Reassentada, realizado na Enerpeixe desde 2005, o Grupo acompanha e avalia as condições de vida de 107 famílias relocadas em áreas urbanas e rurais em decorrência da instalação do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Peixe Angical. Entre os indicadores avaliados estão acesso a serviços públicos, condições de saúde da população, acesso a fontes de abastecimento de água, saneamento, atividades de lazer e cultura, transporte, segurança, educação, moradia, padrão alimentar e caracterização dos sistemas de produção e da infra-estrutura de produção nas áreas rurais. O monitoramento mostrou melhoria das condições de vida das famílias no que diz respeito à moradia, ao abastecimento de água, saneamento básico e ao acesso à educação. Todas as casas têm água potável e canalizada, banheiros com instalações sanitárias e adequada infra-estrutura de transporte e educação. São ainda mantidos projetos para alfabetização de jovens e adultos.

GRI  
EU21

Como parte do processo de instalação do empreendimento, foi criado em 2004 um Foro de Negociação, comitê colegiado composto por integrantes do órgão público licenciador (Ibama) e fiscalizadores (Ministérios Públicos Federal e Estadual), representantes de outros órgãos públicos, dos poderes públicos municipais e das populações afetadas. Importante instrumento para a elucidação de dúvidas, discussão de situações não previstas nos programas ambientais e manifestação de discordâncias com relação aos tratamentos, o Foro teve quatro reuniões em 2007.

#### **Licenciamento Ambiental**

Na área de Distribuição, a Enersul possui 123 licenças ambientais de operação (LO), envolvendo praticamente a totalidade das linhas de transmissão e subestações em operação. Na Bandeirante estão licenciados os empreendimentos construídos após 2004, enquanto os anteriores estão em fase de regularização no órgão ambiental. Já na Escelsa uma parcela dos empreendimentos tem o licenciamento regularizado enquanto outra parte é objeto de diálogo com o Governo do Estado para a regularização. Como diferencial, a Escelsa mantém convênio com o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idafi), que garante autorização para poda de árvores e limpeza da faixa em todas as linhas de transmissão.

Na área de Geração, destacou-se em 2007 a obtenção de quatro licenças de instalação (LI) emitidas pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (Iema), sendo uma para a construção da PCH Santa Fé e três para a modernização e repotenciação de empreendimentos em operação (UHE Mascarenhas, UHE Suíça e PCH Rio Bonito).

Para a obtenção das licenças do PCH Santa Fé, o Grupo elaborou o respectivo Estudo de Impacto Ambiental e um Programa de Controle Ambiental. Nos demais empreendimentos, já em operação, foram feitos apenas os Planos de Controle Ambiental (PCAs), que indicaram diretrizes para o controle de emissões atmosféricas, efluentes líquidos e resíduos sólidos durante as obras.

GRI  
EU19

Também em 2007 foi obtida a licença ambiental de operação da PCH São João (ES) e foram iniciados os estudos de impacto ambiental para obter a LI de dois novos empreendimentos no Espírito Santo - PCH Santa Teresa (11 MW) e PCH Aparecida (4,5 MW) - e um no Mato Grosso do Sul - PCH Cassilândia (18 MW).

No final do ano, a área de geração somava 17 LOs vigentes ou com renovação requerida. As licenças de operação desses empreendimentos contêm um conjunto de 361 condicionantes ambientais, que incluem ações de monitoramento de recursos hídricos, monitoramento de ictiofauna, controle de resíduos (qualidade de água, nível do lençol freático, sedimentos), recuperação de áreas degradadas, programas socioeconômicos, além de outras ações de controle ambiental.

**Uso responsável dos recursos naturais**

O Grupo Energias do Brasil busca a constante eficiência na utilização de recursos naturais como forma de garantir o acesso a esses bens pelas atuais e futuras gerações. Para isso, desenvolve programas que visam à utilização de equipamentos mais eficientes, investimentos em pesquisa e tecnologia para a otimização dos recursos e campanhas de conscientização direcionadas a seus públicos estratégicos.

**Água**

A geração de energia elétrica na Energias do Brasil se dá por meio de hidrelétricas, não havendo, por isso, consumo de água dos reservatórios para esse fim. Porém, o cuidado com esse recurso tão escasso e fundamental para a sustentabilidade do planeta é uma das prioridades da Empresa. No ano, com ações integradas desenvolvidas em todas as empresas, ultrapassou a meta de redução de 3% do consumo de água nas unidades administrativas,

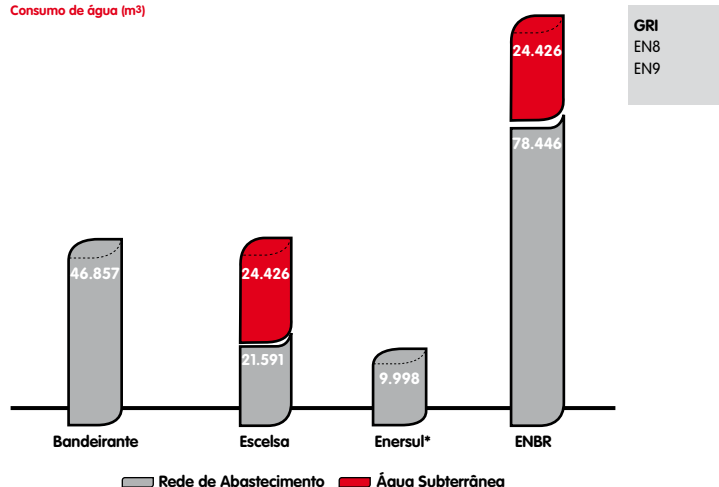
em relação a 2006. Uma das ações envolveu grande campanha de conscientização do público interno, que contou com panfletos e gibis educativos, adesivos nos sanitários e ações de engenharia e controle, como a redução na vazão de torneiras e descargas sanitárias.

Na Bandeirante, por exemplo, o consumo foi estimado em 54.400 metros cúbicos, com base nos dados do primeiro trimestre do ano. Mediante desenvolvimento das ações, o consumo real ficou em 46.857 metros cúbicos, abaixo da meta proposta para o período (52.760 metros cúbicos). O resultado dessas ações se refletiu na economia de 7,5 milhões de litros de água.

No Grupo, o total de água consumida em 2007 foi de 78.446 metros cúbicos. No período, diversas instalações foram adequadas, poços de captação de água subterrânea foram fechados e instalações de grande porte foram integradas ao sistema de abastecimento público de água.

**Total de Água Retirada por Fonte**

Consumo de água (m³)



GRI  
EN8  
EN9

\* O consumo de água na Enersul se refere ao total faturado pela companhia de saneamento, não contabilizando o montante de água retirado do poço de captação de água subterrânea na sede da empresa, em Campo Grande.

**Seriedade e exemplo**

"A seriedade com que a empresa conduz seu programa de responsabilidade social é o que nos motiva a ser uma parceira desse trabalho. O Programa Bandeirante Comunidade Educação serve de exemplo para que outras empresas abracem a causa social."

João Bico de Souza, diretor da Tecnolamp do Brasil, empresa parceira do Programa Bandeirante Comunidade Educação

### Energia

GRI  
EN5  
EN7

A Energias do Brasil ampliou suas iniciativas para reduzir o consumo de energia em suas atividades. Com campanhas para o uso racional de energia elétrica e de combustíveis, a Empresa registrou economia energética de 7,9% no período. Na Bandeirante, por exemplo, o consumo de energia elétrica em edifícios administrativos ficou em 2.522 MWh, representando redução de 8,4% no consumo anual.

| Energia Elétrica                            | Bandeirante | Escelsa   | Enersul   | Enerpeixe | ENBR              |
|---|-------------|-----------|-----------|-----------|-------------------|
| Consumo administrativo (kWh) <sup>(1)</sup> | 2.522.764   | 8.158.557 | 7.302.374 | 405.924   | <b>18.389.639</b> |

GRI  
EN4

<sup>(1)</sup> O consumo de energia elétrica para Escelsa e Enersul é representado pelo total de energia consumida em prédios administrativos e em instalações operacionais.

### Combustíveis

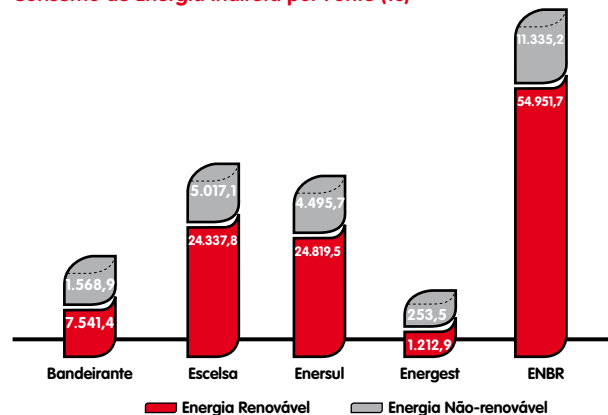
O consumo de combustíveis também foi uma preocupação em 2007. A redução do consumo específico, já apresentada, acarreta uma série de desdobramentos, entre eles o decréscimo das emissões atmosféricas.

| Consumo de Combustíveis | Bandeirante | Escelsa | Enersul | Enerpeixe | ENBR             |
|-------------------------|-------------|---------|---------|-----------|------------------|
| Álcool                  | 167.662     | 0       | 1.943   | 0         | <b>169.605</b>   |
| Gasolina                | 220.668     | 265.961 | 168.909 | 101.314   | <b>756.852</b>   |
| Diesel                  | 502.216     | 485.770 | 611.288 | 50.656    | <b>1.649.930</b> |
| GNV (Híbridos GNV) (m³) | 22.083      | 374     | 5.055   | 0         | <b>27.512</b>    |

Ciente de seu papel no contexto energético nacional, a ENBR monitora, por meio do consumo bruto de energia, a demanda necessária ao desenvolvimento de suas atividades administrativas e transporte de colaboradores. Para a consolidação dos dados, os consumos de energia elétrica e combustíveis são convertidos em energia (Joule) e monitorados por indicadores específicos. No âmbito de seus programas, em 2007 foram economizados 4.742 TJ, energia equivalente a 1.317 GWh, conforme figuras a seguir.

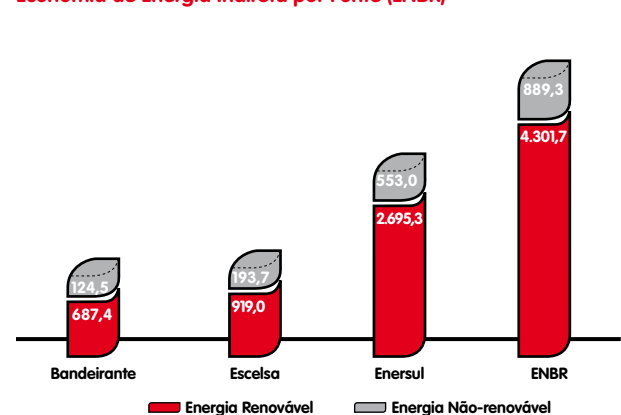
### Consumo de Energia Indireta por Fonte (TJ)

GRI  
EN4



### Economia de Energia Indireta por Fonte (ENBR)

GRI  
EN7



A seguir compara-se, por fonte, os consumos de energia do Grupo Energias do Brasil com a demanda total de energia no País:

|   | Brasil | ENBR       |
|---|--------|------------|
| Energia não-renovável (petróleo e derivados, gás natural, carvão mineral e urânio)                          | 54,2%  | <b>83%</b> |
| Energia renovável (hidráulica e eletricidade, lenha e carvão vegetal, derivados de cana-de-açúcar e outros) | 45,8%  | <b>17%</b> |

Fonte: Resenha Energética Brasileira do MME. Resultados preliminares de 2007

**Eficiência Energética**GRI  
EU6

A Eletrobrás e Bandeirante Energia assinaram três contratos do programa Procel Reluz visando à promoção de melhorias na iluminação pública dos municípios de Taubaté, Suzano e Guarulhos, todos no Estado de São Paulo.

O investimento total será de R\$ 23 milhões e prevê a substituição de 72.630 pontos de iluminação pública por outros dotados de tecnologia mais moderna e energeticamente mais eficiente.

Entre algumas medidas adotadas, lâmpadas de vapor de mercúrio (lâmpadas brancas) serão trocadas por outras de vapor de sódio (lâmpadas amarelas), que consomem menos energia e proporcionam iluminação de melhor qualidade.

O projeto proporcionará redução de 18,2 GWh no consumo anual de energia dos três municípios e poupança anual superior a R\$ 3 milhões.

**Consumo de Materiais**

Entre as iniciativas para gerenciar e reduzir os impactos ambientais de suas atividades destacam-se o desenvolvimento de tecnologias mais limpas e eficientes e o reaproveitamento de equipamentos.

No ano, foi iniciado um teste na Bandeirante para substituir o óleo isolante derivado do petróleo que é usado nos equipamentos.

A alternativa, ainda em análise, é o uso de um óleo vegetal de soja, um insumo renovável.

Ainda que em pequena escala, a madeira é outro produto utilizado pelas distribuidoras em postes e cruzetas. Em 2007, o Grupo passou a utilizar em suas operações apenas madeira de reflorestamento e deu início a um projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que tem por objetivo a utilização de cruzetas poliméricas como alternativa às tradicionais cruzetas de madeira.

**Gestão de Resíduos**

Por meio do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, são identificados, analisados, classificados e quantificados - para gerenciamento, tratamento ou destinação final - todos os resíduos sólidos decorrentes de suas operações. Nas atividades administrativas, o Grupo mantém coleta seletiva e destinação para reciclagem ou reutilização de resíduos como plásticos e papéis.

A Enersul e a Escelsa já eliminaram equipamentos que usam o ascarel como isolante. Na Bandeirante, que ainda dispõe de 804 capacitores em operação, há monitoramento contínuo dos equipamentos e um plano de desativação gradual dos equipamentos que se encontram em perfeitas condições de operação e dentro de sua vida útil. Os procedimentos de manuseio, transporte acondicionamento e destinação final são específicos e realizados por equipes treinadas e devidamente equipadas. A tabela a seguir apresenta os dados referentes ao gerenciamento de resíduos na Energias do Brasil.

| Gestão de resíduos                     | 2006  | Bandeirante<br>2007 | 2006  | Escelsa<br>2007 | 2006 | Enersul<br>2007 | 2006 | ENBR<br>2007 |
|--|-------|---------------------|-------|-----------------|------|-----------------|------|--------------|
| Resíduos perigosos (t)                 | 19    | 24                  | 77    | 86              | 0    | 0               | 97   | 111          |
| Óleos usados                           | 0     | 0                   | 57,4  | 85,0            | 0    | 0               | 57,4 | 85,0         |
| PCB eliminado (*)                      | 0,1   | 0                   | 20    | 0               | 0    | 0               | 20,1 | 0,0          |
| Lâmpadas                               | 19,0  | 24,3                | 0     | 1,2             | 0    | 1,25            | 19,0 | 26,8         |
| Resíduos industriais não-perigosos (t) | 2.702 | 2.522               | 2.656 | 3.603           | 254  | 4.551           | 254  | 10.676       |
| Postes de concreto                     | 2.069 | 1.804               | 2.534 | 3.261           | 81   | 4.131           | 81   | 9.196        |
| Resíduos metálicos                     | 633   | 718                 | 122   | 342             | 173  | 510             | 173  | 1.570        |

(\*) PCB - Bifenilas policloradas - ascarel

**Outros olhos**

Acredito que um trabalho que envolve e beneficia a comunidade sempre enriquece o aluno. Dentro do projeto maricultores, aprendemos a enxergar a comunidade com outros olhos. O maior benefício foi aprender a trabalhar em equipe. Não podemos apenas impor as nossas propostas, todas as decisões devem ser aceitas e trabalhadas em conjunto. E isso vou levar para o resto da vida."

Patrícia de Melo Tescaro, estudante de Ciências Biológicas

**GRI**  
**EN24**

Em relação aos resíduos metálicos (ferro, cobre, alumínio, zinco e outros metais), a Energias do Brasil, ciente de sua responsabilidade na preservação dos recursos naturais para as gerações futuras, prestou especial atenção à reciclagem de materiais metálicos inservíveis, oriundos de seu sistema elétrico. Após a devida segregação, os materiais são comercializados com empresas de reciclagem e reutilização, para, após reprocessamento, serem novamente inseridos no mercado. Devido ao elevado valor agregado e ao potencial para reciclagem, a venda desses resíduos em 2007 resultou em uma receita adicional de R\$ 3,56 milhões. A Energias do Brasil não transporta internacionalmente resíduos perigosos.

**GRI**  
**EN25**

Todas as instalações apresentam correta destinação final de líquidos, seja para a rede pública de coleta, seja por meio de sistemas de fossa séptica construídos em conformidade com as normas técnicas aplicáveis. Adicionalmente, para garantir o atendimento à legislação na única instalação não servida pelo sistema de coleta pública, foi construída, em 2007, uma Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) na sede da Enersul. A garantia da plena conformidade legal no lançamento de efluentes pode ser aferida nos relatórios de monitoramento mensal, desenvolvidos desde o início das operações da instalação. Dessa forma, pela adequação de suas instalações, a Energias do Brasil não promove impactos significativos sobre corpos d'água.

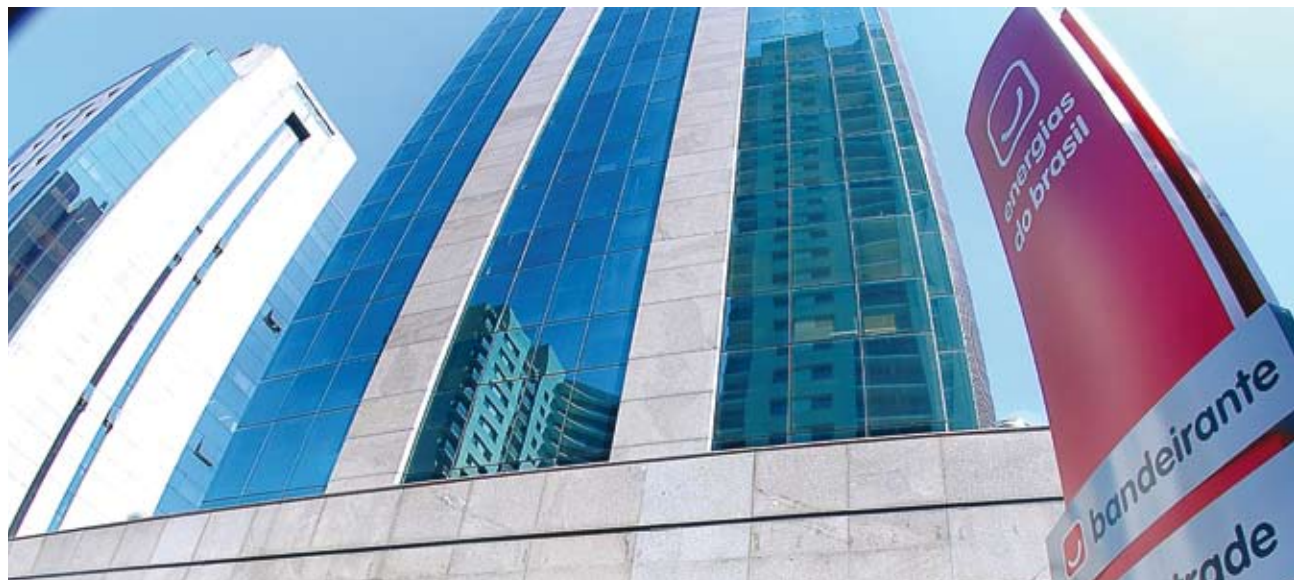
| Resíduos metálicos (t)                   | Enersul    | Escelsa    | Bandeirante | Total        |
|--|------------|------------|-------------|--------------|
| Carcças de transformadores e capacitores | 29         | 0          | 1,5         | 31           |
| Cobre, bronze, latão                     | 1,4        | 16         | 4,8         | 22           |
| Alumínio                                 | 158        | 2,3        | 97          | 257          |
| Ferro e aço                              | 202        | 220        | 479         | 901          |
| Mistura metais                           | 119,3      | 0          | 56          | 175,3        |
| Cabos não perigosos                      | 0,1        | 103        | 80          | 183          |
| <b>Resíduos metálicos</b>                | <b>510</b> | <b>342</b> | <b>718</b>  | <b>1.570</b> |

**GRI**  
**EN22**

### Benefício de todos

"A minha maior satisfação é participar de um projeto que possibilita ao maricultor uma nova visão. No começo, eles trabalhavam individualmente, cada um só queria cuidar da sua produção. Hoje, eles percebem que trabalhar em grupo pode ser bem mais rentável e toda a comunidade pode, assim, ser beneficiada."

**Diego Bonadias, 19 anos, estudante de Tecnologia em Turismo**



| Derramamentos      | Bandeirante |      | Escelsa |      | Enersul |       | ENBR |       |
|--------------------|-------------|------|---------|------|---------|-------|------|-------|
|                    | 2006        | 2007 | 2006    | 2007 | 2006    | 2007  | 2006 | 2007  |
| Vazamentos         | 0           | 1    | 1       | 2    | 0       | 1     | 1    | 4     |
| Volume de óleo (L) | 0           | 600  | 400     | 100  | 0       | 1.700 | 400  | 2.400 |

GRI EN23

**Incidentes Ambientais**

Foram registrados, durante o ano de 2007, pequenos incidentes ambientais envolvendo vazamento de óleo em transformadores de distribuição ou de força. Na Bandeirante, um vazamento na ETD Skol ficou restrito ao sistema de canaletas de condução do cabeamento e foi prontamente controlado pela equipe de manutenção mediante uso de *kits* contendo turfa e mantas absorventes de óleo. Na Enersul, o rompimento de solda em um transformador da ETD Almojarifado provocou o vazamento de cerca de 1.700 litros de óleo no entorno da subestação. Da mesma forma, foram adotadas diversas medidas de contenção e proteção do entorno.

Na Escelsa, ocorreram dois incidentes na rede de distribuição aérea, totalizando vazamentos da ordem de 100 litros de óleo, em vias urbanas. Em todos os casos, os resíduos foram devidamente acondicionados, transportados e armazenados até a sua correta destinação final.

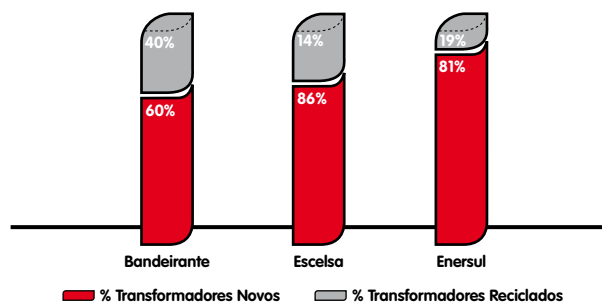
De modo preventivo, com vistas ao pleno atendimento e à garantia de recursos financeiros para saneamento de eventuais passivos decorrentes de acidentes ambientais, as distribuidoras do Grupo Energias do Brasil contrataram apólice de seguro complementar que prevê a cobertura de gastos de até R\$ 4,7 milhões.

**Produtos e Serviços**

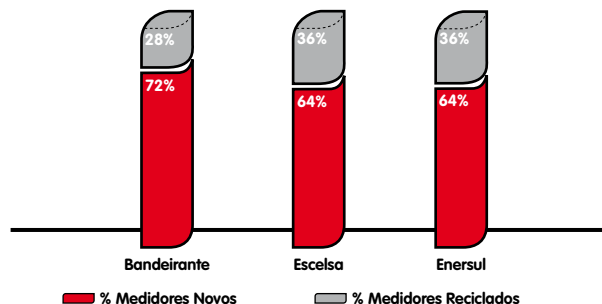
A Energias do Brasil busca estender o cuidado e respeito ao meio ambiente em toda a sua cadeia de valores. Exemplo é a recuperação de transformadores de distribuição aérea e de medidores de energia. Com a atuação de fornecedores

previamente qualificados, os equipamentos avariados passam por triagem e são separados em dois grupos. Aqueles com possibilidade de recuperação são reformados e retornam à rede elétrica para um novo ciclo de funcionamento. Os materiais inservíveis são escrapados, sendo os resíduos encaminhados para empresas de reciclagem de materiais metálicos. Esse procedimento proporcionou significativa redução das necessidades de compra, conforme ilustram os gráficos a seguir.

**Transformadores - 2007**



**Medidores - 2007**



GRI EN27

### **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica**

GRI  
EU7

As atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) fazem parte da rotina das distribuidoras do Grupo. Adicionalmente aos projetos de redução de perdas técnicas e comerciais que originam redução da demanda de energia gerada, as parcerias com empresas e universidades no desenvolvimento de tecnologias mais limpas ou equipamentos de controle da poluição somaram cerca de R\$ 6,55 MM em 2007 e R\$ 13,80 MM nos últimos dois anos.

Na Bandeirante, destacaram-se os projetos relacionados com o desenvolvimento de metodologias para investigação de áreas contaminadas por óleo isolante, a investigação dos efeitos de campos elétricos e magnéticos de 60 Hz sobre a saúde humana e o desenvolvimento de tecnologias e equipamentos para retenção de vazamento de óleo de transformadores de potência. Há ainda que referir a investigação sobre a biocorrosão e biodeterioração microbiana em elementos metálicos de torres de transmissão e de subestações.

Os projetos em andamento na Escelsa e Enersul contemplam a questão ambiental de forma indireta, uma vez que a abordagem adotada até o momento prevê a redução de perdas e eficiência do sistema.

A Enersul deu início ao projeto Construções Sustentáveis, por meio do qual foram reformadas duas das 19 instalações existentes na sede da empresa. Elas receberam telhas de aço galvanizado "tipo sanduíche", com isolamento térmico e acústico, equipamentos para climatização, forro de lã mineral e novas luminárias refletivas. O objetivo dessas mudanças foi aumentar a eficiência das instalações, reduzir o consumo de energia elétrica e promover o maior conforto dos colaboradores. Outro projeto pioneiro da Enersul, desenvolvido na cidade de Jardim, prevê, além das adaptações já citadas, a captação de água das chuvas e o melhor aproveitamento de luz natural.

Já na área de geração, a Energest iniciou a adoção de medidas relativas ao transporte de sedimentos de montante para jusante das barragens e à retenção e controle de resíduos. As principais ações adotadas foram:

**Air lift UHE Mascarenhas (ES)** - O *air lift* funciona por meio de uma bomba de recalque responsável pela retirada do sedimento de fundo, facilitando o seu transporte de montante para jusante. Esse sedimento é formado principalmente por partículas da ordem de 0,1 µm (silte e argila) em consequência da mudança do regime de vazão.

**Log boom UHE Mascarenhas (ES)** - O *log boom* caracteriza-se por tonéis e estruturas metálicas que, enfileiradas, ocupam aproximadamente o primeiro metro de profundidade do reservatório, formam uma linha para reter todo tipo de resíduo que esteja a seu alcance, evitando que chegue ao gradeamento e às turbinas. Sua importância reside no fato de que resíduos no gradeamento promovem redução na velocidade de escoamento da água e, conseqüentemente, menor geração de energia. Os resíduos ficam concentrados no *log boom*, o que facilita o controle do manejo dos resíduos.

**Log boom UHE Suiça (ES)** - Projeto em fase de elaboração, para atendimento à defensoria pública do Município de Santa Leopoldina.

### **Biodiversidade**

A Energias do Brasil desenvolve diversas iniciativas para reduzir os impactos de suas atividades na biodiversidade e na paisagem nas localidades onde opera.

A Enersul, localizada em um dos mais importantes biomas do planeta - o Pantanal -, mantém o Programa Arborizando com Responsabilidade, de educação ambiental dos jovens sul-mato-grossenses, para melhoria da convivência entre a rede elétrica e a arborização urbana.

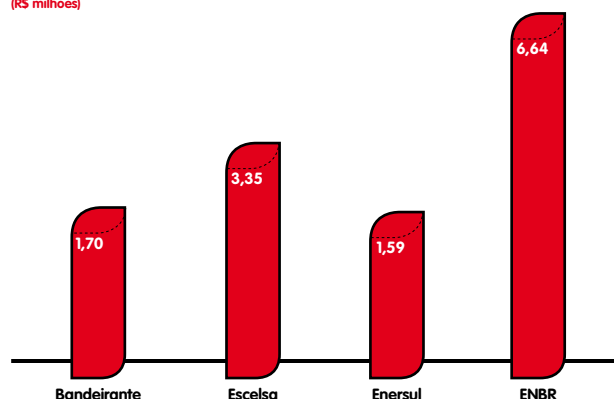
Convênio firmado com Associação dos Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul (Assomasul), em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, também prevê medidas para a redução de interferências das redes de distribuição na fauna e flora. Para proteção da fauna regional, foi ampliada a construção de viveiros, iniciada em 2006, originando proposta para a construção de Centros de Convivência Ambiental em duas aldeias indígenas em 2007.

GRI  
EN12  
EN14  
EN26

Outra iniciativa foi a adequação da rede elétrica no Parque Estadual Várzeas do Rio Ivinhema, que possibilitou o fornecimento de energia elétrica para a população residente no local sem o comprometimento do ecossistema. Por meio da parceria com o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (Cras) do Parque Estadual da Prosa, a Enersul possibilita a compra de medicamentos e alimentos para os animais em recuperação antes de seu retorno à natureza.

Ainda em relação à distribuição de energia elétrica, as empresas do Grupo vêm privilegiando a utilização de redes compactas e isoladas, com o objetivo de reduzir as interferências na vegetação e, conseqüentemente, a intensidade das podas de convivência. Do total de investimentos de natureza ambiental das distribuidoras, 40% se referem às redes protegidas.

**Investimento em Redes Protegidas**  
(R\$ milhões)



Em 2007, a Bandeirante Energia concluiu seu compromisso relativo à recuperação ambiental de área às margens do Parque Ecológico do Tietê (PET), que incluiu o plantio de 25 mil mudas de árvores nativas e sua manutenção por dois anos. Quanto à proteção da fauna destaca-se a instalação de protetores isolantes em algumas subestações, o que eliminou o número de interferências com desligamentos provocados por animais.

Nas usinas em operação, foram elaborados nove estudos ambientais relacionados ao monitoramento de ictiofauna e ao diagnóstico de áreas diretamente afetadas ou no entorno dos reservatórios. Também foram elaborados 13 planos de recuperação de áreas degradadas. Na PCH Paraíso foi adotado um projeto de recuperação de áreas degradadas por meio do reflorestamento de cerca de 70 hectares.

Na UHE Peixe Angical continuam sendo desenvolvidos diversos programas, entre os quais: monitoramento do clima, fauna, ictiofauna, de vetores de doenças, flora e encostas marginais. O Programa de Reflorestamento do Entorno do Reservatório está em pleno andamento e prevê uma área de reflorestamento convencional de 90,84 hectares, uma área de enriquecimento de 11,26 hectares e uma área de regeneração de 144,93 hectares. Também está em desenvolvimento a recuperação de áreas degradadas pelas obras, envolvendo 124,7 hectares.

**Áreas de Reflorestamento UHE - PEIXE ANGICAL**

GRI  
EN13

- Área de Reflorestamento Convencional
- Área de Enriquecimento
- Área de Regeneração

**Área (ha)**

- 90,84
- 11,26
- 145,33

**Recuperação de áreas degradadas**

- UHE Peixe Angical
- UHE Mimoso
- PCH Paraíso
- CGH São João II
- CGH São João I
- CGH Coxim

**Área (ha)**

- 124,7
- 19,4
- 75,9
- 10,8
- 6,1
- 2,0



## Centro de Conhecimento em Biodiversidade Tropical

Uma parceria firmada entre a Energias do Brasil, a Universidade de Aveiro (UA) e o Instituto Ecológica formalizou a criação e gestão do Centro de Conhecimento em Biodiversidade Tropical, o Ecotropical. Estruturado para ser um centro de fomento da pesquisa nessa área, receberá R\$ 3 milhões em investimentos nos próximos cinco anos, sendo 50% do total investido pela Energias do Brasil e os outros 50%, pelo Instituto Ecológica.

O projeto prevê a formação e o desenvolvimento de trabalhos científicos sobre biodiversidade, inovação tecnológica e mudanças climáticas. O Ecotropical será um local de referência para a conservação da biodiversidade e de formação científica, em nível da formação inicial, mestrado e doutorado, promovendo o intercâmbio de estudantes universitários e pesquisadores, nacionais e internacionais, visando à troca de experiências.

Com capacidade para alojar grupos de 25 estudantes e professores, o Ecotropical está situado em uma área de 2,5 mil hectares de cerrado virgem no Estado do Tocantins. Esta localização privilegiada, transição entre os biomas da Mata Atlântica, Amazônia e o Cerrado, permite estender este conceito a essas áreas, nos próximos anos.

### Sistema de Informações Técnicas (SIT)

A Bandeirante Energia conta, desde 2005, com a inclusão de áreas especialmente protegidas no Sistema de Informações Técnicas (SIT). Desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de São Paulo, o SIT é composto em base cartográfica digital e georreferenciada e apresenta todas as áreas de proteção

ambiental existentes nos municípios da área de concessão da Bandeirante. Com esse projeto, a Empresa identifica e realiza o bloqueio automático de inúmeras solicitações de ligação que necessitam de autorização especial dos órgãos de proteção e controle ambiental. As redes de distribuição existentes em áreas classificadas são quantificadas abaixo.

#### Redes Elétricas em Áreas Protegidas

Linhas AT aéreas dentro de áreas protegidas (km)  
 Linhas MT aéreas dentro de áreas protegidas (km)  
 Linhas MT subterrâneas dentro de áreas protegidas (km)  
 Nº de subestações existentes em áreas classificadas

**ENBR**

405  
 9.712  
 10  
 30

**GRI  
 EN11**

### Bem-estar motivador

“É muito bom fazer parte de uma empresa que incentiva o exercício da cidadania, promove ações que contribuem para o desenvolvimento das comunidades e age com responsabilidade social em todas as dimensões. Como voluntária, sinto-me uma condutora de energia positiva ao próximo. E considero impagável o retorno que o trabalho de voluntariado oferece a quem a ele se dedica. O bem-estar que sinto após cada atividade é o que me motiva a participar.”

Vânia Tondato Assunção, colaboradora voluntária do Programa Bandeirante Comunidade Educação

**Treinamento e educação ambiental**GRI  
EN26

Em 2007, o Grupo Energias do Brasil realizou pesquisa interna para avaliar o grau de conhecimento e adesão dos colaboradores à política de meio ambiente e aos princípios do desenvolvimento sustentável. Entre as iniciativas desenvolvidas para promover o treinamento e educação ambiental entre todos os colaboradores, alguns destaques do ano foram as orientações sobre as certificações das normas ISO 14000 e OHSAS 18001, que reuniram 99 funcionários e representaram 1.584 horas de aprendizagem. Também foram promovidos treinamentos para a identificação de aspectos e perigos ambientais e de saúde e segurança, envolvendo 94 colaboradores, totalizando 552 horas.

Para o público externo, o Grupo desenvolve várias ações de educação ambiental. A Enersul, por exemplo, em parceria com a Escola Estadual Waldemir Barros da Silva, lançou o projeto *Árvores e Clima, Tudo a Ver*, que tem por objetivo capacitar alunos para atuar como multiplicadores para conscientização em relação ao tema da arborização urbana, utilizando o Guia de Arborização Urbana como material pedagógico.

A participação em comitês de recursos hídricos e conselhos de meio ambiente também reforça o compromisso em promover o debate e a busca de soluções ambientais sustentáveis. Tanto a Escelsa como a Energest fazem parte do Conselho Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CERH).

A criação do Canal de Sustentabilidade, um espaço disponível na Intranet e Internet do Grupo, cumpre também a missão de promover a cultura de sustentabilidade da Energias do Brasil com todos os seus públicos estratégicos. Outra iniciativa é um curso *e-learning* de capacitação dos colaboradores em sustentabilidade. (Mais informações na página 61).

**Conformidade**

Ao final de 2007, as empresas do Grupo Energias do Brasil somaram 27 processos ambientais judiciais e administrativos em andamento. Desses, nove tiveram início durante o exercício. Das demandas recebidas no ano, duas se referiam a vazamento de óleo, cinco a supressão de vegetação, uma à ocupação de área protegida e uma questionava o licenciamento ambiental de potencial ativo da Companhia. Não houve decisão relacionada a esses processos em 2007.

Um acidente na subestação Almojarifado, da Enersul, deu origem a dois autos de infração expedidos pelo Ibama e pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, totalizando R\$ 54 mil. O acidente envolveu vazamento de óleo isolante em um transformador de força após a ocorrência de descarga atmosférica. No momento da ocorrência, a região apresentava condição climática adversa, com fortes ventos e chuva torrencial. Imediatamente foram tomadas as medidas para contenção e coleta do óleo, incluindo a instalação de bombas de sucção, tanques para armazenamento de óleo e barreiras de contenção a jusante do local, no Córrego Lagoa.

GRI  
EN28

Durante três meses, a Enersul monitorou os parâmetros físicos, químicos e bacteriológicos da água do córrego e coletou amostras de solo nos locais atingidos. Os resultados indicaram que não houve impactos significativos sobre a qualidade da água, solo, fauna e flora locais. Esse tipo de ocorrência jamais fora registrada pela Enersul.

**Certeza de melhoria**

“O esforço da Energias do Brasil em implantar o SGIS - Meio Ambiente e Saúde e Segurança com certeza levará à melhoria de seus processos nessas áreas.”

Cristina Diniz - Especialista Ambiental - Energest

**Demandas Administrativas (Adm.) e Judiciais (Jud.) nas empresas do grupo Energias do Brasil**

|                              | Bandeirante |             | Escelsa       |             | Enersul       |             | Energest    |             | Holding     |             | Grupo ENBR    |             |
|------------------------------|-------------|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------|-------------|
|                              | Adm.        | Jud.        | Adm.          | Jud.        | Adm.          | Jud.        | Adm.        | Jud.        | Adm.        | Jud.        | Adm.          | Jud.        |
| Total Geral                  | 0           | 0           | 9             | 3           | 6             | 4           | 4           | 0           | 0           | 1           | 19            | 8           |
| Total 2007                   | 0           | 0           | 3             | 0           | 3             | 2           | 0           | 0           | 0           | 1           | 6             | 3           |
| <b>Valor Total (R\$ mil)</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>137,30</b> | <b>0,00</b> | <b>460,80</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>578,10</b> | <b>0,00</b> |

Durante a realização de serviços de poda e remoção de árvores na Chácara dos Poderes, em Campo Grande, a Enersul também foi autuada pela Prefeitura Municipal. Após recorrer da decisão, em consonância com a legislação ambiental, a penalidade foi convertida em um Termo de Compromisso com a Municipalidade. Integralmente cumprido pela Empresa, o termo prevê medidas de mitigação e compensação do dano ambiental, incluindo campanha educativa sobre arborização e o plantio de 2 mil mudas de árvores nativas em locais a serem definidos pelo município.

Nas demais empresas do Grupo, não há registro de penalidades administrativas ou judiciais de natureza ambiental no período.

## Metas Ambientais

Em 2007, a Energias do Brasil assumiu alguns compromissos relativos à melhoria do desempenho ambiental das empresas controladas. As propostas e respectivas avaliações foram:

| Metas ambientais 2007  | Avaliação  |
|--|--|
| Manter a classificação no ISE Bovespa                                  | Plenamente atingida  |
| Dar início à aplicação do Sistema de Gestão Integrada na Bandeirante   | Plenamente atingida, extensiva às demais empresas do Grupo |
| Ministrar treinamento em sustentabilidade no nível gerencial - Chronos | Parcialmente atingida (31%)                                |

Para 2008, a Empresa mantém a disposição de aprimorar os processos e alcançar padrões mais elevados de desempenho ambiental. Para tanto, estão estabelecidos os seguintes desafios:

1. Permanência no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores de São Paulo.
2. Aplicação de todos os procedimentos desenvolvidos no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Sustentabilidade, tendo em vista a certificação ISO 14001, em cinco subestações (255 MVA) das empresas distribuidoras e em usinas geradoras (43% da potência instalada do Grupo) e certificação OHSAS 18001 no processo de operação e manutenção de subestações.

## Premiações/Reconhecimentos do Mercado

### Prêmio Abradee

GRI  
2.10

Companhias do Grupo venceram três categorias no Prêmio Abradee, concedido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, com avaliação realizada pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). A Enersul foi a vencedora na Região Norte/Centro-Oeste 2007, e a Escelsa conquistou as categorias Avaliação pelo Cliente 2007 e Maior Evolução 2006/2007. É o sexto troféu ganho pela Enersul, que se tornou a segunda distribuidora do País mais premiada pela ABRADÉE. A Escelsa também já havia recebido o mesmo prêmio, na categoria Qualidade da Gestão, em 2001.

### Prêmio Abrasca Melhor Relatório Anual

O Relatório Anual da Energias do Brasil conquistou o terceiro lugar no Prêmio Abrasca Melhor Relatório Anual em 2007, na categoria Companhias Abertas.

### Prêmio Theobaldo De Nigris na Categoria Relatório Anual

O Relatório Anual da Energias do Brasil conquistou o segundo lugar na categoria Informes Anuais, Relatórios de Negócios e Memórias do 16º Concurso Latino-Americano de Produtos Gráficos Theobaldo

De Nigris, ligado à Confederação Latino-Americana da Indústria Gráfica (Conlatingraf). O concurso, realizado no Brasil, reuniu mais de 1.300 trabalhos oriundos de 11 países.

### Prêmio Abce

A distribuidora recebeu também o Prêmio de Segurança - Medalha Eloy Chaves -, concedido pela Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), na categoria de empresas com mais de 2 mil empregados, por apresentar os menores índices de acidentes de trabalho em 2006. Foi ainda reconhecida com o prêmio Top RH, da Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB), por seu programa de treinamento em segurança.

### Prêmio Procel

Concedido ao Projeto de Eficientização Semafórica, da Bandeirante, pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, instituído pelo Ministério de Minas e Energia. Ele consiste no uso de LEDs (*Light Emitting Diode*, ou Diodo Emissor de Luz) em semáforos instalados na cidade de Guarulhos (SP).



## Informações Corporativas

### Conselho de Administração

Antônio Luis Guerra Nunes Mexia - Presidente  
Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu  
Ana Maria Machado Fernandes  
Antonio José Sellare  
Francisco Carlos Coutinho Pitella  
Francisco Roberto André Gros  
Pedro Sampaio Malan  
Modesto Souza Barros Carvalhosa  
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves

### Diretoria

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu  
Diretor-Presidente

Antonio José Sellare  
Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro  
Diretor Vice-Presidente de Geração

João Gomes de Aguiar  
Diretor Vice-Presidente de Distribuição

Miguel Amaro  
Indicado a Diretor Vice-Presidente de Controle de Gestão

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas  
Indicado a Diretor Vice-Presidente de Comercialização

### Relações com Investidores

Flavia Heller  
Superintendente

Cleverson Murakawa  
Analista  
Tel.: (55) 11 2185-5907  
ri@enbr.com.br

### Endereço

Rua Bandeira Paulista, 530  
04532-001 - Chácara Itaim - São Paulo - SP - Brasil  
Tel.: (55) 11 2185-5900  
www.energiasdobrasil.com.br

**Código de Negociação na Bovespa: ENBR3**

### Atendimento aos Acionistas

Banco Itaú  
Departamento de Atendimento Unificado  
Tel: (55) 11 5029-7780  
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707 - 10º andar  
Torre Eudoro Villela - 04344-902 - São Paulo - SP

### Auditores Independentes

Os indicadores econômico-financeiros deste Relatório são baseados no padrão brasileiro de contabilidade e foram auditados pela empresa KPMG. Os indicadores de natureza social e ambiental contemplados pelo GRI foram verificados externamente pela PricewaterhouseCoopers, PwC.

### Jornais de Publicação

Diário Oficial do Estado de São Paulo  
Jornal Valor Econômico

### Créditos

#### Edição

EDP - Energias do Brasil S.A.

#### Coordenação

Diretoria de Relações com Investidores, Diretoria de Sustentabilidade e Meio Ambiente e Superintendência Empresarial de Comunicação Institucional e Responsabilidade Social

#### Conteúdo e Redação

Editora Contadino

#### Projeto Gráfico

Biocomm Comunicação

#### Fotos

Damião A. Francisco  
Julio Bittencourt  
Pequi Filmes  
Tarica  
Willian Charles

#### Pré-impressão e impressão

Pancrom Indústria Gráfica Ltda.

#### Papel

Curious Particles: Snow (capa e luva) e Moonlight (miolo)

#### Tiragem

1.000 exemplares

Copyright© 2007 EDP - Energias do Brasil S.A.

## Balanço Social Anual 2007

| 1 - Base de Cálculo            | 2007 Valor (Mil reais) |  |           | 2006 Valor (Mil reais) <sup>1</sup> |  |           |
|--------------------------------|------------------------|--|-----------|-------------------------------------|--|-----------|
| Receita líquida (RL)           |                        |  | 4.513.475 |                                     |  | 3.984.764 |
| Resultado operacional (RO)     |                        |  | 512.306   |                                     |  | 409.338   |
| Folha de pagamento bruta (FPB) |                        |  | 368.935   |                                     |  | 385.390   |

| 2 - Indicadores Sociais Internos            | Valor (mil)    | % sobre FPB   | % sobre RL   | Valor (mil)    | % sobre FPB   | % sobre RL   |
|---|----------------|---------------|--------------|----------------|---------------|--------------|
| Alimentação                                 | 19.102         | 5,18%         | 0,42%        | 15.988         | 4,15%         | 0,40%        |
| Encargos sociais compulsórios               | 119.033        | 32,26%        | 2,64%        | 104.948        | 27,23%        | 2,63%        |
| Previdência privada                         | 21.522         | 5,83%         | 0,48%        | 19.283         | 5,00%         | 0,48%        |
| Saúde                                       | 27.070         | 7,34%         | 0,60%        | 18.898         | 4,90%         | 0,47%        |
| Segurança e saúde no trabalho               | 148            | 0,04%         | 0,00%        | 2              | 0,00%         | 0,00%        |
| Educação                                    | 0              | 0,00%         | 0,00%        | 0              | 0,00%         | 0,00%        |
| Cultura                                     | 0              | 0,00%         | 0,00%        | 0              | 0,00%         | 0,00%        |
| Capacitação e desenvolvimento profissional  | 4.480          | 1,21%         | 0,10%        | 3.912          | 1,02%         | 0,10%        |
| Creches ou auxílio-creche                   | 308            | 0,08%         | 0,01%        | 257            | 0,07%         | 0,01%        |
| Participação nos lucros ou resultados       | 14.077         | 3,82%         | 0,31%        | 12.748         | 3,31%         | 0,32%        |
| Programa de Desligamento Voluntário - PDV   | (4.838)        | -1,31%        | -0,11%       | 40.122         | 10,41%        | 1,01%        |
| Outros                                      | 3.509          | 0,95%         | 0,08%        | 3.416          | 0,89%         | 0,09%        |
| <b>Total - Indicadores sociais internos</b> | <b>204.411</b> | <b>55,41%</b> | <b>4,53%</b> | <b>219.574</b> | <b>56,97%</b> | <b>5,51%</b> |

| 3 - Indicadores Sociais Externos <sup>2</sup> | Valor (mil)      | % sobre RO     | % sobre RL    | Valor (mil)      | % sobre RO     | % sobre RL    |
|---|------------------|----------------|---------------|------------------|----------------|---------------|
| Educação                                      | 2.808            | 0,55%          | 0,06%         | 824              | 0,20%          | 0,02%         |
| Cultura                                       | 3.621            | 0,71%          | 0,08%         | 2.060            | 0,50%          | 0,05%         |
| Saúde e saneamento                            | 237              | 0,05%          | 0,01%         | 3                | 0,00%          | 0,00%         |
| Esporte                                       | 65               | 0,01%          | 0,00%         | 40               | 0,01%          | 0,00%         |
| Combate à fome e segurança alimentar          | 0                | 0,00%          | 0,00%         | 11               | 0,00%          | 0,00%         |
| Outros  | 1.610            | 0,31%          | 0,04%         | 335              | 0,08%          | 0,01%         |
| Total das contribuições para a sociedade      | 8.342            | 1,63%          | 0,18%         | 3.273            | 0,80%          | 0,08%         |
| Tributos (excluídos encargos sociais)         | 2.519.270        | 491,75%        | 55,82%        | 2.257.177        | 551,42%        | 56,65%        |
| <b>Total - Indicadores sociais externos</b>   | <b>2.527.612</b> | <b>493,38%</b> | <b>56,00%</b> | <b>2.260.450</b> | <b>552,22%</b> | <b>56,73%</b> |

| 4 - Indicadores Ambientais <sup>3</sup>                        | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL |
|--|-------------|------------|------------|-------------|------------|------------|
| Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa | 29.699      | 5,80%      | 0,66%      | 14.592      | 3,56%      | 0,37%      |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos              | 1.471       | 0,29%      | 0,03%      | 0           | 0,00%      | 0,00%      |
| Total dos investimentos em meio ambiente                       | 31.170      | 6,08%      | 0,69%      | 14.592      | 3,56%      | 0,37%      |

| Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa | ( ) não possui metas<br>( ) cumpre de 51 a 75%<br>( ) cumpre de 0 a 50%<br>( x ) cumpre de 76 a 100% | ( ) não possui metas<br>( ) cumpre de 51 a 75%<br>( ) cumpre de 0 a 50%<br>( x ) cumpre de 76 a 100% |
|--|--|--|
|--|--|--|

| 5 - Indicadores do Corpo Funcional                            | 2007   | 2006*  |
|---|--------|--------|
| Nº de empregados(as) ao final do período                      | 2.920  | 2.956  |
| Nº de admissões durante o período                             | 238    | 83     |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as)                        | 6.141  | ND     |
| Nº de estagiários(as)   | 180    | 167    |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos                         | 917    | 1.058  |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa                       | 647    | 626    |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres                   | 22,19% | 13,42% |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa *                   | 533    | 181    |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as)                 | 4,11%  | 3,36%  |
| Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais | 133    | 138    |

| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial  | 2007                      |                              |                                | Metas 2008                 |                              |                                  |
|--|---------------------------|------------------------------|--------------------------------|----------------------------|------------------------------|----------------------------------|
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa   |                           |                              | 59,93                          |                            |                              | 59,93                            |
| Número total de acidentes de trabalho  |                           |                              | 34                             |                            |                              | 0                                |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:   | ( ) direção               | ( X ) direção e gerências    | ( ) todos(as) empregados(as)   | ( ) direção                | ( X ) direção e gerências    | ( ) todos(as) empregados(as)     |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:   | ( X ) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) | + Cipa                         | ( ) direção e gerências    | ( ) todos(as) empregados(as) | ( X ) todos(as) + Cipa           |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | ( ) não se envolve        | ( X ) segue as normas da OIT | ( ) incentiva e segue a OIT    | ( ) não se envolverá       | ( ) seguirá as normas da OIT | ( X ) incentivar e seguirá a OIT |
| A previdência privada contempla:   | ( ) direção e gerências   | ( X ) direção e gerências    | ( X ) todos(as) empregados(as) | ( ) direção e gerências    | ( ) direção e gerências      | ( X ) todos(as) empregados(as)   |
| A participação dos lucros ou resultados contempla:   | ( ) direção e gerências   | ( X ) direção e gerências    | ( X ) todos(as) empregados(as) | ( ) direção e gerências    | ( ) direção e gerências      | ( X ) todos(as) empregados(as)   |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:          | ( ) não são considerados  | ( ) são sugeridos            | ( X ) são exigidos             | ( ) não serão considerados | ( ) serão sugeridos          | ( X ) serão exigidos             |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:  | ( ) não se envolve        | ( ) apóia                    | ( X ) organiza e incentiva     | ( ) não se envolverá       | ( ) apoiará                  | ( X ) organizar e incentivar     |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):**  | na empresa                | no Procon                    | na Justiça                     | na empresa                 | no Procon                    | na Justiça                       |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:**   | 757.459                   | 5.397                        | 3.767                          | 703.730                    | 5.392                        | 3.861                            |
|  | na empresa                | no Procon                    | na Justiça                     | na empresa                 | no Procon                    | na Justiça                       |
|  | 100%                      | 94%                          | 28%                            | 100%                       | 94%                          | 23,3%                            |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):  | <b>Em 2007: 3.731.632</b> |                              |                                | <b>Em 2006: 3.645.591</b>  |                              |                                  |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA):  | 70,8% governo             |                              |                                | 67,7% governo              |                              |                                  |
|  | 7% colaboradores(as)      |                              |                                | 8% colaboradores(as)       |                              |                                  |
|  | 5,5% acionistas           |                              |                                | 4,6% acionistas            |                              |                                  |
|  | 10,5% terceiros           |                              |                                | 13,5% terceiros            |                              |                                  |
|  | 6,2% retido               |                              |                                | 6,2% retido                |                              |                                  |

### 7 - Outras Informações

(<sup>1</sup>)2006 não contempla dados da Enerpeixe (entrada em operação: out/2006), exceto (RL) e (RO)

(<sup>2</sup>)Indicadores Sociais Externos: Em 2006 foram considerados valores somente das distribuidoras do Grupo

(<sup>3</sup>)Indicadores Ambientais: Em 2006 foram considerados valores somente das distribuidoras do Grupo

(\*)Em 2007 foi computado o número de negros e pardos que trabalham na empresa

(\*\*)Referem-se a dados das distribuidoras do Grupo

## Norma Brasileira de Contabilidade NBCT-15 - Período 2007

### Informações de Natureza Social e Ambiental

#### Remuneração Bruta (R\$)

|                 |                |
|-----------------|----------------|
| Empregados      | 150.926.579,08 |
| Administradores | 13.597.465,58  |
| Terceirizados   | ND             |
| Autônomos       | ND             |
| Total           | 164.524.044,66 |

#### Remunerações da entidade (R\$)

|                     |       |
|---------------------|-------|
| Maior               | ND    |
| Menor               | ND    |
| Relação maior/menor | 59,93 |

| Gastos (R\$) com colaboradores relativos a | Empregados     | Administradores | Terceirizados | Autônomos |
|--|----------------|-----------------|---------------|-----------|
| Encargos sociais                           | 106.571.796,97 | 12.461.369,89   | ND            | ND        |
| Alimentação                                | 19.102.284,88  | 0,00            | ND            | ND        |
| Transporte                                 | 3.437.326,54   | 0,00            | ND            | ND        |
| Previdência privada                        | 21.521.666,69  | 0,00            | ND            | ND        |
| Saúde                                      | 27.069.729,13  | 0,00            | ND            | ND        |
| Segurança do trabalho e saúde ocupacional  | 148.034,12     | 0,00            | ND            | ND        |
| Educação                                   | -              | 0,00            | ND            | ND        |
| Cultura                                    | -              | 0,00            | ND            | ND        |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 4.479.908,81   | 0,00            | ND            | ND        |
| Creches ou auxílios-creches                | 308.282,30     | 0,00            | ND            | ND        |
| Programa de desligamento voluntário - PDV  | (4.838.510,25) | 0,00            | ND            | ND        |
| PLR  | 14.077.798,30  | 0,00            | ND            | ND        |
| Outros                                     | 72.203,28      | 0,00            | ND            | ND        |

#### Quadro funcional

|   | RH Corp |
|---|---------|
| Admissões   | 238     |
| Demissões   | 328     |
| Estagiários   | 180     |
| Portadores de necessidades especiais                              | 133     |
| Prestadores de serviço terceirizados                              | 6.141   |
| Porcentagem de ocupantes de cargo de chefia do Sexo Masculino (%) | 77,81%  |
| Porcentagem de ocupantes de cargo de chefia do Sexo Feminino (%)  | 22,19%  |
| <b>Classificação por gênero</b>                                   |         |
| Empregados do Sexo Masculino                                      | 2.273   |
| Empregados do Sexo Feminino                                       | 647     |
| <b>Classificação por idade</b>                                    |         |
| Empregados Menores de 18 anos                                     | 2       |
| Empregados de 18 a 35 anos  | 932     |
| Empregados de 36 a 60 anos  | 1.974   |
| Empregados acima de 60 anos                                       | 12      |
| <b>Classificação por nível de escolaridade</b>                    |         |
| Empregados analfabetos  | 8       |
| Empregados com ensino fundamental completo                        | 195     |
| Empregados com ensino médio completo                              | 207     |
| Empregados com ensino técnico completo                            | 1.412   |
| Empregados com ensino superior completo                           | 719     |
| Empregados pós-graduados  | 379     |

#### Ações Trabalhistas

|  |    |
|--|----|
| Total de processos trabalhistas movidos contra a entidade                    | ND |
| Número de processos julgados procedentes                                     | ND |
| Número de processos julgados improcedentes                                   | ND |
| Valor total de indenizações e multas pagas por determinação de justiça (R\$) | ND |

#### Relações com a comunidade

|   |              |
|---|--------------|
| Investimentos em educação (R\$)           | 2.807.841,00 |
| Investimentos em cultura (R\$)            | 3.621.095,00 |
| Investimentos em saúde e saneamento (R\$) | 236.980,00   |
| Investimentos em esporte e lazer (R\$)    | 65.438,05    |
| Investimentos em alimentação (R\$)        | 0,00         |

#### Relações com os clientes

|  |         |
|--|---------|
| Número de reclamações recebidas diretamente na entidade  | 757.459 |
| Número de reclamações recebidas por meio de órgãos de proteção e defesa do consumidor                                    | 5.397   |
| Número das reclamações atendidas (Empresa)   | 100%    |
| Número das reclamações atendidas (Procon)  | 94%     |
| Número das reclamações atendidas (Justiça)   | 28%     |
| Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça | ND      |
| Ações tomadas pela entidade para sanar ou minimizar as reclamações   | ND      |

#### Relações com o Meio Ambiente

|   |               |
|---|---------------|
| Investimentos e gastos com manutenção para a melhoria do meio ambiente (R\$)  | 31.170.189,77 |
| Investimentos e gastos com a educação ambiental para colaboradores (R\$)  | 0,00          |
| Investimentos e gastos com a educação ambiental para a comunidade (R\$)   | -             |
| Investimentos e gastos com outros projetos ambientais (R\$)   | -             |
| Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade                               | 27            |
| Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente (R\$) | ND            |
| Passivos e contingências ambientais   | -             |

(\*) Remuneração Bruta = salários, bonificações, adicionais, abonos, gratificações, 13º salário e PLR (Participação nos Lucros e Resultados)

## Sumário GRI e Correlação Pacto Global

GRI  
3.12

| 1. VISÃO E ESTRATÉGIA                     |  | Página        | Nível de Aplicação |
|---|--|---------------|--------------------|
| 1.1                                       | Declaração do diretor-presidente   | 15, 16, 17    |                    |
| 1.2                                       | Principais impactos, riscos e oportunidades                                      | 28, 54, 56    |                    |
| 2. PERFIL ORGANIZACIONAL                  |  |               |                    |
| 2.1                                       | Nome da organização  | 6             | ■                  |
| 2.2                                       | Principais marcas, produtos e/ou serviços  | 6             | ■                  |
| 2.3                                       | Estrutura operacional (divisões, unidades, subsidiárias, <i>joint ventures</i> ) | 6, 24         | ■                  |
| 2.4                                       | Localização da sede  | 6             | ■                  |
| 2.5                                       | Número de países em que opera  | 6             | ■                  |
| 2.6                                       | Tipo e natureza jurídica   | 6             | ■                  |
| 2.7                                       | Mercados atendidos   | 6             | ■                  |
| 2.8                                       | Porte da organização   | 6, 12, 13, 50 | ■                  |
| 2.9                                       | Principais mudanças (porte, estrutura ou participação acionária)                 | 6             | ■                  |
| 2.10                                      | Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório                              | 92            | ■                  |
| <b>EU1</b>                                | Capacidade instalada (MW)  | 40, 41, 42    | ■                  |
| <b>EU2</b>                                | Número de clientes residenciais, industriais e comerciais                        | 38            | ■                  |
| <b>EU3</b>                                | Extensão das linhas de transmissão e distribuição                                | 36            | ■                  |
| <b>EU4</b>                                | Licenças de comercialização de emissões de CO <sub>2</sub>                       | 80            | ■                  |
| 3. PERFIL DO RELATÓRIO                    |  |               |                    |
| 3.1                                       | Período coberto pelo relatório   | 8             | ■                  |
| 3.2                                       | Data do relatório anterior   | 8             | ■                  |
| 3.3                                       | Ciclo de emissão de relatórios   | 8             | ■                  |
| 3.4                                       | Dados para contato   | 8             | ■                  |
| ESCOPO E LIMITE DO RELATÓRIO              |  |               |                    |
| 3.5                                       | Processo para definição do conteúdo  | 8             | ■                  |
| 3.6                                       | Limites do relatório   | 8             | ■                  |
| 3.7                                       | Limitações quanto ao escopo ou limite  | 8             | ■                  |
| 3.8                                       | Base para consideração de <i>joint ventures</i> e subsidiárias                   | 8             | ■                  |
| 3.9                                       | Técnicas de medição de dados   | 8             | ■                  |
| 3.10                                      | Reformulações de informações publicadas anteriormente                            | 8             | ■                  |
| 3.11                                      | Mudanças no escopo, limites ou método de medição                                 | 8             | ■                  |
| 3.12                                      | Sumário de conteúdo GRI  | 95            | ■                  |
| 3.13                                      | Verificação externa de dados   | 8             | ■                  |
| 4. GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E ENGAJAMENTO |  |               |                    |
| 4.1                                       | Estrutura de governança  | 22 a 25       | ■                  |
| 4.2                                       | Presidência do Conselho de Administração   | 25            | ■                  |
| 4.3                                       | Membros independentes ou não-executivos no CA                                    | 22            | ■                  |
| 4.4                                       | Mecanismos para recomendações a órgãos de governança                             | 24            | ■                  |
| 4.5                                       | Relação entre remuneração e desempenho da organização                            | 23            | ■                  |
| 4.6                                       | Processos para evitar conflitos de interesse                                     | 22, 24        | ■                  |
| 4.7                                       | Processos para qualificações dos membros do CA                                   | 22            | ■                  |
| 4.8                                       | Missão, Visão, Princípios, Valores e Código de Conduta                           | 10, 18        | ■                  |
| 4.9                                       | Supervisão do desempenho econômico, social e ambiental                           | 23            | ■                  |
| 4.10                                      | Auto-avaliação do desempenho do Conselho de Administração                        | 22            | ■                  |

### Legenda

- Informado completamente
- Informado parcialmente
- ☒ Não informado
- NA - Não se aplica

Indicadores essenciais  
Indicadores adicionais  
Indicadores suplementares

Correspondência Global Compact



## Sumário GRI e Correlação Pacto Global

| COMPROMISSOS COM INICIATIVAS EXTERNAS |  | Página     | Nível de Aplicação |
|---------------------------------------|--|------------|--------------------|
| 4.11 (GC7)                            | Princípio da precaução   | 54, 80     | ■                  |
| 4.12                                  | Cartas, princípios ou outras iniciativas externas                                      | 21         | ■                  |
| 4.12                                  | Participação em associações  | 69         | ■                  |
| ENGAJAMENTO DOS STAKEHOLDERS          |  |            |                    |
| 4.14                                  | Relação dos grupos engajados pela empresa  | 19         | ■                  |
| 4.15                                  | Base para identificação e seleção  | 18         | ■                  |
| 4.16                                  | Abordagens para o engajamento  | 20         | ■                  |
| 4.17                                  | Principais temas e preocupações  | 18         | ●                  |
| DESEMPENHO ECONÔMICO                  |  |            |                    |
| <b>Gestão de acesso</b>               |  |            |                    |
| <b>Disponibilidade e segurança</b>    |  |            |                    |
| <b>EU5</b>                            | Planejamento para assegurar a disponibilidade e segurança na oferta de energia         | 54         | ■                  |
| <b>Gerenciamento do consumo</b>       |  |            |                    |
| <b>EU6</b>                            | Programas para gerenciamento do consumo  | 68, 84     | ■                  |
| <b>Pesquisa e desenvolvimento</b>     |  |            |                    |
| <b>EU7</b>                            | Atividades de Pesquisa & Desenvolvimento   | 87         | ■                  |
| <b>Suspensão de operação</b>          |  |            |                    |
| <b>EU8</b>                            | Suspensão de unidades de energia nuclear   | -          | NA                 |
| <b>Desempenho econômico</b>           |  |            |                    |
| <b>EC1</b>                            | Valor econômico gerado e distribuído   | 44         | ■                  |
| <b>EC2</b>                            | Riscos e oportunidades relacionados a mudanças climáticas                              | 78, 79, 80 | ■                  |
| <b>EC3</b>                            | Cobertura das obrigações do plano de pensão  | 62         | ■                  |
| <b>EC4</b>                            | Ajuda financeira recebida do governo   | -          | ☒                  |
| <b>Presença de mercado</b>            |  |            |                    |
| <b>EC5</b>                            | Proporção entre salário mais baixo e salário mínimo                                    | -          | ☒                  |
| <b>EC6</b>                            | Políticas e gastos com fornecedores locais   | 64         | ■                  |
| <b>EC7</b>                            | Procedimentos para contratação local   | -          | ☒                  |
| <b>Impactos econômicos indiretos</b>  |  |            |                    |
| <b>EC8</b>                            | Investimentos em infra-estrutura para benefício público                                | 67         | ■                  |
| <b>EC9</b>                            | Impactos econômicos indiretos significativos   | -          | ☒                  |
| <b>Disponibilidade e segurança</b>    |  |            |                    |
| <b>EU9</b>                            | Capacidade planejada (MW) em relação à demanda projetada                               | 37         | ■                  |
| <b>Gerenciamento do consumo</b>       |  |            |                    |
| <b>EU10</b>                           | Capacidade instalada de energia economizada por meio de programas de gestão de demanda | -          | ☒                  |
| <b>EU11</b>                           | Energia economizada por clientes residenciais, comerciais e industriais                | -          | ☒                  |
| <b>Eficiência do sistema</b>          |  |            |                    |
| <b>EU12</b>                           | Média de eficiência na geração   | 40 a 42    | ■                  |
| <b>EU13</b>                           | Eficiência na transmissão e distribuição   | 37, 39     | ■                  |

### Legenda

- Informado completamente
- Informado parcialmente
- ☒ Não informado
- NA - Não se aplica

- Indicadores essenciais
- Indicadores adicionais
- Indicadores suplementares

Correspondência Global Compact

| DESEMPENHO AMBIENTAL                  |  | Página  | Nível de Aplicação |
|---------------------------------------|--|---------|--------------------|
| <b>Materiais</b>                      |  |         |                    |
| EN1                                   | Materiais usados   | -       | ☒                  |
| EN2                                   | Materiais provenientes de reciclagem                                       | -       | ☒                  |
| EN3                                   | Consumo de energia direta  | -       | ☒                  |
| EN4                                   | Consumo de energia indireta  | 83      | ■                  |
| EN5<br>(GC8; GC9)                     | Energia economizada  | 83      | ■                  |
| EN6<br>(GC8; GC9)                     | Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia | 68, 84  | ■                  |
| EN7<br>(GC8; GC9)                     | Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta                     | 83      | ■                  |
| <b>Água</b>                           |  |         |                    |
| EN8                                   | Total de água por fonte  | 82      | ■                  |
| EN9                                   | Fontes hídricas afetadas   | 82      | ■                  |
| EN10<br>(GC8; GC9)                    | Percentual de água reciclada e reutilizada                                 | -       | ☒                  |
| <b>Biodiversidade</b>                 |  |         |                    |
| EN11                                  | Localização e tamanho de área possuída                                     | 89      | ■                  |
| EU14                                  | Evolução na biodiversidade de habitats recuperados                         | -       | ☒                  |
| EN12                                  | Impactos na biodiversidade   | 87      | ■                  |
| EN13 (GC8)                            | Habitats protegidos ou restaurados   | 88      | ■                  |
| EN14 (GC8)                            | Gestão de impactos na biodiversidade                                       | 87 a 90 | ■                  |
| EN15                                  | Número de espécies ameaçadas   | -       | ☒                  |
| <b>Emissões, efluentes e resíduos</b> |  |         |                    |
| EN16                                  | Total de emissões de gases de efeito estufa                                | 79      | ■                  |
| EN17                                  | Outras emissões relevantes de gases de efeito estufa                       | 79      | ■                  |
| EN18<br>(GC8; GC9)                    | Iniciativas para reduzir emissões de gases do efeito estufa                | 79, 80  | ■                  |
| EN19                                  | Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso         | -       | ☒                  |
| EN20                                  | NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas                     | 79      | ■                  |
| EN21 (GC8)                            | Descarte total de água   | -       | ☒                  |
| EN22 (GC8)                            | Peso, tipo e destinação de resíduos  | 84, 85  | ■                  |
| EN23                                  | Derramamentos significativos   | 86      | ■                  |
| EN24                                  | Resíduos transportados   | 85      | ■                  |
| EN25                                  | Identificação e status de proteção de fontes hídricas                      | 85      | ■                  |
| <b>Produtos e serviços</b>            |  |         |                    |
| EN26<br>(GC8; GC9)                    | Iniciativas para mitigar impactos ambientais de produtos e serviços        | 87 a 90 | ■                  |
| EN27<br>(GC8; GC9)                    | Produtos e embalagens recuperados  | 86      | ■                  |
| <b>Conformidade</b>                   |  |         |                    |
| EN28                                  | Valor monetário de multas significativas                                   | 90, 91  | ■                  |
| <b>Transporte</b>                     |  |         |                    |
| EN29                                  | Impactos do transporte   | 79      | ■                  |
| <b>Geral</b>                          |  |         |                    |
| EN30 (GC8)                            | Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo            | 78, 93  | ■                  |

## Legenda

- Informado completamente
- Informado parcialmente
- ☒ Não informado
- NA - Não se aplica

Indicadores essenciais  
Indicadores adicionais  
Indicadores suplementares

Correspondência Global Compact

| DESEMPENHO SOCIAL                                    |   | Página | Nível de Aplicação |
|--|---|--------|--------------------|
| <b>Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente</b>      |   |        |                    |
| <b>Emprego</b>                                       |   |        |                    |
| LA1  | Trabalhadores por tipo de emprego e região                                      | 60, 61 | ■                  |
| EU15   | Processos para garantir a retenção e renovação da força de trabalho qualificada | 61     | ■                  |
| EU16   | Total de colaboradores subcontratados   | 61, 93 | ■                  |
| EU17   | % de contratados e subcontratados treinados em saúde e segurança                | -      | ☒                  |
| LA2 (GC6)  | Rotatividade  | 60     | ●                  |
| LA3  | Benefícios a empregados   | 62     | ■                  |
| <b>Relações com a empresa</b>                        |   |        |                    |
| LA4 (GC3)  | Acordos de negociação coletiva  | 61     | ■                  |
| LA5 (GC3)  | Prazo para notificação sobre mudanças na operação                               | -      | ☒                  |
| <b>Saúde e segurança</b>                             |   |        |                    |
| LA6  | Representação em comitês de saúde e segurança                                   | -      | ☒                  |
| LA7  | Acidentes e doenças ocupacionais  | 63     | ●                  |
| LA8  | Educação e treinamento  | 61     | ■                  |
| LA9  | Saúde e segurança em acordos com sindicatos                                     | -      | ☒                  |
| <b>Treinamento e educação</b>                        |   |        |                    |
| LA10 (GC6)   | Horas de treinamento  | 61     | ●                  |
| LA11   | Gestão de competências e aprendizagem contínua                                  | 61     | ■                  |
| LA12   | Análise de desempenho   | 61     | ■                  |
| LA13 (GC6)   | Composição dos grupos responsáveis pela governança                              | -      | ☒                  |
| LA14 (GC6)   | Proporção de salários entre homens e mulheres                                   | 63     | ■                  |
| <b>DIREITOS HUMANOS</b>                              |   | Página | Nível de Aplicação |
| <b>Investimentos e processos de compra</b>           |   |        |                    |
| HR1 (GC1; GC2)                                       | Contratos de investimentos que incluam cláusulas de Direitos Humanos            | -      | ☒                  |
| HR2 (GC1; GC2)                                       | Contratos de fornecedores que incluam cláusulas de Direitos Humanos             | 64     | ■                  |
| HR3 (GC1)  | Treinamento em Direitos Humanos   | -      | ☒                  |
| <b>Não-discriminação</b>                             |   |        |                    |
| HR4 (GC1; GC6)                                       | Casos de discriminação e medidas tomadas  | 63     | ■                  |
| <b>Liberdade de associação e negociação coletiva</b> |   |        |                    |
| HR5 (GC1; GC3)                                       | Operações com risco à liberdade de associação e negociação coletiva             | 64     | ■                  |
| <b>Trabalho infantil</b>                             |   |        |                    |
| HR6 (GC1; GC5)                                       | Operações com risco de trabalho infantil  | 64     | ■                  |
| <b>Trabalho forçado ou escravo</b>                   |   |        |                    |
| HR7 (GC1; GC4)                                       | Operações com risco de trabalho forçado ou análogo                              | 64     | ■                  |
| <b>Práticas de segurança</b>                         |   |        |                    |
| HR8 (GC1; GC2)                                       | Treinamento da segurança em direitos humanos                                    | -      | ☒                  |
| <b>Direitos indígenas</b>                            |   |        |                    |
| HR9 (GC1)  | Direitos dos povos indígenas  | -      | ☒                  |

**Legenda**

- Informado completamente
- Informado parcialmente
- ☒ Não informado
- NA - Não se aplica

Indicadores essenciais  
Indicadores adicionais  
Indicadores suplementares

Correspondência Global Compact

| SOCIEDADE                               |   | Página     | Nível de Aplicação |
|---|---|------------|--------------------|
| <b>Comunidade</b>                       |   |            |                    |
| EU18                                    | Processo participativo e resultados do engajamento de <i>stakeholders</i>                                 | -          | ☒                  |
| EU19                                    | Gestão dos impactos do deslocamento involuntário  | 81         | ■                  |
| EU20                                    | Planejamento e medidas de contingência em caso de catástrofes/emergências                                 | -          | ☒                  |
| SO1                                     | Gestão do impacto das operações nas comunidades   | -          | ☒                  |
| EU21                                    | Número de pessoas desalojadas por projetos novos ou de expansão   | 81         | ■                  |
| <b>Corrupção</b>                        |   |            |                    |
| SO2 (GC10)                              | Avaliação de risco relacionado à corrupção  | -          | ☒                  |
| SO3 (GC10)                              | Treinamento em políticas anticorrupção  | 69         | ■                  |
| SO4 (GC10)                              | Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção  | -          | ☒                  |
| <b>Políticas públicas</b>               |   |            |                    |
| SO5                                     | Participação na elaboração de políticas públicas e lobbies  | 69         | ■                  |
| SO6                                     | Contribuições a partidos políticos  | 69         | ■                  |
| <b>Concorrência desleal</b>             |   |            |                    |
| SO7                                     | Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio                                  | 69         | ■                  |
| <b>Conformidade</b>                     |   |            |                    |
| SO8                                     | Multas e sanções não-monetárias por não-conformidade a leis e regulamentos                                | -          | ☒                  |
| RESPONSABILIDADE SOBRE O PRODUTO        |   | Página     | Nível de Aplicação |
| <b>Saúde e segurança do cliente</b>     |   |            |                    |
| <b>Acesso</b>                           |   |            |                    |
| EU22                                    | Programas para a melhoria ou manutenção do acesso a serviços  | 70         | ■                  |
| <b>Provisão de informações</b>          |   |            |                    |
| EU23                                    | Práticas para superar barreiras de acesso e segurança no uso dos serviços                                 | -          | ☒                  |
| PR1                                     | Avaliação de melhoria ao longo do ciclo de vida dos produtos  | 70         | ■                  |
| PR2                                     | Casos de não-conformidade em relação a códigos voluntários relacionados à saúde e segurança do consumidor | 70         | ■                  |
| <b>Rotulagem de produtos e serviços</b> |   |            |                    |
| PR3                                     | Procedimentos de rotulagem de produtos e serviços   | 70         | ■                  |
| PR4                                     | Não-conformidades em relação à rotulagem  | 70         | ■                  |
| PR5                                     | Práticas e pesquisas relacionadas à satisfação do cliente   | 53, 73, 74 | ■                  |
| <b>Comunicação de marketing</b>         |   |            |                    |
| PR6                                     | Adesão a leis, normas e códigos voluntários de comunicação e marketing                                    | 72         | ■                  |
| PR7                                     | Não-conformidade com códigos voluntários de marketing   | 73         | ■                  |
| <b>Privacidade do cliente</b>           |   |            |                    |
| PR8                                     | Reclamações relacionadas à violação da privacidade de clientes  | 74         | ■                  |
| <b>Conformidade</b>                     |   |            |                    |
| PR9                                     | Multas relacionadas ao fornecimento e uso dos produtos e serviços   | -          | ☒                  |
| <b>Saúde e segurança pública</b>        |   |            |                    |
| EU24                                    | Número de acidentes e óbitos de pessoas da comunidade, envolvendo ativos da empresa                       | 72         | ■                  |
| <b>Acesso</b>                           |   |            |                    |
| EU25                                    | Porcentagem da população não atendida em áreas urbanas e em áreas rurais                                  | -          | ☒                  |
| EU26                                    | Número de desligamentos residenciais por não-pagamento, divididos por duração do desligamento             | -          | ☒                  |
| EU27                                    | Frequência da interrupção de energia  | 39         | ■                  |
| EU28                                    | Duração média da interrupção de energia   | 39         | ■                  |
| EU29                                    | Disponibilidade média de geração  | 41         | ■                  |

## Legenda


- Informado completamente
- Informado parcialmente
- ☒ Não informado
- NA - Não se aplica

Indicadores essenciais  
Indicadores adicionais  
Indicadores suplementares

Correspondência Global Compact

## Nível de Aplicação GRI

A Energias do Brasil autodeclara ter atingido nível B+ de aplicação do GRI/G3, com dados econômicos-financeiros auditados pela KPMG e sociais e ambientais, pela PricewaterhouseCoopers.

|                         | C | C+ | B | B+  | A | A+ |
|-------------------------|---|----|---|---|---|----|
| Autodeclarado           |   |    |   | √   |   |    |
| Examinado por terceiros |   |    |   |  |   |    |
| Examinado pela GRI      |   |    |   |   |   |    |

Aos

Srs. Administradores da EDP - Energias do Brasil S.A.

1. Fomos contratados com objetivo de assegurar as informações não financeiras relativas aos indicadores de desempenho social e ambiental divulgadas no Relatório Anual de 2007 da EDP - Energias do Brasil S.A., preparado sob a responsabilidade da administração do grupo. Esta responsabilidade inclui o desenho, a implementação e manutenção de controles internos para a adequada elaboração e apresentação do Relatório Anual de 2007 e a aplicação adequada dos critérios. Nossa responsabilidade é a de emitir um relatório de asseguarção limitada das informações não financeiras divulgadas no Relatório Anual da EDP - Energias do Brasil S.A. do exercício de 2007.

2. O trabalho de asseguarção limitada foi realizado de acordo com as Normas e Procedimentos de Asseguarção - NPO-01 emitida pelo IBRACON, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e, portanto, compreendeu: (i) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância e o volume das informações apresentadas no Relatório Anual da EDP - Energias do Brasil S.A.; (ii) a obtenção do entendimento dos controles internos, (iii) a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os dados quantitativos e qualitativos do Relatório Anual; (iv) entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações; e (v) confronto das informações de natureza financeira com os registros contábeis. Dessa forma, os procedimentos aplicados acima foram considerados suficientes para permitir um nível de segurança limitada e, por conseguinte, não contemplam aqueles requeridos para emissão de um relatório de asseguarção mais ampla, como conceituado na Norma e Procedimentos de Asseguarção NPO-01.

3. Nosso trabalho teve como objetivo verificar e avaliar se os indicadores de desempenho social e ambiental incluídos no Relatório Anual do Grupo, no que tange à obtenção de informações qualitativas, à medição e aos cálculos de informações quantitativas se apresentam em conformidade com os seguintes critérios: (i) a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental; e (ii) as diretrizes para relatórios de sustentabilidade *Global Reporting Initiative* (GRI G3). As opiniões, informações históricas, informações descritivas e sujeitas a avaliações subjetivas não estão no escopo dos trabalhos desenvolvidos.

4. Baseado em nossa revisão não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser procedida nos indicadores de desempenho social e ambiental contidos no Relatório Anual da EDP - Energias do Brasil S.A. relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007, para que esses indicadores estejam apresentados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em relação aos critérios utilizados.

5. As demonstrações contábeis da EDP - Energias do Brasil S.A. referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram seu parecer de auditoria em 25 de fevereiro de 2008. Os indicadores de desempenho social e ambiental baseados em informações contábeis, e apresentados no Relatório Anual da EDP - Energias do Brasil S.A. foram extraídos dessas demonstrações contábeis as quais não foram objeto de asseguarção para fins contábeis desta revisão.

São Paulo, 04 de abril de 2008.

**PRICEWATERHOUSECOOPERS** 

**PricewaterhouseCoopers**  
International Services Ltda.  
CRC 2SP009963/O-1

**Manuel Luiz da Silva Araújo**  
Contador CRC 1RJ039600/O-7

## Demonstrações Financeiras

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

| ATIVO  | Nota | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|--|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|  |      | 2007             | 2006             | 2007             | 2006             |
| <b>Circulante</b>                                |      |                  |                  |                  |                  |
| Disponibilidades                                 | 5    | 92.913           | 187.273          | 689.154          | 596.323          |
| Títulos a receber                                | 6    | -                | -                | 9.808            | 9.183            |
| Consumidores e concessionárias                   | 7    | -                | -                | 908.108          | 976.883          |
| Impostos e contribuições sociais                 | 10   | 64.874           | 59.620           | 366.953          | 312.083          |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11   | -                | -                | 193.253          | 208.150          |
| Dividendos                                       | 29   | 405.243          | 135.753          | -                | -                |
| Estoques   |      | -                | -                | 9.574            | 9.916            |
| Cauções e depósitos vinculados                   | 13   | 2.080            | 2.080            | 16.021           | 16.379           |
| Despesas pagas antecipadamente                   | 8    | 253              | 118              | 52.168           | 142.283          |
| Conta de compensação de custos da parcela "A"    | 9    | -                | -                | 297.056          | 370.418          |
| Contas a receber da Petrobras                    | 15   | -                | 25.150           | -                | 25.150           |
| Crédito por alienação de investimento            | 16   | 42.823           | -                | 42.823           | -                |
| Outros créditos                                  | 17   | 2.361            | 774              | 133.787          | 88.852           |
|  |      | <u>610.547</u>   | <u>410.768</u>   | <u>2.718.705</u> | <u>2.755.620</u> |
| <b>Não circulante</b>                            |      |                  |                  |                  |                  |
| <b>Realizável a longo prazo</b>                  |      |                  |                  |                  |                  |
| Títulos a receber                                | 6    | -                | -                | 16.869           | 22.817           |
| Consumidores e concessionárias                   | 7    | -                | -                | 125.896          | 121.537          |
| Impostos e contribuições sociais                 | 10   | -                | -                | 58.869           | 52.742           |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11   | -                | -                | 694.504          | 732.005          |
| Partes relacionadas                              | 12   | 154.776          | 217.423          | 23.814           | 24.325           |
| Adiantamentos para futuros aumentos de capital   | 14   | 35.040           | 35.040           | 3.821            | 3.232            |
| Cauções e depósitos vinculados                   | 13   | 2.551            | 2.546            | 221.892          | 239.562          |
| Despesas pagas antecipadamente                   | 8    | -                | -                | 28.147           | 45.816           |
| Conta de compensação de custos da parcela "A"    | 9    | -                | -                | 88.199           | 232.175          |
| Outros Créditos                                  | 17   | 5.000            | -                | 22.364           | 9.614            |
|  |      | <u>197.367</u>   | <u>255.009</u>   | <u>1.284.375</u> | <u>1.483.825</u> |
| <b>Permanente</b>                                |      |                  |                  |                  |                  |
| Investimentos                                    | 18   | 3.433.116        | 3.363.560        | 443.086          | 465.762          |
| Imobilizado tangível                             | 19   | 1.814            | 1.694            | 5.079.718        | 4.854.855        |
| Imobilizado intangível                           | 19   | 451              | 684              | 192.964          | 159.674          |
| Diferido   |      | -                | -                | 544              | 562              |
|  |      | <u>3.435.381</u> | <u>3.365.938</u> | <u>5.716.312</u> | <u>5.480.853</u> |
| <b>Total</b>                                     |      | <u>4.243.295</u> | <u>4.031.715</u> | <u>9.719.392</u> | <u>9.720.298</u> |

|  | Nota | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|--|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|  |      | 2007             | 2006             | 2007             | 2006             |
| <b>PASSIVO</b>                                   |      |                  |                  |                  |                  |
| <b>Circulante</b>                                |      |                  |                  |                  |                  |
| Fornecedores                                     | 20   | 16.611           | 1.484            | 446.554          | 500.795          |
| Encargos de dívidas                              | 22   | -                | 1.913            | 8.223            | 31.302           |
| Impostos e contribuições sociais                 | 10   | 19.275           | 24.724           | 370.753          | 395.237          |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11   | -                | -                | 6.817            | 86.400           |
| Dividendos                                       | 29   | 189.821          | 147.388          | 214.824          | 163.090          |
| Debêntures                                       | 21   | -                | -                | 25.408           | 28.189           |
| Empréstimos e financiamentos                     | 22   | -                | 54.000           | 287.809          | 760.713          |
| Benefícios pós-emprego                           | 23   | -                | -                | 21.360           | 24.102           |
| Conta de compensação de custos da parcela "A"    | 9    | -                | -                | 131.321          | 107.954          |
| Devolução tarifária                              | 24   | -                | -                | 137.354          | -                |
| Obrigações estimadas com pessoal                 | 25   | 6.667            | 652              | 64.302           | 66.355           |
| Encargos regulamentares e setoriais              | 26   | -                | -                | 161.902          | 169.978          |
| Provisões para contingências                     | 27   | -                | -                | 1.953            | 4.189            |
| Outras contas a pagar                            | 17   | 833              | 7.194            | 113.935          | 79.827           |
|  |      | <u>233.207</u>   | <u>237.355</u>   | <u>1.992.515</u> | <u>2.418.131</u> |
| <b>Não circulante</b>                            |      |                  |                  |                  |                  |
| <b>Exigível a longo prazo</b>                    |      |                  |                  |                  |                  |
| Fornecedores                                     | 20   | -                | -                | 199              | 9.575            |
| Encargos de dívidas                              | 22   | -                | -                | 3.100            | 157.525          |
| Impostos e contribuições sociais                 | 10   | -                | -                | 564              | 7.462            |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11   | -                | -                | 19.812           | 15.744           |
| Debêntures                                       | 21   | -                | -                | 1.123.858        | 881.308          |
| Empréstimos e financiamentos                     | 22   | -                | -                | 1.347.277        | 1.299.548        |
| Benefícios pós-emprego                           | 23   | -                | -                | 127.347          | 122.425          |
| Conta de compensação de custos da parcela "A"    | 9    | -                | -                | 36.879           | 34.729           |
| Devolução tarifária                              | 24   | -                | -                | 45.785           | -                |
| Partes relacionadas                              | 12   | 250              | 1                | -                | -                |
| Adiantamentos para futuros aumentos de capital   | 14   | -                | -                | -                | 1.656            |
| Provisões para contingências                     | 27   | 42.251           | 30.038           | 318.421          | 307.812          |
| Provisão para passivo a descoberto               | 18   | 57.259           | 58.726           | 56.685           | 58.029           |
| Reserva para reversão e amortização              |      | -                | -                | 17.248           | 17.248           |
| Outras contas a pagar                            | 17   | 3                | 3                | 21.119           | 21.197           |
|  |      | <u>99.763</u>    | <u>88.768</u>    | <u>3.118.294</u> | <u>2.934.258</u> |
| <b>Participações de minoritários</b>             |      | -                | -                | 694.703          | 662.317          |
| <b>Patrimônio líquido</b>                        |      |                  |                  |                  |                  |
| Capital social                                   | 28   | 3.182.716        | 3.182.716        | 3.182.716        | 3.182.716        |
| Reservas de capital                              |      | 35.348           | 35.348           | 35.348           | 35.348           |
| Reservas de lucros                               |      | 716.551          | 487.528          | 716.551          | 487.528          |
| Ações em tesouraria                              |      | (24.290)         | -                | (24.290)         | -                |
| Lucros (prejuízos) acumulados                    |      | -                | -                | 3.555            | -                |
|  |      | <u>3.910.325</u> | <u>3.705.592</u> | <u>3.913.880</u> | <u>3.705.592</u> |
| <b>Total</b>                                     |      | <u>4.243.295</u> | <u>4.031.715</u> | <u>9.719.392</u> | <u>9.720.298</u> |



## Demonstrações Financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

|   | Controladora |                 | Consolidado     |                    |                    |
|---|--------------|-----------------|-----------------|--------------------|--------------------|
|   | Nota         | 2007            | 2006            | 2007               | 2006               |
| <b>Receita operacional</b>  |              |                 |                 |                    |                    |
| Fornecimento de energia elétrica  |              | -               | -               | 2.395.237          | 2.169.767          |
| Suprimento de energia elétrica  |              | -               | -               | 386.111            | 244.406            |
| Disponibilização do sistema de distribuição e transmissão                     |              | -               | -               | 3.966.804          | 3.682.422          |
| Outras receitas operacionais  |              | -               | -               | 146.197            | 125.402            |
|   |              | -               | -               | <u>6.894.349</u>   | <u>6.221.997</u>   |
| <b>Dedução da receita operacional</b>   |              |                 |                 |                    |                    |
| Subvenção - CCC e CDE   |              | -               | -               | (503.864)          | (514.582)          |
| Pesquisa e desenvolvimento  |              | -               | -               | (51.496)           | (62.052)           |
| Quota para reserva global de reversão   |              | -               | -               | (41.669)           | (40.288)           |
| Encargo de capacidade emergencial   |              | -               | -               | (25.071)           | (2.378)            |
| Impostos e contribuições sobre a receita                                      |              | -               | -               | (1.758.774)        | (1.617.933)        |
|   |              | -               | -               | <u>(2.380.874)</u> | <u>(2.237.233)</u> |
| <b>Receita operacional líquida</b>  | <b>30</b>    | -               | -               | <b>4.513.475</b>   | <b>3.984.764</b>   |
| <b>Custo do serviço de energia elétrica</b>                                   |              |                 |                 |                    |                    |
| <b>Custo com energia elétrica</b>   |              |                 |                 |                    |                    |
| Energia elétrica comprada para revenda  |              | -               | -               | (1.882.598)        | (1.453.716)        |
| Encargos de uso da rede elétrica  |              | -               | -               | (524.314)          | (557.829)          |
|   | 31           | -               | -               | <u>(2.406.912)</u> | <u>(2.011.545)</u> |
| <b>Custo de operação</b>  |              |                 |                 |                    |                    |
| Pessoal   |              | -               | -               | (176.257)          | (133.678)          |
| Materiais e serviços de terceiros   |              | -               | -               | (224.592)          | (183.831)          |
| Depreciações e amortizações   |              | -               | -               | (274.724)          | (245.365)          |
| Outros custos de operação   |              | -               | -               | (51.517)           | (2.770)            |
|   | 31           | -               | -               | <u>(727.090)</u>   | <u>(565.644)</u>   |
|   |              | -               | -               | <u>(3.134.002)</u> | <u>(2.577.189)</u> |
| <b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>                                  | <b>31</b>    | -               | -               | <b>(3.352)</b>     | <b>(4.205)</b>     |
| <b>Lucro operacional bruto</b>  |              | -               | -               | <b>1.376.121</b>   | <b>1.403.370</b>   |
| <b>Despesas operacionais</b>  |              |                 |                 |                    |                    |
| Despesas com vendas   |              | -               | -               | (125.985)          | (140.397)          |
| Despesas gerais e administrativas   |              | (40.638)        | (23.320)        | (319.941)          | (313.520)          |
| Depreciações e amortizações   |              | (15.068)        | (14.484)        | (42.556)           | (42.085)           |
| Outras despesas operacionais, líquidas  |              | (4.806)         | (7.597)         | (81.872)           | (121.217)          |
|   | 31           | <u>(60.512)</u> | <u>(45.401)</u> | <u>(570.354)</u>   | <u>(617.219)</u>   |
| <b>Resultado do serviço</b>   |              | <b>(60.512)</b> | <b>(45.401)</b> | <b>805.767</b>     | <b>786.151</b>     |
| <b>Resultado das participações societárias</b>                                |              | <b>495.244</b>  | <b>437.391</b>  | <b>10.237</b>      | <b>1.007</b>       |
| Receitas financeiras  |              | 162.605         | 175.607         | 240.784            | 276.712            |
| Despesas financeiras  |              | (146.655)       | (190.965)       | (544.482)          | (654.532)          |
| <b>Resultado Financeiro</b>   | <b>32</b>    | <b>15.950</b>   | <b>(15.358)</b> | <b>(303.698)</b>   | <b>(377.820)</b>   |
| <b>Lucro operacional</b>  |              | <b>450.682</b>  | <b>376.632</b>  | <b>512.306</b>     | <b>409.338</b>     |
| Receitas não operacionais   |              | 14              | 508             | 7.264              | 10.977             |
| Despesas não operacionais   |              | (2.352)         | (8.470)         | (18.984)           | (21.514)           |
| <b>Resultado não operacional</b>  |              | <b>(2.338)</b>  | <b>(7.962)</b>  | <b>(11.720)</b>    | <b>(10.537)</b>    |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>               |              | <b>448.344</b>  | <b>368.670</b>  | <b>500.586</b>     | <b>398.801</b>     |
| Imposto de renda e contribuição social correntes                              |              | -               | -               | (161.022)          | (150.035)          |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos                              |              | -               | -               | 19.458             | 1.527              |
|   | 34           | -               | -               | <u>(141.564)</u>   | <u>(148.508)</u>   |
| <b>Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio</b>        |              | <b>448.344</b>  | <b>368.670</b>  | <b>359.022</b>     | <b>250.293</b>     |
| Reversão dos juros sobre capital próprio                                      |              | (12.109)        | 25.450          | 136.824            | 181.091            |
| <b>Lucro líquido antes da participação minoritária e partes beneficiárias</b> |              | <b>436.235</b>  | <b>394.120</b>  | <b>495.846</b>     | <b>431.384</b>     |
| Participações de minoritários   |              | -               | -               | (52.460)           | (34.545)           |
| Partes beneficiárias  |              | -               | -               | (3.595)            | (2.719)            |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>   |              | <b>436.235</b>  | <b>394.120</b>  | <b>439.791</b>     | <b>394.120</b>     |
| <b>Lucro líquido por lote de mil ações - R\$</b>                              |              | <b>2.657,45</b> | <b>2.388,67</b> |                    |                    |

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Valores expressos em milhares de reais)

|   | Nota nº | Capital social   | Reserva de capital | Reserva de lucros | Ações em tesouraria | Lucros (prejuízos) acumulados | Total            |
|---|---------|------------------|--------------------|-------------------|---------------------|-------------------------------|------------------|
| <b>Saldos em 1º de janeiro de 2006</b>  |         | <b>3.182.716</b> | <b>35.348</b>      | <b>291.686</b>    | -                   | -                             | <b>3.509.750</b> |
| Ajuste de exercícios anteriores         |         | -                | -                  | -                 | -                   | (28.364)                      | <b>(28.364)</b>  |
| Lucro líquido do exercício              |         | -                | -                  | -                 | -                   | 394.120                       | <b>394.120</b>   |
| Destinação do lucro                     | 28      |                  |                    |                   |                     |                               |                  |
| Constituição de reserva legal           |         | -                | -                  | 18.287            | -                   | (18.287)                      | -                |
| Dividendos propostos                    |         | -                | -                  | -                 | -                   | (169.914)                     | <b>(169.914)</b> |
| Reserva de retenção de lucros           |         | -                | -                  | 177.555           | -                   | (177.555)                     | -                |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2006</b> |         | <b>3.182.716</b> | <b>35.348</b>      | <b>487.528</b>    | -                   | -                             | <b>3.705.592</b> |
| Lucro líquido do exercício              |         | -                | -                  | -                 | -                   | 436.235                       | <b>436.235</b>   |
| Destinação do lucro                     | 28      |                  |                    |                   |                     |                               |                  |
| Constituição de reserva legal           |         | -                | -                  | 21.811            | -                   | (21.811)                      | -                |
| Dividendos propostos                    |         | -                | -                  | -                 | -                   | (207.212)                     | <b>(207.212)</b> |
| Reserva de retenção de lucros           |         | -                | -                  | 207.212           | -                   | (207.212)                     | -                |
| Ações em tesouraria                     |         | -                | -                  | -                 | (24.290)            | -                             | <b>(24.290)</b>  |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2007</b> |         | <b>3.182.716</b> | <b>35.348</b>      | <b>716.551</b>    | <b>(24.290)</b>     | -                             | <b>3.910.325</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações Financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

|   | Controladora    |                 | Consolidado      |                  |
|---|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
|   | 2007            | 2006            | 2007             | 2006             |
| <b>Origens de recursos</b>  |                 |                 |                  |                  |
| Das operações   |                 |                 |                  |                  |
| Lucro líquido do exercício  | 436.235         | 394.120         | 439.791          | 394.120          |
| Participação de minoritários  | -               | -               | 52.460           | 34.545           |
| Ajuste de exercício anterior  | -               | (28.364)        | -                | (28.364)         |
| Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido                   | -               | -               | -                | -                |
| Consumidores e concessionárias  | -               | -               | (6.396)          | (39.610)         |
| Devolução tarifária - provisão  | -               | -               | 183.139          | -                |
| Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" - atualização monetária | -               | -               | (5.714)          | (41.527)         |
| Fornecedores - energia livre  | -               | -               | 1.834            | 29.840           |
| Depreciações e amortizações   | 15.068          | 14.484          | 317.280          | 287.450          |
| Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados                    | 14              | (349)           | 3.951            | 9.712            |
| Imposto de renda e contribuições sociais diferidas                                | -               | -               | (14.913)         | 13.346           |
| Variações monetárias e juros do passivo não circulante                            | -               | -               | 96.514           | 66.760           |
| Provisões para contingências, líquida de reversão                                 | 12.213          | 13.363          | 53.687           | 41.064           |
| Benefícios pós-emprego - CVM 371  | -               | -               | 5.884            | 213              |
| Resultado líquido de equivalência patrimonial                                     | (495.244)       | (437.391)       | (10.237)         | (1.007)          |
| Provisão para perdas na realização de ativos                                      | -               | -               | -                | 21.187           |
| Outros  | (14.545)        | (337)           | 6.396            | (5.837)          |
| Provisão passivo a descoberto   | (1.467)         | 10.328          | (1.344)          | 9.991            |
|   | <u>(47.726)</u> | <u>(34.146)</u> | <u>1.122.332</u> | <u>791.883</u>   |
| De terceiros  |                 |                 |                  |                  |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures  | -               | -               | 349.105          | 1.131.224        |
| Conta de compensação de variação de custos da parcela "A", líquida - apropriação  | -               | -               | 37.565           | 12.486           |
| Transferência do ativo não circulante para o circulante                           | 20.000          | -               | 166.516          | 532.335          |
| Transferência do passivo circulante para o não circulante                         | -               | 11.879          | 160.409          | 145.743          |
|   | <u>20.000</u>   | <u>11.879</u>   | <u>713.595</u>   | <u>1.821.788</u> |
| De acionistas   |                 |                 |                  |                  |
| Aumento de capital  | -               | -               | -                | 35.763           |
| Minoritários  | -               | -               | -                | (3.454)          |
| Dividendos de controladas   | 425.047         | 157.422         | -                | -                |
| Reversão de dividendos  | (13.791)        | (188.934)       | -                | -                |
| Coligadas, controladas e controladoras  | 77.563          | (6)             | 7.489            | (176)            |
|   | <u>488.819</u>  | <u>(31.518)</u> | <u>7.489</u>     | <u>32.133</u>    |
| <b>Total das origens</b>  | <b>461.093</b>  | <b>(53.785)</b> | <b>1.843.416</b> | <b>2.645.804</b> |

|  | Controladora   |                  | Consolidado      |                  |
|--|----------------|------------------|------------------|------------------|
|  | 2007           | 2006             | 2007             | 2006             |
| <b>Aplicações de recursos</b>  |                |                  |                  |                  |
| <b>No ativo não circulante</b>   |                |                  |                  |                  |
| Cauções e depósitos vinculados a litígios                                  | 5              | -                | 15.782           | 49.145           |
| Despesas pagas antecipadamente   | -              | -                | 5.103            | 176.921          |
| Adiantamentos para futuros aumentos de capital                             | -              | 5.700            | 3.471            | 1.761            |
| Imposto de renda e contribuição social                                     | -              | -                | 1.045            | 16.534           |
| Partes relacionadas  | -              | 151.660          | -                | -                |
| Transferência do ativo circulante para o ativo não circulante              | -              | -                | 10.117           | 27.166           |
| Outros créditos  | -              | -                | 8.642            | 8.894            |
| Consumidores e concessionárias   | -              | -                | 3.707            | -                |
| Outros   | 5.000          | -                | 7.231            | -                |
| <b>No permanente</b>   |                |                  |                  |                  |
| Aumento (redução) de investimentos   | 20.000         | 11.302           | 20.000           | (27.604)         |
| Aumento (redução) no imobilizado - desverticalização/desativações em curso | -              | -                | -                | (796)            |
| Imobilizado tangível e intangível  | 659            | 542              | 665.428          | 830.037          |
| Obrigações vinculadas à concessão  | -              | -                | (108.720)        | (81.683)         |
| Diferido   | -              | -                | (18)             | (57)             |
| Dividendos propostos minoritários  | -              | -                | 3.955            | 15.204           |
| Passivo não circulante transferido para o circulante                       | -              | 48.674           | 611.760          | 1.059.713        |
| Ações em tesouraria  | 24.290         | -                | 24.290           | -                |
| Dividendos   | 207.212        | 169.914          | 182.922          | 169.914          |
| <b>Total das aplicações</b>  | <b>257.166</b> | <b>387.792</b>   | <b>1.454.715</b> | <b>2.245.149</b> |
| <b>Aumento (Redução) no capital circulante líquido</b>                     | <b>203.927</b> | <b>(441.577)</b> | <b>388.701</b>   | <b>400.655</b>   |
| <b>Variação no capital circulante</b>                                      |                |                  |                  |                  |
| <b>Ativo circulante</b>  |                |                  |                  |                  |
| No final do exercício  | 610.547        | 410.768          | 2.718.705        | 2.755.620        |
| No início do exercício   | 410.768        | 780.026          | 2.755.620        | 2.172.220        |
|  | 199.779        | (369.258)        | (36.915)         | 583.400          |
| <b>Passivo circulante</b>  |                |                  |                  |                  |
| No final do exercício  | 233.207        | 237.355          | 1.992.515        | 2.418.131        |
| No início do exercício   | 237.355        | 165.036          | 2.418.131        | 2.235.386        |
|  | (4.148)        | 72.319           | (425.616)        | 182.745          |
| <b>Aumento (Redução) no capital circulante líquido</b>                     | <b>203.927</b> | <b>(441.577)</b> | <b>388.701</b>   | <b>400.655</b>   |

## Demonstrações Financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

|   | Controladora    |                 | Consolidado      |                  |
|---|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
|   | 2007            | 2006            | 2007             | 2006             |
| <b>Atividades operacionais</b>  |                 |                 |                  |                  |
| Lucro líquido do exercício  | 436.235         | 394.120         | 439.791          | 394.120          |
| Participação de minoritários  | -               | -               | 52.460           | 34.545           |
| Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades                        | -               | -               | -                | -                |
| Consumidores e concessionárias  | -               | -               | 88.288           | (35.336)         |
| Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos                  | -               | -               | (19.458)         | (1.527)          |
| Impostos e contribuições sociais compensáveis                                 | -               | -               | -                | (28.536)         |
| Depreciações e amortizações   | 15.190          | 14.484          | 317.402          | 287.450          |
| Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados                | 14              | (349)           | 20.304           | 9.712            |
| Despesas pagas antecipadamente e CVA  | -               | -               | (35.018)         | (59.407)         |
| Fornecedores  | -               | -               | (27.834)         | 78.812           |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas                             | 4.954           | 9.350           | 329.456          | 370.361          |
| Obrigações estimadas - provisão   | -               | -               | -                | 20.352           |
| Benefícios pós-emprego - CVM 371  | -               | -               | 5.884            | 42               |
| Provisões para contingências  | 12.213          | 13.363          | 63.155           | 41.069           |
| Diferimento tarifário   | -               | -               | (102.170)        | (104.104)        |
| Devolução tarifária - ajuste do valor homologado                              | -               | -               | 183.139          | -                |
| Atualização monetária recebíveis  | (14.667)        | (851)           | (14.667)         | (851)            |
| Partes beneficiárias  | -               | -               | 3.595            | 2.719            |
| Participações societárias   | (495.244)       | (437.391)       | (10.237)         | (1.007)          |
| Perda com investimentos   | -               | -               | (3.555)          | 286              |
| Reversão da provisão de contas a pagar  | -               | (2.355)         | -                | (2.355)          |
| Provisão para passivo a descoberto  | (1.467)         | 9.991           | (1.467)          | 9.991            |
| Encargos regulamentares e setoriais   | -               | -               | 43.474           | 54.782           |
| Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária             | -               | -               | (2.226)          | -                |
| Outros  | -               | -               | (26.791)         | (6.263)          |
|   | (42.772)        | 362             | 1.303.525        | 1.064.855        |
| <b>(Aumento) diminuição de ativos</b>   |                 |                 |                  |                  |
| Consumidores e concessionárias  | -               | -               | 164.752          | 199.368          |
| Impostos e contribuições sociais compensáveis                                 | (5.254)         | (6.363)         | (63.205)         | (118.930)        |
| Estoques  | -               | -               | (777)            | 620              |
| Cauções e depósitos vinculados  | (5)             | (1.953)         | 17.656           | (57.617)         |
| Despesas pagas antecipadamente  | (135)           | (118)           | 324.141          | (2.313)          |
| Contas a receber de controladas   | 77.314          | 291             | -                | -                |
| Outros créditos   | (784)           | (569)           | 21.685           | (12.689)         |
| <b>Aumento (diminuição) de passivos</b>                                       |                 |                 |                  |                  |
| Fornecedores  | (102)           | 927             | (64.714)         | (30.365)         |
| Impostos e contribuições sociais correntes                                    | (5.449)         | (10.867)        | (45.252)         | 103.098          |
| Impostos e contribuições sociais diferidos                                    | -               | -               | (3.940)          | (2.164)          |
| Devolução tarifária   | -               | -               | 2.982            | (75.573)         |
| Obrigações estimadas com pessoal  | 6.015           | (66)            | 1.073            | 2.162            |
| Provisões para contingências  | -               | 11.879          | (1.442)          | 7.084            |
| Outras obrigações   | 8.868           | (721)           | (78.225)         | (1.497)          |
| <b>Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>              | <b>37.696</b>   | <b>(7.198)</b>  | <b>1.578.259</b> | <b>1.076.039</b> |
| <b>Atividades de investimento</b>   |                 |                 |                  |                  |
| Ações em tesouraria   | (24.290)        | -               | (24.290)         | -                |
| Adições ao investimento   | (23.476)        | (39.666)        | (20.253)         | (123)            |
| Reduções no imobilizado - (2006 - redução no percentual de 26,7 para 23,0576) | -               | -               | -                | 27.727           |
| Adições ao imobilizado tangível e intangível                                  | (659)           | (542)           | (665.428)        | (830.037)        |
| Reduções ao diferido  | -               | -               | 18               | 57               |
| Obrigações vinculadas à concessão   | -               | -               | 108.720          | 60.292           |
| <b>Caixa aplicado nas atividades de investimento</b>                          | <b>(48.425)</b> | <b>(40.208)</b> | <b>(601.233)</b> | <b>(742.084)</b> |
| <b>Atividades de financiamento</b>  |                 |                 |                  |                  |
| Partes relacionadas   | 249             | (10.689)        | (11.140)         | 12.927           |
| Coligadas, controladas ou controladoras                                       | -               | -               | (9.987)          | 34.001           |
| AFAC's  | -               | (5.700)         | -                | -                |
| Dividendos pagos  | (23.013)        | (4.572)         | (173.858)        | (157.903)        |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures - ingressos                          | -               | -               | 471.790          | 2.018.503        |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos                       | (60.867)        | (4.356)         | (1.164.156)      | (2.283.314)      |
| Empréstimos e financiamentos - juros capitalizados                            | -               | -               | 3.156            | 60.429           |
| <b>Caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>                         | <b>(83.631)</b> | <b>(25.317)</b> | <b>(884.195)</b> | <b>(315.357)</b> |
| <b>Aumento (diminuição) nas disponibilidades</b>                              | <b>(94.360)</b> | <b>(72.723)</b> | <b>92.831</b>    | <b>18.598</b>    |
| Disponibilidades no final do exercício  | 92.913          | 187.273         | 689.154          | 596.323          |
| Disponibilidades no início do exercício                                       | 187.273         | 259.996         | 596.323          | 577.725          |
|   | <b>(94.360)</b> | <b>(72.723)</b> | <b>92.831</b>    | <b>18.598</b>    |

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais)

|   | Controladora    |                 | Consolidado        |                    |
|---|-----------------|-----------------|--------------------|--------------------|
|   | 2007            | 2006            | 2007               | 2006               |
| <b>Geração do valor adicionado</b>                              | <b>(2.338)</b>  | <b>(7.962)</b>  | <b>6.801.027</b>   | <b>6.125.516</b>   |
| Receita operacional   | -               | -               | 6.894.349          | 6.221.997          |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas | -               | -               | (101.060)          | (87.471)           |
| Créditos fiscais diferidos                                      | -               | -               | 19.458             | 1.527              |
| Não operacional   | (2.338)         | (7.962)         | (11.720)           | (10.537)           |
| <b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>                      | <b>(22.965)</b> | <b>(18.206)</b> | <b>(2.950.676)</b> | <b>(2.480.346)</b> |
| Custos da energia comprada                                      | -               | -               | (1.882.598)        | (1.453.716)        |
| Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição        | -               | -               | (524.314)          | (557.829)          |
| Materiais   | (526)           | (540)           | (43.107)           | (36.598)           |
| Serviços de terceiros   | (16.616)        | (9.094)         | (353.949)          | (296.787)          |
| Outros custos operacionais                                      | (5.823)         | (8.572)         | (146.708)          | (135.416)          |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                                   | <b>(25.303)</b> | <b>(26.168)</b> | <b>3.850.351</b>   | <b>3.645.170</b>   |
| Depreciações e amortizações                                     | (15.068)        | (14.484)        | (317.280)          | (287.450)          |
| Valor adicionado líquido gerado                                 | (40.371)        | (40.652)        | 3.533.071          | 3.357.720          |
| Receitas financeiras  | 30.573          | 35.993          | 240.784            | 321.409            |
| Participações de minoritários                                   | -               | -               | (52.460)           | (34.545)           |
| Resultado da equivalência patrimonial                           | 495.244         | 437.391         | 10.237             | 1.007              |
| <b>Valor adicionado total a distribuir</b>                      | <b>485.446</b>  | <b>432.732</b>  | <b>3.731.632</b>   | <b>3.645.591</b>   |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>                         |                 |                 |                    |                    |
| Remuneração do trabalho   | 17.835          | 8.374           | 246.545            | 248.442            |
| Encargos sobre a folha de pagamento (exceto INSS)               | 768             | 1.114           | 15.827             | 44.703             |
| Impostos, taxas e contribuições                                 | 16.288          | 17.238          | 2.640.450          | 2.463.779          |
| Despesas financeiras  | 13.048          | 11.120          | 365.549            | 470.462            |
| Aluguéis  | 1.272           | 766             | 19.875             | 21.366             |
| Partes beneficiárias  | -               | -               | 3.595              | 2.719              |
| Dividendos propostos  | 207.212         | 169.914         | 207.212            | 169.914            |
|   | 256.423         | 208.526         | 3.499.053          | 3.421.385          |
| <b>Lucro do exercício após dividendos</b>                       | <b>229.023</b>  | <b>224.206</b>  | <b>232.579</b>     | <b>224.206</b>     |
|   | <b>485.446</b>  | <b>432.732</b>  | <b>3.731.632</b>   | <b>3.645.591</b>   |

## Demonstrações Financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

#### 1 - Contexto operacional

A EDP - Energias do Brasil S.A., Companhia de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, tem como objeto social participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; gerir ativos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades.

A Companhia pode, ainda, prestar serviços em negócios do setor energético no Brasil e/ou no exterior.

As participações diretas e indiretas detidas em 31 de dezembro de 2007 são as seguintes:

| Empresas               | Consolidação    | Participação | % participação |
|------------------------|-----------------|--------------|----------------|
| <b>Distribuição</b>    |                 |              |                |
| Bandeirante            | integral        | direta       | 100            |
| Escelsa                | integral        | direta       | 100            |
| Enersul                | integral        | direta       | 100            |
| <b>Geração</b>         |                 |              |                |
| Energest               | integral        | direta       | 100            |
| CESA                   | integral        | indireta     | 100            |
| Costa Rica             | integral        | indireta     | 51             |
| Pantanal               | integral        | indireta     | 100            |
| Santa Fé               | integral        | indireta     | 100            |
| EDP Lajeado            | integral        | direta       | 59,93          |
| Investco               | proporcional    | indireta     | 13,82          |
| Enerpeixe              | integral        | direta       | 60             |
| Diferencial            | não consolidada | direta       | 100            |
| <b>Comercialização</b> |                 |              |                |
| Enertrade              | integral        | direta       | 100            |
| <b>Outras</b>          |                 |              |                |
| Enercouth              | integral        | direta       | 100            |
| Escelsapar             | integral        | direta       | 100            |
| ESC 90                 | não consolidada | -            | -              |

A geradora de energia elétrica Enerpeixe S.A., Companhia controlada em associação com Furnas Centrais Elétricas S.A., que tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Peixe Angical e do Sistema de Transmissão Associado, localizados no Estado do Tocantins, iniciou suas operações de suprimento de energia em março de 2006, inicialmente através de energia adquirida das empresas ligadas Furnas e Enertrade e, posteriormente, pela entrada em operação de suas três turbinas nos meses de junho, julho e setembro de 2006, mês em que alcançou sua potência total instalada de 452 MW e energia assegurada de 271 MW, através da geração própria. Conseqüentemente, a entrada em operação deste projeto deve ser levado em consideração quando da análise comparativa das demonstrações financeiras.

#### 1.1 - Transferência da concessão e de acervo da PCH Paraíso

Através da Resolução Autorizativa nº 1.092, de 23 de outubro de 2007, a ANEEL autorizou a transferência dos bens, direitos e obrigações relativos à PCH Paraíso da controlada indireta CESA para a controlada indireta Pantanal Energética Ltda. A Assembléa Geral Extraordinária da CESA, realizada em 30 de novembro de 2007, aprovou a cisão parcial da Companhia, nos termos do Protocolo e do Laudo de avaliação a valores contábeis preparado por peritos, emitido em 31 de agosto de 2007, determinando que as variações patrimoniais pertinentes à parcela do patrimônio cindido da CESA e incorporado pela Pantanal, ocorridas entre a data base da avaliação, em 31 de agosto de 2007, e a data da efetivação da cisão e incorporação, em 30 de novembro de 2007, fossem absorvidas para fins contábeis, fiscais e societários pela Incorporada, na proporção da variação do respectivo patrimônio incorporado.

O acervo líquido vertido da CESA para a Pantanal, em 3 de novembro de 2007, correspondente à parcela do Capital social no montante de R\$ 26.010, foi composto pelas seguintes rubricas:

No Ativo permanente:

• Imobilizado (líquido) R\$ 42.168

No Passivo circulante e exigível a longo prazo:

• Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas R\$ 16.158

Em decorrência da cisão parcial da CESA e a conseqüente transferência do acervo cindido para a Pantanal, ocorreu uma redução do capital social da CESA de R\$ 44.500 para R\$ 19.171, sem cancelamento de ações.

#### 2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2007 e 2006 cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria, realizada em 26 de fevereiro de 2008, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As seguintes alterações, para fins de comparabilidade, foram efetuadas nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 2006:

a) Nas demonstrações financeiras consolidadas

- (i) Em atendimento às determinações da ANEEL através do Despacho nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007, os encargos do consumidor relativos ao Programa de Eficiência Energética - PEE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Conta de Consumo de Combustível - CCC, anteriormente contabilizados e aplicáveis às controladas, no grupo de Despesa operacional, passaram a ser registrados no grupo de Deduções da receita operacional;
- (ii) A partir de 2007, passou-se a apresentar no balanço patrimonial as rubricas de Conta de compensação de variação de custos da parcela "A", segregadas no ativo e passivo que, anteriormente, eram consideradas pelas controladas Bandeirante, Escelsa e Enersul de forma líquida na rubrica Despesas pagas antecipadamente;
- (iii) Em atendimento às determinações da ANEEL através do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001 e instruções complementares contidas no Ofício Circular nº 2409, de 14 de novembro de 2007 e Despacho nº 294, de 1º de fevereiro de 2008, a parcela faturada pelas controladas distribuidoras e geradoras aos clientes cativos, correspondente à tarifa de uso do sistema de distribuição e transmissão, anteriormente apresentada nas Demonstrações de Resultados dos exercícios integralmente no grupo Fornecimento de energia elétrica, passou a ser apresentada no grupo Disponibilização do sistema de distribuição e transmissão. Os valores segregados de uso do sistema de distribuição e transmissão, faturados aos clientes livres e aos clientes cativos, estão sendo apresentados na nota 30;
- (iv) Reclassificação de parte dos gastos contabilizados na Demonstração do Resultado da controlada Bandeirante, relativos a Despesas com pessoal, transferidos de Despesas gerais e administrativas para Custo de operação.

b) Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

- (i) Apresentação dos resultados financeiros com operações de *swap* e *hedge* pelos seus valores líquidos de ganhos e perdas.

Para aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando, como informações complementares, as Demonstrações do Valor Adicionado, preparadas nos moldes do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/06 e Resolução CFC nº 1.010/05 e, em atendimento ao Regulamento de listagem do Novo Mercado da Bovespa, as Demonstrações dos

Fluxos de Caixa, preparadas de acordo com a NPC 20, emitida pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

### 3 - Resumo das principais práticas contábeis

#### 3.1 - Demonstrações financeiras

##### a) Disponibilidades (Nota 5)

Estão representadas, basicamente, por saldos mantidos em contas bancárias e incluem aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando esta última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

##### b) Títulos a receber (Nota 6)

Estão registrados ao custo e, por conservadorismo contábil, as respectivas remunerações contratadas somente são reconhecidas quando recebidas. São representados por Contratos Particulares de Cessão de Créditos, correspondentes a precatórios recebidos pela controlada Enersul de diversas Prefeituras Municipais de Mato Grosso do Sul.

##### c) Consumidores e concessionárias incluem:

- (i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias distribuidoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada (Nota 7);
- (ii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 7.1);
- (iii) Os saldos a receber relativos à Recomposição Tarifária Extraordinária - Perda de receita e Energia livre (Nota 4.1.1);
- (iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, como segue:

| Cientes da Classe | Vencidos há mais de |
|-------------------|---------------------|
| Residencial       | 90 dias             |
| Comercial         | 180 dias            |
| Demais classes    | 360 dias            |

##### d) Estoques

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado, sendo que, os aplicáveis à operação e manutenção são classificados no Ativo circulante e, aqueles destinados a projetos, são classificados no Ativo não circulante, na rubrica Imobilizado tangível.



## Demonstrações Financeiras

07

### e) Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" - CVA (Nota 9)

Esses custos são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 296 e nº 116, de 25 de outubro de 2001 e 4 de abril de 2003, respectivamente, na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nas Resoluções complementares da ANEEL.

### f) Investimentos (Nota 18)

As participações societárias em controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perda, quando aplicável.

### g) Imobilizado tangível e intangível (Nota 19)

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável), até 1997 na Bandeirante, 2001 na Escelsa e 2003 na Enersul, que financiou as obras em andamento conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

As Obrigações vinculadas à concessão, demonstradas como retificadoras do Imobilizado, referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e, de acordo com o Ofício circular SFF/ANEEL nº 1.314/2007, de 27 de junho de 2007 passam a ser amortizadas a partir da 2ª revisão tarifária periódica, por taxa definida pela ANEEL correspondente à taxa média dos ativos em serviço.

### h) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

### i) Fornecedores (Nota 20)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar a fornecedores de energia elétrica, de encargos de uso da rede elétrica e de Energia livre a pagar a geradoras de energia elétrica.

### j) Empréstimos e financiamentos, Encargos de dívidas e Debêntures (Notas 21 e 22)

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos e, quando aplicável, acrescidos e/ou reduzidos por ganhos e perdas das operações de hedge, incorridos até a data do balanço.

### k) Provisões para contingências (Nota 27)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

### l) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

### m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 10, 11 e 34)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados, nas controladas CESA, Costa Rica e Pantanal com base nos resultados tributáveis presumidos, às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente e, na controladora e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%, ambos considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, limitada a 30% do lucro real.

A controlada Enerpeixe obteve junto a Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, em 20 de dezembro de 2006, o direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e

Adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2007, decidindo pelo aproveitamento deste benefício no exercício fiscal de 2007.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

#### **n) Benefícios pós-emprego (Nota 23)**

A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores vêm sendo apurados e registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 e NPC 26 do IBRACON.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial, quando aplicáveis, são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data base 31 de dezembro de 2007.

#### **o) Reserva para reversão e amortização**

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela controlada Bandeirante na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica e, sobre o Fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a.. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

#### **p) Ações em tesouraria (Nota 28.1)**

Conforme determinam as Instruções CVM nº 10/80 e 358/02, as ações em tesouraria estão registradas pelo custo de aquisição.

#### **q) Lucro por ação**

É determinado considerando-se a quantidade total de ações na data do balanço.

#### **r) Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

#### **s) Estimativas contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Receita de fornecimento não faturado;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Perda ou ganho de receita - baixa renda;
- Ativos e passivos regulatórios decorrentes de revisão e reajustes tarifários;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias;
- Obrigações especiais;
- Provisões para contingências; e
- Planos de benefícios pós-emprego.

#### **t) Tributação de operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 199, de 12 de setembro de 2002, as distribuidoras de energia elétrica, como agentes integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, exerceram a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados positivos líquidos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3% para o PIS e COFINS, respectivamente.

## Demonstrações Financeiras

### 3.2 - Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996 e alterações posteriores, abrangendo a EDP - Energias do Brasil S.A., suas controladas (conforme descrito na nota 1) e a controlada em conjunto Investco S.A. (na proporção de participação societária da subsidiária integral EDP Lajeado Energia S.A., em 23,0576%). Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do grupo.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da controladora nas Companhias controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as Companhias controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre estas Companhias controladas;
- Destaque da participação dos acionistas minoritários nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

### 4 - Ativos e passivos regulatórios

Apresenta-se a seguir quadro sintético com os ativos e passivos regulatórios contidos nos Balanços Patrimoniais consolidados:

|  | Nota  | Consolidado |            | Consolidado    |            |
|--|-------|-------------|------------|----------------|------------|
|  |       | Circulante  |            | Não circulante |            |
|  |       | 31/12/2007  | 31/12/2006 | 31/12/2007     | 31/12/2006 |
| Consumidores e concessionárias                                 |       |             |            |                |            |
| Recomposição tarifária extraordinária perda de receita         | 4.1.1 | -           | 135.326    | -              | 81.387     |
| (-) Provisão para perdas - perda de receita                    |       | -           | (62.619)   | -              | (81.387)   |
| Recomposição tarifária extraordinária - energia livre          | 4.1.1 | 1.196       | 78.355     | -              | 59.690     |
| (-) Provisão para perdas - energia livre                       |       | -           | (38.677)   | -              | (59.690)   |
| Programa luz para todos  |       | 16.489      | -          | -              | -          |
| PIS e COFINS das geradoras                                     |       | 93          | 9.003      | -              | -          |
| Outros ativos regulatórios                                     |       | 24.560      | 27.444     | 11.292         | 6.239      |
| Outros créditos  |       |             |            |                |            |
| Perda de receita - baixa renda                                 | 17    | 43.063      | 18.419     | -              | -          |
| Programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica | 17    | -           | 9          | -              | -          |
| Despesas pagas antecipadamente                                 | 8     |             |            |                |            |
| PIS e COFINS - majoração de alíquota                           |       | 6.528       | 29.730     | 1.385          | 19.930     |
| Forn. Não faturado - diferimento tarifário                     |       | 31.136      | 95.467     | 10.379         | -          |
| Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"      | 9     |             |            |                |            |
| Parcela "A"  |       | 165.453     | 117.893    | 54.620         | 183.552    |
| CVA - ativa  |       | 131.603     | 252.525    | 33.579         | 48.623     |
| Total de ativos regulatórios                                   |       | 420.121     | 662.875    | 111.255        | 258.344    |
| Fornecedores   | 20    |             |            |                |            |
| Energia livre  |       | (25.473)    | (123.342)  | -              | (68.830)   |
| (-) Provisão para perdas - energia livre                       |       | -           | 38.677     | -              | 59.690     |
| Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"      | 9     | (131.321)   | (107.954)  | (36.879)       | (34.729)   |
| CVA - passiva  |       |             |            |                |            |
| Devolução tarifária  |       |             |            |                |            |
| Devolução tarifária - BRR 2003                                 | 24    | (137.354)   | -          | (45.785)       | -          |
| Outras contas a pagar  |       |             |            |                |            |
| PIS e COFINS das geradoras                                     | 17    | (438)       | (7.195)    | -              | -          |
| Ganhos de receita - baixa renda                                | 17    | (127)       | (4.627)    | -              | -          |
| Outros passivos regulatórios                                   | 17    | (4.610)     | (19)       | -              | -          |
| Total de passivos regulatórios                                 |       | (299.323)   | (204.460)  | (82.664)       | (43.869)   |
| Total ativos (-) passivos regulatórios                         |       | 120.798     | 458.415    | 28.591         | 214.475    |

#### 4.1 - Acordo geral do setor elétrico

O Acordo geral do setor elétrico, ao qual as Companhias distribuidoras aderiram em 20 de dezembro de 2001, estabeleceu condições para solução de controvérsias contratuais e administrativas, eliminando a possibilidade de ocorrência de litígios judiciais ou extrajudiciais sobre questões relativas ao período de racionamento. Os principais pontos do acordo são listados a seguir:

- Declaração de Desistência/Renúncia;
- Acordo de Compra de Sobras Líquidas Contratuais;
- Acordo de Reembolso de Energia livre;
- Termos Aditivos aos Contratos Iniciais; e
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Com base na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e demais regras legais, foi apurado o montante de Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE aplicável a cada concessionária de distribuição de energia elétrica, com o objetivo de neutralizar os efeitos de perda de receita decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE, que vigorou no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002.

Paralelamente, foram apuradas as variações mensais de custos não gerenciáveis (Parcela "A"), relacionando ainda, as parcelas de custo adicional com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Energia livre) a serem repassados para as geradoras.

Para o ressarcimento do montante da Perda de receita, Energia livre e Parcela "A", em atendimento às disposições da Medida Provisória nº 14 (convertida na Lei nº 10.438/02), foi concedido a partir de janeiro de 2002 o reajuste tarifário extraordinário de 2,9% aplicável aos consumidores residenciais (exceto os de baixa renda), rurais e Iluminação Pública e de 7,9% para os demais consumidores.

No exercício de 2002 foram liberados recursos equivalentes a 90% dos montantes homologados de Perda de receita e de Parcela "A",

relativos à abertura de crédito no âmbito do PERCEE, através de contratos de financiamento com o BNDES assinados em fevereiro de 2002 (Nota 22).

A Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, republicada em 1º de junho de 2004, retificou para R\$ 231.666 o montante de Energia livre anteriormente homologado para as distribuidoras do grupo pela Resolução ANEEL nº 483, de 29 de agosto de 2002 (Nota 4.1.1), alterou para 63 meses para a Bandeirante, 69 meses para a Escelsa e 73 meses para a Enersul, o prazo máximo de permanência da RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica anteriormente estabelecido pela Resolução ANEEL nº 484, de 29 de agosto de 2002, excluiu deste prazo o montante relativo às variações dos itens da Parcela "A" verificadas no exercício de 2001 e estabeleceu que a sua recuperação se dará por mecanismo equivalente ao previsto no art. 4º da Lei nº 10.438/02 e que, para as distribuidoras, como concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica localizadas no Sistema Interligado Nacional sujeita ao PERCEE, essa recuperação se dará imediatamente após o final da RTE prevista no art. 4º da Lei nº 10.438/02, pelo prazo necessário para atingir o montante homologado pela Resolução ANEEL nº 482, de 29 de agosto de 2002.

#### 4.1.1 - Composição da RTE homologada pela ANEEL, representativa da Perda de receita e Energia livre

A composição da RTE é a seguinte:

| Consolidado          |   |                  |                       |                  |                  |                   |               |
|----------------------|---|------------------|-----------------------|------------------|------------------|-------------------|---------------|
| Itens                | Número do instrumento de homologação        | Valor homologado | Remuneração acumulada | Valor amortizado | Baixa para perda | Saldo a amortizar |               |
|                      |   |                  |                       |                  |                  | 31/12/2007        | 31/12/2006    |
| Perda de receita     | Resoluções nºs 480/02, 481/02 e 01/04       | 514.868          | 390.004               | (762.538)        | (142.334)        | -                 | 216.713       |
| Provisão para perdas |   | -                | -                     | -                | -                | -                 | (144.006)     |
| <b>Total</b>         |   | <b>514.868</b>   | <b>390.004</b>        | <b>(762.538)</b> | <b>(142.334)</b> | -                 | <b>72.707</b> |
| Itens                | Número do instrumento de homologação        | Valor homologado | Remuneração acumulada | Valor amortizado | Baixa para perda | Saldo a amortizar |               |
|                      |   |                  |                       |                  |                  | 31/12/2007        | 31/12/2006    |
| Energia livre        | Resoluções nºs 01/04 e 45/04 e NT nº 392/07 | 231.666          | 173.063               | (277.534)        | (125.999)        | 1.196             | 138.045       |
| Provisão para perdas |   | -                | -                     | -                | -                | -                 | (98.367)      |
| <b>Total</b>         |   | <b>231.666</b>   | <b>173.063</b>        | <b>(277.534)</b> | <b>(125.999)</b> | <b>1.196</b>      | <b>39.678</b> |

O prazo máximo de permanência nas tarifas de fornecimento de energia elétrica da RTE correspondente à Perda de receita e Energia livre encerrou-se em março de 2007 para a controlada Bandeirante e em setembro de 2007 para a controlada Escelsa, sendo que, para o saldo remanescente não recuperado, foi primeiramente registrada provisão em montante equivalente e, em 31 de dezembro de 2007, foi efetivada a baixa para perdas conforme determinado através do Ofício Circular nº 2.409/2007-SFF/ANEEL. A partir de abril de 2007 para a controlada Bandeirante e outubro de 2007 para a controlada Escelsa, iniciou-se

a amortização da RTE correspondente à Parcela "A" formada no período de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001.

Com relação à controlada Enersul, o saldo de RTE correspondente à Perda de receita e Energia livre, cujo prazo de amortização estava estabelecido para findar em 31 de janeiro de 2008, foi integralmente amortizado de forma antecipada no mês de setembro de 2007. Como consequência dessa antecipação, iniciou-se em setembro de 2007, a amortização da RTE correspondente a Parcela "A" formada no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

## Demonstrações Financeiras

Os valores referentes à Energia livre referem-se à energia elétrica gerada e não vinculada a contratos iniciais ou equivalentes.

Atualização monetária:

A Resolução ANEEL nº 31, de 24 de janeiro de 2002 e o Ofício Circular ANEEL no 2.212, de 20 de dezembro de 2005, determinaram que o saldo remanescente da RTE seja remunerado pela taxa de juros equivalente à cobrada, de cada distribuidora, nas operações de financiamento de que trata o art. 5º da Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, decorrente do

programa de financiamento subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e, na ausência dessa operação financeira, seja utilizada a taxa SELIC.

No exercício foi contabilizado, para Perda de receita o montante de R\$ 8.129 (R\$ 40.142 em 2006) e, para Energia livre o montante de R\$ 9.956 (R\$ 41.193 em 2006), ambos registrados em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Receitas financeiras. Para Energia livre, ato contínuo, foi registrado na rubrica de Fornecedores em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Despesas financeiras, em função do repasse às geradoras.

A composição da RTE no passivo é a seguinte:

| Consolidado                            |   |                  |                       |                  |                  |                   |               |
|--|---|------------------|-----------------------|------------------|------------------|-------------------|---------------|
| Itens                                  | Número do instrumento de homologação        | Valor homologado | Remuneração acumulada | Valor amortizado | Baixa para perda | Saldo a amortizar |               |
|  |   |                  |                       |                  |                  | 31/12/2007        | 31/12/2006    |
| Energia livre                          | Resoluções nºs 01/04 e 45/04 e NT nº 392/07 | 231.666          | 178.313               | (253.945)        | (130.561)        | 25.473            | 192.172       |
| Provisão Energia livre não recuperável |   | -                | -                     | -                | -                | -                 | (98.367)      |
| <b>Total</b>                           |   | <b>231.666</b>   | <b>178.313</b>        | <b>(253.945)</b> | <b>(130.561)</b> | <b>25.473</b>     | <b>93.805</b> |

Para o mesmo montante de Energia livre, registrado no exercício de 2001, foi registrada uma obrigação no Passivo circulante e Não circulante na rubrica Fornecedores de energia elétrica, com o correspondente débito no resultado na rubrica Energia elétrica comprada para revenda.

Repasse de Energia livre - Definição e padronização da metodologia de cálculo e repasse:

A ANEEL emitiu o Ofício Circular SFF/ANEEL nº 2.003, de 26 de setembro de 2007, que alterou o modelo e forma de apuração e repasse dos valores de energia livre, em substituição às determinações contidas no Ofício Circular SFF/ANEEL nº 560/2006, de 10 de abril de 2006, com efeitos retroativos ao início dos repasses.

Dentre as principais alterações, destacam-se a padronização e definição das deduções dos tributos e encargos, com o reconhecimento da existência de duas formas de tributação de PIS e COFINS, determinando a dedução de 3,65% para as concessionárias que recolheram o tributo à época do registro contábil da receita correspondente ao montante homologado e outra para as distribuidoras que optaram pelo diferimento nos termos do Parecer COSIT nº 26, situação essa em que se enquadrava a Bandeirante, com a aplicação das alíquotas no momento do efetivo faturamento.

Em decorrência do recálculo, embasado nas definições dessa metodologia, foi apurado um ajuste no saldo a repassar às geradoras no montante de R\$ 15.068, parcialmente liquidados no mês de janeiro de 2008.

Em função dos recálculos dos saldos ativos e passivos de energia livre, foi registrado no exercício de 2007 um impacto positivo de R\$ 29.530, sendo R\$ 13.076 reconhecido no grupo de lucro operacional bruto e R\$ 16.454, no resultado financeiro, antes dos efeitos dos impostos sobre o resultado.

#### 4.2 - Variação dos itens da parcela "A"

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica estabelecem, na composição das tarifas praticadas pelas concessionárias, valores para cada item de custos exógenos, imputáveis à despesa operacional, integrantes da variável denominada parcela "A", da fórmula do "Índice de Reajuste Tarifário - IRT", demonstrados a seguir:

- Tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional;
- Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional;
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;

- Encargos de Serviços de Sistema - ESS;
- Energia comprada;
- Quota de Reserva Global de Reversão - RGR;
- Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
- Encargos de conexão;
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
- Contrato de Compra de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR; e
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

Com o advento das Medidas Provisórias n.ºs 2.227 e 14 (convertida na Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002), de 4 de setembro de

2001 e 21 de dezembro de 2001, respectivamente, e da Resolução ANEEL n.º 90, de 18 de fevereiro de 2002, foi instituída uma conta gráfica, para registro da compensação de diferenças, positivas ou negativas, entre os valores pagos de cada item, de 1.º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

Os registros foram efetuados no Ativo não circulante na rubrica Despesas pagas antecipadamente, que tiveram contrapartidas no resultado na rubrica Gastos operacionais, pela respectiva natureza. Para fins de divulgação no balanço patrimonial, os saldos estão apresentados na rubrica Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" (Nota 9).

A composição da RTE no passivo é a seguinte:

| Itens       | Número do instrumento de homologação   | Consolidado      |                       | Saldo a amortizar |            |            |
|-------------|--|------------------|-----------------------|-------------------|------------|------------|
|             |  | Valor homologado | Remuneração acumulada | Valor amortizado  | 31/12/2007 | 31/12/2006 |
| Parcela "A" | Resoluções n.ºs 480/02, 481/02 e 01/04 | 124.906          | 208.852               | (113.685)         | 220.073    | 301.445    |

Atualização monetária:

Os montantes homologados para as distribuidoras estão atualizados nos termos definidos no Ofício Circular ANEEL n.º 2.212, de 20 de dezembro de 2005 e, no exercício, foi contabilizado o montante de R\$ 32.313 (R\$ 39.558 em 2006), registrado em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Receitas financeiras.

#### 4.3 - Programa luz para todos

Refere-se ao reconhecimento parcial concedido pela ANEEL, através das revisões tarifárias das controladas Bandeirante, Escelsa e Enersul, por conta dos investimentos realizados no Programa de Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica (Nota 40).

#### 5 - Disponibilidades

|                                     | Controladora |            | Consolidado |            |
|-------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                                     | 31/12/2007   | 31/12/2006 | 31/12/2007  | 31/12/2006 |
| Bancos conta movimento              | 82.831       | 3.710      | 248.931     | 219.845    |
| Aplicações financeiras - renda fixa | 10.082       | 183.563    | 440.223     | 376.478    |
| Total                               | 92.913       | 187.273    | 689.154     | 596.323    |

As aplicações financeiras têm vencimentos entre janeiro de 2008 e abril de 2012 com rentabilidade de 98% a 101,3% do CDI, resgatáveis imediatamente.

#### 6 - Títulos a receber - circulante e não circulante

A controlada Enersul possui contratos particulares de cessão de créditos, correspondentes a precatórios, emitidos pelo Estado do Mato Grosso do Sul, recebidos de diversas Prefeituras Municipais, para liquidação de contas de energia elétrica vencidas e a vencer, sendo que o correspondente valor a incorrer está apresentado no passivo circulante e não circulante, na rubrica outras contas a pagar, conforme demonstrado a seguir:

|                          | Consolidado |            |
|--------------------------|-------------|------------|
|                          | 31/12/2007  | 31/12/2006 |
| Ativo circulante         | 10.624      | 10.018     |
| PCLD                     | (816)       | (835)      |
| Saldo líquido de PCLD    | 9.808       | 9.183      |
| Passivo circulante       | (15)        | (825)      |
| Ativo circulante líquido | 9.793       | 8.358      |
| Ativo não circulante     | 16.869      | 22.817     |
| Total                    | 26.662      | 31.175     |

## Demonstrações Financeiras

### 7 - Consumidores e concessionárias

| Consolidado                            |                       |                            |                                   |                         |                         |                                   |                                   |
|--|-----------------------|----------------------------|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
|  | Saldos<br>vincendos   | Vencidos<br>até<br>90 dias | Vencidos<br>há mais de<br>90 dias | Total                   | PCLD                    | Saldo<br>líquido em<br>31/12/2007 | Saldo<br>líquido em<br>31/12/2006 |
| Circulante                             |                       |                            |                                   |                         |                         |                                   |                                   |
| Consumidores                           |                       |                            |                                   |                         |                         |                                   |                                   |
| Fornecimento faturado                  |                       |                            |                                   |                         |                         |                                   |                                   |
| Residencial                            | 96.280                | 97.097                     | 45.030                            | 238.407                 | (47.174)                | 191.233                           | 208.967                           |
| Industrial                             | 31.276                | 28.015                     | 24.940                            | 84.231                  | (26.823)                | 57.408                            | 48.706                            |
| Comércio, serviços e outras atividades | 47.266                | 34.702                     | 51.135                            | 133.103                 | (51.469)                | 81.634                            | 89.813                            |
| Rural                                  | 9.388                 | 9.467                      | 6.091                             | 24.946                  | (2.675)                 | 22.271                            | 20.074                            |
| Poder público                          |                       |                            |                                   |                         |                         |                                   |                                   |
| Federal                                | 4.702                 | 1.731                      | 4.300                             | 10.733                  | (2.391)                 | 8.342                             | 6.773                             |
| Estadual                               | 6.505                 | 3.229                      | 5.670                             | 15.404                  | (4.125)                 | 11.279                            | 12.049                            |
| Municipal                              | 9.558                 | 4.408                      | 6.177                             | 20.143                  | (4.140)                 | 16.003                            | 13.584                            |
| Iluminação pública                     | 12.767                | 3.578                      | 10.804                            | 27.149                  | (5.834)                 | 21.315                            | 24.272                            |
| Serviço público                        | 8.745                 | 2.502                      | 8.090                             | 19.337                  | (193)                   | 19.144                            | 17.407                            |
| Clientes livres                        | 32.000                | -                          | -                                 | 32.000                  | -                       | 32.000                            | 20.734                            |
| Fornecimento não faturado              | 245.879               | -                          | -                                 | 245.879                 | -                       | 245.879                           | 254.378                           |
| Parcelamentos de débitos               | 48.585                | 2.212                      | 24.472                            | 75.269                  | (31.756)                | 43.513                            | 45.293                            |
| Outros créditos                        | 39.241                | -                          | -                                 | 39.241                  | -                       | 39.241                            | 13.464                            |
| Ativo regulatório                      |                       |                            |                                   |                         |                         |                                   |                                   |
| Perdas de receita                      | -                     | -                          | -                                 | -                       | -                       | -                                 | 72.707                            |
| Energia livre                          | 1.196                 | -                          | -                                 | 1.196                   | -                       | 1.196                             | 39.678                            |
| Outros ativos regulatórios             | 37.715                | -                          | -                                 | 37.715                  | -                       | 37.715                            | 27.444                            |
|  | <u>631.103</u>        | <u>186.941</u>             | <u>186.709</u>                    | <u>1.004.753</u>        | <u>(176.580)</u>        | <u>828.173</u>                    | <u>915.343</u>                    |
| Concessionárias                        |                       |                            |                                   |                         |                         |                                   |                                   |
| Suprimento - convencional              | 29.644                | 3.598                      | 57.345                            | 90.587                  | (52.168)                | 38.419                            | 24.632                            |
| Energia de curto prazo                 | 21.483                | -                          | 3.147                             | 24.630                  | -                       | 24.630                            | 16.006                            |
| PIS e COFINS das geradoras             | 93                    | -                          | -                                 | 93                      | -                       | 93                                | 9.003                             |
| Encargos de uso da rede elétrica       | 10.189                | -                          | -                                 | 10.189                  | -                       | 10.189                            | 11.899                            |
| Ativos regulatórios                    | 3.334                 | -                          | -                                 | 3.334                   | -                       | 3.334                             | -                                 |
| Outros                                 | 3.270                 | -                          | -                                 | 3.270                   | -                       | 3.270                             | -                                 |
|  | <u>68.013</u>         | <u>3.598</u>               | <u>60.492</u>                     | <u>132.103</u>          | <u>(52.168)</u>         | <u>79.935</u>                     | <u>61.540</u>                     |
| Total circulante                       | <u><b>699.116</b></u> | <u><b>190.539</b></u>      | <u><b>247.201</b></u>             | <u><b>1.136.856</b></u> | <u><b>(228.748)</b></u> | <u><b>908.108</b></u>             | <u><b>976.883</b></u>             |
| Não circulante                         |                       |                            |                                   |                         |                         |                                   |                                   |
| Consumidores                           |                       |                            |                                   |                         |                         |                                   |                                   |
| Industrial                             | 24.182                | -                          | -                                 | 24.182                  | -                       | 24.182                            | 28.938                            |
| Comércio, serviços e outras atividades | 54                    | -                          | -                                 | 54                      | -                       | 54                                | 107                               |
| Poder público                          |                       |                            |                                   |                         |                         |                                   |                                   |
| Municipal                              | 12                    | -                          | -                                 | 12                      | -                       | 12                                | 12                                |
| Parcelamentos de débitos               | 49.983                | -                          | -                                 | 49.983                  | -                       | 49.983                            | 45.813                            |
| Outros créditos                        | 7.247                 | -                          | -                                 | 7.247                   | -                       | 7.247                             | 7.247                             |
| Ativo regulatório                      |                       |                            |                                   |                         |                         |                                   |                                   |
| Outros ativos regulatórios             | 11.292                | -                          | -                                 | 11.292                  | -                       | 11.292                            | 6.239                             |
|  | <u>92.770</u>         | <u>-</u>                   | <u>-</u>                          | <u>92.770</u>           | <u>-</u>                | <u>92.770</u>                     | <u>88.356</u>                     |
| Concessionárias                        |                       |                            |                                   |                         |                         |                                   |                                   |
| Energia de curto prazo                 | 12.957                | -                          | -                                 | 12.957                  | -                       | 12.957                            | 13.013                            |
| Outras                                 | 20.169                | -                          | -                                 | 20.169                  | -                       | 20.169                            | 20.168                            |
|  | <u>33.126</u>         | <u>-</u>                   | <u>-</u>                          | <u>33.126</u>           | <u>-</u>                | <u>33.126</u>                     | <u>33.181</u>                     |
| Total não circulante                   | <u><b>125.896</b></u> | <u><b>-</b></u>            | <u><b>-</b></u>                   | <u><b>125.896</b></u>   | <u><b>-</b></u>         | <u><b>125.896</b></u>             | <u><b>121.537</b></u>             |

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

#### 7.1 - Energia de Curto Prazo

|                     | Consolidado   |               |                                    |
|---------------------|---------------|---------------|------------------------------------|
|                     | Ativo         | Passivo       |                                    |
|                     | Venda         | Compra        | Encargos de<br>serviços de sistema |
| Saldo em 31/12/2006 | 29.019        | 3.563         | 3.146                              |
| Acréscimo           | 109.441       | 67.130        | 4.315                              |
| Liquidações         | (100.873)     | (49.108)      | (7.455)                            |
| Saldo em 31/12/2007 | <u>37.587</u> | <u>21.585</u> | <u>6</u>                           |

Refere-se, principalmente, às transações de venda, compra de energia e encargos de serviços de sistema, realizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Parte dos valores do ativo das controladas distribuidoras está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

### 7.2 - Concessionárias - outros

Os valores de R\$ 20.169 (R\$ 20.168 em 2006) no Ativo não circulante (Nota 7) e de R\$ 19.154 (R\$ 18.953 em 2006) no Passivo circulante e Não circulante (Nota 17), referem-se a montantes a receber e a pagar, respectivamente, entre a controlada Bandeirante Energia S.A. e a Companhia Piratininga de Força e Luz - Piratininga, em decorrência da cisão parcial da Bandeirante realizada em 1º de outubro de 2001, conforme os termos estabelecidos no protocolo de cisão.

Não há discordâncias entre as partes sobre os saldos atualmente registrados, a receber e a pagar, que deverão ser oportunamente liquidados.

### 7.3 - Concessionárias - Suprimento convencional

Inclui valores faturados pela controlada Enertrade contra a Ampla Energia e Serviços S.A. - "AMPLA" (anteriormente denominada Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - CERJ), vencidas e a vencer, no total de R\$ 56.841 (R\$ 42.867 em 2006), sendo que o montante de R\$ 52.168 (R\$ 40.156 em 2006) está em discussão entre as partes, em função de divergência entre o preço contratado pela AMPLA junto a Enertrade e o valor autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para repasse às tarifas aos consumidores finais da AMPLA.

Nessa discussão, a Enertrade obteve liminar em mandado de segurança suspendendo os efeitos do ofício da ANEEL que não reconheceu o valor do preço contratado pela AMPLA, e também

entende que o contrato já havia sido tacitamente aprovado pela ANEEL, nos termos do artigo 1º, incisos 3º e 4º da Resolução ANEEL nº 22/1999. Em descumprimento a essa liminar, a AMPLA tem efetuado os pagamentos das faturas emitidas pela Enertrade de forma parcial, correspondentes à parte do valor da tarifa contratada que, segundo a ANEEL, seria aquela possível de repasse pela AMPLA aos seus consumidores finais.

A controlada Enertrade registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa, correspondente ao valor em discussão, contabilizada na demonstração do resultado do exercício na rubrica Despesas com vendas, no montante de R\$ 12.012 (R\$ 40.156 em 2006).

### 7.4 - Faturamento de Encargos de Capacidade Emergencial - ECE - sob liminar - "Outros créditos"

A ANEEL realizou fiscalização econômico-financeira na Escelsa e emitiu o Relatório de Fiscalização 121/2007 e o Termo de Notificação 115/2007, ambos de 7 de agosto de 2007, determinando o faturamento e registro dos valores de Encargos de capacidade emergencial suspenso por liminares que alguns clientes das classes industrial e comercial da controlada Escelsa obtiveram para ter reconhecido o direito do não pagamento enquanto esteve vigente a cobrança desse encargo e que não havia sido faturado à época dos correspondentes consumos que os originaram. Em cumprimento dessa determinação, foi faturado e registrado na rubrica de Outros créditos, o montante de R\$ 25.076, em contrapartida ao Passivo circulante na rubrica de Encargos regulamentares e setoriais.

## 8 - Despesas pagas antecipadamente

|   | Controladora |            | Consolidado |            |                |            |
|---|--------------|------------|-------------|------------|----------------|------------|
|   | Circulante   |            | Circulante  |            | Não circulante |            |
|   | 31/12/2007   | 31/12/2006 | 31/12/2007  | 31/12/2006 | 31/12/2007     | 31/12/2006 |
| PIS/COFINS - majoração de alíquota                | -            | -          | 6.528       | 29.730     | 1.385          | 19.930     |
| Fornecimento não faturado - diferimento tarifário | -            | -          | 31.136      | 95.467     | 10.379         | -          |
| Antecipação da cobertura de operações de hedge    | -            | -          | 7.177       | 7.659      | 7.188          | 14.205     |
| Prêmio de seguros                                 | 46           | 118        | 1.374       | -          | -              | -          |
| Outros  | 207          | -          | 5.953       | 9.427      | 9.195          | 11.681     |
| Total   | 253          | 118        | 52.168      | 142.283    | 28.147         | 45.816     |

### 8.1 - PIS e COFINS - majoração de alíquota

Ativo regulatório constituído nas distribuidoras em razão das alterações introduzidas pelas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, as quais majoraram a alíquota do PIS de 0,65% para 1,65% e da COFINS de 3% para 7,6%, cujos efeitos financeiros são repassados às tarifas.

### 8.2 - Fornecimento não faturado - diferimento tarifário

Em decorrência da primeira revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da controlada Enersul, em 8 de abril de 2003, a ANEEL fixou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário que resultou no aumento de 42,26%, dos quais 32,59% foram aplicados sobre as



## Demonstrações Financeiras

tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 8 de abril de 2003, ficando a diferença para ser recuperada em quatro parcelas de R\$ 55.253, nos anos de 2004 a 2007.

Em 8 de abril de 2004, a ANEEL alterou esse percentual, ainda em caráter provisório, para 43,59% e redistribuiu o parcelamento da diferença em quatro parcelas cumulativas no valor de R\$ 28.389 cada, a serem adicionadas à receita nos reajustes tarifários dos anos de 2004 a 2007.

Em 8 de abril de 2005, a ANEEL alterou esse percentual novamente, agora em caráter definitivo, para 50,81% redistribuindo o parcelamento da diferença em quatro parcelas cumulativas no valor de R\$ 46.601 cada, a serem adicionadas à receita nos reajustes tarifários dos anos de 2004 a 2007.

Entretanto, no reajuste tarifário de 8 de abril de 2007, a ANEEL realizou novo diferimento da última parcela original do reposicionamento tarifário de 2003, para aplicação na revisão tarifária periódica de abril de 2008.

Como consequência do Termo de Notificação nº 119/2007 e determinações da ANEEL, mencionados na nota 24, o reposicionamento tarifário da Companhia de 2003 foi fixado em 43,23% e o valor de cada parcela foi reduzido para R\$ 27.288. A Administração da controlada Enersul estima que o saldo da última parcela, atualizado monetariamente até 31 de dezembro

de 2007, no montante de R\$ 41.515, deverá ser realizado pela inclusão nas contas de energia elétrica até o final do próximo ciclo tarifário, a vigorar até 7 de abril de 2009, o que já está previsto no contexto da Audiência Pública nº 008/2008.

No exercício, foi apropriado o montante de R\$ 102.170 (R\$ 104.104 em 2006) e amortizado o montante de R\$ 156.122 (R\$ 156.525 em 2006).

### 8.3 - Antecipação de cobertura de operações de hedge

Referem-se a pagamentos de ajustes nos fluxos financeiros futuros projetados, ajustados a valor presente, dos instrumentos de *hedge* basicamente para o valor total do financiamento obtido pela controlada Bandeirante junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (Nota 22), previstos contratualmente para redução da exposição ao risco de crédito para ambas as partes. A amortização desses valores para resultado vem ocorrendo durante o período de liquidação do financiamento, até o ano de 2012.

### 8.4 - Outros

Refere-se, principalmente, aos gastos com emissão de debêntures das controladas Bandeirante, Escelsa e Enersul e outras operações financeiras, cuja amortização é registrada de forma linear, no prazo de liquidação das obrigações que as originaram.

## 9 - CVA - Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"

|                            | Consolidado    |                |                |                |                |                |                |               |
|----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|
|                            | Ativo          |                |                |                | Passivo        |                |                |               |
|                            | Circulante     |                | Não circulante |                | Circulante     |                | Não circulante |               |
|                            | 31/12/2007     | 31/12/2006     | 31/12/2007     | 31/12/2006     | 31/12/2007     | 31/12/2006     | 31/12/2007     | 31/12/2006    |
| <b>Bandeirante</b>         |                |                |                |                |                |                |                |               |
| De 01/01/2001 a 25/10/2001 | 75.802         | 82.409         | -              | 66.047         | -              | -              | -              | -             |
| De 24/09/2002 a 23/09/2003 | -              | 6.679          | -              | -              | -              | 2.428          | -              | -             |
| De 24/09/2004 a 23/09/2005 | -              | 209            | -              | -              | -              | 246            | -              | -             |
| De 24/09/2005 a 23/09/2006 | 3.683          | 55.703         | -              | -              | 1.071          | 15.180         | -              | -             |
| De 24/09/2006 a 23/09/2007 | 31.692         | 6.145          | -              | 18.434         | 46.031         | 3.290          | -              | 9.870         |
| De 24/09/2007 a 31/12/2007 | 2.286          | -              | 8.170          | -              | 3.826          | -              | 11.479         | -             |
| <b>Escelsa</b>             |                |                |                |                |                |                |                |               |
| De 01/01/2001 a 25/10/2001 | 55.008         | 23.042         | 33.005         | 69.126         | -              | -              | -              | -             |
| De 08/08/2002 a 07/08/2003 | -              | 12.088         | -              | -              | -              | 3.355          | -              | -             |
| De 08/08/2004 a 07/08/2005 | 4.148          | 8.577          | -              | -              | -              | -              | -              | -             |
| De 08/08/2005 a 07/08/2006 | 6.283          | 123.361        | -              | -              | 1.854          | 61.051         | -              | -             |
| De 08/08/2006 a 07/08/2007 | 47.700         | 18.136         | -              | 25.390         | 35.461         | 16.882         | -              | 23.635        |
| De 08/08/2007 a 31/12/2007 | 27.849         | -              | 25.090         | -              | 32.567         | -              | 24.369         | -             |
| <b>Enersul</b>             |                |                |                |                |                |                |                |               |
| De 01/01/2001 a 25/10/2001 | 34.643         | 12.442         | 21.615         | 48.379         | -              | -              | -              | -             |
| De 08/03/2002 a 07/03/2003 | 680            | 4.465          | -              | -              | 172            | 1.129          | -              | -             |
| De 08/03/2004 a 07/03/2005 | -              | 129            | -              | -              | -              | 13             | -              | -             |
| De 08/03/2005 a 07/03/2006 | -              | 2.637          | -              | -              | -              | 708            | -              | -             |
| De 08/03/2006 a 07/03/2007 | 6.963          | 14.396         | -              | 4.799          | 2.266          | 3.672          | -              | 1.224         |
| De 08/03/2007 a 31/12/2007 | 319            | -              | 319            | -              | 8.073          | -              | 1.031          | -             |
| <b>Total</b>               | <b>297.056</b> | <b>370.418</b> | <b>88.199</b>  | <b>232.175</b> | <b>131.321</b> | <b>107.954</b> | <b>36.879</b>  | <b>34.729</b> |

**9.1** - De 01/01/2001 a 25/10/2001 - valores correspondentes aos itens da Parcela "A" inseridos no contexto do Acordo geral do setor elétrico, como mencionado na nota 4.1.

**9.2** - De 08/03/2002 a 31/12/2007 - os valores estão atualizados pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R\$ 9.753 (R\$ 24.191 em 2006) em contrapartida ao Resultado financeiro. No exercício foi amortizado o montante de R\$ 136.442 (R\$ 106.747 em 2006).

## 10 - Impostos e contribuições sociais

|  | Controladora  |               | Consolidado    |                |                |               |
|--|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|---------------|
|  | Circulante    |               | Circulante     |                | Não circulante |               |
|  | 31/12/2007    | 31/12/2006    | 31/12/2007     | 31/12/2006     | 31/12/2007     | 31/12/2006    |
| <b>Ativo - Compensáveis</b>                        |               |               |                |                |                |               |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes | 15.627        | 7.888         | 222.212        | 180.595        | -              | -             |
| ICMS   | -             | -             | 38.710         | 31.191         | 58.732         | 52.605        |
| PIS e COFINS                                       | 236           | 216           | 31.117         | 51.815         | 137            | 137           |
| IRRF sobre juros s/capital próprio                 | 22.227        | 23.344        | 22.227         | -              | -              | -             |
| Outros   | 26.784        | 28.172        | 52.687         | 48.482         | -              | -             |
| <b>Total</b>                                       | <b>64.874</b> | <b>59.620</b> | <b>366.953</b> | <b>312.083</b> | <b>58.869</b>  | <b>52.742</b> |
| <b>Passivo - a recolher</b>                        |               |               |                |                |                |               |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes | -             | -             | 130.015        | 101.245        | -              | 796           |
| ICMS sobre diferencial de alíquota                 | -             | -             | 6.775          | -              | -              | -             |
| ICMS   | -             | -             | 120.668        | 124.469        | -              | 6.666         |
| PIS e COFINS                                       | -             | -             | 43.090         | 56.503         | 564            | -             |
| IRRF sobre juros s/capital próprio                 | 18.766        | 22.925        | 40.993         | 46.269         | -              | -             |
| Outros   | 509           | 1.799         | 29.212         | 66.751         | -              | -             |
| <b>Total</b>                                       | <b>19.275</b> | <b>24.724</b> | <b>370.753</b> | <b>395.237</b> | <b>564</b>     | <b>7.462</b>  |

## 11 - Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

### 11.1 - Ativo

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, nas controladas Bandeirante, Escelsa, Enersul, Enertrade, Energest, EDP - Lajeado e Pantanal, no prazo máximo de 10 anos.

|   | Consolidado    |                |                |                |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
|   | Circulante     |                | Não circulante |                |
|   | 31/12/2007     | 31/12/2006     | 31/12/2007     | 31/12/2006     |
| IR sobre prejuízos fiscais                                  | 22.383         | 24.189         | 249.084        | 263.803        |
| CSLL sobre base negativa                                    | 10.232         | 9.869          | 92.591         | 98.367         |
| IR e CSLL sobre demais diferenças temporárias               | 142.607        | 158.704        | 83.623         | 100.962        |
| IR e CSLL sobre provisão para déficit previdenciário - PSAP | 3.279          | 1.444          | 29.512         | 14.430         |
| IR e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio           | 14.752         | 13.944         | 239.694        | 254.443        |
| <b>Total</b>  | <b>193.253</b> | <b>208.150</b> | <b>694.504</b> | <b>732.005</b> |

Baseado nos estudos técnicos das projeções de resultados tributáveis, computados de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, estima-se a recuperação dos créditos tributários não circulantes nos seguintes exercícios:

| 2009    | 2010    | 2011   | 2012   | 2013   | Após 2013 | Não circulante |
|---------|---------|--------|--------|--------|-----------|----------------|
| 230.452 | 192.059 | 77.757 | 63.472 | 55.969 | 74.795    | 694.504        |

As Administrações das controladas elaboraram, em 31 de dezembro de 2007, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados e, para as controladas Bandeirante, Escelsa e Enersul, conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, os referidos estudos foram aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

### 11.1.1 - O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit

Previdenciário - PSAP, refere-se à parcela das obrigações por benefícios excedentes aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo benefício definido na controlada Bandeirante, cuja provisão em 31 de dezembro de 2001 foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017. No exercício de 2007 foi alterado o tratamento fiscal adotado sobre essa provisão, com aplicação desde o exercício social de 2002, passando a submeter ao cálculo de excesso ao limite legal de dedução equivalente a 20% em relação a folha de salários-

## Demonstrações Financeiras

base apenas a parcela de custeio dos participantes ativos, resultando em um aumento no saldo desta rubrica até o exercício de 2006 no montante de R\$ 17.429 e de R\$ 4.198 neste exercício, totalizando R\$ 21.627, registrado em contrapartida do resultado na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 34).

### 11.1.2 - O crédito fiscal do ágio é proveniente:

a) na Bandeirante, da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da Bandeirante;

b) na Escelsa, da incorporação, ocorrida em abril de 2005, da parcela cindida da controladora EDP Energias do Brasil S.A., representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da Escelsa; e

c) na Enersul, da incorporação, ocorrida em abril de 2005, da parcela cindida da anterior controladora Magistra Participações S.A., representada pelo ágio pago pela Magistra quando da aquisição de ações de emissão da Enersul.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, serão amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das Companhias, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$ 6.076 para a Bandeirante até o ano de 2027, R\$ 1.902 para Escelsa até o ano de 2025 e R\$ 4.933 para a Enersul até o ano de 2027.

11.1.3 - A projeção de resultados tributáveis futuros indica que as controladas apresentam base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto aos créditos relacionados ao PSAP e Ágio, mencionados nas notas 11.1.1 e 11.1.2, os mesmos serão realizados financeiramente até 2017 e 2027, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.

### 11.2 - Passivo

|                     | Consolidado |            |
|---------------------|-------------|------------|
|                     | 31/12/2007  | 31/12/2006 |
| Imposto de renda    | 17.641      | 70.480     |
| Contribuição social | 6.351       | 25.372     |
| PIS                 | 469         | 1.125      |
| COFINS              | 2.168       | 5.167      |
| Total               | 26.629      | 102.144    |
| Circulante          | 6.817       | 86.400     |
| Não circulante      | 19.812      | 15.744     |
| Total               | 26.629      | 102.144    |

Os saldos de imposto de renda e a contribuição social diferidos classificados no passivo são provenientes, basicamente, da variação cambial ativa, na controlada Enersul referente aos empréstimos e financiamentos e na controlada Escelsa até o exercício de 2006 referente ao *senior notes* (Nota 22), reconhecida contabilmente pelo regime de competência, a qual é excluída da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, sendo tributada quando da sua efetiva realização.

### 12 - Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação.

|                     | Controladora |            |            |            | Consolidado           |        |                       |            |        |        |
|---------------------|--------------|------------|------------|------------|-----------------------|--------|-----------------------|------------|--------|--------|
|                     | Ativo        |            | Passivo    |            | Receitas no exercício |        | Receitas no exercício |            |        |        |
|                     | 31/12/2007   | 31/12/2006 | 31/12/2007 | 31/12/2006 | 2007                  | 2006   | 31/12/2007            | 31/12/2006 | 2007   | 2006   |
| Partes relacionadas |              |            |            |            |                       |        |                       |            |        |        |
| Bandeirante         | 124          | 4.711      | 182        | -          | -                     | 4.711  | -                     | -          | -      | -      |
| Escelsa             | 263          | 3.557      | 23         | -          | 263                   | 3.557  | -                     | -          | -      | -      |
| Enersul             | 267          | 2.871      | 41         | 1          | 107                   | 2.932  | -                     | -          | -      | -      |
| Energest            | 35.733       | 36.133     | 4          | -          | -                     | 566    | -                     | -          | -      | -      |
| CESA                | 77.754       | 73.412     | -          | -          | 4.341                 | 4.819  | -                     | -          | -      | -      |
| Pantanal            | 14.982       | 15.038     | -          | -          | -                     | -      | -                     | -          | -      | -      |
| Escelsapar          | 1.930        | 1.367      | -          | -          | 161                   | 291    | -                     | -          | -      | -      |
| Enertrade           | -            | 56.145     | -          | -          | -                     | 947    | -                     | -          | -      | -      |
| ESC90               | 23.723       | 24.189     | -          | -          | 10.925                | 13.533 | 23.814                | 24.325     | 10.925 | 13.533 |
| Total               | 154.776      | 217.423    | 250        | 1          | 15.797                | 31.356 | 23.814                | 24.325     | 10.925 | 13.533 |

Os saldos com as controladas Bandeirante, Escelsa e Enersul referem-se ao compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros efetuados desde o início de 2006, aprovados pela ANEEL através do Despacho nº 2.194, de 13 de julho de 2007 e, com as demais empresas, referem-se a mútuos financeiros.

### 13 - Cauções e depósitos vinculados

| Nota  | Controladora |              |                |              | Consolidado   |               |                |                |
|---|--------------|--------------|----------------|--------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
|   | Circulante   |              | Não circulante |              | Circulante    |               | Não circulante |                |
|   | 31/12/2007   | 31/2/2006    | 31/12/2007     | 31/12/2006   | 31/12/2007    | 31/12/2006    | 31/12/2007     | 31/12/2006     |
| Depósitos judiciais                               | 2.080        | 2.080        | 2.551          | 2.546        | 2.080         | 4.733         | 192.106        | 213.530        |
| Títulos caucionados -<br>Sec. do Tesouro Nacional | -            | -            | -              | -            | -             | -             | 5.947          | 5.848          |
| Cauções e depósitos vinculados                    | -            | -            | -              | -            | 13.941        | 11.646        | 23.839         | 20.184         |
| <b>Total</b>                                      | <b>2.080</b> | <b>2.080</b> | <b>2.551</b>   | <b>2.546</b> | <b>16.021</b> | <b>16.379</b> | <b>221.892</b> | <b>239.562</b> |

### 14 - Adiantamentos para futuros aumentos de capital

|                 | Controladora  |               | Consolidado  |              |              |
|-----------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|
|                 | Ativo         |               | Ativo        |              | Passivo      |
|                 | 31/12/2007    | 31/12/2006    | 31/12/2007   | 31/12/2006   | 31/12/2006   |
| Energest        | 35.040        | 35.040        | -            | -            | -            |
| Enercoulo       | -             | -             | -            | -            | 1.656        |
| Couto Magalhães | -             | -             | 1.271        | 1.256        | -            |
| Investco        | -             | -             | 2.550        | 1.976        | -            |
| <b>Total</b>    | <b>35.040</b> | <b>35.040</b> | <b>3.821</b> | <b>3.232</b> | <b>1.656</b> |

### 15 - Contas a receber da Petrobras

Referia-se ao saldo do valor a receber da venda à Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A., de 80% da participação que a Companhia detinha na Fafen Energia S.A., ocorrida em 27 de dezembro de 2004, no valor total de R\$ 96.000 (20% já era devido pela Petrobras), liquidado em três parcelas representadas por notas promissórias, a título de "pro solvendo", emitidas pela Petrobras, acrescidas de variação acumulada do IGP-M a partir do dia 27 de dezembro de 2004 até a data de cada vencimento.

A liquidação do montante se deu de forma parcial, pelo recebimento dos valores originais de R\$ 48.000 e R\$ 24.000 liquidados em janeiro de 2005 e dezembro de 2005, respectivamente, enquanto o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2006, referente à parcela no valor original de R\$ 24.000, com vencimento em 27 de dezembro de 2006, foi liquidado em 19 de janeiro de 2007, todas acrescidas da remuneração mencionada no parágrafo anterior.

### 16 - Crédito por alienação de investimento

A Companhia possui 100% de participação na empresa Diferencial Energia Empreendimentos e Participações Ltda. ("Diferencial"), empresa detentora do projeto UTE Maranhão, adquirida neste exercício pelo valor de R\$ 20.000, já pagos.

Durante o 3º trimestre de 2007, acordou a venda de 50% de sua participação na Diferencial para a empresa MPX Mineração

e Energia Ltda. ("MPX"), pelo valor final de R\$ 9.468, tendo já recebido o valor de R\$ 2.500.

Concomitante, acordou a aquisição de 50% da participação no projeto UTE Pecém, devido pela MPX, pelo valor final de R\$ 19.493, tendo já pago R\$ 5.000.

No 4º trimestre de 2007, acordou a venda de sua participação remanescente para a MPX, pelo valor de R\$ 23.500, tendo já recebido R\$ 3.500 e, o saldo remanescente, será liquidado em 4 parcelas semestrais de R\$ 5.000, vencendo-se a primeira em abril de 2008 e a última em outubro de 2009, a serem atualizadas pela variação acumulada da taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo" até a data dos efetivos pagamentos.

A conclusão dos atos societários das transações de compra e venda acordadas dependem somente da autorização da ANEEL, prevista para o 1º trimestre de 2008.

A Companhia procedeu a transferências de capitais para a Diferencial, no montante de R\$ 28.763, na forma de adiantamentos para futuro aumento de capital, utilizados para aplicação nos investimentos iniciais do empreendimento. Esse montante será ressarcido pela MPX à Companhia quando concluídos os atos societários de venda da Diferencial e aquisição da UTE Pecém.

## Demonstrações Financeiras

Em função do estágio avançado do processo de alienação da sua participação na Diferencial acima descrito e, de acordo com o art. 23 inciso II da Instrução CVM nº 247/96, a controlada Diferencial não está incluída nas demonstrações financeiras consolidadas.

### 17 - Outros créditos - Ativo e outras Contas a pagar - Passivo

|  | Controladora |              |                |            | Consolidado    |               |                |               |
|--|--------------|--------------|----------------|------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
|  | Circulante   |              | Não circulante |            | Circulante     |               | Não circulante |               |
|  | 31/12/2007   | 31/12/2006   | 31/12/2007     | 31/12/2006 | 31/12/2007     | 31/12/2006    | 31/12/2007     | 31/12/2006    |
| <b>Outros créditos - Ativo</b>                           |              |              |                |            |                |               |                |               |
| Adiantamentos a empregados                               | 118          | 142          | -              | -          | 2.465          | 2.338         | -              | -             |
| Adiantamentos a fornecedores                             | 53           | 225          | -              | -          | 3.179          | 7.205         | -              | -             |
| Cheques devolvidos                                       | -            | -            | -              | -          | 1.394          | 448           | -              | -             |
| Créditos a receber - clientes                            | -            | -            | -              | -          | 1.882          | 911           | -              | -             |
| Padrão baixa renda                                       | -            | -            | -              | -          | 1.101          | 972           | -              | -             |
| Perda de receita - baixa renda                           | -            | -            | -              | -          | 43.063         | 18.419        | -              | -             |
| Dispêndios a reembolsar                                  | 533          | 343          | -              | -          | 8.398          | 7.390         | -              | -             |
| Programa eficiência energética                           | -            | -            | -              | -          | 8.428          | -             | 2.198          | -             |
| RGR a compensar  | -            | -            | -              | -          | 2.741          | 2.972         | -              | -             |
| PERCEE   | -            | -            | -              | -          | -              | 9             | -              | -             |
| Bens destinados à alienação                              | -            | -            | -              | -          | 60             | 51            | 84             | 660           |
| Desativação em curso                                     | -            | -            | -              | -          | 3.236          | 6.673         | -              | -             |
| Serviços em curso  | 757          | -            | -              | -          | 14.718         | 14.045        | -              | -             |
| Serviços prestados a terceiros                           | -            | -            | -              | -          | 4.449          | 18.188        | 4.265          | 8.618         |
| Tributos e consignações sobre folha                      | -            | -            | -              | -          | 549            | 2.130         | -              | -             |
| Desativações e alienações                                | -            | -            | -              | -          | 2.820          | -             | -              | -             |
| Compartilhamento de infra-estrutura                      | -            | -            | -              | -          | 1.710          | -             | -              | -             |
| Prêmios diversos   | -            | -            | -              | -          | 2.064          | -             | -              | -             |
| Sub-rogação CCC - Res. 331/2005 e ofício enc. Aneel 2007 | -            | -            | -              | -          | 9.040          | -             | 6.856          | -             |
| Adiantamento referente à aquisição - PECEM               | -            | -            | 5.000          | -          | -              | -             | 5.000          | -             |
| Outros   | 900          | 64           | -              | -          | 22.490         | 7.101         | 3.961          | 336           |
| <b>Total</b>   | <b>2.361</b> | <b>774</b>   | <b>5.000</b>   | <b>-</b>   | <b>133.787</b> | <b>88.852</b> | <b>22.364</b>  | <b>9.614</b>  |
| <b>Outras contas a pagar - Passivo</b>                   |              |              |                |            |                |               |                |               |
| Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos   | -            | -            | -              | -          | 6.470          | 5.008         | -              | -             |
| Contribuição de iluminação pública                       | -            | -            | -              | -          | 17.850         | 15.844        | -              | -             |
| Valores a pagar à Piratininga                            | -            | -            | -              | -          | 202            | -             | 18.952         | 18.953        |
| Valores a pagar - Provisão Fafen Energia                 | -            | 5.463        | -              | -          | -              | 5.463         | -              | -             |
| Credores diversos - consumidores                         | -            | -            | -              | -          | 24.324         | 8.249         | -              | -             |
| Credores diversos - concessionárias                      | -            | -            | -              | -          | 7.292          | -             | -              | -             |
| Folha de pagamento                                       | 315          | 53           | -              | -          | 5.762          | 6.684         | -              | -             |
| Colaboradores - PL/AGO84                                 | -            | -            | -              | -          | 7              | -             | 1.457          | -             |
| Passivos regulatórios                                    | -            | -            | -              | -          | -              | 11.841        | -              | -             |
| PIS e COFINS das geradoras                               | -            | -            | -              | -          | 438            | 7.195         | -              | -             |
| Outros passivos regulatórios                             | -            | -            | -              | -          | 4.610          | 19            | -              | -             |
| Ganho de receita - baixa renda                           | -            | -            | -              | -          | 127            | 4.627         | -              | -             |
| Cessão de créditos de ICMS                               | -            | -            | -              | -          | 8.667          | 1.700         | -              | -             |
| Juros sobre empréstimo compulsório                       | -            | -            | -              | -          | 3.088          | 3.840         | -              | -             |
| Prefeituras - créditos adquiridos em precatórios         | -            | -            | -              | -          | 15             | 825           | -              | -             |
| Arrecadação de terceiros a repassar                      | -            | -            | -              | -          | 8.647          | -             | -              | -             |
| Valores a pagar TVs a Cabo e Telefonia                   | -            | -            | -              | -          | 1.835          | -             | -              | -             |
| Liquidações Financeiras na CCEE                          | -            | -            | -              | -          | 457            | -             | -              | -             |
| Outros   | 518          | 1.678        | 3              | 3          | 24.144         | 8.532         | 710            | 2.244         |
| <b>Total</b>   | <b>833</b>   | <b>7.194</b> | <b>3</b>       | <b>3</b>   | <b>113.935</b> | <b>79.827</b> | <b>21.119</b>  | <b>21.197</b> |

#### 17.1 - Perda de receita - baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh.

As controladas Escelsa e Enersul encontram-se em processo de fiscalização pela ANEEL, que exigiu o exame e análise dos dados e critérios de enquadramento dos clientes que possuem o benefício da tarifa social reduzida, para os períodos posteriores a dezembro de 2006.

As controladas estão em processo adiantado de gestões junto à ANEEL para a breve resolução dessas pendências existentes e não espera nenhuma perda sobre os saldos em aberto na data do balanço.

## 17.2 - Direitos de Outorga - Outros

As controladas Enerpeixe e Investco, como retribuição pela outorga a elas concedidas para exploração dos potenciais hidrelétricos das usinas Peixe Angical e Lajeado, respectivamente, gerarão à União ao longo do prazo de vigência dos contratos e enquanto estiverem os explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido nos contratos, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo) nos meses de outubro para a Enerpeixe e dezembro para a Investco. O valor anual atualizado para a Enerpeixe é de R\$ 12.294 e para a Investco é de R\$ 3.428.

Na Enerpeixe ainda não foram realizados pagamentos e, em dezembro de 2007, foi provisionada a primeira parcela devida,

incluída na linha Outras da rubrica Outras contas a pagar, no valor de R\$ 1.025, tendo como contrapartidas na demonstração do resultado as rubricas Outros custos de operação, no valor de R\$ 567, e Despesa financeira, no valor de R\$ 458. O montante total da obrigação até o final do contrato de concessão em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 354.502.

Na Investco, os pagamentos foram iniciados em 2004, sendo no exercício pago o montante de R\$ 3.234 (R\$ 3.132 em 2006), tendo como contrapartidas na demonstração do resultado as rubricas de Outros custos de operação, no valor de R\$ 1.351 (R\$ 1.351 em 2006) e Despesa financeira, no valor de R\$ 1.892 (R\$ 1.781 em 2006), cujos valores nas demonstrações financeiras consolidadas foram considerados pelo percentual de participação proporcional detido pela controladora. O montante total da obrigação até o final do contrato de concessão em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 65.152.

## 18 - Investimentos

### 18.1 - Movimentação dos investimentos no exercício

|                                       | Controladora   |                |                |                |                |                |
|---------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                                       | Bandeirante    | Escelsa        | Enersul        | EDP Lajeado    | Enerpeixe      | Energest       |
| Saldos em 1 de janeiro de 2007        | 765.029        | 773.236        | 716.780        | 152.164        | 556.068        | 129.778        |
| Baixas                                | -              | -              | -              | -              | -              | -              |
| Outros investimentos                  | -              | -              | -              | -              | -              | -              |
| Dividendos                            | (231.331)      | (112.655)      | -              | (15.859)       | (12.240)       | (20.727)       |
| Reversão de dividendos                | -              | -              | 13.792         | -              | -              | -              |
| Amortização de ágio                   | -              | -              | -              | -              | -              | -              |
| Resultado de equivalência patrimonial | 231.333        | 118.582        | (58.056)       | 19.390         | 62.664         | 87.276         |
| Saldos em 31 de dezembro de 2007      | <u>765.031</u> | <u>779.163</u> | <u>672.516</u> | <u>155.695</u> | <u>606.492</u> | <u>196.327</u> |

|                                       | Controladora  |                      |                 |                                  |                  |                |                  |
|---------------------------------------|---------------|----------------------|-----------------|----------------------------------|------------------|----------------|------------------|
|                                       | Enertrade     | Outros Investimentos | Deságio Escelsa | Prov. manut. dividendos Magistra | Ágio Bandeirante | Ágio Enerpeixe | Total            |
| Saldos em 1 de janeiro de 2007        | 30.220        | 149                  | (2.388)         | 207.356                          | 31.704           | 3.464          | 3.363.560        |
| Baixas                                | -             | (20.000)             | -               | -                                | -                | -              | (20.000)         |
| Outros investimentos                  | -             | 20.000               | -               | -                                | -                | -              | 20.000           |
| Dividendos                            | (32.237)      | -                    | -               | -                                | -                | -              | (425.049)        |
| Reversão de dividendos                | -             | -                    | -               | -                                | -                | -              | 13.792           |
| Amortização de ágio                   | -             | -                    | -               | (12.735)                         | (1.458)          | (116)          | (14.309)         |
| Resultado de equivalência patrimonial | 33.933        | -                    | -               | -                                | -                | -              | 495.122          |
| Saldos em 31 de dezembro de 2007      | <u>31.916</u> | <u>149</u>           | <u>(2.388)</u>  | <u>194.621</u>                   | <u>30.246</u>    | <u>3.348</u>   | <u>3.433.116</u> |

|                                  | Consolidado    |                      |                 |                                  |                  |                |                |
|----------------------------------|----------------|----------------------|-----------------|----------------------------------|------------------|----------------|----------------|
|                                  | Ágio Investco  | Outros Investimentos | Deságio Escelsa | Prov. manut. dividendos Magistra | Ágio Bandeirante | Ágio Enerpeixe | Total          |
| Saldos em 1 de janeiro de 2007   | 217.601        | 8.025                | (2.388)         | 207.356                          | 31.704           | 3.464          | 465.762        |
| Amortização de ágio              | (8.367)        | -                    | -               | (12.735)                         | (1.458)          | (116)          | (22.676)       |
| Saldos em 31 de dezembro de 2007 | <u>209.234</u> | <u>8.025</u>         | <u>(2.388)</u>  | <u>194.621</u>                   | <u>30.246</u>    | <u>3.348</u>   | <u>443.086</u> |

## Demonstrações Financeiras

### 18.2 - Participação direta dos investimentos

|                      | Participações diretas da EDP - Energias do Brasil |            |                |            |
|----------------------|---|------------|----------------|------------|
|                      | 31/12/2007  |            | 31/12/2006     |            |
|                      |   |            | % participação |            |
|                      | 31/12/2007  | 31/12/2006 | 31/12/2007     | 31/12/2006 |
| Empresa              |   |            |                |            |
| Bandeirante          | 765.031   | 765.029    | 100            | 100        |
| Escelsa              | 779.163   | 773.236    | 100            | 100        |
| Enersul              | 672.516   | 716.780    | 100            | 100        |
| Energest             | 196.327   | 129.778    | 100            | 100        |
| Escelsapar *         | -   | -          | 100            | 100        |
| Enertrade            | 31.916  | 30.220     | 100            | 100        |
| EDP Lajeado          | 155.695   | 152.164    | 59,93          | 59,93      |
| Enerpeixe            | 606.492   | 556.068    | 60             | 60         |
| Enercouth **         | -   | -          | -              | -          |
| ESC90 ***            | -   | -          | -              | -          |
| Outros investimentos | 149   | 149        | -              | -          |
| Âgios e deságios     | 225.827   | 240.136    |                |            |
| Total                | 3.433.116   | 3.363.560  |                |            |

\* A Escelsapar possui provisão para passivo a descoberto no valor de R\$ 201 (R\$ 334 em 2006).

\*\* A Enercouth possui provisão com passivo a descoberto no valor de R\$ 373 (R\$ 364 em 2006).

\*\*\* A ESC 90 não é consolidada e possui provisão para passivo a descoberto no valor de R\$ 56.685 (R\$ 58.028 em 2006).

|                           | Participações diretas da Energest |            |                |            |
|---------------------------|-----------------------------------|------------|----------------|------------|
|                           | 31/12/2007                        |            | 31/12/2006     |            |
|                           |                                   |            | % participação |            |
|                           | 31/12/2007                        | 31/12/2006 | 31/12/2007     | 31/12/2006 |
| Empresa                   |                                   |            |                |            |
| Castelo Energética S.A.   | 64.352                            | 75.913     | 100            | 100        |
| Pantanal Energética Ltda. | 13.122                            | 12.550     | 100            | 100        |
| Costa Rica                | 8.708                             | 9.480      | 51             | 51         |
| Santa Fé                  | 1                                 | -          | 100            | -          |
| Total                     | 86.183                            | 97.943     |                |            |

|                      | Participações diretas da EDP Lajeado |            |                |            |
|----------------------|--------------------------------------|------------|----------------|------------|
|                      | 31/12/2007                           |            | 31/12/2006     |            |
|                      |                                      |            | % participação |            |
|                      | 31/12/2007                           | 31/12/2006 | 31/12/2007     | 31/12/2006 |
| Empresa              |                                      |            |                |            |
| Investco *           | 215.667                              | 205.611    | 23,0576        | 23,0576    |
| Outros investimentos | 2.214                                | 2.214      |                |            |
| Âgios                | 209.234                              | 217.601    |                |            |
| Total                | 427.115                              | 425.426    |                |            |

\* Participação consolidada proporcionalmente.

### 18.3 - Investimentos em controladas em conjunto - Investco

O balanço patrimonial e demonstração do resultado são apresentados a seguir:

| Balanço Patrimonial resumido em 31/12/2007 |                  | Demonstração do resultado resumida para o exercício findo em 31/12/2007 |                  |
|--|------------------|---|------------------|
| <b>ATIVO</b>                               |                  | <b>PASSIVO</b>  |                  |
| Circulante                                 | 25.976           | Circulante  | 133.045          |
| Realizável a longo prazo                   | 1.417            | Exigível a longo prazo  | 312.043          |
| Permanente                                 | 1.408.554        | Patrimônio Líquido e recursos destinados a aumento de capital           | 990.859          |
| <b>Total</b>                               | <b>1.435.947</b> | <b>Total</b>  | <b>1.435.947</b> |
|  |                  | Receita operacional líquida   | 205.492          |
|  |                  | Despesas operacionais   | (67.150)         |
|  |                  | Resultado financeiro líquido  | (62.347)         |
|  |                  | Resultado não operacional   | 234              |
|  |                  | Imposto de renda e contribuição social                                  | (14.774)         |
|  |                  | <b>Lucro líquido do exercício</b>                                       | <b>61.455</b>    |

**19 - Imobilizado tangível e intangível**

|  | Taxas anuais médias de depreciação % | Controladora     |                       |                  |                  |
|--|--------------------------------------|------------------|-----------------------|------------------|------------------|
|  |                                      | 31/12/2007       |                       | 31/12/2006       |                  |
|  |                                      | Custo histórico  | Depreciação acumulada | Valor líquido    | Valor líquido    |
| <b>Imobilizado em serviço - tangível</b>   |                                      |                  |                       |                  |                  |
| Administração                              |                                      |                  |                       |                  |                  |
| Edificações, obras civis e benfeitorias    | 10,00                                | 8                | (1)                   | 7                | 8                |
| Máquinas e equipamentos                    | 14,90                                | 662              | (272)                 | 390              | 428              |
| Veículos                                   | 18,86                                | 929              | (701)                 | 228              | 428              |
| Móveis e utensílios                        | 9,71                                 | 1.302            | (443)                 | 859              | 825              |
|  |                                      | <u>2.901</u>     | <u>(1.417)</u>        | <u>1.484</u>     | <u>1.689</u>     |
| <b>Imobilizado em serviço - intangível</b> |                                      |                  |                       |                  |                  |
| Administração                              |                                      |                  |                       |                  |                  |
| Software                                   | 19,93                                | 1.880            | (1.524)               | 356              | 587              |
|  |                                      | <u>1.880</u>     | <u>(1.524)</u>        | <u>356</u>       | <u>587</u>       |
| <b>Total do Imobilizado em serviço</b>     |                                      | <u>4.781</u>     | <u>(2.941)</u>        | <u>1.840</u>     | <u>2.276</u>     |
| <b>Imobilizado em curso</b>                |                                      |                  |                       |                  |                  |
| Administração                              |                                      |                  |                       |                  |                  |
| Tangível                                   |                                      | 330              | -                     | 330              | 5                |
| Intangível                                 |                                      | 95               | -                     | 95               | 97               |
| <b>Total do Imobilizado em curso</b>       |                                      | <u>425</u>       | <u>-</u>              | <u>425</u>       | <u>102</u>       |
| <b>Total líquido</b>                       |                                      | <u>5.206</u>     | <u>(2.941)</u>        | <u>2.265</u>     | <u>2.378</u>     |
| Imobilizado tangível                       |                                      | 3.231            | (1.417)               | 1.814            | 1.694            |
| Imobilizado intangível                     |                                      | 1.975            | (1.524)               | 451              | 684              |
| <b>Total</b>                               |                                      | <u>5.206</u>     | <u>(2.941)</u>        | <u>2.265</u>     | <u>2.378</u>     |
|  | Taxas anuais médias de depreciação % | Consolidado      |                       |                  |                  |
|  |                                      | 31/12/2007       |                       | 31/12/2006       |                  |
|  |                                      | Custo histórico  | Depreciação acumulada | Valor líquido    | Valor líquido    |
| <b>Imobilizado em serviço - tangível</b>   |                                      |                  |                       |                  |                  |
| Distribuição                               |                                      |                  |                       |                  |                  |
| Terrenos                                   |                                      | 50.014           | -                     | 50.014           | 47.990           |
| Edificações, obras civis e benfeitorias    | 3,82                                 | 135.302          | (69.593)              | 65.709           | 63.640           |
| Máquinas e equipamentos                    | 3,94                                 | 4.610.042        | (2.068.452)           | 2.541.590        | 2.230.641        |
| Veículos                                   | 7,63                                 | 16.498           | (12.583)              | 3.915            | 2.168            |
| Móveis e utensílios                        | 7,07                                 | 5.384            | (4.049)               | 1.335            | 1.450            |
|  |                                      | <u>4.817.240</u> | <u>(2.154.677)</u>    | <u>2.662.563</u> | <u>2.345.889</u> |
| Geração                                    |                                      |                  |                       |                  |                  |
| Terrenos                                   |                                      | 40.135           | -                     | 40.135           | 39.733           |
| Reservatórios, barragens e adutoras        | 2,99                                 | 1.130.000        | (81.063)              | 1.048.937        | 941.823          |
| Edificações, obras civis e benfeitorias    | 2,63                                 | 414.320          | (60.192)              | 354.128          | 352.962          |
| Máquinas e equipamentos                    | 4,00                                 | 1.054.842        | (104.006)             | 950.836          | 881.306          |
| Veículos                                   | 16,41                                | 1.629            | (775)                 | 854              | 552              |
| Móveis e utensílios                        | 3,83                                 | 1.365            | (484)                 | 881              | 12               |
|  |                                      | <u>2.642.291</u> | <u>(246.520)</u>      | <u>2.395.771</u> | <u>2.216.388</u> |
| Transmissão                                |                                      |                  |                       |                  |                  |
| Edificações, obras civis e benfeitorias    | 3,20                                 | 409              | (179)                 | 230              | 252              |
| Máquinas e equipamentos                    | 2,99                                 | 33.760           | (9.361)               | 24.399           | 25.239           |
|  |                                      | <u>34.169</u>    | <u>(9.540)</u>        | <u>24.629</u>    | <u>25.491</u>    |
| Comercialização                            |                                      |                  |                       |                  |                  |
| Terrenos                                   |                                      | 44               | -                     | 44               | 44               |
| Edificações, obras civis e benfeitorias    | 4,15                                 | 7.418            | (5.338)               | 2.080            | 2.000            |
| Máquinas e equipamentos                    | 5,05                                 | 4.834            | (990)                 | 3.844            | 2.320            |
| Veículos                                   | 13,85                                | 735              | (375)                 | 360              | 495              |
| Móveis e utensílios                        | 4,40                                 | 1.839            | (1.593)               | 246              | 408              |
|  |                                      | <u>14.870</u>    | <u>(8.296)</u>        | <u>6.574</u>     | <u>5.267</u>     |
| Administração                              |                                      |                  |                       |                  |                  |
| Terrenos                                   |                                      | 1.173            | -                     | 1.173            | 1.173            |
| Edificações, obras civis e benfeitorias    | 4,84                                 | 36.211           | (19.788)              | 16.423           | 15.466           |
| Máquinas e equipamentos                    | 10,08                                | 170.191          | (106.164)             | 64.027           | 64.951           |
| Veículos                                   | 16,70                                | 33.698           | (21.788)              | 11.910           | 13.988           |
| Móveis e utensílios                        | 8,03                                 | 14.608           | (9.194)               | 5.414            | 4.986            |
|  |                                      | <u>255.881</u>   | <u>(156.934)</u>      | <u>98.947</u>    | <u>100.564</u>   |
| Atividades não vinculadas à concessão      |                                      |                  |                       |                  |                  |
| Terrenos                                   |                                      | 365              | -                     | 365              | 366              |
| Edificações, obras civis e benfeitorias    | 3,84                                 | 1.926            | (1.475)               | 451              | 525              |
| Máquinas e equipamentos                    | 4,00                                 | 44               | (32)                  | 12               | 13               |
| Móveis e utensílios                        | 10,00                                | 382              | (89)                  | 293              | -                |
|  |                                      | <u>2.717</u>     | <u>(1.596)</u>        | <u>1.121</u>     | <u>904</u>       |

continua



## Demonstrações Financeiras

continuação

|   | Taxas anuais médias de depreciação % | Consolidado     |                       |               |               |
|---|--------------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|---------------|
|   |                                      | 31/12/2007      | 31/12/2006            |               |               |
|   |                                      | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido | Valor líquido |
| Imobilizado em serviço - intangível                   |                                      |                 |                       |               |               |
| Distribuição  |                                      |                 |                       |               |               |
| Software  | 17,82                                | 33.530          | (21.399)              | 12.131        | 18.106        |
| Servidão permanente                                   |                                      | 9.816           | -                     | 9.816         | 8.862         |
| Outros  |                                      | -               | -                     | -             | 952           |
|   |                                      | 43.346          | (21.399)              | 21.947        | 27.920        |
| Geração   |                                      |                 |                       |               |               |
| Software  | 16,97                                | 1.208           | (162)                 | 1.046         | 364           |
| Servidão permanente                                   |                                      | 684             | -                     | 684           | 684           |
|   |                                      | 1.892           | (162)                 | 1.730         | 1.048         |
| Transmissão   |                                      |                 |                       |               |               |
| Servidão permanente                                   |                                      | 152             | -                     | 152           | 152           |
|   |                                      | 152             | -                     | 152           | 152           |
| Comercialização                                       |                                      |                 |                       |               |               |
| Software  | 20,00                                | 56.176          | (42.266)              | 13.910        | 25.582        |
|   |                                      | 56.176          | (42.266)              | 13.910        | 25.582        |
| Administração   |                                      |                 |                       |               |               |
| Software  | 15,58                                | 161.942         | (105.297)             | 56.645        | 61.123        |
| Outros  | 1,79                                 | 1.591           | (267)                 | 1.324         | 509           |
|   |                                      | 163.533         | (105.564)             | 57.969        | 61.632        |
| Total do Imobilizado em serviço                       |                                      | 8.032.267       | (2.746.954)           | 5.285.313     | 4.810.837     |
| Imobilizado em curso                                  |                                      |                 |                       |               |               |
| Distribuição  |                                      |                 |                       |               |               |
| Tangível  |                                      | 400.911         | -                     | 400.911       | 429.847       |
| Intangível  |                                      | 4.845           | -                     | 4.845         | 2.868         |
| Geração   |                                      |                 |                       |               |               |
| Tangível  |                                      | 66.289          | -                     | 66.289        | 219.268       |
| Intangível  |                                      | 1.575           | -                     | 1.575         | 2.248         |
| Transmissão   |                                      |                 |                       |               |               |
| Tangível  |                                      | 495             | -                     | 495           | 404           |
| Comercialização                                       |                                      |                 |                       |               |               |
| Tangível  |                                      | 235             | -                     | 235           | 2.296         |
| Intangível  |                                      | 2.221           | -                     | 2.221         | 313           |
| Administração   |                                      |                 |                       |               |               |
| Tangível  |                                      | 37.163          | -                     | 37.163        | 34.095        |
| Intangível  |                                      | 88.615          | -                     | 88.615        | 37.910        |
| Total do Imobilizado em curso                         |                                      | 602.349         | -                     | 602.349       | 729.249       |
| Atividades não vinculadas à concessão                 |                                      |                 |                       |               |               |
| Ágio na incorporação de sociedade controladora        |                                      | 908.499         | -                     | 908.499       | 908.499       |
| Provisão para manutenção de dividendos                |                                      | (908.499)       | -                     | (908.499)     | (908.499)     |
| Amortização da provisão para manutenção de dividendos |                                      | 160.133         | -                     | 160.133       | 114.509       |
| Amortização acumulada do ágio                         |                                      | (160.133)       | -                     | (160.133)     | (114.509)     |
|   |                                      | -               | -                     | -             | -             |
| Obrigações vinculadas à concessão                     |                                      | (618.695)       | 3.715                 | (614.980)     | (525.557)     |
| Total líquido   |                                      | 8.015.921       | (2.743.239)           | 5.272.682     | 5.014.529     |
| Imobilizado tangível                                  |                                      | 7.653.566       | (2.573.848)           | 5.079.718     | 4.854.855     |
| Imobilizado intangível                                |                                      | 362.355         | (169.391)             | 192.964       | 159.674       |
| Total   |                                      | 8.015.921       | (2.743.239)           | 5.272.682     | 5.014.529     |

A movimentação do imobilizado tangível e intangível no exercício é a seguinte:

|   | Controladora                |            |   |                             |        | Valor líquido em 31/12/2007 |
|---|-----------------------------|------------|---|-----------------------------|--------|-----------------------------|
|   | Valor Líquido em 31/12/2006 | Aquisições | Transferência para imobilizado em serviço | Depreciações e amortizações | Baixas |                             |
| Imobilizado em serviço - tangível       |                             |            |   |                             |        |                             |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 8                           | -          | -   | (1)                         | -      | 7                           |
| Máquinas e equipamentos                 | 428                         | -          | 56  | (94)                        | -      | 390                         |
| Veículos                                | 428                         | -          | -   | (186)                       | (14)   | 228                         |
| Móveis e utensílios                     | 825                         | -          | 151                                       | (117)                       | -      | 859                         |
|   | 1.689                       | -          | 207                                       | (398)                       | (14)   | 1.484                       |
| Imobilizado em serviço - intangível     | 587                         | -          | 129                                       | (360)                       | -      | 356                         |
| Total do imobilizado em serviço         | 2.276                       | -          | 336                                       | (758)                       | (14)   | 1.840                       |
| Imobilizado em curso - tangível         | 5                           | 532        | (207)                                     | -                           | -      | 330                         |
| Imobilizado em curso - intangível       | 97                          | 127        | (129)                                     | -                           | -      | 95                          |
| Total do imobilizado em curso           | 102                         | 659        | (336)                                     | -                           | -      | 425                         |
| Total líquido                           | 2.378                       | 659        | -   | (758)                       | (14)   | 2.265                       |

**Consolidado**

|  | Valor Líquido em 31/12/2006 | Aquisições | Transferência para imobilizado em serviço | Depreciações e amortizações | Baixas   | Valor líquido em 31/12/2007 |
|--|-----------------------------|------------|---|-----------------------------|----------|-----------------------------|
| Imobilizado em serviço - tangível            |                             |            |   |                             |          |                             |
| Terrenos                                     | 89.306                      | -          | 2.425                                     | -                           | -        | 91.731                      |
| Reservatórios, barragens e adutoras          | 941.823                     | -          | 128.680                                   | (21.566)                    | -        | 1.048.937                   |
| Edificações, obras civis e benfeitorias      | 434.845                     | -          | 20.384                                    | (15.914)                    | (294)    | 439.021                     |
| Máquinas e equipamentos                      | 3.204.470                   | -          | 612.962                                   | (213.648)                   | (19.076) | 3.584.708                   |
| Veículos                                     | 17.203                      | -          | 6.517                                     | (6.547)                     | (134)    | 17.039                      |
| Móveis e utensílios                          | 6.856                       | -          | 3.076                                     | (1.742)                     | (21)     | 8.169                       |
|  | 4.694.503                   | -          | 774.044                                   | (259.417)                   | (19.525) | 5.189.605                   |
| Imobilizado em serviço - intangível          | 116.333                     | -          | 18.285                                    | (38.899)                    | (11)     | 95.708                      |
| Total do imobilizado em serviço              | 4.810.836                   | -          | 792.329                                   | (298.316)                   | (19.536) | 5.285.313                   |
| Imobilizado em curso - tangível              | 685.909                     | 597.819    | (778.635)                                 | -                           | -        | 505.093                     |
| Imobilizado em curso - intangível            | 43.341                      | 67.609     | (13.694)                                  | -                           | -        | 97.256                      |
| Total do imobilizado em curso                | 729.250                     | 665.428    | (792.329)                                 | -                           | -        | 602.349                     |
| Total do imobilizado - tangível e intangível | 5.540.086                   | 665.428    | -   | (298.316)                   | (19.536) | 5.887.662                   |
| (-) Obrigações vinculadas à concessão        |                             |            |   |                             |          |                             |
| Contribuição de consumidores                 | (309.048)                   | (22.539)   | (352)                                     | 2.539                       | 13.954   | (315.446)                   |
| Participação da união, estados e municípios  | (80.281)                    | (56.702)   | (1)                                       | 317                         | 1.628    | (135.039)                   |
| Doações e subvenções                         | (136.228)                   | (29.479)   | 353                                       | 859                         | -        | (164.495)                   |
|  | (525.557)                   | (108.720)  | -   | 3.715                       | 15.582   | (614.980)                   |
| Total líquido                                | 5.014.529                   | 556.708    | -   | (294.601)                   | (3.954)  | 5.272.682                   |

**19.1 - Alteração nas taxas de depreciação**

A Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2005, determinou a equalização das taxas anuais de depreciação para ativos de uso e características semelhantes dos serviços de distribuição e transmissão, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007.

A redução da despesa de depreciação do Imobilizado em serviço, acumulada em 31 de dezembro de 2007, foi de aproximadamente 5% com relação ao mesmo período do ano anterior.

**19.2 - Dos bens vinculados à concessão**

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

**19.3 - Obrigações vinculadas à concessão - amortização**

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabeleceu novos conceitos e diretrizes gerais a serem observados pelas concessionárias de distribuição do serviço público de energia elétrica por ocasião das revisões tarifárias periódicas que, combinada com alterações preconizadas pelo Despacho ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006 e Ofícios Circulares SFF/ANEEL nºs 236, 296 e 1.314/2007, de 8 e 15 de fevereiro de 2007, e 27 de junho de 2007, respectivamente, determinaram a amortização dos saldos de Obrigações vinculadas à concessão, com efeitos a partir da próxima revisão tarifária periódica e utilização da taxa média de depreciação a ser definida pela ANEEL.

Para a controlada Enersul, a próxima revisão tarifária periódica ocorrerá em abril de 2008 e, para as controladas Escelsa e Bandeirante, em função da realização das revisões tarifárias periódicas ocorridas em agosto e outubro de 2007, respectivamente, registraram no exercício a amortização no montante de R\$ 3.715, em contrapartida a crédito da Despesa operacional.

**19.4 - Bens e direitos da União**

Os bens da União sob a administração da controlada Escelsa constituem-se de terrenos e antigas edificações que encontram-se fora de uso, em função da impossibilidade prática de suas utilizações, portanto improdutivas, estando seus valores registrados no Sistema Extrapatrimonial.

## Demonstrações Financeiras

### 20 - Fornecedores

|   | Controladora |            | Consolidado |            |                |            |
|---|--------------|------------|-------------|------------|----------------|------------|
|   | Circulante   |            | Circulante  |            | Não circulante |            |
|   | 31/12/2007   | 31/12/2006 | 31/12/2007  | 31/12/2006 | 31/12/2007     | 31/12/2006 |
| Suprimento de energia elétrica          | -            | -          | 203.319     | 192.348    | -              | -          |
| Energia livre                           | -            | -          | 25.473      | 84.665     | -              | 9.140      |
| CCEE (compra de energia de curto prazo) | -            | -          | 21.585      | 3.563      | -              | -          |
| Encargos de uso da rede elétrica        | -            | -          | 58.811      | 60.418     | -              | -          |
| Encargos de serviços de sistema         | -            | -          | 6           | 3.146      | -              | -          |
| Materiais e serviços                    | 16.611       | 1.484      | 137.360     | 156.655    | 199            | 435        |
| Total                                   | 16.611       | 1.484      | 446.554     | 500.795    | 199            | 9.575      |

### 21 - Debêntures

| Emissora    | Emissão    | Data | Liquidação | Frequência | Série | Características das emissões |               |         |
|-------------|------------|------|------------|------------|-------|------------------------------|---------------|---------|
|             |            |      |            |            |       | Quantidade de títulos        | Remuneração   |         |
|             |            |      |            |            |       | Montante                     |               |         |
| Bandeirante | 01/03/2006 |      | 07/04/2006 | 3º         | Única | 25.000                       | 104,4% do CDI | 250.000 |
| Escelsa     | 01/06/2006 |      | 05/07/2006 | 1º         | Única | 26.400                       | 104,4% do CDI | 264.000 |
| Escelsa     | 02/07/2007 |      | 10/07/2007 | 2º         | Única | 25.000                       | 105,0% do CDI | 250.000 |
| Enersul     | 02/05/2006 |      | 02/06/2006 | 1º         | Única | 33.750                       | 104,3% do CDI | 337.500 |
| Investco    | 01/11/2001 |      | 01/03/2002 | 1º         | Única | 25.000                       | 12,80% ao ano | 264.791 |

#### 21.1 - Emissoras Bandeirante, Enersul e Escelsa - primeira emissão

Em 30 de janeiro de 2006, os Conselhos de Administração da Bandeirante, Enersul e Escelsa, aprovaram a contratação de linhas de financiamento de longo prazo, materializadas pelas emissões de debêntures.

Todas as debêntures emitidas são do tipo simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografária), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

O valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, com prazo de vigência de cinco anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 (três) anos para amortização do principal.

Os vencimentos finais ocorrerão da seguinte forma:

- Bandeirante: em 1º de março de 2011, com amortizações anuais, iguais e sucessivas, em 1º de março de 2009, 2010 e 2011.
- Enersul: em 2 de maio de 2011, com amortizações anuais, iguais e sucessivas, em 2 de maio de 2009, 2010 e 2011.
- Escelsa: em 1º de junho de 2011, com amortizações anuais, iguais e sucessivas, em 1º de junho de 2009, 2010 e 2011.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios mencionados no quadro supra, aplicados pela acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos.

As remunerações correspondentes aos períodos de capitalização são devidas semestralmente, em 1º de setembro de 2006, 2 de novembro de 2006 e 1º de dezembro de 2006, respectivamente, e os últimos coincidentes com as datas de amortizações finais.

Os contratos apresentam cláusulas prevendo rescisões nas seguintes hipóteses:

- Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 1 (um) dia útil contado da data do inadimplemento;
- Descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros (dívida bruta em relação ao EBITDA e EBITDA no período de apuração acrescido de caixa no início do período de apuração acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período

- de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração acrescida da porção da dívida vincenda durante o período de apuração excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração excluída da receita financeira de operações de *hedge* e *swap* no período de apuração, atendidos integralmente até o momento);
- (iii) Pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela Emissora no prazo legal;
  - (iv) Pedido de auto-falência formulado pela Emissora;
  - (v) Liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;
  - (vi) Se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e
  - (vii) Perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

Os efeitos econômicos já registrados em 31 de dezembro de 2007, advindos do Termo de Notificação nº 119/2007, conforme mencionado na nota 24, poderão incorrer na hipótese de rescisão do contrato da controlada Enersul prevista no item (ii), medida semestralmente. A próxima medição será realizada na data-base de 31 de março de 2008 e, para tal, a Administração da Companhia já está atuando para eliminar esse risco.

### **21.2 - Emissora Escelsa - segunda emissão**

Em 14 de junho de 2007, o Conselho de Administração da Escelsa aprovou a contratação de linhas de financiamento de longo prazo, materializadas pela 2ª emissão de debêntures.

Em 2 de julho de 2007, foi promovida a segunda emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie subordinadas, não conversíveis em ações. As debêntures desta emissão não estão sujeitas a repactuação programada.

Foram lançadas o total de 25.000 debêntures, de valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, com subscrição integral no valor total de R\$ 250.000 com prazo de vigência de 7 (sete) anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 5 (cinco) anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 2 de julho de 2014, sendo a primeira amortização, de 33,33%, em 2 de julho de 2012, a segunda, de 33,33%, em 2 de julho de 2013 e a terceira, de 33,34%, em 2 de julho de 2014. A colocação foi concluída em 10 de julho de 2007.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 105% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de dezembro de 2007 e o último em 2 de julho de 2014.

Os recursos captados na distribuição foram destinados integralmente ao pagamento dos *senior notes* emitidas pela emissora em 15 de julho de 1997, com vencimento final em 15 de julho de 2007.

O contrato apresenta cláusulas prevendo rescisão nas mesmas hipóteses já descritas acima para a primeira emissão.

### **21.3 - Emissora - Investco**

Em fevereiro de 2002, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado.

Essas debêntures possuem fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP - Eletricidade de Portugal. A integralização ocorreu em 1º de março de 2002, pelo valor total de R\$ 264.791.

Em 16 de dezembro de 2002, foi elaborado o 3º Aditivo à Escritura dessas debêntures que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura e a inclusão do subitem 4.5.2.1 na Cláusula IV da Escritura. Como consequência dessas alterações, a atualização devida em 1º de novembro de 2002 foi capitalizada ao valor nominal das debêntures e está sendo paga com a amortização programada no período de 1º de novembro de 2003 a 1º de novembro de 2011, a 11,11% a.a.

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de outubro de 2006 foi deliberado a utilização do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios prefixados à taxa de 10,5% a.a., a vigorar no

## Demonstrações Financeiras

próximo período de vigência da remuneração, a partir de 1º de novembro de 2006.

Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado).

Os valores são consolidados na EDP Lajeado proporcionalmente pelo seu percentual de participação de 23,0576%.

### 21.4 - Vencimento das parcelas do não circulante:

| Ano   | Valor     |
|-------|-----------|
| 2009  | 291.283   |
| 2010  | 291.283   |
| 2011  | 291.292   |
| 2012  | 83.325    |
| 2013  | 83.325    |
| 2014  | 83.350    |
| Total | 1.123.858 |

### 21.5 - A mutação das debêntures é a seguinte:

|                                    | Consolidado |                |
|------------------------------------|-------------|----------------|
|                                    | Circulante  | Não circulante |
| Saldo em 31 de dezembro de 2006    | 28.189      | 881.308        |
| Ingressos                          | -           | 250.000        |
| Encargos e atualizações monetárias | 116.777     | 7.217          |
| Amortizações                       | (134.225)   | -              |
| Transferências para o circulante   | 14.667      | (14.667)       |
| Saldo em 31 de dezembro de 2007    | 25.408      | 1.123.858      |

### 22 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

|                     | Controladora        |                      |
|---------------------|---------------------|----------------------|
|                     | 31/12/2006          |                      |
|                     | Encargos Circulante | Principal Circulante |
| Moeda estrangeira   |                     |                      |
| Senior Notes        | 1.913               | 41.745               |
|                     | 1.913               | 41.745               |
| Resultado dos Swaps |                     |                      |
| Senior Notes        | -                   | 12.255               |
|                     | -                   | 12.255               |
| Total               | 1.913               | 54.000               |

| Empresa                                       | Consolidado         |                         |                      |                     |                         |                          |              |                |                |
|---|---------------------|-------------------------|----------------------|---------------------|-------------------------|--------------------------|--------------|----------------|----------------|
|   | 31/12/2007          |                         |                      | 31/12/2006          |                         |                          |              |                |                |
|   | Encargos Circulante | Encargos Não circulante | Principal Circulante | Encargos Circulante | Encargos Não circulante | Principal Não circulante |              |                |                |
| Moeda estrangeira                             |                     |                         |                      |                     |                         |                          |              |                |                |
| BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento | bandeirante         | 1.130                   | -                    | 47.556              | 46.351                  | 2.080                    | -            | 57.401         | 113.348        |
| Senior Notes                                  | escelsa             | -                       | -                    | -                   | -                       | 11.157                   | -            | 243.416        | -              |
| BBA FMO                                       | enersul             | -                       | -                    | -                   | -                       | 34                       | -            | 1.158          | -              |
| BNDES   | enersul             | -                       | -                    | -                   | -                       | 7                        | -            | 1.429          | -              |
| European Invest Bank                          | enersul             | 28                      | -                    | 2.802               | 193                     | 71                       | -            | 6.297          | 3.615          |
| STN-DMLP                                      | enersul             | 243                     | -                    | 1.456               | 15.921                  | 324                      | -            | 1.757          | 20.974         |
| BNDES   | energest            | 5                       | -                    | 351                 | 644                     | 7                        | -            | 425            | 1.197          |
| BNDES   | cesa                | 6                       | -                    | 311                 | 1.113                   | 19                       | -            | 715            | 3.275          |
| BNDES   | pantanal            | 6                       | -                    | 283                 | 1.012                   | -                        | -            | -              | -              |
| Itaú BBA S.A.                                 | enerpeixe           | 5                       | -                    | 1.313               | -                       | -                        | -            | -              | -              |
| Banco do Brasil S/A                           | enerpeixe           | 4                       | -                    | 1.094               | -                       | -                        | -            | -              | -              |
| BNDES   | enerpeixe           | 17                      | -                    | 4.377               | -                       | 10.804                   | 2.161        | 41.654         | 8.331          |
| Bradesco                                      | enerpeixe           | 4                       | -                    | 1.104               | -                       | -                        | -            | -              | -              |
| Unibanco                                      | enerpeixe           | 4                       | -                    | 876                 | -                       | -                        | -            | -              | -              |
| Senior Notes                                  | energias            | -                       | -                    | -                   | -                       | 1.913                    | -            | 41.745         | -              |
|   |                     | <b>1.452</b>            | <b>-</b>             | <b>61.523</b>       | <b>65.234</b>           | <b>26.416</b>            | <b>2.161</b> | <b>395.997</b> | <b>150.740</b> |
| Moeda nacional                                |                     |                         |                      |                     |                         |                          |              |                |                |
| Contas garantidas                             | bandeirante         | -                       | -                    | -                   | -                       | 50                       | -            | -              | -              |
| BNDES - CVA                                   | bandeirante         | 18                      | -                    | 2.070               | 2.572                   | -                        | -            | -              | -              |
| BNDES - RTE                                   | bandeirante         | -                       | -                    | -                   | -                       | 510                      | -            | 80.882         | -              |
| Eletrobrás                                    | bandeirante         | 96                      | -                    | 996                 | 9.655                   | 42                       | -            | 1.587          | 6.249          |
| Cédula de Crédito Bancário                    | bandeirante         | 764                     | -                    | -                   | 102.000                 | 788                      | -            | -              | 102.000        |
| Juros s/fundo reversão                        | bandeirante         | 73                      | -                    | -                   | -                       | 73                       | -            | -              | -              |
| BNDES   | bandeirante         | -                       | -                    | -                   | -                       | 36                       | -            | 3.297          | 4.624          |
| BNDES - RTE                                   | escelsa             | -                       | -                    | -                   | -                       | -                        | -            | 83.582         | -              |
| Eletrobrás                                    | escelsa             | 382                     | -                    | 7.210               | 50.829                  | -                        | -            | 5.304          | 37.467         |
| Cédula de Crédito Bancário                    | escelsa             | 1.766                   | -                    | -                   | 40.400                  | -                        | -            | -              | -              |
| Juros s/fundo reversão                        | escelsa             | 150                     | -                    | -                   | -                       | -                        | -            | -              | -              |
| BNDES   | escelsa             | 53                      | -                    | 4.357               | 7.610                   | 93                       | -            | 4.342          | 11.939         |
| Banco Itaú                                    | escelsa             | -                       | -                    | -                   | -                       | -                        | -            | -              | -              |
| Bradesco                                      | escelsa             | -                       | -                    | -                   | -                       | -                        | -            | -              | -              |
| Unibanco                                      | escelsa             | -                       | -                    | -                   | -                       | -                        | -            | -              | -              |
| BNDES - RTE                                   | enersul             | 73                      | -                    | 15.373              | -                       | 324                      | -            | 20.868         | 27.151         |
| Eletrobrás                                    | enersul             | 385                     | -                    | 8.432               | 56.672                  | 90                       | -            | 5.040          | 47.347         |
| Cédula de Crédito Bancário                    | enersul             | 347                     | -                    | -                   | 46.400                  | 408                      | -            | -              | 46.400         |
| Alfa Compror                                  | enersul             | -                       | -                    | -                   | -                       | 295                      | -            | 3.000          | -              |
| Banco do Brasil - FCO                         | enersul             | 553                     | -                    | 3.280               | 16.126                  | 212                      | -            | 3.280          | 19.405         |
| BNDES   | enersul             | 177                     | -                    | 12.809              | 31.703                  | 303                      | -            | 33.619         | 34.992         |
| Fundação Enersul                              | enersul             | 13                      | -                    | 4.066               | -                       | 61                       | -            | 6.624          | 3.864          |

|   |             | Consolidado  |                |                |                  |               |                |                |                  |
|---|-------------|--------------|----------------|----------------|------------------|---------------|----------------|----------------|------------------|
|   |             | 31/12/2007   |                |                |                  | 31/12/2006    |                |                |                  |
|   |             | Encargos     |                | Principal      |                  | Encargos      |                | Principal      |                  |
| Empresa                                       |             | Circulante   | Não circulante | Circulante     | Não circulante   | Circulante    | Não circulante | Circulante     | Não circulante   |
| Moeda nacional                                |             |              |                |                |                  |               |                |                |                  |
| BNDES   | energest    | 61           | -              | 4.380          | 7.664            | 66            | -              | 4.364          | 12.001           |
| BNDES   | cesa        | 83           | -              | 4.727          | 16.547           | 165           | -              | 6.736          | 30.315           |
| Eletrobrás                                    | pantanal    | -            | -              | -              | -                | -             | -              | -              | -                |
| BNDES   | pantanal    | 56           | -              | 3.220          | 11.271           | -             | -              | -              | -                |
| Eletrobrás                                    | costa rica  | 137          | -              | 650            | 2.516            | 87            | -              | 572            | 2.965            |
| BNDES   | enerpeixe   | 182          | 1.550          | 46.874         | 398.434          | -             | 155.364        | -              | 649.711          |
| Banco Itaú                                    | enerpeixe   | 55           | 465            | 14.062         | 119.530          | -             | -              | -              | -                |
| Bradesco                                      | enerpeixe   | 46           | 387            | 11.719         | 99.609           | -             | -              | -              | -                |
| Unibanco                                      | enerpeixe   | 36           | 311            | 9.375          | 79.687           | -             | -              | -              | -                |
| Banco do Brasil                               | enerpeixe   | 46           | 387            | 11.719         | 99.609           | -             | -              | -              | -                |
| Banco da Amazônia                             | investco    | -            | -              | -              | -                | 1.043         | -              | 3.381          | 10.729           |
| BNDES   | investco    | 1.219        | -              | 14.576         | 49.028           | 240           | -              | 7.969          | 52.418           |
|   |             | <u>6.771</u> | <u>3.100</u>   | <u>179.895</u> | <u>1.247.862</u> | <u>4.886</u>  | <u>155.364</u> | <u>274.447</u> | <u>1.099.577</u> |
| Resultado dos Swaps                           |             |              |                |                |                  |               |                |                |                  |
| BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento | bandeirante | -            | -              | 41.243         | 32.780           | -             | -              | 33.144         | 49.231           |
| JP Morgan                                     | bandeirante | -            | -              | 4.696          | 949              | -             | -              | -              | -                |
| Citibank                                      | bandeirante | -            | -              | 452            | 452              | -             | -              | -              | -                |
| Itaú BBA S.A.                                 | escelsa     | -            | -              | -              | -                | -             | -              | 9.890          | -                |
| Banco Santander Brasil S.A.                   | escelsa     | -            | -              | -              | -                | -             | -              | 13.884         | -                |
| Citibank                                      | escelsa     | -            | -              | -              | -                | -             | -              | 1.247          | -                |
| Banif   | escelsa     | -            | -              | -              | -                | -             | -              | 512            | -                |
| Merrill Lynch                                 | escelsa     | -            | -              | -              | -                | -             | -              | 402            | -                |
| Pactual                                       | escelsa     | -            | -              | -              | -                | -             | -              | 13.965         | -                |
| HSBC  | escelsa     | -            | -              | -              | -                | -             | -              | 3.738          | -                |
| BBA FMO                                       | enersul     | -            | -              | -              | -                | -             | -              | 1.232          | -                |
| Senior Notes                                  | energias    | -            | -              | -              | -                | -             | -              | 12.255         | -                |
|   |             | -            | -              | 46.391         | 34.181           | -             | -              | 90.269         | 49.231           |
| Total   |             | <u>8.223</u> | <u>3.100</u>   | <u>287.809</u> | <u>1.347.277</u> | <u>31.302</u> | <u>157.525</u> | <u>760.713</u> | <u>1.299.548</u> |

## 22.1 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da EDP Energias do Brasil S.A.

**Senior notes** - O saldo mantido em 31 de dezembro de 2006 correspondia ao valor residual da assunção de dívida da controlada Escelsa, ocorrida em 7 de julho de 2005, totalizando US\$ 19,525,000, com taxa de juros de 10% a.a. Para esta dívida foi realizada operação de *swap* cambial, com característica de *hedge*, de 103,85% do CDI sobre principal mais 50% do total de juros. O empréstimo (principal e juros) e a operação de *swap* foram liquidados em 13 de julho de 2007.

## 22.2 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Bandeirante

**BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento** - Contrato de financiamento externo com participação de consórcio de bancos brasileiros, portugueses e espanhóis, firmado em 5 de março de 2004, no montante de US\$ 100 milhões, liberado durante o exercício de 2004, com carência de 2 anos para início de pagamento do principal e com vencimento final em até 8 anos, sendo:

- (i) Tranche "A" - US\$ 38,9 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2012, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4,375% a.a., vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004; e

- (ii) Tranche "B" - US\$ 61,1 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2009, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4% a.a., vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004.

Este financiamento é destinado a projetos de investimento, com garantia nos recebíveis da Companhia pelo fornecimento de energia elétrica, com estabelecimento de *covenants* (dívida total em relação à dívida total mais patrimônio líquido, dívida total em relação ao EBITDA e índice de cobertura do serviço da dívida, entre outros não financeiros), integralmente atendidos até o momento, cujo descumprimento poderia resultar, parcial ou integralmente, em até a antecipação do vencimento do contrato.

Para este empréstimo foram realizadas operações de *swap* cambial, com característica de *hedge*, junto ao Banco J.P. Morgan S.A., em 15 de março de 2004 e o Banco Citibank S.A., em 13 de novembro de 2003, para troca de encargos originais do financiamento junto ao BID, por remunerações baseadas no intervalo de 98% a 109,7% do CDI e 97,94% a 118,94% do CDI, respectivamente.

**BNDES - RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária** - Contrato firmado em 13 de fevereiro de 2002, em consonância com o Acordo geral do setor elétrico e Lei nº 10.438/02. No exercício

## Demonstrações Financeiras

de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$ 306.105, equivalentes a 90% do valor da Perda de receita e Conta de Compensação de variação de Itens da Parcela "A" de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001 (Nota 4.1). Sobre o valor do principal incidiram juros à taxa de 1% a.a., acima da taxa média anual ajustada da SELIC. A parcela de crédito no valor original de R\$ 250.736 e respectivos juros foram amortizados mensalmente desde março de 2002, em 55 prestações mensais e sucessivas com vencimento final em 15 de setembro de 2006 e a parcela de crédito no valor original de R\$ 55.369 foi amortizada em 9 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de outubro de 2006 e a última em 15 de junho de 2007 e, durante a carência, os juros foram integralizados ao principal do empréstimo. Ambos tiveram garantia em conta bancária através de vinculação do valor equivalente a 3,77%, do faturamento mensal da Companhia.

### Eletróbrás

(i) Programa Luz no Campo - Contrato firmado em 1º de junho de 2000. Recursos liberados no montante de R\$ 2.986, sendo R\$ 1.635 em 10 de agosto de 2000 e R\$ 1.351 em 6 de dezembro de 2004. Sobre o saldo devedor corrigido incidia juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de setembro de 2002. O saldo devedor foi pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de setembro de 2002 e a última em 30 de agosto de 2007. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

### (ii) Programa Reluz

a) Contrato firmado em 19 de dezembro de 2002. Recurso liberado no valor de R\$ 511 em 05 de dezembro de 2003. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2005. O saldo devedor será pago em 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de julho de 2005 e a última em 30 de junho de 2008. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria;

b) Contrato firmado em 9 de abril de 2007. Recursos liberados no valor de R\$ 61 e R\$ 547, em 11 de junho de 2007 e 29 de agosto de 2007, respectivamente. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2007. O saldo devedor será pago em 50 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de abril de

2008 e a última em 30 de junho de 2012. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

### (iii) Programa Luz para Todos

- a) Contrato firmado em 28 de maio de 2004. Linha de crédito no valor de R\$ 11.523, a título de financiamento e R\$ 1.773, a título de subvenção econômica. Recursos liberados no montante de R\$ 7.080 a título de financiamento e R\$ 1.089, a título de subvenção econômica. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2004. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de agosto de 2006 e a última em 30 de julho de 2016. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.
- b) Contrato firmado em 25 de junho de 2007. Linha de crédito no valor de R\$ 12.359. Recursos liberados no montante de R\$ 3.708. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2007. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de setembro de 2009 e a última em 30 de outubro de 2019. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria

**Cédulas de Crédito Bancário** - Contratos firmados em 5 de dezembro de 2006, no valor total de R\$ 102.000, sendo R\$ 51.000 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$ 51.000 junto ao Banco Santander Banespa S.A. Sobre o valor do empréstimo incidirão juros à razão de 105% da variação do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a 1ª em 5 de dezembro de 2009 e a última em 5 de dezembro de 2013 e juros semestrais vencíveis a partir de 5 de junho de 2007 a 5 de dezembro de 2013. Esta operação estabelece *covenant* da relação dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições contratuais são idênticas para ambas as instituições financeiras.

### Resultado dos swaps

*Swap* JP Morgan - Operação de *hedge* junto ao Banco JP Morgan com *swap* de variação monetária de Euro, onde a Companhia paga na ponta passiva 73,6% do CDI, e o Banco paga na ponta

ativa 100% de variação cambial de Euro, firmado em 15 de março de 2004 no valor de € 12.720 mil, com vencimento final em 02 de janeiro de 2009. Em 11 de julho de 2005 esta operação foi repactuada com a diminuição do percentual do CDI para 59,8%.

Operações de *hedge* junto ao Banco JP Morgan com *swap* de variação monetária de dólar, onde a Companhia paga na ponta passiva 71,6% do CDI, e o Banco paga na ponta ativa 100% de variação cambial de dólar, firmado em 28 de julho de 2004 no valor de US\$ 586 mil, com vencimento final em 2 de janeiro de 2009.

*Swap* Citibank - Operações de *hedge* junto ao Banco Citibank com *swap* de variação monetária de dólar, onde a Companhia paga na ponta passiva 79,94% do CDI, e o Banco paga na ponta ativa 100% de variação cambial de dólar, firmado em 13 de novembro de 2003 no valor de US\$ 490 mil, com vencimento final em 29 de janeiro de 2009.

### **22.3 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Escelsa**

**Senior notes** - O saldo mantido em 31 de dezembro de 2006 referia-se ao residual da captação de recursos através de títulos denominados *senior notes*, no total original equivalente a US\$ 113,852,000 com vencimento único em julho de 2007 e juros de 10% a.a. pagáveis semestralmente em 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano. Em 21 de maio de 1998, foi obtido o registro dos referidos títulos junto à SEC - Securities and Exchange Commission, nos Estados Unidos da América, de acordo com o "Securities ACT of 1933". Para estes títulos foram realizadas operações de *swap*, além de aplicações em títulos cambiais, destinadas à redução da exposição líquida da dívida. Em 7 de julho de 2005, como parte do processo de reorganização societária do grupo Energias do Brasil, R\$ 794.127 (US\$ 332,256,620) da dívida foram transferidos para a controladora EDP - Energias do Brasil S.A. O empréstimo (principal e juros) e as operações de *swap* foram liquidados em julho de 2007.

**BNDES (Moeda nacional)** - Contrato firmado em agosto de 2006, com repasse de recursos através do Banco Alfa, destinado ao programa de investimentos em subestações, transmissão e distribuição de energia elétrica. No exercício de 2006 foram liberados recursos no montante de R\$ 17.320. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,8% a.a. + TJLP, exigíveis mensalmente a partir do dia 15 de outubro de 2006, juntamente com as prestações do principal e com vencimento final em 15 de setembro de 2010. A garantia pactuada é parte do faturamento mensal decorrente dos serviços de energia elétrica, no valor correspondente ao mínimo de 130% das prestações do principal e acessórios da dívida.

**BNDES - Recomposição Tarifária Extraordinária** - Contrato firmado em fevereiro de 2002, em consonância com o Acordo

geral do setor elétrico e Lei nº 10.438/02. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$ 166.226, equivalentes a 90% do valor da Perda de receita e Conta de Compensação de variação de itens da parcela "A" de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001 (Nota 4.1). Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 1% a.a., acima da taxa média anual ajustada da SELIC. A parcela de crédito no valor original de R\$ 131.861 e respectivos juros foram amortizados mensalmente desde março de 2002, em 59 parcelas mensais e sucessivas com vencimento final em 15 de janeiro de 2007. A parcela de crédito no valor original de R\$ 34.365 foi amortizada em 11 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2007 e a última em 15 de dezembro de 2007 e, durante a carência, os juros foram integralizados ao principal do empréstimo. Ambos apresentam garantia em conta bancária através de vinculação do valor equivalente a 5,75% do faturamento mensal da Companhia.

**Cédulas de Crédito Bancário** - Contratos firmados em fevereiro de 2007, no valor total de R\$ 40.400, sendo R\$ 20.200 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$ 20.200 junto ao Banco Santander Banespa. Sobre o valor do empréstimo incidirão juros à razão de 105% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a primeira em 9 de fevereiro de 2010 e a última em 10 de fevereiro de 2014 e juros semestrais vencíveis a partir de 9 de agosto de 2007 a 10 de fevereiro de 2014. Esta operação estabelece *covenant* da relação dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições são idênticas para ambas instituições financeiras.

### **Eletrobrás**

(i) Programa Luz para Todos - 1ª etapa - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 21 de maio de 2004, sendo que em 2004 foram liberados recursos no montante de R\$ 10.720, em 2005, R\$ 7.147 e em 2006, R\$ 4.788, totalizando R\$ 22.655. Sobre o valor do principal incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de outubro de 2004. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de agosto de 2006 até 30 de julho de 2016 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias.

(ii) Programa Luz para Todos - 2ª etapa - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 20 de novembro de 2005, sendo que em 2006 foram liberados recursos no montante de R\$ 17.413. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2006. As prestações do principal serão



## Demonstrações Financeiras

exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de maio de 2008 até 30 de abril de 2018 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias.

(iii) Programa Reluz - Contratos diversos firmados com a Eletrobrás, relativos ao Programa de Financiamento a Projetos de Conservação e Eficiência Energética, para os Municípios de Vila Velha, Serra, Ibirapu, Aracruz, João Neiva, Alfredo Chaves e Santa Maria de Jetibá, no valor contratado de R\$ 17.960. Sobre os contratos incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a. sobre o saldo devedor, incorporados mensalmente durante o período de carência. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do término da carência. Vencimento da primeira parcela em 30 de julho de 2002 e a última em 30 de novembro de 2013. Garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias.

### 22.4 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Enersul

**BNDES (Moeda estrangeira)** - Contrato assinado em fevereiro de 2003, para financiamento de obras, no valor de R\$ 6.663, com recursos do BNDES, através do Banco Alfa como líder e participação do Itaú BBA, amortizado em 36 parcelas mensais e juros de 4% a.a., indexado a cesta de moedas (UMBDES + taxa de juros variáveis + imposto de renda) e liquidado em 15 de outubro de 2007, com garantias em recebíveis e nota promissória.

**European Invest Bank - nº IE0.63/01** - Contrato assinado em abril de 2000, correspondente a linha de crédito de US\$ 15,000,000, repassada pelo Itaú BBA, destinada a financiamento de obras, a ser amortizado em 11 parcelas semestrais, com juros de libor trimestral acrescida de 5% a.a., atualizado pela taxa cambial e término em junho de 2008, com garantias em nota promissória e aval da controladora. **Nº OBI.63/01** - Contrato assinado em fevereiro de 2001, correspondente a linha de crédito de US\$ 1,200,000, repassada pela Itaú BBA, destinada a financiamento de obras, a ser amortizada em 11 parcelas semestrais, com juros de libor trimestral acrescida de 4% a.a., atualizado pela taxa cambial e término em março de 2009, com garantias em nota promissória e aval da controladora.

**Secretaria do Tesouro Nacional - STN** - Dívida de Médio e Longo Prazo - DMPL - Contrato assinado em março de 1997, no valor de US\$ 14,615,864, objeto de obrigações externas decorrentes de contratos de empréstimos de médio e longo prazos junto a credores externos, não depositados no Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções nº 1.541/88 e 1.564/89, do Conselho Monetário Nacional e seus normativos, inclusive as parcelas

com vencimentos posteriores a dezembro de 1993, objeto de permuta por Bônus emitidos pela União, em conformidade com as Resoluções nº 98/92, 90/93 e 132/93, com atualização pela variação da taxa de câmbio informada pelo SISBACEN PTAX-800, opção 1, juros variáveis pela libor semestral acrescida de 7/8 e 13/16 de 1% a.a. e taxas fixas de 6% a 8% a.a. mais comissão de 0,2% a.a., com amortizações semestrais e término em abril de 2024, com garantias em aval do Governo do Estado, receita própria e caução de parte da dívida.

**BBA - FMO** - (Netherlands Development Finance Company) - Em 30 de junho de 2007, esse contrato, assinado em outubro de 2001, correspondia à linha de crédito de US\$ 6,500,000 repassada pelo Itaú BBA, destinada a financiamento de obras, tendo sido amortizado em 11 parcelas semestrais, com juros de 8,9% a.a., atualizado pela taxa cambial. Para este empréstimo foi realizada operação de *swap*, para proteção contra riscos financeiros oriundos de variações de ativos e passivos, com juros de 0,95% a.a. mais CDI. Ambos, empréstimo e operação de *swap*, foram liquidados em setembro de 2007.

### Eletrobrás

- (i) IRD's (Instrumento de Reconhecimento de Débito) - Recursos oriundos de repasse do Governo Federal, que constitui financiamento do Fundo Federal de Eletrificação à Concessionária, com amortização em 80 parcelas trimestrais iguais e taxa de juros de 8% a.a. e término em maio de 2022.
- (ii) Programa Luz no Campo - **ECF-1.975/00** - No valor de R\$ 25.608, com recursos para financiamento do Programa de Eletrificação Rural que integra o Programa Luz no Campo 1ª etapa, com juros de 6% a.a., com amortização em 120 parcelas e término em 30 de julho de 2012. **ECF-2.162/02** - No valor de R\$ 1.500 relativo a 2ª etapa, com juros de 6% a.a., com amortização em 120 parcelas e término em 30 de junho de 2015.
- (iii) Programa Luz para Todos - **ECFS-024-B/2005** - no valor de R\$ 18.103, restando a liberação de R\$ 1.811, para financiamento do Programa Nacional de Eletrificação Rural, que integra o Programa de Universalização - "Luz para Todos" - MME - equivalente a 39,67% do custo total das obras, a ser amortizado em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com juros de 6% a.a. e término em 30 de junho de 2016, com garantia em receita e nota promissória. **ECFS-097-B/07 - Aditivo** - no valor R\$ 41.714, sendo liberado R\$ 29.200, para financiamento da 2ª Tranche do Programa Luz para Todos - equivalente a 39,7% do custo total das obras, a ser amortizado em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com juros de

6% a.a. e término em 30 de dezembro de 2018; **ECF-2480/05** - no valor de R\$ 893, sendo liberado R\$ 89, com implementação do Programa Luz para Todos, através da Adequação da Subestação de 138 kV da Fazenda Itamarati, para atender o Assentamento Itamarati, a ser amortizado em 60 parcelas mensais iguais e sucessivas, com juros de 7% a.a. e término em 30 de novembro de 2012. Todos os ECF's possuem garantia em receita e nota promissória.

**BNDES - Contrato N° 10/658260-5** - Assinado em julho de 1999, no montante de R\$ 73.300, para financiamento de obras, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Unibanco como líder, com participação do Banco Itaú BBA e Banco Alfa, com garantia em recebíveis e amortizado em 78 parcelas mensais e juros de 3,85% a.a., indexação da TJLP e com término estabelecido para fevereiro de 2008, mas liquidado antecipadamente em 17 de dezembro de 2007. Esta operação estabelecia *covenant* da relação EBITDA/despesa financeira bruta, atendido até sua liquidação.

**Contrato n° 1001325** - Assinado em fevereiro de 2003, para financiamento de obras, no valor de R\$ 27.084 com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Alfa como líder e participação do Banco Itaú BBA, amortizado em 36 parcelas mensais e juros de 4% a.a., indexação da TJLP, e liquidado em setembro de 2007, com garantia em recebíveis e nota promissória. **Contrato n° 1003035 e aditivos** - Assinado em março de 2006, no montante de R\$ 29.184, para financiamento de obras, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Alfa, a ser amortizado em 48 parcelas mensais e juros de 4,65% a.a., indexação da TJLP, e término em novembro de 2010, com garantia em recebíveis. Esta operação estabelece *covenants* das relações dívida financeira bruta/(dívida financeira bruta + patrimônio líquido), EBITDA/dívida financeira bruta e EBITDA/despesa financeira bruta, não considerando no EBITDA de 2007 os efeitos da redução da BRR relativos à revisão tarifária de 2003, atendidos até este momento. **Contrato n° 1003207 e aditivos** - Assinado em agosto de 2006, para financiamento de obras, no valor de R\$ 17.130 com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Alfa, a ser amortizado em 48 parcelas mensais e juros de 4,8% a.a., indexação da TJLP, e término em outubro de 2010, com garantia em recebíveis e nota promissória. Esta operação estabelece *covenants* das relações dívida financeira bruta/(dívida financeira bruta + patrimônio líquido), EBITDA/dívida financeira bruta e EBITDA/despesa financeira bruta, não considerando no EBITDA de 2007 os efeitos da redução da BRR relativos à revisão tarifária de 2003, atendidos até este momento. **Contrato n° 1003269 e aditivos** - assinado em outubro de 2006, para financiamento de obras, no valor de R\$ 20.574 com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Alfa, a ser amortizado em 48 parcelas mensais e juros de 4,80% a.a., indexação da TJLP, e término em junho de 2012, com garantia em recebíveis e nota promissória. Esta operação estabelece *covenants* das relações

dívida financeira bruta/(dívida financeira bruta + patrimônio líquido), EBITDA/dívida financeira bruta e EBITDA/despesa financeira bruta, não considerando no EBITDA de 2007 os efeitos da redução da BRR relativos à revisão tarifária de 2003, atendidos até este momento.

**BNDES - Recomposição Tarifária Extraordinária** - Contrato firmado em fevereiro de 2002, em consonância com o Acordo geral do setor elétrico e Lei n° 10.438/02. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$ 100.767, equivalentes a 90% do valor da Perda de Receita e Conta de Compensação de variação de itens da parcela "A" de janeiro a 25 de outubro de 2001 (Nota 4.1). Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 1% a.a., acima da taxa média anual ajustada da SELIC. A parcela de crédito no valor original de R\$ 78.085 e respectivos juros foram amortizados mensalmente desde março de 2002, e o saldo teve liquidação antecipada em outubro de 2006 e a parcela de crédito no valor original de R\$ 22.682 foi alongada para 25 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de dezembro de 2006 e a última em 15 de dezembro de 2008 juntamente com os juros do empréstimo, com garantia em conta bancária através de vinculação do valor equivalente a 3,63% do faturamento mensal da Companhia.

**Fundação Enersul** - Instrumento de repactuação e parcelamento de dívida consolidada até fevereiro de 1997, aditado em 8 de dezembro de 2006, cujo saldo devedor foi repactuado para quitação em 19 parcelas com início em 18 de janeiro de 2007 e término em 18 de julho de 2008, atualizados pelo Sistema de Amortização Constante - SAC, mantidas todas as cláusulas e condições do contrato inicial e garantia em nota promissória.

**Banco do Brasil - FCO** - Contrato assinado em novembro de 2001, para financiamentos de obras com recursos do FCO - Fundo Constitucional do Centro Oeste, através do Banco do Brasil, sendo liberado R\$ 30.000, a ser amortizado em 108 parcelas mensais iguais consecutivas, com juros de 11,1987% a.a. e término em novembro de 2013, com garantias em aval da controladora e interveniência bancária.

**Cédulas de Crédito Bancário** - Contratos firmados em 5 de dezembro de 2006 e correspondentes aditamentos no valor total de R\$ 46.400, sendo R\$ 23.200 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$ 23.200 junto ao Banco Santander Banespa S.A.. Sobre o valor do empréstimo incidirão juros à razão de 105% da variação do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais, sendo a 1ª em 7 de dezembro de 2009 e a última em 5 de dezembro de 2013 e juros semestrais vencíveis a partir de 5 de junho de 2007 a 5 de dezembro de 2013. Esta operação estabelece *covenant* da relação dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 4,5, cuja próxima medição ocorrerá em 2009 referente ao exercício social de 2008. As condições contratuais são idênticas para as ambas instituições financeiras.

## Demonstrações Financeiras

### 22.5 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Enerpeixe

O saldo de empréstimos e financiamentos decorre de apoio financeiro do BNDES, no valor total de R\$ 670.000, aprovado nos termos da decisão de Diretoria do BNDES, nº 691/2003, de 10 de novembro de 2003, e contratado em 21 de maio de 2004, sendo R\$ 335.000 diretamente e R\$ 335.000 através de agentes financeiros, conforme quadro a seguir:

| Subcrédito | Parcela direta |                | Parcela indireta |               |               | Total          | Total          |
|------------|----------------|----------------|------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
|            | BNDES          | Itaú BBA       | Banco do Brasil  | Bradesco      | Unibanco      |                |                |
| "A"        | 26.184         | 7.855          | 6.546            | 6.546         | 5.237         | 26.184         | 52.368         |
| "B"        | 235.671        | 70.701         | 58.917           | 58.917        | 47.134        | 235.669        | 471.340        |
| "C"        | 7.314          | 2.195          | 1.829            | 1.829         | 1.463         | 7.316          | 14.630         |
| "D"        | 65.831         | 19.749         | 16.458           | 16.458        | 13.166        | 65.831         | 131.662        |
|            | <u>335.000</u> | <u>100.500</u> | <u>83.750</u>    | <u>83.750</u> | <u>67.000</u> | <u>335.000</u> | <u>670.000</u> |

#### As principais condições do financiamento são:

##### (i) Amortização:

- Para os subcréditos "A" e "C", 12 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2007 e a última em 15 de fevereiro de 2008;
- Para os subcréditos "B" e "D", 95 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2008 e a última em 15 de janeiro de 2016.

##### (ii) Encargos:

- Para os subcréditos "A" e "C", taxa variável reajustada trimestralmente com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de 4,5% a.a., durante o prazo em que vigorar a fiança da controladora indireta EDP - Energias de Portugal S.A.;
- Para os subcréditos "B" e "D", índice Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescido de 4,5% a.a., durante o prazo em que vigorar a fiança da EDP - Energias de Portugal S.A.;
- Os *spreads* acima mencionados poderão ser de 6% a.a. a partir da data em que vigorar a fiança da controladora direta EDP - Energias do Brasil S.A., em substituição à fiança da EDP - Energias de Portugal S.A., o que poderá ocorrer a partir de janeiro de 2008 somente por solicitação da Companhia e EDP do Brasil S.A.. Esta taxa poderá ser reduzida para 5% a.a., caso a EDP - Energias do Brasil S.A. apresente índice de capitalização mínimo de 38% e a Enerpeixe apresente índice de cobertura do serviço da dívida de 1,3.

##### (iii) Garantias e obrigações:

- Penhor de ações correspondentes a 60% do capital social da beneficiária, detidos pela Energias do Brasil S.A.;
- Penhor dos direitos emergentes da concessão, incluindo, dentre outros:
  - Os direitos de crédito da beneficiária, decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Peixe Angical às Companhias Bandeirante Energia S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL e Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. - CEMAT;
  - As garantias constantes do Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVEs.
- Manter em conta reserva financeira o valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização, juros e encargos, bem como, três meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização.
- Carta de fiança da EDP - Energias de Portugal S.A., regida pelas leis portuguesas, que será substituída pela fiança da EDP - Energias do Brasil S.A., mediante o cumprimento de obrigações contratuais ainda não exigíveis.

### 22.6 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Investco

#### BNDES

- Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDES, com interveniência dos Acionistas da

Investco e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante total de R\$ 180.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002.

- (ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da Investco e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R\$ 120.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência e mensalmente durante o período de amortização, com as prestações do principal, com prazo de carência de 24 meses, que vem sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002. Como garantias, foram dadas em caução parte das ações ordinárias de emissão da Investco S.A., nota promissória e cessão de direitos de contratos.

**BASA** - Contratos com o Banco da Amazônia S.A., celebrado em 30 de setembro de 1999, com interveniência, na qualidade de fiadores, da EEVP, CEMAT, CEB, CPEE, CELPA, CELTINS e a Energest, amortizado mensalmente com vencimento final em 10 de outubro de 2009, no montante total de R\$ 50.000, com juros de 14% a.a., exigíveis mensalmente, e no período de carência exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos, e os 50% restantes capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Como garantia desse empréstimo foram dadas em caução receitas de empresas controladas pela Rede Empresas de Energia Elétrica S.A. (controladora da Rede Lajeado Energia S.A.) e a alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.

Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000 com o BASA, com interveniência, na qualidade de hipotecantes, da CELPA, CELTINS e Agro Pastoral Lajeado Ltda. ("Agro Pastoral") e, na qualidade de fiadores, os Acionistas da Investco, com vencimento em 10 de janeiro de 2011, no montante total de R\$ 44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 14% a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Como garantia a

esse empréstimo foram dadas em caução receitas e hipoteca de três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, de propriedade de empresas controladas pela Rede Empresas de Energia Elétrica S.A.

Os valores são consolidados na EDP Lajeado proporcionalmente pelo seu percentual de participação de 23,0576%.

#### **22.7 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Castelo Energética S.A. - CESA e Pantanal Energética Ltda.**

**BNDES** - Contrato firmado em fevereiro de 2002 pela CESA, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH's, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíso no Estado de Mato Grosso do Sul. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$ 39.280, em 2004, R\$ 17.565 e em 2007 R\$ 5.635. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,5% a.a. acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de julho de 2012. As garantias pactuadas são: (i) a vinculação dos recebíveis oriundos das autorizações outorgadas pela ANEEL, sejam por extinção das autorizações, compra e venda de energia elétrica e direito de gerar energia elétrica por suas PCH's; e (ii) do penhor de ações ordinárias nominativas, que compreendem a totalidade da participação da Energest S.A. na Sociedade. No contexto da transferência da concessão da PCH Paraíso da CESA para a Pantanal, mencionada na nota 1.1, os saldos deste financiamento correspondente à PCH Paraíso, bem como as respectivas condições estabelecidas no contrato, foram transferidos para a Pantanal.

#### **22.8 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Energest**

**BNDES** - Contrato firmado em outubro de 2001, com repasse de recursos através dos Bancos Itaú (líder), Alfa e Sudameris, destinado a investimentos na instalação da 4ª unidade geradora na UHE Mascarenhas. No exercício de 2001 foram liberados recursos no montante de R\$ 24.102. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 3,5% a.a. acrescido da variação da TJLP (moeda nacional) e de 3,5% a.a. acrescido da variação da UMBNDES (moeda estrangeira), exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de outubro de 2010. A garantia pactuada é a vinculação das receitas oriundas da prestação de serviços de energia elétrica, no valor equivalente a no mínimo 1,4 (um inteiro e quatro décimos) vezes o valor da maior prestação devida pela beneficiária. Esta operação estabelece covenant da relação EBITDA/dívida financeira líquida, atendido até este momento.

#### **22.9 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Costa Rica**

Eletrobrás-Financiamento ECF-1.568/97 - Contrato assinado pela Enersul, em 4 de novembro de 1997, no valor de R\$ 5.375, para financiamento da construção da Usina Hidrelétrica de Costa Rica,

## Demonstrações Financeiras

com recursos do Fundo de Investimentos da Eletrobrás - FINEL, com juros de 6,5% a.a., com término em 31 de maio de 2014, amortização em 180 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com garantia em receita e nota promissória. Contrato repassado para a Costa Rica Energética, através do "Contrato Particular de Promessa de Liberação de Devedor".

### 22.10 - Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

| Vencimento     | Tipo de moeda |             | Total     |
|----------------|---------------|-------------|-----------|
|                | Nacional      | Estrangeira |           |
| Circulante     |               |             |           |
| 2008           | 186.666       | 109.366     | 296.032   |
|                | 186.666       | 109.366     | 296.032   |
| Não circulante |               |             |           |
| 2009           | 207.259       | 40.585      | 247.844   |
| 2010           | 211.905       | 21.594      | 233.499   |
| 2011           | 192.727       | 20.108      | 212.835   |
| 2012           | 185.424       | 5.614       | 191.038   |
| 2013           | 166.664       | 536         | 167.200   |
| 2014           | 133.435       | 268         | 133.703   |
| 2015           | 112.937       | -           | 112.937   |
| Após 2015      | 40.611        | 10.710      | 51.321    |
|                | 1.250.962     | 99.415      | 1.350.377 |
| Total          | 1.437.628     | 208.781     | 1.646.409 |

### 23 - Benefícios pós-emprego

|   | Consolidado |            |                |            |
|---|-------------|------------|----------------|------------|
|   | Circulante  |            | Não circulante |            |
|   | 31/12/2007  | 31/12/2006 | 31/12/2007     | 31/12/2006 |
| <b>Bandeirante</b>                      |             |            |                |            |
| BSPS - Reservas a amortizar             | 13.669      | 13.669     | 82.774         | 84.346     |
| Programas assistenciais                 | 3.856       | 5.004      | -              | -          |
| <b>Escelsa</b>                          |             |            |                |            |
| Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA | -           | -          | 5.868          | 6.150      |
| Assistência médica e seguro de vida     | 3.835       | 5.399      | 37.444         | 30.871     |
| <b>Energgest</b>                        |             |            |                |            |
| Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA | -           | -          | 228            | 221        |
| Assistência médica e seguro de vida     | -           | 30         | 1.033          | 837        |
|   | 21.360      | 24.102     | 127.347        | 122.425    |

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a partir de 1º de janeiro de 2002, as Companhias abertas estão obrigadas a contabilizar passivos oriundos de benefícios pós-emprego, com base nas regras estabelecidas no Pronunciamento NPC nº 26, do IBRACON.

Para atendimento a essa exigência, as controladas que concedem benefícios pós-emprego, quais sejam Bandeirante, Escelsa, Enersul e Energgest, contrataram atuários independentes para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais dos benefícios foram as seguintes:

| Econômicas  | 2007  | 2006  |
|---|---|---|
| Taxa de desconto  | 10,75% a.a.   | 10,75% a.a.   |
| Taxa de retorno esperado dos ativos                                       | entre 11% e 12,45% a.a.   | entre 12% e 12,45% a.a.   |
| Crescimento salariais futuros   | 5,55% a.a.  | 5,55% a.a.  |
| Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios | 4,5% a.a.   | 4,5% a.a.   |
| Inflação médica de longo prazo  | 10% a.a. em 2006, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2015 | 10% a.a. em 2006, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2015 |
| Inflação  | 4,5% a.a.   | 4,5% a.a.   |
| Fator de capacidade - salários e benefícios                               | 100%  | 100%  |
| <b>Demográficas</b>   |   |   |
| Tábua de mortalidade  | RP 2000 Gerencial   | RP 2000 Geracional  |
| Tábua de mortalidade de inválidos   | RP 2000 Disability  | RP 2000 Disability  |
| Tábua de entrada em invalidez   | TASA 27   | TASA 27   |
| Tábua de rotatividade   | (I)   | (I)   |

(I) T-1 Service Table, exceto para: a) Enersul - nula; e b) Bandeirante - nula a partir do 3º ano de filiação ao plano de benefícios.

### 23.1 - Bandeirante

A Companhia é patrocinadora da FUNDAÇÃO CESP, entidade multipatrocinada e fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através do Plano de Benefício Suplementar Saldado - BSPS e do Plano de Benefícios Misto, com as seguintes principais características:

- (i) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998. O valor de R\$ 96.443, apurado em 31 de dezembro de 2007, de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, corresponde à parcela de benefícios excedente aos ativos do plano. O déficit está sendo liquidado financeiramente em 240 meses, contados a partir de setembro de 1997, com base em percentual sobre a folha de salários, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima.

Este plano esteve vigente até 31 de março de 1998, possui a característica do tipo Benefício Definido, que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é da Companhia.

(ii) Planos de Benefícios Misto - BD e CD

- Plano BD - Vigente após 31 de março de 1998 - Plano do tipo Benefício Definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre a Companhia e os participantes.
- Plano CD - Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o Plano Previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a poder gerar responsabilidade atuarial à Companhia.

A avaliação atuarial realizada na data base 31 de dezembro de 2007 demonstrou que nos Planos do tipo Benefício Definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, e das perdas atuariais não reconhecidas, apresenta-se deficitário conforme demonstrado a seguir:

|  | 31/12/2007 | 31/12/2006 |
|--|------------|------------|
| Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas | (406.171)  | (391.882)  |
| Valor justo dos ativos   | 291.471    | 224.990    |
|  | (114.700)  | (166.892)  |
| Valor das perdas atuariais não reconhecidas                            | 18.257     | 68.877     |
| Déficit  | (96.443)   | (98.015)   |

No exercício foi registrado o valor de R\$ 1.572 a crédito do resultado (R\$ 3.290 em 2006), em contrapartida ao passivo exigível a longo prazo, face a indicação de redução do passivo atuarial.

Apresenta-se a seguir a demonstração do número de participantes do Plano:

|                            | 2007  | 2006  |
|----------------------------|-------|-------|
| Participantes ativos       | 1.052 | 1.151 |
| Participantes assistidos   |       |       |
| Com benefícios diferidos   | 156   | 175   |
| Aposentados e pensionistas | 425   | 341   |
|                            | 581   | 516   |
| Total                      | 1.633 | 1.667 |

Na qualidade de patrocinadora, a Bandeirante contribuiu no exercício com R\$ 16.413 (R\$ 17.326 em 2006), visando o saldamento

de parcelas do contrato de ajuste de reservas do Plano saldado (BSPS), bem como para o custeio mensal dos atuais planos.

A despesa líquida com os Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões da Bandeirante - PSAP/Bandeirante, a ser reconhecida no resultado de 2008, terá a seguinte composição:

|  |              |
|--|--------------|
| Custo do serviço corrente              | 1.021        |
| Custos dos juros                       | 42.981       |
| Rendimentos esperados dos ativos       | (33.130)     |
| Contribuições esperadas dos empregados | (2.684)      |
| Total                                  | <u>8.188</u> |

### 23.2 - Escelsa

A Companhia possui as seguintes responsabilidades com benefícios pós-emprego:

- Patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões;
- Outros benefícios pós-emprego, compostos por Assistência Médica, Seguro de Vida e Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA.

#### 23.2.1 - Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão

A Companhia é patrocinadora da FUNDAÇÃO ESCELSA DE SEGURIDADE SOCIAL - ESCELSO, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Definida, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2007 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

|  | 31/12/2007    | 31/12/2006    |
|--|---------------|---------------|
| Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas | (124.413)     | (119.591)     |
| Valor justo dos ativos   | 219.500       | 198.889       |
|  | 95.087        | 79.298        |
| Valor dos ganhos atuariais não reconhecidos                            | (23.928)      | (20.555)      |
| Superávit  | <u>71.159</u> | <u>58.743</u> |

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício Definido, reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

## Demonstrações Financeiras

Na qualidade de patrocinadora, a Escelsa contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da Fundação Escelsos, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. No exercício, a Escelsa contribuiu com R\$ 2.780 (R\$ 3.063 em 2006).

Apresenta-se a seguir a demonstração do número de participantes do plano:

|                            | Plano I | Plano II | Total 2007 | Total 2006 |
|----------------------------|---------|----------|------------|------------|
| Participantes ativos       | 3       | 1.089    | 1.092      | 1.106      |
| Participantes assistidos   |         |          |            |            |
| Aposentados e pensionistas | 716     | 192      | 908        | 1.019      |
|                            | 716     | 192      | 908        | 1.019      |
| Total                      | 719     | 1.281    | 2.000      | 2.125      |

### 23.2.2 - Outros benefícios pós-emprego

Ainda no âmbito da avaliação atuarial mencionada na nota 23.2.1, foram mensuradas as seguintes obrigações com outros benefícios pós-emprego:

- Assistência Médica e Seguro de Vida - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados, de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia;
- Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996.

A avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2007, demonstrou que nos planos de Assistência médica, Seguro de vida e AIA, o valor presente das obrigações atuariais, líquido das perdas não reconhecidas, monta em R\$ 47.147, registrado no Passivo circulante e Não circulante composto como segue:

|  | 31/12/2007 | 31/12/2006 |
|--|------------|------------|
| Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas | (64.322)   | (66.826)   |
| Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas            | 17.175     | 24.406     |
| Total  | (47.147)   | (42.420)   |
| Circulante   | 3.835      | 5.399      |
| Não circulante   | 43.312     | 37.021     |

A despesa líquida com esses benefícios, a ser reconhecida no resultado de 2008, terá a seguinte composição:

|                                  |         |
|----------------------------------|---------|
| Custo do serviço corrente        | 787     |
| Custos dos juros                 | 6.545   |
| Rendimentos esperados dos ativos | 845     |
| Benefícios pagos pela empresa    | (6.869) |
| Total                            | 1.308   |

### 23.3 - Enersul

A Companhia é patrocinadora da FUNDAÇÃO ENERSUL, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Definida, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

Apresenta-se, a seguir, a demonstração do número de participantes por tipo de plano:

|                            | Plano Inicial | Plano II | 2007  | 2006  |
|----------------------------|---------------|----------|-------|-------|
| Participantes ativos       | -             | 709      | 709   | 719   |
| Participantes assistidos   |               |          |       |       |
| Com benefícios diferidos   | 1             | 14       | 15    | -     |
| Aposentados e pensionistas | 323           | 32       | 355   | 352   |
|                            | 324           | 46       | 370   | 352   |
| Total                      | 324           | 755      | 1.079 | 1.071 |

A avaliação atuarial realizada na data base 31 de dezembro de 2007 demonstrou que, nos planos previdenciários I e II, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

|  | 31/12/2007 | 31/12/2006 |
|--|------------|------------|
| Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas | (67.258)   | (67.088)   |
| Valor justo dos ativos   | 154.351    | 139.059    |
|  | 87.093     | 71.971     |
| Valor dos ganhos atuariais não reconhecidos                            | (35.616)   | (31.733)   |
| Superávit  | 51.477     | 40.238     |

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício Definido, reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será a ela reembolsado no futuro.

Na qualidade de Patrocinadora, a Enersul contribui com uma parcela mensal proporcional a contribuição realizada pelos participantes da Fundação Enersul de acordo com o estabelecido

em cada plano de benefícios. No exercício, a Enersul contribuiu com R\$ 1.691 (R\$ 1.910 em 2006).

### 23.4 - Energest

A Companhia possui as seguintes responsabilidades com benefícios pós-emprego:

- (i) Patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão; e
- (ii) Outros benefícios pós-emprego, compostos por Assistência Médica, Seguro de Vida e Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA.

#### 23.4.1 - Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão

A Companhia é patrocinadora da FUNDAÇÃO ECELSA DE SEGURIDADE SOCIAL - ESCELSOS e da FUNDAÇÃO ENERSUL, entidades fechadas de previdência privada, sem fins lucrativos, que têm por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Definida, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A avaliação atuarial realizada na data base 31 de dezembro de 2007 demonstrou que, em ambas Fundações, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

|  | 31/12/2007 | 31/12/2006 |
|--|------------|------------|
| Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas | (103)      | (114)      |
| Valor justo dos ativos   | 226        | 463        |
|  | 123        | 349        |
| Valor dos ganhos atuariais não reconhecidos                            | (38)       | (157)      |
| Superávit  | 85         | 192        |

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício Definido, reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro. Na qualidade de Patrocinadora, a Energest contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da Fundação Escelsos e Fundação Enersul de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. No exercício, a Energest contribuiu com R\$ 181 (R\$ 193 em 2006).

#### 23.4.2 - Outros benefícios pós-emprego

Ainda no âmbito da avaliação atuarial mencionada na nota 23.4.1, foram mensuradas as seguintes obrigações com outros benefícios pós-emprego:

- Assistência Médica e Seguro de Vida - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados, de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia;
- Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996.

A avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2007, demonstrou que nos planos de Assistência médica, Seguro de vida e AIA, o valor presente das obrigações atuariais, líquido das perdas não reconhecidas, monta em R\$ 1.261, registrado no Passivo circulante e Não circulante composto como segue:

|  | 31/12/2007 | 31/12/2006 |
|--|------------|------------|
| Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas | (1.902)    | (1.658)    |
| Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas            | 641        | 570        |
| Total  | (1.261)    | (1.088)    |
| Circulante   | -          | 30         |
| Não circulante   | 1.261      | 1.058      |

A despesa líquida com esses benefícios, a ser reconhecida no resultado de 2008, terá a seguinte composição:

|   |      |
|---|------|
| Custo do serviço corrente                         | 33   |
| Custos dos juros                                  | 168  |
| Amortização das perdas atuariais não reconhecidas | 45   |
| Benefícios pagos pela empresa                     | (67) |
| Total   | 179  |

### 23.5 - EnerPrev

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi criada no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo Energias do Brasil. Atualmente, a EnerPrev administra um plano de benefício do tipo Contribuição Definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as Patrocinadoras.

Em 19 de setembro de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou a incorporação, pela EnerPrev, da gestão dos planos de previdência oferecidos pelas empresas do Grupo Energias, incluindo as Fundações Escelsos e Enersul.

O processo de incorporação das Fundações Escelsos e Enersul pela EnerPrev iniciou-se em novembro de 2006, mediante autorização dos Conselheiros das Fundações e de representantes dos participantes e dos assistidos. Até que se concluam os trabalhos para que a EnerPrev assumira a gestão, as Fundações Escelsos e Enersul manterão suas estruturas e atendimento.



## Demonstrações Financeiras

### 24 - Devolução tarifária

O 1º ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de distribuição de energia elétrica introduziu a Base de Remuneração Regulatória - BRR como um dos componentes para determinação da Receita Requerida e, por conseguinte, das tarifas aplicadas às diversas classes de consumidores por tensão, através da consideração, na Parcela B, da remuneração do investimento do concessionário com base na BRR Bruta e da quota de reintegração dos bens aplicados na prestação do serviço com base na BRR Líquida.

As regras para apuração dos valores da BRR Bruta e BRR Líquida, para o 1º ciclo de revisão tarifária, foram estabelecidas por meio da Resolução ANEEL nº 493, de 3 de setembro de 2002, com esclarecimentos emitidos pela Nota Técnica ANEEL nº 178, de 30 de julho de 2003, as quais deveriam ser cumpridas por empresa de avaliação responsável pela emissão dos laudos de avaliação, previamente credenciada pela ANEEL e contratada por cada concessionária.

Para a controlada Enersul, o primeiro ciclo de revisão tarifária periódica ocorreu em 8 de abril de 2003 e, desde então, a Receita bruta de vendas contabilizada foi obtida fundamentalmente pela aplicação das tarifas determinadas na Revisão tarifária e Reajustes tarifários subsequentes, considerando o caráter provisório da Revisão tarifária até 8 de abril de 2005 conforme descrito na nota 8.2, quando então foi considerada definitiva, uma vez que, para tal, a ANEEL homologou a BRR como definitiva em março/2005, inclusive denominando-a posteriormente de Base Blindada.

Ao final do mês de agosto de 2007, como resultado da fiscalização extemporânea concluída sobre os laudos de avaliação da Base Blindada da Enersul, a ANEEL emitiu o Termo de Notificação nº 119/2007, consubstanciado no Relatório de Fiscalização nº 127/2007, determinando a redução de R\$ 383,6 milhões na BRR Bruta e de R\$ 185,2 milhões na BRR Líquida, em decorrência de não conformidades identificadas no laudo da Base Blindada.

Tal Termo de Notificação foi objeto de manifestação recursal por parte da Enersul, questionando seus termos e os valores nele apontados, tendo a ANEEL decidido e determinando, em 4 de dezembro de 2007, pela redução da BRR Bruta de R\$ 265 milhões e da BRR Líquida de R\$ 126 milhões, bem como pela redução média de 6,66% nas tarifas praticadas aos consumidores, a partir de 6 de dezembro de 2007.

Também por meio de redução das tarifas, haverá a devolução aos consumidores dos valores faturados a maior no período de abril de 2003 a dezembro de 2007, estimados pela controlada Enersul em R\$ 183.139 (impacto econômico, sem efeito de impostos).

No contexto da Audiência Pública nº 008/2008, a ANEEL sinalizou que tal devolução ocorrerá durante o próximo ciclo tarifário e, por conseguinte, foi registrada provisão neste exercício segregando parcelas no Passivo circulante e Não circulante, nos valores de R\$ 137.354 e R\$ 45.785, respectivamente.

### 25 - Obrigações estimadas com pessoal

|                    | Controladora |            | Consolidado |            |
|--------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                    | 31/12/2007   | 31/12/2006 | 31/12/2007  | 31/12/2006 |
| Folha de pagamento | 6.409        | 462        | 58.505      | 60.859     |
| INSS e FGTS        | 258          | 190        | 5.797       | 5.496      |
| Total              | 6.667        | 652        | 64.302      | 66.355     |

A rubrica Folha de pagamento inclui, basicamente, a provisão de férias e respectivos encargos sociais, a provisão para participação nos lucros e resultados, além dos efeitos dos Programas de Desligamento Voluntário - PDV nas empresas do grupo, lançado em maio de 2006.

O PDV prevê a realização de desligamentos de forma escalonada entre os anos de 2006 e 2007, respeitando a implementação de outros programas de eficiência em curso nas empresas do grupo. O número de desligamentos nas empresas do grupo alcançou 573 colaboradores.

### 26 - Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

|   | Consolidado |            |
|---|-------------|------------|
|   | 31/12/2007  | 31/12/2006 |
| Quota de reserva global de reversão - RGR                   | 3.646       | 3.637      |
| Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC             | 14.506      | 38.665     |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE                   | 16.311      | 15.518     |
| Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos | 3.671       | 3.658      |
| Encargos tarifários (ECE/EAE)E                              | 34.151      | 14.456     |
| Pesquisa e desenvolvimento                                  | 45.474      | 46.292     |
| Programa de eficiência energética                           | 43.122      | 46.947     |
| Taxa de fiscalização - ANEEL                                | 1.021       | 805        |
| Total   | 161.902     | 169.978    |

### 27 - Provisões para contingências e depósitos vinculados à litígios - Circulante e Não circulante

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As Administrações da Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

|                | Controladora        |               |           |            |                     |                             |              |
|----------------|---------------------|---------------|-----------|------------|---------------------|-----------------------------|--------------|
|                | Passivo             |               |           |            | Ativo               |                             |              |
|                | Saldo em 31/12/2006 | Adições       | Baixas    |            | Saldo em 31/12/2007 | Depósito judicial (Nota 13) |              |
| Pagamentos     |                     |               | Reversões | 31/12/2007 |                     | 31/12/2006                  |              |
| Trabalhistas   | -                   | -             | -         | -          | -                   | 5                           | -            |
| Cíveis         | -                   | -             | -         | -          | -                   | -                           | -            |
| Fiscais        | 30.038              | 12.213        | -         | -          | 42.251              | 2.546                       | 2.546        |
| Outros         | -                   | -             | -         | -          | -                   | 2.080                       | 2.080        |
| <b>Total</b>   | <b>30.038</b>       | <b>12.213</b> | <b>-</b>  | <b>-</b>   | <b>42.251</b>       | <b>4.631</b>                | <b>4.626</b> |
| Circulante     | -                   | -             | -         | -          | -                   | 2.080                       | 2.080        |
| Não circulante | 30.038              | -             | -         | -          | 42.251              | 2.551                       | 2.546        |
| <b>Total</b>   | <b>30.038</b>       | <b>-</b>      | <b>-</b>  | <b>-</b>   | <b>42.251</b>       | <b>4.631</b>                | <b>4.626</b> |

|                | Consolidado         |               |                 |                 |                     |                             |                |
|----------------|---------------------|---------------|-----------------|-----------------|---------------------|-----------------------------|----------------|
|                | Passivo             |               |                 |                 | Ativo               |                             |                |
|                | Saldo em 31/12/2006 | Adições       | Baixas          |                 | Saldo em 31/12/2007 | Depósito judicial (Nota 13) |                |
| Pagamentos     |                     |               | Reversões       | 31/12/2007      |                     | 31/12/2006                  |                |
| Trabalhistas   | 39.931              | 44.647        | (17.185)        | (5.663)         | 61.730              | 36.613                      | 35.421         |
| Cíveis         | 72.732              | 16.321        | (3.961)         | (7.251)         | 77.841              | 9.880                       | 9.096          |
| Fiscais        | 199.338             | 21.886        | (22.573)        | (17.848)        | 180.803             | 141.436                     | 171.666        |
| Outros         | -                   | -             | -               | -               | -                   | 6.257                       | 2.080          |
| <b>Total</b>   | <b>312.001</b>      | <b>82.854</b> | <b>(43.719)</b> | <b>(30.762)</b> | <b>320.374</b>      | <b>194.186</b>              | <b>218.263</b> |
| Circulante     | 4.189               | -             | -               | -               | 1.953               | 2.080                       | 4.733          |
| Não circulante | 307.812             | -             | -               | -               | 318.421             | 192.106                     | 213.530        |
| <b>Total</b>   | <b>312.001</b>      | <b>-</b>      | <b>-</b>        | <b>-</b>        | <b>320.374</b>      | <b>194.186</b>              | <b>218.263</b> |

## 27.1 - Trabalhistas

### 27.1.1 - Bandeirante

Contemplam ações ajuizadas correspondentes aos períodos posteriores a 1º de janeiro de 1998, conforme protocolo de cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.. Subseqüentemente, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial da Bandeirante, ocorrida em 1º de outubro de 2001, cada concessionária (Bandeirante e Piratininga) é responsável pelas obrigações correspondentes aos empregados alocados nas respectivas regiões assumidas por cada Companhia, enquanto que as ações corporativas serão assumidas na proporção percentual dos controladores (Bandeirante e Piratininga) determinada no respectivo Protocolo de Cisão.

Incluem diversas ações que questionam, entre outros, pagamentos de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 11.938 (R\$ 7.813 em 2006).

### 27.1.2 - Escelsa, Enersul, Energest, Cesa, EDP Lajeado e Escelsapar

Diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 49.792 (R\$ 31.833 em 2006).

## 27.2 - Cíveis

### 27.2.1 - Bandeirante, Escelsa e Enersul

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 4 de março de 1986 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. Incluem também pleitos referentes a danos morais e materiais. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 73.728 (R\$ 67.025 em 2006).

### 27.2.2 - Enertrade

Ação ajuizada pela Enertrade, questionando a constitucionalidade do pagamento do encargo Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 3.589 (R\$ 3.589 em 2006).

## Demonstrações Financeiras

### 27.3 - Fiscais

#### 27.3.1 - Bandeirante

(i) COFINS - A Companhia está questionando judicialmente as alterações na COFINS advindas da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Em 1º de julho de 1999, obteve liminar possibilitando o recolhimento desse tributo, até o mês de dezembro de 1999, na forma da legislação anterior, ou seja, 2% sobre o faturamento, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 1999. O saldo provisionado referente ao adicional de 1% em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 53.298 (R\$ 50.713 em 2006). Para esta ação a Companhia possui depósito judicial no valor de R\$ 15.468 (R\$ 14.520 em 2006).

(ii) Imposto de renda - Contestação da indedutibilidade da contribuição social sobre o lucro líquido na apuração do imposto de renda dos exercícios de 2001 e 2002. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 8.254 (R\$ 7.750 em 2006). Para esta ação a Companhia possui depósito judicial no valor da respectiva provisão.

(iii) ICMS - Liminar - Base de cálculo por dentro - refere-se à atuação pela Fazenda do Estado de São Paulo, que trata do recolhimento complementar relativo à diferença na forma de apuração do ICMS, em decorrência de cassação de liminar obtida pela antecessora Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., para alguns Municípios pertencentes à área de concessão da Bandeirante, para o período de janeiro a setembro de 2001. A Companhia aderiu ao PPI - Programa de Parcelamento Incentivado, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Decreto nº 51.960/07 e, obteve o benefício da redução de multa e juros, registrada a crédito do Resultado financeiro no valor de R\$ 8.941, quitando a obrigação em 10 de outubro de 2007 pelo valor de R\$ 13.647.

#### 27.3.2 - Escelsa

(i) Notificações promovidas pelo INSS que exigem o recolhimento de contribuições sobre prestadores de serviços de natureza contínua, equiparados a contratos com vínculo empregatício. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 10.239 (R\$ 16.150 em 2006).

(ii) Questionamento judicial feito pela Companhia sobre a constitucionalidade da aplicação do Seguro de Acidentes do Trabalho - SAT. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 7.670 (R\$ 7.066 em 2006).

(iii) Auto de infração exigindo o pagamento de diferença de CSLL, por não ter adicionado na sua base de cálculo, relativa ao lucro apurado no exercício de 1995 e nos meses de janeiro a abril de 1996, a despesa correspondente aos encargos de depreciação, amortização ou do custo do bem baixado, correspondente à diferença, em 1990, entre o IPC e o Bônus do Tesouro Nacional - BTNF. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 8.323 (R\$ 8.323 em 2006).

#### 27.3.3 - Enersul

A Enersul questionou judicialmente a inconstitucionalidade da cobrança do PIS sobre o faturamento, tendo em vista o disposto no parágrafo 3º do artigo 155 da Constituição Federal. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 46.419 (R\$ 46.130 em 2006).

#### 27.3.4 - EDP - Energias do Brasil

A Companhia questionou judicialmente a cobrança do PIS e COFINS incidentes sobre receita de Juros sobre Capital Próprio - JCP, referente aos exercícios de 2005 e 2006, obtendo liminar suspendendo sua exigibilidade. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 37.455 (R\$ 25.242 em 2006).

### 27.4 - Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

|              | Consolidado    |               |
|--------------|----------------|---------------|
|              | 31/12/2007     | 31/12/2006    |
| Trabalhistas | 41.794         | 16.670        |
| Cíveis       | 26.684         | 6.340         |
| Fiscais      | 119.701        | 59.232        |
| Total        | <b>188.179</b> | <b>82.242</b> |

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

#### 27.4.1 - Bandeirante

Discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela empresa no período de julho de 2003 a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante de R\$ 58.170 e multa sobre escrituração indevida de notas fiscais de aquisição de combustíveis no montante de R\$ 198. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

#### 27.4.2 - Escelsa

- Imposto de renda - A Receita Federal pleiteia a exigência do pagamento de imposto de renda, relativo ao lucro apurado entre dezembro de 1995 e abril de 1996, oriunda de Auto de Infração FM 00505, que questiona a metodologia que a Companhia adotou para deduzir da base de cálculo do imposto de renda os valores de encargos de depreciação, amortização ou custo dos bens baixados, relativos ao valor da diferença de correção monetária, no período-base de 1990, entre o IPC e o BTNF. O montante estimado para esse risco é de R\$ 17.663.
- INSS - A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança do tributo previdenciário versando sobre a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Escelsa. Essas notificações importam em R\$ 8.088.
- Tributos Municipais - diversas Prefeituras - Pleito de cobrança de ISSQN, no período de janeiro de 1991 a agosto de 1995,

supostamente incidente sobre os serviços de emissão de segunda via de conta, reaviso, entre outros. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação Pública. Esses processos totalizam o montante de R\$ 6.241.

#### 27.4.3 - Enersul

Ação judicial para obter o reconhecimento do direito líquido e certo da Companhia de recolher o PIS e COFINS nos termos da legislação anterior a Lei nº 9.718/98, do período de 1º de fevereiro de 1999 a 30 de novembro de 2002 para o PIS e, do período de 1º de fevereiro de 1999 a 31 de janeiro de 2004 para a COFINS.

#### 27.4.4 - EDP - Energias do Brasil

A principal causa refere-se à ação movida pela Companhia para afastamento da incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico, efetuadas por conta da reorganização societária ocorrida no exercício de 2005, no valor de R\$ 2.660.

### 28 - Patrimônio líquido

#### 28.1 - Capital Social

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2007, 30 de setembro 2007, e em 31 de dezembro de 2006 estão demonstradas a seguir:

| Acionista  | 31/12/2007          |                | 30/09/2007          |                | 31/12/2006          |                | Acionista controlador |
|--|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|-----------------------|
|  | Quantidade de ações | % participação | Quantidade de ações | % participação | Quantidade de ações | % participação |                       |
| Energias de Portugal Investments and Services, Sociedad Limitada (1) (2) | 38.234.188          | 23,17          | 38.234.188          | 23,17          | 38.234.188          | 23,17          | sim                   |
| Balwerk - Consult. Econômica e Particip., Soc.Unipessoal Ltda. (1) (2)   | 23.545.820          | 14,27          | 23.545.820          | 14,27          | 23.545.820          | 14,27          | sim                   |
| EDP - Energias de Portugal, S.A. (1) (2)                                 | 39.739.013          | 24,08          | 39.739.013          | 24,08          | 39.739.013          | 24,08          | sim                   |
| Herald Securities INC. (2)   | 1.383.094           | 0,84           | 1.383.094           | 0,84           | 1.383.094           | 0,84           | sim                   |
| Ações em tesouraria (3)  | 861.322             | 0,52           | 22                  | 0,00           | 22                  | 0,00           |                       |
| Outros (4)   | 61.253.167          | 37,12          | 62.114.467          | 37,64          | 62.114.467          | 37,64          |                       |
| <b>Total</b>   | <b>165.016.604</b>  | <b>100</b>     | <b>165.016.604</b>  | <b>100</b>     | <b>165.016.604</b>  | <b>100</b>     |                       |

(1) acionista com mais de 5% de ações com direito a voto.

(2) Empresa de controle estrangeiro.

(3) O Conselho de Administração aprovou, em 18 de dezembro de 2007, por um período de 365 dias, a compra de 6.211.426 ações da Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento sem redução do capital social. A posição das ações em tesouraria adquiridas é apresentada a seguir:

| Quantidade adquirida (em unidades) | Valor total pago pelas ações | Custo unitário das ações em Reais |        |       | Valor de mercado das ações em 31/12/2007 (*) |
|------------------------------------|------------------------------|-----------------------------------|--------|-------|--|
|                                    |                              | Mínimo                            | Máximo | Médio |  |
| 861.300                            | 24.290                       | 27,10                             | 28,90  | 28,19 | 24.892                                       |

(\*) Cotação de fechamento em 28 de dezembro de 2007, no valor unitário de R\$ 28,90 por ação.

## Demonstrações Financeiras

As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.

(4) Há 61.253.100 ações em circulação do total de 165.016.604, ou seja, cerca de 37,12 % do total de ações.

Há 67 ações em poder dos administradores sendo 28 do Conselho de Administração e 39 dos Diretores.

Desde a Oferta Pública Inicial ocorrida em 13 de julho de 2005 o Conselho Fiscal não foi constituído.

Cálculo da quantidade de ações em circulação:

| Acionista                                       | 31/12/2007          |                | 30/09/2007          |                | 31/12/2006          |                |
|---|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|
|   | Quantidade de ações | % participação | Quantidade de ações | % participação | Quantidade de ações | % participação |
| Quantidade de ações controladores               | 102.902.115         | 62,36          | 102.902.115         | 62,36          | 102.902.115         | 62,36          |
| Quantidade de ações participação recíproca      | -                   | -              | -                   | -              | -                   | -              |
| Quantidade de ações tesouraria                  | 861.322             | 0,52           | 22                  | -              | 22                  | -              |
| Quantidade de ações de conselheiros e diretores | 67                  | -              | 67                  | -              | 58                  | -              |
| Total de ações que não estão em circulação      | 103.763.504         | -              | 102.902.204         | -              | 102.902.195         | -              |
| Total de ações                                  | 165.016.604         | -              | 165.016.604         | -              | 165.016.604         | -              |
| Total de ações em circulação                    | 61.253.100          | 37,12          | 62.114.400          | 37,64          | 62.114.409          | 37,64          |

### 28.2 - Destinação do lucro

A política atual de dividendos da Companhia estabelece o pagamento de um valor mínimo equivalente a 40% (quarenta por cento) do lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia. A Diretoria da Companhia está propondo a alteração da política atual de forma a aumentar o valor mínimo para 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado, correspondendo neste ano a uma distribuição de R\$ 207.212.

Aos dividendos a serem distribuídos, poderá ser imputado o valor dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

|   | Controladora |             |
|---|--------------|-------------|
|   | 31/12/2007   | 31/12/2006  |
| Lucro líquido apurado no exercício            | 436.235      | 394.120     |
| Ajuste de exercício anterior                  | -            | (28.364)    |
| Lucro líquido ajustado                        | 436.235      | 365.756     |
| Constituição da reserva legal - 5%            | (21.812)     | (18.287)    |
|   | 414.423      | 347.469     |
| Dividendos                                    | 207.212      | 169.914     |
| Dividendos intermediários - JSCP              | 119.923      | 169.914     |
| Dividendos complementares                     | 87.289       | -           |
| Constituição da reserva de retenção de lucros | 207.212      | 177.555     |
| Quantidade de ações                           | 164.155.282  | 165.016.582 |
| Dividendos por lotes de mil ações - em Reais  | 1.262,29     | 1.029,68    |

Em 18 de dezembro de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de Juros sobre Capital Próprio, no valor bruto de R\$ 119.923, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas Demonstrações Financeiras, esses juros foram reclassificados para o Patrimônio líquido conforme Deliberação CVM nº 207/96.

### 28.3 - Reservas

|  | 31/12/2007 | 31/12/2006 |
|--|------------|------------|
| Reservas de capital                            |            |            |
| Ágio na incorporação de sociedade controladora | 35.348     | 35.348     |
| Total  | 35.348     | 35.348     |
| Reservas de lucros                             |            |            |
| Legal  | 62.246     | 40.435     |
| Retenção de lucros                             | 654.305    | 447.093    |
| Total  | 716.551    | 487.528    |

#### 28.3.1 - Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o art. 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

## 28.4 - Reconciliação do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado

|                             | 2007             |
|-----------------------------|------------------|
| Controladora                | 3.910.325        |
| Provisão AFAC Enercouth (*) | 3.555            |
| Consolidado                 | <u>3.913.880</u> |

(\*) Refere-se a provisão para perda do adiantamento futuro para aumento de capital na Enercouth, os quais foram contabilizados no resultado do exercício.

## 29 - Dividendos - Ativos e Passivos

|  | Controladora   |                |                |                | Consolidado    |                |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|  | Ativo          |                | Passivo        |                | Passivo        |                |
|  | 31/12/2007     | 31/12/2006     | 31/12/2007     | 31/12/2006     | 31/12/2007     | 31/12/2006     |
| Bandeirante                              | 224.046        | 43.567         | -              | -              | 777            | 777            |
| Escelsa                                  | 105.287        | 38.595         | -              | -              | 52             | 51             |
| Enersul                                  | -              | 24.483         | -              | -              | 21             | 21             |
| Energest                                 | 19.492         | 2.896          | -              | -              | -              | -              |
| Enertrade                                | 31.948         | 8.325          | -              | -              | -              | -              |
| EDP Lajeado                              | 13.999         | 11.453         | -              | -              | -              | -              |
| Enerpeixe                                | 10.471         | 6.434          | -              | -              | -              | -              |
| EDP - Gestão de Produção de Energia S.A. | -              | -              | -              | -              | 188            | 188            |
| EDP - Energias do Brasil S.A.            | -              | -              | -              | -              | 636            | -              |
| Acionistas - EDP Energias                | -              | -              | 189.821        | 147.388        | 189.821        | 147.388        |
| Eletrobrás                               | -              | -              | -              | -              | 15.809         | 10.377         |
| Silea Participações Ltda.                | -              | -              | -              | -              | 539            | -              |
| Furnas Centrais Elétricas S.A.           | -              | -              | -              | -              | 6.981          | 4.288          |
| Total                                    | <u>405.243</u> | <u>135.753</u> | <u>189.821</u> | <u>147.388</u> | <u>214.824</u> | <u>163.090</u> |

## 30 - Receita operacional líquida

|   | Consolidado            |                  |                   |                   |                    |                  |
|---|------------------------|------------------|-------------------|-------------------|--------------------|------------------|
|   | Nº de consumidores (*) |                  | MWh (*)           |                   | R\$                |                  |
|   | 2007                   | 2006             | 2007              | 2006              | 2007               | 2006             |
| <b>Fornecimento de energia elétrica</b>                     |                        |                  |                   |                   |                    |                  |
| Residencial   | 2.714.456              | 2.638.467        | 5.073.602         | 4.836.662         | 2.189.032          | 1.990.232        |
| Industrial  | 23.500                 | 23.240           | 4.482.490         | 4.488.404         | 1.362.659          | 1.203.239        |
| Comércio, serviços e outras atividades                      | 240.033                | 231.753          | 3.154.374         | 2.956.541         | 1.278.451          | 1.122.101        |
| Rural   | 200.585                | 193.105          | 920.865           | 834.252           | 217.021            | 193.828          |
| Poder público   | 22.563                 | 21.586           | 612.169           | 560.710           | 253.898            | 217.352          |
| Iluminação pública  | 2.764                  | 2.438            | 689.525           | 679.396           | 160.397            | 150.396          |
| Serviço público   | 2.645                  | 2.536            | 502.662           | 497.447           | 137.354            | 123.704          |
| Consumo próprio   | 353                    | 365              | 20.529            | 20.868            | -                  | -                |
| Total do fornecimento faturado                              | <u>3.206.899</u>       | <u>3.113.490</u> | <u>15.456.216</u> | <u>14.874.280</u> | <u>5.598.812</u>   | <u>5.000.852</u> |
| (-) Recomposição tarifária extraordinária (líquida de ICMS) |                        |                  |                   |                   |                    |                  |
| Residencial   |                        |                  |                   |                   | (21.009)           | (40.146)         |
| Industrial  |                        |                  |                   |                   | (32.283)           | (73.079)         |
| Comércio, serviços e outras atividades                      |                        |                  |                   |                   | (35.722)           | (62.843)         |
| Rural   |                        |                  |                   |                   | (3.394)            | (4.895)          |
| Poder público   |                        |                  |                   |                   | (7.579)            | (13.237)         |
| Iluminação pública  |                        |                  |                   |                   | (1.560)            | (3.365)          |
| Serviço público   |                        |                  |                   |                   | (3.957)            | (6.957)          |
| Consumo próprio   |                        |                  |                   |                   | (2.058)            | -                |
|   |                        |                  |                   |                   | <u>(107.562)</u>   | <u>(204.522)</u> |
| (-) ICMS  |                        |                  |                   |                   |                    |                  |
| Residencial   |                        |                  |                   |                   | (461.653)          | (418.310)        |
| Industrial  |                        |                  |                   |                   | (270.106)          | (236.848)        |
| Comércio, serviços e outras atividades                      |                        |                  |                   |                   | (255.321)          | (224.020)        |
| Rural   |                        |                  |                   |                   | (21.050)           | (19.073)         |
| Poder público   |                        |                  |                   |                   | (43.972)           | (32.964)         |
| Iluminação pública  |                        |                  |                   |                   | (31.342)           | (29.572)         |
| Serviço público   |                        |                  |                   |                   | (22.668)           | (25.287)         |
|   |                        |                  |                   |                   | <u>(1.106.112)</u> | <u>(986.074)</u> |
| Total do fornecimento faturado líquido da RTE e ICMS        |                        |                  |                   |                   | <u>4.385.138</u>   | <u>3.810.256</u> |

## Demonstrações Financeiras

|  | Consolidado            |                  |                   |                   |                    |                    |
|--|------------------------|------------------|-------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
|  | Nº de consumidores (*) |                  | MWh (*)           |                   | R\$                |                    |
|  | 2007                   | 2006             | 2007              | 2006              | 2007               | 2006               |
| <b>Fornecimento de energia elétrica</b>  |                        |                  |                   |                   |                    |                    |
| Fornecimento não faturado  |                        |                  |                   |                   | (4.115)            | 29.317             |
| Fornecimento não faturado - diferimento tarifário                              |                        |                  |                   |                   | (53.952)           | (52.421)           |
| Fornecimento faturado clientes livres  | -                      | -                | -                 | -                 | 293.543            | 270.533            |
| (-) ICMS s/fornecimento faturado clientes livres                               |                        |                  |                   |                   | (56.802)           | (33.576)           |
| Devolução tarifária  |                        |                  |                   |                   | (183.139)          | 80.452             |
| PIS e COFINS das geradoras   |                        |                  |                   |                   | 9.607              | (16.604)           |
| Outras receitas regulatórias   |                        |                  |                   |                   | (20.444)           | 4.735              |
| Perda (ganho) de receita - baixa renda   |                        |                  |                   |                   | 38.022             | 41.549             |
| Recomposição tarifária   |                        |                  |                   |                   | 8.069              | (6.610)            |
| Suprimento de energia elétrica   | 4                      | 2                | 2.238.929         | 2.818.765         | 126.476            | 117.206            |
| Suprimento comercialização   |                        |                  |                   |                   | 259.635            | 127.200            |
| ECE e EAEEE  |                        |                  |                   |                   | 24.955             | 3.038              |
| (-) ICMS s/ ECE e EAEEE  |                        |                  |                   |                   | 96                 | (601)              |
|  |                        |                  |                   |                   | <u>4.827.089</u>   | <u>4.374.474</u>   |
| Transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos |                        |                  |                   |                   | (3.208.559)        | (2.980.552)        |
| (-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos     |                        |                  |                   |                   | 637.348            | 585.530            |
| <b>Total fornecimento de energia elétrica</b>                                  |                        |                  |                   |                   | <u>2.255.878</u>   | <u>1.979.452</u>   |
| <b>Disponibilização do sistema de distribuição e transmissão</b>               |                        |                  |                   |                   |                    |                    |
| Tarifa de uso do sistema de distribuição - outros                              | 124                    | 112              | 9.196.691         | 8.737.522         | 757.470            | 701.230            |
| (-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - outros               |                        |                  |                   |                   | (141.212)          | (139.247)          |
| Tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos                    |                        |                  |                   |                   | 3.208.559          | 2.980.552          |
| (-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos     |                        |                  |                   |                   | (637.348)          | (585.530)          |
| Encargos de conexão  |                        |                  |                   |                   | 775                | 640                |
|  |                        |                  |                   |                   | <u>3.188.244</u>   | <u>2.957.645</u>   |
| <b>Outras receitas operacionais</b>  |                        |                  |                   |                   |                    |                    |
| Energia de curto prazo   |                        |                  |                   |                   | 99.083             | 78.565             |
| Serviços taxados e outros  |                        |                  |                   |                   | 47.114             | 46.837             |
|  |                        |                  |                   |                   | <u>146.197</u>     | <u>125.402</u>     |
|  |                        |                  |                   |                   | <u>5.590.319</u>   | <u>5.062.499</u>   |
| (-) Deduções da receita  |                        |                  |                   |                   |                    |                    |
| PEE e P&D  |                        |                  |                   |                   | (51.496)           | (62.052)           |
| CCC  |                        |                  |                   |                   | (286.101)          | (297.532)          |
| CDE  |                        |                  |                   |                   | (217.763)          | (217.050)          |
| RGR  |                        |                  |                   |                   | (41.669)           | (40.288)           |
| PIS e COFINS   |                        |                  |                   |                   | (454.192)          | (457.966)          |
| ECE e EAEEE - repasse para CBEE  |                        |                  |                   |                   | (25.071)           | (2.378)            |
| ISS  |                        |                  |                   |                   | (552)              | (469)              |
|  |                        |                  |                   |                   | <u>(1.076.844)</u> | <u>(1.077.735)</u> |
| <b>Total</b>   | <u>3.207.027</u>       | <u>3.113.604</u> | <u>26.891.836</u> | <u>26.430.567</u> | <u>4.513.475</u>   | <u>3.984.764</u>   |

(\*) Não auditado

## 31 - Gastos operacionais

|  | Controladora          |              |               |               |
|--|-----------------------|--------------|---------------|---------------|
|  | 2007                  |              |               | 2006          |
|  | Despesas operacionais |              |               |               |
|  | Gerais e administrat. | Outras       | Total         | Total         |
| <b>Gerenciáveis</b>  |                       |              |               |               |
| Pessoal, administradores e entidade de previdência privada | 20.731                | -            | 20.731        | 11.754        |
| Material   | 526                   | -            | 526           | 541           |
| Serviços de terceiros                                      | 16.616                | -            | 16.616        | 9.094         |
| Depreciação e amortização                                  | 15.068                | -            | 15.068        | 14.484        |
| Aluguéis e arrendamentos                                   | 1.272                 | -            | 1.272         | 766           |
| Outras   | 1.493                 | 4.806        | 6.299         | 8.762         |
| <b>Total</b>   | <u>55.706</u>         | <u>4.806</u> | <u>60.512</u> | <u>45.401</u> |

|  | Consolidado          |                |                      |                |                       |               |                  |                  |
|--|----------------------|----------------|----------------------|----------------|-----------------------|---------------|------------------|------------------|
|  | Custo do serviço     |                |                      |                | Despesas operacionais |               |                  |                  |
|  | 2007                 |                | 2006                 |                | 2007                  |               | 2006             |                  |
|  | Com energia elétrica | De operação    | Prestado a terceiros | Com vendas     | Gerais e administrat. | Outras        | Total            | Total            |
| <b>Não gerenciáveis</b>                                    |                      |                |                      |                |                       |               |                  |                  |
| Energia elétrica comprada para revenda                     |                      |                |                      |                |                       |               |                  |                  |
| Itaipu   | 586.031              | -              | -                    | -              | -                     | -             | 586.031          | 539.388          |
| Leilão   | 598.309              | -              | -                    | -              | -                     | -             | 598.309          | 566.178          |
| PROINFA  | 47.061               | -              | -                    | -              | -                     | -             | 47.061           | 23.832           |
| Contratos bilaterais                                       | 7.411                | -              | -                    | -              | -                     | -             | 7.411            | -                |
| Energia de curto prazo - CCEE                              | 59.211               | -              | -                    | -              | -                     | -             | 59.211           | 29.832           |
| Outros supridores  | 484.581              | -              | -                    | -              | -                     | -             | 484.581          | 442.382          |
| Efeito líquido da CVA                                      | 99.994               | -              | -                    | -              | -                     | -             | 99.994           | (147.896)        |
| Encargos de uso da rede elétrica                           |                      |                |                      |                |                       |               |                  |                  |
| Encargo de uso e conexão                                   | 500.137              | -              | -                    | -              | -                     | -             | 500.137          | 506.128          |
| Encargo de serviços do sistema                             | 2.794                | -              | -                    | -              | -                     | -             | 2.794            | 11.044           |
| Efeito líquido da CVA                                      | 21.383               | -              | -                    | -              | -                     | -             | 21.383           | 40.657           |
| Taxa de fiscalização                                       | -                    | -              | -                    | -              | -                     | 13.218        | 13.218           | 10.327           |
| Compensações financeiras/direito de outorga                | -                    | -              | -                    | -              | -                     | 18.599        | 18.599           | 14.183           |
|  | <u>2.406.912</u>     | -              | -                    | -              | -                     | <u>31.817</u> | <u>2.438.729</u> | <u>2.036.055</u> |
| <b>Gerenciáveis</b>  |                      |                |                      |                |                       |               |                  |                  |
| Pessoal, administradores e entidade de previdência privada | -                    | 176.257        | 186                  | -              | 139.353               | -             | 315.796          | 339.078          |
| Material   | -                    | 31.414         | 1.385                | -              | 10.308                | -             | 43.107           | 36.598           |
| Serviços de terceiros                                      | -                    | 193.178        | 1.144                | 21.098         | 138.529               | -             | 353.949          | 296.787          |
| Depreciação e amortização                                  | -                    | 274.724        | -                    | -              | 42.556                | -             | 317.280          | 287.450          |
| Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas               | -                    | -              | -                    | 101.060        | -                     | -             | 101.060          | 87.471           |
| Provisões para contingências                               | -                    | -              | -                    | -              | -                     | 43.304        | 43.304           | 19.419           |
| Aluguéis e arrendamentos                                   | -                    | 12.017         | -                    | -              | 7.858                 | -             | 19.875           | 21.366           |
| Outras   | -                    | 39.500         | 637                  | 3.827          | 23.893                | 6.751         | 74.608           | 74.389           |
|  | -                    | <u>727.090</u> | <u>3.352</u>         | <u>125.985</u> | <u>362.497</u>        | <u>50.055</u> | <u>1.268.979</u> | <u>1.162.558</u> |
| <b>Total</b>   | <u>2.406.912</u>     | <u>727.090</u> | <u>3.352</u>         | <u>125.985</u> | <u>362.497</u>        | <u>81.872</u> | <u>3.707.708</u> | <u>3.198.613</u> |

### 32 - Resultado financeiro

|   | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
|   | 2007             | 2006             | 2007             | 2006             |
| <b>Receitas financeiras</b>                                 |                  |                  |                  |                  |
| Renda de aplicações financeiras                             | 11.376           | 21.981           | 54.167           | 49.693           |
| PIS e COFINS sobre receitas financeiras                     | -                | (13.363)         | (82)             | (13.417)         |
| Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida | -                | -                | 86.420           | 77.885           |
| Atualizações monetárias de ativos regulatórios              | -                | -                | 44.292           | 85.856           |
| Variações monetárias moeda nacional                         | 177              | 852              | 1.613            | 5.941            |
| Variações monetárias moeda estrangeira                      | 4                | -                | 6.498            | (316)            |
| SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis   | 3.393            | 2.804            | 11.229           | 3.964            |
| SELIC sobre COFINS (alargamento da base)                    | -                | -                | 2.415            | 33.301           |
| Descontos obtidos   | -                | 2                | 3.759            | 6.159            |
| Outras receitas financeiras                                 | 15.623           | 18.867           | 30.473           | 18.805           |
| Juros sobre capital próprio                                 | -                | -                | -                | 8.841            |
| Ganho na alienação de títulos cambiais                      | <u>162.605</u>   | <u>175.607</u>   | <u>240.784</u>   | <u>276.712</u>   |
| <b>Despesas financeiras</b>                                 |                  |                  |                  |                  |
| Encargos de dívidas   | (2.819)          | (4.265)          | (307.420)        | (316.429)        |
| Variações monetárias moeda nacional                         | 1.668            | 4.048            | (5.746)          | (5.318)          |
| Variações monetárias moeda estrangeira                      | 2.950            | (1)              | 61.506           | 51.555           |
| Encargos sobre obrigações e contingências fiscais           | -                | (231)            | 1.591            | (27.553)         |
| Reversão da COFINS (alargamento da base)                    | -                | -                | -                | 43.992           |
| Operações de <i>swap</i> e <i>hedge</i>                     | (14.029)         | (9.472)          | (110.364)        | (110.749)        |
| Atualizações monetárias de passivos regulatórios            | -                | -                | 19.927           | (50.028)         |
| CPMF  | (1.386)          | (1.418)          | (34.541)         | (34.259)         |
| Juros sobre capital próprio                                 | (119.923)        | (169.914)        | (136.824)        | (181.091)        |
| Outras despesas financeiras                                 | (13.116)         | (9.712)          | (32.611)         | (24.652)         |
|   | <u>(146.655)</u> | <u>(190.965)</u> | <u>(544.482)</u> | <u>(654.532)</u> |
| <b>Total</b>  | <u>15.950</u>    | <u>(15.358)</u>  | <u>(303.698)</u> | <u>(377.820)</u> |



## Demonstrações Financeiras

### 33 - Encargos financeiros e variações monetárias capitalizados

De acordo com a Instrução Contábil nº 10, item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o Ativo imobilizado em curso os seguintes valores:

|   | Consolidado |          |
|---|-------------|----------|
|   | 2007        | 2006     |
| Encargos de dívidas contabilizadas no resultado             | 311.725     | 373.565  |
| Transferência para o imobilizado em curso                   | (4.305)     | (57.136) |
| Efeito líquido no resultado                                 | 307.420     | 316.429  |
| Variações monetárias e cambiais contabilizadas no resultado | (55.760)    | (40.852) |
| Transferência para o imobilizado em curso                   | -           | (5.385)  |
| Efeito líquido no resultado                                 | (55.760)    | (46.237) |
| Total capitalizado  | (4.305)     | (62.521) |

### 34 - Imposto de renda e contribuição social

|   | Nota | Consolidado      |           |                     |          |
|---|------|------------------|-----------|---------------------|----------|
|   |      | Imposto de Renda |           | Contribuição Social |          |
|   |      | 2007             | 2006      | 2007                | 2006     |
| Lucro antes do IRPJ e CSLL                          |      | 500.586          | 398.801   | 500.586             | 398.801  |
| Alíquota  |      | 25%              | 25%       | 9%                  | 9%       |
| IRPJ e CSLL   |      | (125.147)        | (99.700)  | (45.052)            | (35.892) |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva            |      |                  |           |                     |          |
| IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes   |      |                  |           |                     |          |
| Doações   |      | (1.976)          | (1.102)   | (711)               | (398)    |
| Depreciação   |      | (40)             | (36)      | (14)                | (13)     |
| Perdas indedutíveis                                 |      | 815              | (699)     | 293                 | (251)    |
| Multas indedutíveis                                 |      | (75)             | (219)     | (26)                | (78)     |
| Gratificações a administradores                     |      | (2.996)          | (916)     | (1.079)             | (16)     |
| Excesso de contribuição - previdência privada       |      | (237)            | (3.134)   | (85)                | (1.128)  |
| Pesquisa e desenvolvimento                          |      | -                | 7.090     | -                   | 2.553    |
| Provisão para perda - estudos e projetos            |      | (395)            | -         | (142)               | -        |
| Provisão para devedores duvidosos                   |      | (1.282)          | (81)      | (462)               | (29)     |
| Resultados de equivalência patrimonial              |      | 3.449            | 932       | 1.242               | 335      |
| Partes beneficiárias                                |      | (899)            | (680)     | (323)               | (245)    |
| Outras  |      | 930              | (318)     | 334                 | (115)    |
| Outros  |      |                  |           |                     |          |
| IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos              |      | (4.354)          | (16.413)  | (1.160)             | (10.340) |
| Alteração tratamento fiscal sobre PSAP              | 9.1  | 12.744           |           | 4.599               | -        |
| Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior |      | 489              | (888)     | 500                 | 171      |
| Ajuste lucro presumido                              |      | 12.052           | 8.037     | 3.986               | 2.698    |
| Incentivos fiscais                                  |      | 3.458            | 2.367     | -                   | -        |
| Despesa de IRPJ e CSLL                              |      | (103.464)        | (105.760) | (38.100)            | (42.748) |

### 35 - Remuneração dos administradores

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2007, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração, dos seus Comitês e da Diretoria de até R\$ 5.500.

A remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria foi de R\$ 3.163 (R\$ 3.054 em 2006).

### 36 - Seguros

A Companhia e suas controladas mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas

sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão especial de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

|                                 | Consolidado |
|---------------------------------|-------------|
|                                 | 31/12/2007  |
| Subestações                     | 766.300     |
| Usinas                          | 975.309     |
| Almoxarifados                   | 44.530      |
| Prédios e conteúdos (próprios)  | 27.140      |
| Prédios e conteúdos (terceiros) | 13.171      |
| Responsabilidade civil          | 38.238      |
| Transportes (materiais)         | 54.800      |
| Transportes (veículos)          | 7.008       |
| Acidentes pessoais              | 215.771     |

### 37 - Instrumentos financeiros

#### 37.1 - Considerações gerais

A utilização de instrumentos e operações envolvendo taxas de juros, como diretriz da Administração, tem por objetivo proteger a Companhia e suas controladas das variações no câmbio de moedas estrangeiras em relação ao real, nas suas operações ativas e passivas.

A Administração avalia que, nas aplicações financeiras de suas disponibilidades, os riscos são mínimos, pois não existe concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez.

#### 37.2 - Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se os empréstimos e financiamentos e operações de hedge (Nota 22). Os valores de mercado, quando aplicável, foram calculados conforme o valor presente desses instrumentos financeiros, considerando taxas de juros praticadas pelo mercado para operações de riscos e operações similares.

#### 37.3 - Risco de crédito

Outro instrumento financeiro capaz de expor ao risco de crédito, principalmente, as empresas controladas Bandeirante, Escelsa e Enersul, é representado por contas a receber que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado vigentes de junho de 2001 a fevereiro de 2002, quando da vigência do Programa de racionamento de energia elétrica.

#### 37.4 - Operações de hedge

Com o intuito de eliminar a exposição de todas as suas dívidas em dólar às oscilações da taxa de câmbio, as empresas do grupo EDP - Energias do Brasil possuem em 31 de dezembro de 2007 as operações de *hedge* apresentadas na nota 22.

#### 37.5 - Risco de taxa de câmbio e taxa de juros

Parte dos empréstimos e financiamentos moeda nacional captados pelas empresas do Grupo, apresentados na nota 22, são compostos de financiamentos junto às agências nacionais, Eletrobrás e BNDES.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios das empresas do grupo e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos internos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Foram também captados pela Companhia e sua controlada Escelsa, e mantidos até julho de 2007, recursos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), denominados *senior notes* (Notas 22.1 e 22.3, respectivamente), sendo o endividamento e o resultado das operações significativamente afetados pelo fator de risco de mercado da taxa de câmbio (dólar norte-americano).

Este risco, existente até julho de 2007, decorria da possibilidade de vir a incorrer-se em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentassem os saldos do passivo em moeda estrangeira.

### 38 - Reajuste tarifário e desconto extraordinário nas tarifas de energia elétrica em 2007 - Enersul

#### 38.1 - Reajuste tarifário de 2007

A ANEEL, em reunião pública ocorrida em 3 de abril de 2007, autorizou o reajuste médio das tarifas da controlada Enersul em 8,05% para o período entre abril/07 a março/08, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, etc.). Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Enersul, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, o reajuste tarifário médio efetivo nas faturas de energia elétrica foi de 3,2%.

Dessa forma, a ANEEL informou que os consumidores de alta e baixa tensão terão índices de reajuste distintos, conforme se observa na tabela a seguir:

| Níveis de tensão                | Reajuste Aneel | Reajuste efetivo sobre as tarifas de 2006 |
|---------------------------------|----------------|---|
| Baixa tensão (abaixo de 2,3 kV) | 8,41%          | 3,46%                                     |
| Alta tensão (acima de 2,3 kV)   | 7,31%          | 2,58%                                     |
| Valor médio                     | 8,05%          | 3,20%                                     |

Os impactos decorrentes da implementação do Programa Luz para Todos - PLPT no Estado do Mato Grosso do Sul foram considerados de forma parcial e com base em metodologia provisória. A maior parte do impacto do Programa Luz para Todos deverá ser incorporada na revisão tarifária periódica de abril de 2008.

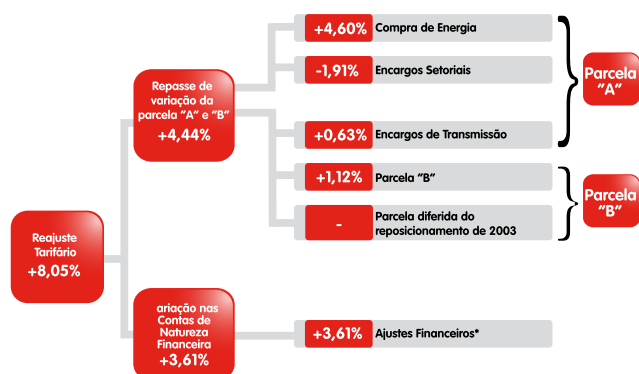
Na primeira Revisão Tarifária Periódica da Enersul, ocorrida em abril de 2003 e observada a periodicidade de cinco anos, a ANEEL

## Demonstrações Financeiras

aplicou um reposicionamento tarifário em parcelas (diferimento do reposicionamento). A primeira, relativa ao percentual de IRT ou 32,59%, foi implementada em abril de 2003 e as demais, correspondentes à diferença entre o reposicionamento e o IRT, deveriam ser implementadas parceladamente nos reajustes tarifários de 2004 a 2007.

Entretanto, no reajuste deste ano, a ANEEL realizou novo diferimento da última parcela original do reposicionamento tarifário de 2003, para aplicação na revisão tarifária periódica de abril de 2008.

O quadro a seguir demonstra a composição do reajuste, aplicado em 2007 para a Enersul:



\* Correspondentes principalmente ao saldo da Conta de variação de itens da parcela "A" (CVA), ao reconhecimento parcial dos impactos decorrentes do Programa Luz para Todos - PLPT e de complemento de cobertura tarifária da elevação das alíquotas do PIS e da COFINS imposta pelas Leis 10.637/2002, 10.833/2003 e 10.865/2004.

Em reunião ocorrida em 4 de dezembro de 2007, a ANEEL decidiu pela revisão das tarifas da Enersul aprovadas na revisão Tarifária de abril de 2003, determinando uma redução na tarifa média de 6,66% a partir de 6 de dezembro de 2007. A referida decisão é decorrente do Termo de Notificação número 119/2007-SFF, conforme mencionado na nota 24.

### 38.2 - Desconto extraordinário nas tarifas de energia elétrica - Acordo ALMS

A Enersul efetuou um acordo com a Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul em que concedeu, a partir de 1º de setembro até a data da próxima revisão tarifária em 8 de abril de 2008, um desconto de 3,014% nas tarifas dos consumidores residenciais e lançou contrato de interruptibilidade para consumidores industriais segundo o qual, aqueles que a ele aderirem, será efetuado um desconto de 5% sobre a tarifa de fornecimento de energia vigente à época.

Os descontos previstos no acordo não seriam considerados cumulativos caso viesse a ocorrer uma eventual redução de tarifas decorrente do Termo de Notificação nº 119/2007 da ANEEL. Dessa forma, a partir de 6 de dezembro de 2007, por ter sido superior, prevaleceu a redução de tarifas implementada em decorrência do TN nº 119/2007 da ANEEL, conforme mencionado na nota 24.

### 39 - Revisão tarifária periódica

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabeleceu novos conceitos e diretrizes gerais a serem observadas pelas concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica por ocasião das revisões tarifárias periódicas, previstas nos termos da legislação.

Em consequência, as principais alterações introduzidas foram:

- Blindagem da Base de Remuneração Regulatória - BRR aprovada no ciclo anterior (BRR anterior);
- Expurgo de baixas ocorridas entre as datas-base do 1º e 2º ciclos;
- Atualização dos valores remanescentes da BRR anterior pelo IGP-M;
- Consideração dos efeitos da depreciação acumulada ocorrida entre as datas-base do 1º e 2º ciclos; e
- Adições ocorridas entre as datas-base do 1º e 2º ciclos.

Destaque-se, também, o tratamento fixado ao saldo da conta Obrigações vinculadas à concessão como mencionado na nota 19.3.

A taxa de remuneração dos ativos remuneráveis, definida com base no custo médio ponderado de capital (WACC), foi revista, passando de 11,26% para 9,95%, em termos reais, já descontada a inflação e os impostos.

O processo de revisão tarifária é realizado em duas etapas. Na primeira etapa, denominada reposicionamento tarifário, são estabelecidas tarifas compatíveis com a cobertura dos custos operacionais eficientes - para um dado nível de qualidade do serviço - e com uma remuneração justa e adequada sobre investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator X, que é o estabelecimento de metas de produtividade para o segundo período tarifário.

### 39.1 - Enersul

A controlada Enersul encontra-se em processo de Revisão tarifária periódica, cuja conclusão ocorrerá com a fixação das novas tarifas de energia elétrica e de uso do sistema de distribuição, a partir de 08 de abril de 2008.

### 39.2 - Bandeirante

Em reunião pública ocorrida no dia 22 de outubro de 2007, a ANEEL aprovou o relatório que autoriza o reposicionamento das tarifas da Bandeirante em -8,8%, para o período a partir de 23 de outubro de 2007, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, etc.).

O reposicionamento é o principal resultado da revisão tarifária, e decorre da aferição pela ANEEL dos custos operacionais eficientes, através da metodologia Empresa de Referência - ER, da avaliação dos investimentos prudentes, através da Base de Remuneração Regulatória - BRR, e, do reconhecimento de custos não gerenciáveis, Parcela A. No caso da Bandeirante, tanto a ER quanto a BRR foram mantidas como provisórias por existir alguns componentes ainda em avaliação pela ANEEL.

Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Bandeirante, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, o reajuste médio nas faturas de energia elétrica foi de -9,32% e, após o efeito combinado dos ajustes financeiros de 2006 com 2007, a percepção média para o consumidor foi de -12,47%.

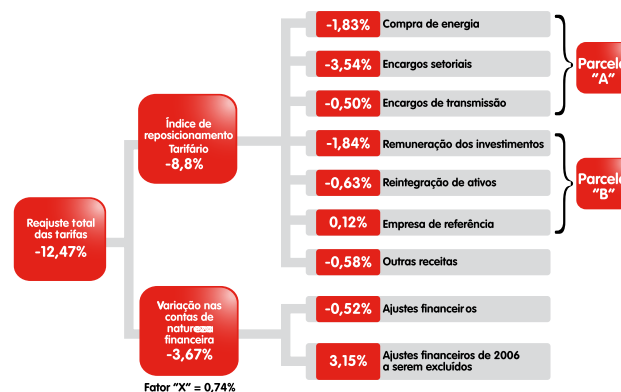
A ANEEL estabeleceu também, de forma preliminar, o Fator Xe de 0,74%, a ser utilizado a partir do reajuste tarifário de 2008.

Dessa forma, a ANEEL informou que os consumidores de alta e baixa tensão tiveram índices de reajuste distintos, conforme se observa na tabela a seguir:

| Níveis de tensão                |                   | Reajuste efetivo médio sobre as tarifas de 2006 |
|---------------------------------|-------------------|---|
| Baixa tensão (abaixo de 2,3 kV) |                   | -13,90%   |
| A4                              | (acima de 2,3 kV) | -10,20%   |
| A2                              |                   | -12,33%   |
| A1                              |                   | -15,35%   |
| Valor médio                     |                   | -12,47%   |

Os quadros a seguir demonstram a composição dos resultados finais da Revisão Tarifária Periódica aplicada em 2007 para a Bandeirante:

| Revisão tarifária 2007     | Valores (R\$ mil) |
|----------------------------|-------------------|
| Receita verificada         | 2.146.463         |
| Parcela "A"                | 1.402.476         |
| Parcela "B"                | 567.473           |
| Empresa de referência      | 262.867           |
| Inadimplência              | 12.667            |
| Remuneração do capital     | 184.119           |
| Depreciação regulatória    | 107.820           |
| Total da receita requerida | 1.969.950         |
| (-) Outras receitas        | 12.443            |
| Receita requerida líquida  | 1.957.506         |
| Reposicionamento tarifário | -8,80%            |
| Ajuste financeiro 2007     | -0,52%            |
| Ajuste financeiro 2006     | 3,15%             |
| Reposicionamento total     | -12,47%           |



Adicionalmente, foi reconhecido no exercício ajustes dos componentes financeiros, associados a recuperação relativa a períodos passados, cujo reconhecimento contábil impactou positivamente o resultado em R\$ 12.955.

### 39.3 - Escelsa

Em reunião pública ocorrida no dia 6 de agosto de 2007, a Diretoria da ANEEL aprovou o relatório que autoriza a revisão das tarifas da controlada Escelsa em -2,16% para o período a partir de agosto de 2007, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, etc.).

Considerando-se ajustes financeiros já incluídos na tarifas da Escelsa, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, o reajuste médio efetivo nas faturas de energia elétrica foi de -9,62%.

A ANEEL estabeleceu também, de forma preliminar, o Fator X e de 1,45%, a ser utilizado a partir do reajuste tarifário de 2008.

## Demonstrações Financeiras

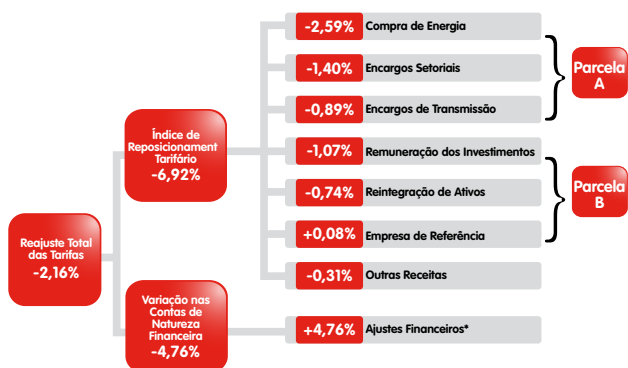
A revisão tarifária foi aplicada de forma diferenciada para os diversos grupos de clientes, devido à política de realinhamento tarifário do Governo Federal, ou seja, eliminação gradual do subsídio cruzado existente entre as classes consumidoras. Esta política foi determinada pelo Poder concedente e tem implementação prevista para o período 2003-2007.

Dessa forma, os consumidores de alta e baixa tensão tiveram índices de reajuste distintos, conforme se observa na tabela a seguir:

| Níveis de tensão                | Reajuste efetivo sobre as tarifas de 2006 |
|---------------------------------|---|
| Baixa Tensão (abaixo de 2,3 kV) | - 12,48%                                  |
| Alta Tensão (acima de 2,3 kV)   | - 6,13%                                   |
| <b>Valor Médio</b>              | <b>- 9,62%</b>                            |

O quadro a seguir demonstra a composição dos resultados finais da Revisão Tarifária Periódica aplicada em 2007 para a Escelsa:

### Escelsa: Decomposição do Índice de Reposicionamento Tarifário de 2007



\* Os ajustes financeiros correspondem principalmente ao saldo da Conta de variação de itens da parcela "A" (CVA), ao reconhecimento parcial dos impactos decorrentes do Programa Luz para Todos - PLPT, a recomposição de descontos tarifários concedidos em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 166/2005 e a cobertura tarifária da elevação das alíquotas do PIS e da COFINS imposta pelas Leis nº 10.637/2002, 10.833/2003 e 10.865/2004.

Considerando-se os ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Escelsa, associados à recuperação relativa à períodos passados, cujo reconhecimento contábil impactou positivamente o resultado em aproximadamente R\$ 30.222, sem considerar os efeitos de impostos.

### 40 - Programa nacional de universalização

Através da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e da Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Universalização de acesso à energia elétrica a todos que possuem carga até 50 kW sem nenhum ônus.

#### 40.1 - Bandeirante

Na área de concessão da Bandeirante, o objetivo é viabilizar o atendimento até 2008. A meta da Companhia, que para tanto aderiu ao Programa Luz para Todos, é promover o atendimento universal até 2008, salvo as exceções previstas na regulamentação desta matéria.

Para operacionalizar o Programa Luz para Todos, foi assinado em 19 de maio de 2004 Termo de Compromisso entre o Ministério de Minas e Energia, o Governo do Estado e a Bandeirante, com a interveniência da Eletrobrás e ANEEL, compromisso este que previu financiamento de 65% com recursos da RGR (financiamento), 10% na forma de subvenção econômica CDE (fundo perdido), 15% afetos ao agente executor e 10% referente ao Governo do Estado.

Na área urbana foram realizados de 2004 a 2006 atendimentos em todos os Municípios da área de concessão, de acordo com as Resoluções ANEEL 456/2000 e 223/2003. Na área rural, no período 2004 a 2006, foram atendidos 6.351 novos clientes através do Programa Luz Para Todos, com aplicação de R\$ 17,6 milhões. Em face do resultado, foi estabelecido um novo Termo de Compromisso, para o período 2007/2008, prevendo a utilização de 75% de financiamento pela RGR, 10% do Governo do Estado de São Paulo e 15% da Bandeirante, para atendimento de 4.200 novos clientes.

Em 2007 foram investidos na Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica, R\$ 11,8 milhões sendo R\$ 3,7 milhões no Programa Luz para Todos, para ligação de 1.207 clientes.

Para a execução do Programa Luz para Todos foram assinados os seguintes instrumentos:

- 2004 a 2006: Contrato ECFS-019/2004 no valor de R\$ 13.296, sendo R\$ 1.773 de CDE e R\$ 11.523 de RGR. Deste contrato, encerrado fisicamente desde dezembro de 2006, a Bandeirante recebeu R\$ 8.169 e ainda aguarda o encerramento financeiro para acerto de diferenças; e
- 2007 a 2008: Contrato ECFS-184/2007 no valor de R\$ 12.359 provenientes de RGR. Deste contrato, em andamento, a Bandeirante recebeu R\$ 3.708.

#### **40.2 - Escelsa**

Na área de concessão da Escelsa o prazo é de viabilizar o atendimento até 2013. A meta da Companhia, que para tanto aderiu ao Programa Luz para Todos, é promover o atendimento universal até 2008, salvo as exceções previstas na regulamentação desta matéria.

Para operacionalizar o Programa Luz para Todos, foi assinado em 21 de maio de 2004 o Termo de Compromisso entre o Ministério de Minas e Energia, o Governo do Estado e a Escelsa, com a interveniência da Eletrobrás e ANEEL, compromisso esse que previu financiamento de 65% com recursos da RGR (financiamento), 10% na forma de subvenção econômica CDE (fundo perdido), 15% afetos ao agente executor e 10% referente ao Governo do Estado.

Na área urbana foram realizados de 2004 a 2007 atendimentos em todos os Municípios da área de concessão, de acordo com as Resoluções ANEEL 456/2000 e 223/2003. No mesmo período, na área rural, o Programa Luz para todos atendeu 27.999 novos clientes, com aplicação de R\$ 149,47 milhões.

Em 2007, no Programa Luz para Todos foram investidos R\$ 35,9 milhões para ligação de 5.015 consumidores em cumprimento à meta acordada com o Ministério de Minas e Energia e com o Governo do Estado do Espírito Santo.

Para a execução do Programa Luz para Todos foram assinados os seguintes instrumentos:

- 2004: Contrato Projetos Pioneiros com a Eletrobrás, no valor de R\$ 200, sendo R\$ 170 de CDE e R\$ 30 de recurso próprio;

- 2004 e 2005: Contrato ECFS-031/2004 e seus aditivos ECFS-031A, ECFS-031B, no valor de R\$ 35.732, sendo R\$ 4.764 de CDE e R\$ 30.968 de RGR. Deste contrato, encerrado fisicamente desde dezembro de 2005, a Escelsa recebeu R\$ 3.020 de CDE e R\$ 19.634 de RGR, ainda aguardando o encerramento financeiro para acerto de diferenças. Neste contrato a Eletrobrás prevê ainda como recurso próprio da Escelsa mais R\$ 6.306;
- 2006 - 2007: Contrato ECFS-106/2005 e seus aditivos ECFS-106A, no valor de R\$ 58.044, sendo R\$ 7.739 de CDE e R\$ 50.305 de RGR. Deste contrato, encerrado fisicamente em março de 2007, a Escelsa recebeu R\$ 5.418 de CDE e R\$ 35.213 de RGR, aguardando o encerramento financeiro para acerto de diferenças. Neste contrato, a Eletrobrás prevê ainda como recurso próprio da Escelsa mais R\$ 10.243;
- 2007: Contrato ECFS-181/2007 no valor de R\$ 101.414, sendo R\$ 85.866 de RGR e R\$ 15.548 de recurso próprio. Para o referido contrato ainda não houve liberação; e
- 2004 - 2007: Convênio SEAG 027/2004 com o Governo do Estado do Espírito Santo, no valor de R\$ 4.764, com fechamento pago pelo Estado de R\$ 4.264. Convênio SEAG 054/2005 e 197/2006 no valor de R\$ 9.105.

#### **40.3 - Enersul**

Na área de concessão da Enersul o prazo é de viabilizar o atendimento até 2013. A meta da Companhia, que para tanto aderiu ao Programa Luz para Todos, é promover o atendimento universal até 2008, salvo as exceções previstas na regulamentação desta matéria.

Para operacionalizar o Programa Luz para Todos, foi assinado em 21 de maio de 2004, o Termo de Compromisso entre o Ministério de Minas e Energia, o Governo do Estado e a Enersul, com a interveniência da Eletrobrás e ANEEL, que prevê financiamento de 35% com recursos da RGR (financiamento), 40% na forma de subvenção econômica CDE (fundo perdido), 15% afetos ao agente executor e 10% referente ao Governo do Estado.

Na área urbana foram realizados de 2004 a 2007 atendimentos em todos os Municípios da área de concessão, de acordo com as Resoluções ANEEL 456/2000 e 223/2003, com atendimento

## Demonstrações Financeiras

07

a 74.278 domicílios. Na área rural, no período 2004 a 2007, exceto Programa Luz para Todos, foram atendidos 4.971 novos clientes. No mesmo período, na área rural, o Programa Luz para Todos atendeu 22.318 novos clientes, com aplicação de R\$ 187,64 milhões.

Em 2007 foram investidos, na Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica, R\$ 32,2 milhões, sendo R\$ 28,5 milhões no Programa Luz para Todos para ligação de 2.971 consumidores em cumprimento à meta acordada com o Ministério de Minas de Energia e com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, R\$ 0,33 milhões para conclusão das obras urbanas iniciadas em 2006 e concluídas em 2007 e R\$ 3,4 milhões para adequações dos 5.502 km de redes particulares recebidas em Doação, necessárias para ligações de clientes no Programa Luz para Todos.

Para a execução do Programa Luz para Todos foram assinados os seguintes instrumentos:

- 2004: Contrato Projetos Pioneiros com a Eletrobrás, no valor de R\$ 1.368, sendo R\$ 1.163 de CDE e R\$ 205 de recurso próprio;
- 2004 e 2005: Contrato ECFS-024 e seus aditivos ECFS-024A e ECFS-024B, no valor de R\$ 45.639, sendo R\$ 20.689 de CDE, R\$ 18.103 de RGR e R\$ 6.846 de recurso próprio. Deste contrato, encerrado fisicamente desde dezembro de 2005, a Enersul recebeu R\$ 18.620 de CDE e R\$ 16.293 de RGR, ainda aguardando o encerramento financeiro para acerto de diferenças;
- 2006 - 2007: Contrato ECFS-097 e seus aditivos ECFS-097A e ECFS-097B, no valor de R\$ 105.161, sendo R\$ 47.673 de CDE, R\$ 41.714 de RGR e R\$ 15.774 de recurso próprio. Deste contrato, encerrado fisicamente em 6 de dezembro de 2007, a Enersul recebeu R\$ 32.008 de CDE e R\$ 29.200 de RGR, aguardando o encerramento financeiro para acerto de diferenças;
- 2004 - 2006: Convênio 002/04 com o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e seus aditivos, no valor de R\$ 17.530, para cobertura da participação do Estado na primeira e segunda etapa do Programa. Deste convênio a Enersul recebeu R\$ 8.431, aguardando o posicionamento do Governo do Estado para acerto da diferença.

### 41 - Lei nº 11.638/07 - alterações de práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, alterando a Lei nº 6.404/76 no capítulo relativo à divulgação e preparação de Demonstrações Financeiras, que vem a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. Estas mudanças de práticas contábeis entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e podem ser substancialmente resumidas como segue:

- (i) ativos e passivos financeiros pré-fixados devem ser ajustados a valor presente quando os efeitos forem relevantes;
- (ii) arrendamentos financeiros passam a ser contabilizados como ativo imobilizado;
- (iii) determinados instrumentos financeiros e derivativos deverão ser contabilizados a valores justos;
- (iv) ativos adquiridos em processos de aquisição de controle em sociedades, entre partes independentes, passam a ser valorizados a valores justos na sociedade adquirente;
- (v) a equivalência patrimonial passa a ser registrada em função da influência significativa e em sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou que esteja sob controle comum; e
- (vi) a reavaliação de ativos não é mais permitida.

Os efeitos da aplicação da referida Lei sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia encontram-se sob análise da Administração, assim como a aplicação de determinadas modificações depende de uma regulação posterior a ser emitida pelos órgãos competentes. Assim, os impactos de todas as modificações trazidas por esta nova Lei não podem ainda ser mensurados.

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
EDP - Energias do Brasil S.A.  
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da EDP - Energias do Brasil S.A. e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da controlada indireta em conjunto, Investco S.A., em 31 de dezembro de 2007 e 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, cujos pareceres foram emitidos em 18 de janeiro de 2008, sem ressalvas. Nas demonstrações financeiras da EDP - Energias do Brasil S.A., a participação nesta empresa é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, e representa investimento de R\$ 129.249 mil, e a participação desse investimento no resultado do exercício totalizou R\$ 8.492 mil de lucro. As demonstrações financeiras dessa investida, com ativos totais proporcionais de R\$ 331.095 mil em 31 de dezembro de 2007, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores dos investimentos e dos resultados decorrentes dessa controlada indireta em conjunto, assim como dos ativos e passivos proporcionais incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas está baseada no parecer desses auditores.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP - Energias do Brasil S.A. e a posição patrimonial e financeira dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras acima referidas, tomadas em conjunto. As demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa representam informações complementares àquelas demonstrações, as quais não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, tomadas em conjunto.
5. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 39 às demonstrações financeiras, em decorrência das revisões tarifárias periódicas das Controladas Escelsa e Bandeirante, previstas nos contratos de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Escelsa em -6,92% e da Bandeirante em -8,80%, a ser aplicado para o período a partir de 8 de agosto de 2007 e 23 de outubro de 2007, respectivamente. Os reflexos retroativos dessas revisões tarifárias foram contabilizados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007, conforme mencionado na nota explicativa. Entretanto, possíveis efeitos decorrentes das revisões tarifárias definitivas, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia em períodos subsequentes.
6. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24 às demonstrações financeiras, a Controlada Enersul reconheceu uma provisão para devolução aos consumidores dos valores de consumo de energia faturados a maior no período de abril de 2003 a dezembro de 2007, no montante estimado pela Administração em R\$ 183 milhões aproximadamente. A sua liquidação está prevista, no momento, para ocorrer no período de abril de 2008 a março de 2009, conforme proposta da ANEEL apresentada em audiência pública. Como consequência do reconhecimento dessa devolução tarifária extemporânea, algumas cláusulas restritivas de dívida com debêntures, conforme descrito na Nota Explicativa nº 21, estariam afetadas caso a apuração fosse em 31 de dezembro de 2007. O próximo período de comprovação do atendimento desta cláusula se dará em 31 de março de 2008. A Administração se encontra, todavia, tomando as medidas necessárias para a solução deste assunto e não espera que ocorram modificações na classificação do valor da parcela da dívida com debêntures daquela Controlada, classificada no passivo não circulante, em função do não atendimento destas condições restritivas.

25 de fevereiro de 2008



Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/0-6

**José Luiz Ribeiro de Carvalho**  
Contador CRC 1SP141128/O-2



 **energias do brasil**